

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ALESSANDRO DE MELO

O PROJETO PEDAGÓGICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
INDÚSTRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS 2000

Curitiba
2010

ALESSANDRO DE MELO

O PROJETO PEDAGÓGICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
INDÚSTRIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área temática Educação e Trabalho, Linha de Pesquisa Mudanças no Mundo do Trabalho e Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Lígia Regina Klein.

Curitiba

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Melo, Alessandro de

O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000 / Alessandro de Melo. – Curitiba, 2010. 260f. : il.

Inclui bibliografia

Orientadora: Prof^a Dr^a Lígia Regina Klein

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Política industrial. 2. Empresários. 3. Educação e estado. 4. Formação profissional. 5. Educação – Brasil. 6. Confederação Nacional da Indústria (Brasil). I. Klein, Lígia Regina, 1952-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 370.981

Andrea Carolina Grohs CRB 9/1.384

DEDICATÓRIA

A todos os que, de um modo ou de outro, buscam em sua vida cotidiana, superar os condicionantes sociais de alienação, e, fazendo isso, lutam pela concretização das possibilidades humanas.

Para a Poliana, a quem devo o pé no chão, a paz no coração e a felicidade conquistada cotidianamente.

À memória de meu pai, Dércio de Melo, que, mesmo sem ter total consciência disso, fez tanto para que eu tivesse chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família. Mãe, Paulo, Lu, Rone, Vanessa, Bianca, Márcia e Aimée, por tudo o que significa ter pessoas cuja relação não poderia ser mais forte, mesmo que a vida os tenha afastado de mim.

Agradeço a Poliana, que, além de todo o amor e carinho deste mundo, me auxiliou financeiramente nos momentos mais difíceis desta caminhada do doutorado.

Agradeço aos meus amigos especiais, que, de um modo ou de outro, participaram de parte de minha trajetória: Paulinho, Carina, Valdir e Marcos Zambone, Michelle Fernandes, Cláudia Zanlorenzi, Marlene Sapelli e Ângela Hidalgo, Paulo de Nobrega, Cacá, Jeanette, Pedrinho, Hélio, Adelena, Ana Paula e Lucas.

Ai tio Zé, por marcar minha trajetória de vida, mesmo por muito tempo distante.

Aos companheiros do GIEPS, com a gratidão por tudo o que me proporcionaram participar nos anos em que procuramos assaltar os céus.

Aos companheiros do doutorado, Sidinei, Graziela, Ana, Francisco, Clóvis, Okçana, Anne. Em especial para a Sandra, pelo carinho de sempre, pela amizade e pelas oportunidades e auxílios em horas difíceis, uma gratidão eterna.

À grande orientadora Lígia Regina Klein, que sempre foi um exemplo para mim. Obrigado pela confiança. Espero estar à altura.

Às minhas professoras do doutorado, Acácia Kuenzer e Noella Invernizzi, pessoas tão especiais neste percurso. Obrigado pela oportunidade de compartilhar momentos valiosos no meu desenvolvimento intelectual.

Às trabalhadoras do PPGE, pelo carinho com que me receberam e sempre me atenderam.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, que tiveram a paciência solidária para apontar caminhos para a melhor produção possível da tese.

Aos colegas do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO, Guarapuava, com quem a convivência cotidiana tanto me faz melhor.

Ao pessoal do SISMAR, pela convivência em uma etapa de grande crescimento pessoal nas lutas com os trabalhadores de Araraquara.

Aos meus sogros, Clóvis e Marilda, à Tatiana e ao Ivo, pela torcida de sempre.

Para meus alunos do IESAP, Amapá, que me ensinaram os primeiros passos na docência no ensino superior. Aos alunos da UNICENTRO, que cotidianamente fazem com que eu busque ser um melhor professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.09
1. A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	p.16
1.1. A análise de Marx no primeiro Livro de O Capital.....	p.20
1.2. Do taylorismo/fordismo ao toyotismo: breve estudo das transformações das demandas formativas para a classe trabalhadora no século XX.....	p.36
2. O PENSAMENTO EDUCACIONAL AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CNI	p.43
2.1. A CNI na Aventura Industrial	p.46
2.2. A CNI Industrialista	p.52
2.3. A CNI Competitivista	p.55
3. O PROJETO EDUCACIONAL DA CNI A PARTIR DOS ANOS DE 1990: O OLHAR DO SEU QUADRO DE TÉCNICOS	p.59
3.1. O contexto	p.61
3.2. O fator trabalho	p.63
3.3. Novas tecnologias e as demandas de formação	p.67
3.4. A polivalência	p.71
3.5. Novos perfis de qualificação	p.73
3.6. As três Habilidades: básicas, específicas e de gestão.....	p.75
3.6.1. Habilidades Básicas	p.79
3.6.2. Habilidades específicas	p.80
3.6.3. Habilidades de gestão	p.80
3.7. Participação dos empresários	p.81
4. O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA CNI	p.84
4.1. Para uma introdução ao projeto de nação da burguesia industrial brasileira.....	p.85
4.2. A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento.....	p.94
4.3. O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.....	p.111
4.4. Crescimento: a visão da indústria.....	p.118
4.5. A educação para a nova indústria	p.129
5. SÍNTESE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA CNI	p.146
5.1. O cenário macrossocial em que se situa a proposta educacional da CNI.....	p.146

5.1.1. O neoliberalismo como categoria sintetizadora do capitalismo contemporâneo.....	p.147
5.1.2. A reforma trabalhista como limite prático da proposta empresarial para a educação dos trabalhadores.....	p.161
5.2. As principais categorias do projeto de educação básica da CNI.....	p.178
5.2.1. Empregabilidade.....	p.179
5.2.2. Empreendedorismo.....	p.185
5.2.3. Polivalência.....	p.191
5.2.4. O “saber ser” como conteúdo comum às categorias do projeto educacional da CNI.....	p.197
5.2.5. O Capital Humano.....	p.208
5.3. Breves considerações sobre a integração subordinada dos trabalhadores no projeto educacional da CNI.....	p.219
CONCLUSÕES	p.237
REFERÊNCIAS	p.247

LISTA DE SIGLAS

BM - Banco Mundial

CAD/CAM – *Computer Aided Design / Computer Aided Manufacturing*

CCQ – Círculo de Controle da Qualidade

CIB – Centro Industrial do Brasil

CIM – *Competir Integrated Manufacturing*

CLP – Controlador Lógico Programável

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EBFP – Educação Básica e Formação Profissional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e do Desporto

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SDCD – Sistema Digital de Controle Distribuído

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Esta tese trata das principais características do projeto de educação básica do empresariado industrial brasileiro, reunido na Confederação Nacional da Indústria – CNI, nos anos 2000. Parte-se do pressuposto de que o empresariado industrial brasileiro tem papel dinâmico e interventivo na proposição e prática das políticas públicas de educação, e que, portanto, as suas concepções não devem ser encaradas apenas como “teorias”, mas sim como parte da luta ideológica pela hegemonia no que tange ao projeto educativo, ainda como parte das lutas de classes em geral, empreendidas na sociedade, visando sua produção e reprodução. Desta forma, realizamos uma análise dos principais documentos da CNI no período assinalado, procurando vislumbrar as categorias predominantes do projeto empresarial de educação básica, as quais assinalamos como “empregabilidade”, “empreendedorismo”, “polivalência”, o “saber ser” e o “capital humano”. A conclusão a que chegamos é a que o empresariado procura, de fato, influir no projeto hegemônico de educação básica, tornando-o senso comum na sociedade, devido à importância que tem a educação básica para a formação dos futuros trabalhadores da indústria, na fase de alta competitividade em escala global, que exige cada vez melhor índice de produtividade, o que, por sua vez, exige uma formação geral para este trabalho, o que também pressupõe, como indicaram as categorias, uma formação para o desemprego e a competição entre os trabalhadores por um lugar no mercado de trabalho, exigindo destes flexibilidade, polivalência e um projeto cuja ênfase está no fator subjetivo, muito mais que nos conteúdos científicos.

Palavras-Chave: empresariado e educação; Confederação Nacional da Indústria; Educação Básica.

ABSTRACT

This thesis is about the main characteristics of the project for basic education of Brazilian industrial entrepreneurs, assembled in National Confederation of Industry - CNI, in the years 2000. This assumption that the industrial entrepreneurs Brazilian has dynamic role and interceptive in the proposition and practice of public policies in education, and, therefore, its ideas should not be seen as just theories, but as part of ideological struggle for hegemony in terms of the project for education, still as part of the struggles of classes in general, undertaken in society, aiming at its production and reproduction. In this way, we performed a review of the main documents the CNI in period signalled, seeking glimmer categories predominant business project for basic education, which we note as employability, entrepreneurship, polyvalence, the knowledge and human capital. The conclusion that we shall be that the businessman demand, in fact, influence hegemonic project for basic education, making the common sense-in society, because of the importance of the basic education for the formation of future workers in the industry, at the stage of high competitiveness in a global scale, which requires ever better productivity index, which, in turn, requires a general training for this work, which also requires, as indicated the categories, training for unemployment and competition between workers a place in the labor market, requiring these flexibility, polyvalence and a project whose emphasis is on subjective factor, much more in scientific content.

Key-words: entrepreneurs and education; National Confederation of Industry; Basic Education.

INTRODUÇÃO

“Estabilidad laboral!”
Pixação em Buenos Aires

A educação básica¹ tornou-se, a partir da década de 1990, o centro das políticas públicas de educação no Brasil. A disputa pelo projeto hegemônico em torno dela envolve os diversos setores da sociedade, em especial envolve os projetos advindos da classe trabalhadora e da burguesia, cada qual organizados em suas entidades representativas ou outras organizações.

O objetivo desta tese é estudar em profundidade a proposta para a educação básica advinda da classe burguesa industrial² brasileira, por meio da sua mais importante organização representativa, a Confederação Nacional da Indústria – CNI. Como parte da luta hegemônica e como o grande intelectual orgânico da burguesia brasileira (RODRIGUES, 1998), a CNI tem se colocado como uma instituição presente nos grandes debates referentes ao futuro da economia brasileira, seu foco principal, e também nas discussões educacionais, entendidas como elemento chave para o desenvolvimento econômico a partir da formação de mão-de-obra qualificada para a produção industrial.

O problema da pesquisa é colocado nos seguintes termos: quais são as bases da pedagogia da CNI, especificamente da educação básica, adaptadas ao atual momento histórico de crise concorrencial do capitalismo?

O objeto empírico a partir do qual se procederá à análise nesta tese constitui-se dos principais documentos da CNI produzidos ao longo dos anos 2000, e, mais especificamente, a partir do ano de 2002, quando do processo de eleições presidenciais nas quais se elegeu Luis Inácio Lula da Silva. Embora não seja o foco desta pesquisa aprofundar esta relação entre a classe burguesa e este governo, o que pode ser estudado em Boito Jr. (2003; 2005; 2007), Delgado (2003), Diniz e Boschi (2003), entre outros, não se pode desprezar a força concreta que esta relação representa no atual contexto da acumulação capitalista no país, e de como os empresários vinculam suas relações com o Estado mediados pelos seus projetos de classe, tais como se explicitam nos debates sobre as reformas tributária, a reforma trabalhista e a reforma política amplamente defendidas pela CNI.

¹ Entendemos por educação básica o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, compreendendo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo o ensino técnico. Os empresários não definem ao certo a que nível da educação básica tratam em seus documentos, mas, segundo compreendemos em nosso trabalho, focam suas atenções especialmente para o ensino fundamental.

² Neste trabalho serão utilizados termos como “burguesia industrial”, “burguesia”, “empresários brasileiros”, “industriais”, todos com a mesma finalidade de representar a classe representada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, que tem como fundamento da sua posição a propriedade dos meios de produção.

Os documentos a serem analisados são os seguintes: “A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento”, de 2002 (CNI, 2002); “Mapa Estratégico da Indústria – 2007-2015 CNI, 2005); “Crescimento: a visão da indústria”, de 2006 (CNI, 2006); e “Educação para a nova indústria”, de 2007 (CNI, 2007). Além destes analisaremos outros documentos da CNI que se referem a temas específicos, tais como a reforma trabalhista (CNI, 2008b), a terceirização (CNI, 2009c), desqualificação da mão-de-obra (CNI, 2007a), competitividade (2005a) e redução da jornada de trabalho (CNI, 2009d), entre outros (CNI, 2008; 2008a; 2009a; 2009b).

Sob a base metodológica marxiana, analisar-se-á a pedagogia da CNI, entendendo-a como continuidade histórica do processo de formação alienada e subordinada dos trabalhadores às demandas do capital em cada fase de seu desenvolvimento. O projeto de formação da classe trabalhadora implica na própria formação humana, sob o capitalismo, da grande maioria da população. Tal processo será aqui trabalhado por meio da análise da própria obra de Marx, em especial os capítulos XI a XIII do Livro I de O Capital, momento em que o autor nos apresenta o processo de ruptura da Cooperação com o artesanato medieval, e o processo de surgimento, desenvolvimento e contradição da manufatura e o aparecimento da maquinaria como base da indústria moderna (MARX, 1998). Esta apreensão do movimento histórico da formação da classe trabalhadora seguirá como linha mestra em toda a tese.

Sendo assim, a tese que se pretende defender é a de que: no contexto da globalização e diante da crise gerada pelo acirramento da concorrência entre capitais, a burguesia industrial brasileira se vê obrigada a produzir recursos que garantam suas condições de competitividade no mercado mundial, em especial o desenvolvimento técnico-científico de seu parque produtivo, bem como compatível formação de quadros de trabalhadores. Daí o interesse da CNI em assumir diretamente para si, mais explicitamente, o controle da educação, redirecionando-a para seus novos interesses, construindo, para isso, uma proposta pedagógica que se imponha hegemonicamente ao conjunto da sociedade. No entanto, a proposta da CNI, nos anos 2000, representa uma continuidade do processo histórico de formação alienada e subordinada da classe trabalhadora aos interesses do capital, adaptada ao período atual de crise concorrencial. Ressalva-se, neste quadro, as novidades impostas à educação pela especificidade da articulação entre formação dos trabalhadores e desenvolvimento científico-tecnológico, o que se apreende pelo esvaziamento da formação geral e profissional pelas pedagogias subjetivistas. Estas, por sua vez, expressam-se nos documentos da CNI especialmente por meio das categorias de empreendedorismo, empregabilidade, capital humano, saber ser e polivalência.

O recorte dos anos 2000 tem como escopo avançar no entendimento do *télos* da burguesia industrial, conforme estudado por Rodrigues (1998), para quem, a partir dos anos de 1980, a CNI passa a defender o “*télos* da economia competitiva”. O *télos*, como o concebe o autor, é um projeto de sociedade cujo núcleo se dá no campo econômico e a tudo o mais lhe subordina, como, no caso, a educação.

Nos anos 2000 não se desfaz o *télos* da economia competitiva, o que fica evidente pela frequência com que aparece, nos documentos, a necessidade de se construir uma indústria brasileira competitiva internacionalmente. Para isso, ainda como já afirmou Rodrigues (1998) soma-se a reestruturação produtiva de base flexível e a conseqüente flexibilização das relações do trabalho, o que, de fato, vem incorrendo na precarização da formação dos trabalhadores.

Apesar de se admitir a continuidade do *télos* competitividade, o que será também analisado nos documentos da CNI a partir dos anos 2000, existem algumas características que inserem o projeto educacional da burguesia industrial no que chamaremos de “aventura burguesa na pós-modernidade”³. O termo “aventura” não foi escolhido sem uma base histórica relevante, ao contrário, é significativa da história da burguesia industrial no Brasil. Ao se remeter aos empreendimentos do Barão de Mauá e a forte repressão que sofreu ainda no século XIX até que alcançasse a falência dos negócios, Sodré (1983) toma-a como um contra-ataque à “aventura burguesa” do Barão. O mesmo termo foi utilizado por Eivaldo Lodi, que na década de 50 dizia que os industriais viviam uma verdadeira “aventura” num país que então tinha convicção de sua vocação agrícola (RODRIGUES, 1998). Enfim, “aventura” é um adjetivo próprio para designar a ação da burguesia industrial no Brasil ao longo de sua formação histórica, desde a superação da vocação agrícola, passando pela afirmação da industrialização como caminho para a civilização (idem) e chegando aos tempos atuais, caracterizados pela luta acirrada no âmbito do capitalismo internacional, o que exige uma nova “aventura” em busca das condições de competitividade. Tal aventura abrange a educação, ao pretender tomá-la como panacéia para a superação do binômio “civilização e barbárie”, ou, de forma mais atual, para acabar com a exclusão e as desigualdades sociais.

³ Como não é parte essencial deste trabalho discutir a fundo a pós-modernidade, tomamos o conceito que lhe dá Chauí (2001), que o reconhece como a ideologia do capitalismo na sua fase neoliberal: “Para essa ideologia, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compreensão dos lugares e instantes na irrealdade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo como estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcisística, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento”. Sabemos, porém, que este conceito abrange muitas outras discussões, como as travadas por Harvey (2002) entre outros.

Designamos de pós-moderno o discurso da burguesia industrial que nega peremptoriamente a sociedade capitalista como uma sociedade de classes, no seio da qual se encontram atores em disputa antagônica. O entendimento da CNI, no âmbito do que designamos de uma concepção pós-moderna, é de que a atual sociedade deve ser caracterizada como a “sociedade do conhecimento”, na qual a centralidade passa a ser não a posse dos meios de produção, mas sim o acesso e a posse da educação e da informação.

Outra característica pós-moderna do discurso da CNI é a construção eclética dos argumentos presentes nos documentos analisados. Tal ecletismo faz com que os industriais construam um discurso “sedutor”, que encarne os anseios de toda a sociedade e não apenas de sua própria fração de classe burguesa. Os documentos deixam claros os objetivos da burguesia industrial de construir um “pacto social” em torno de seu projeto apresentado para a sociedade como um projeto nacional de desenvolvimento, em torno da qual convergem todos os interesses. Para isso a CNI apela a teorias sociais baseadas no princípio positivista-funcionalista, com concepções claras de ordem social para o desenvolvimento; ou também apela a concepções neoliberais, de caráter individualista, em especial no que se refere à necessidade de formação para a empregabilidade e para o empreendedorismo; no caso do projeto educacional apela a tendências tão diferentes e tão próximas quanto à teoria do capital humano, o construtivismo e a pedagogia das competências⁴.

Apesar de diferentes fontes, a junção de tais teorias nos documentos, demonstra que estas, embora aparentemente afastadas ou teoricamente divergentes, possuem uma base comum: são teorias de caráter burguês. E são estas teorias e posicionamentos que formam a pedagogia da burguesia industrial brasileira nos anos 2000.

Esta análise será realizada por meio das principais categorias encontradas nos documentos da CNI nos anos 2000: empregabilidade, empreendedorismo, polivalência, “saber ser” e o capital humano. Por meio destas categorias chegar-se-á a uma compreensão consistente sobre o vínculo e subordinação da educação básica aos interesses da burguesia industrial, e de como este vínculo se efetivou de fato nas políticas públicas de educação nos anos 2000.

O trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo encontra-se a exposição teórico-metodológica relativa à formação da classe trabalhadora em Marx, presente nos capítulos XI a XIII de O Capital, e, em seguida, uma exposição sumária

⁴ Tais categorias serão trabalhadas no quinto capítulo, no texto final da tese. Aqui apenas são apresentadas como proposta metodológica e crítica da análise que será desenvolvida sobre os documentos da CNI.

das transformações no mundo do trabalho no século XX, tomando os mesmos princípios da análise marxiana; no segundo capítulo apresentar-se-á um breve histórico da CNI, que procura retomar, nos moldes de Rodrigues (1998), os diferentes *télos* da entidade ao longo de sua história, e de como existe uma relação entre a ação dos industriais e o momento político, econômico e histórico, e de como o projeto educacional se modifica conforme estes parâmetros. O terceiro capítulo é de importância estratégica para a introdução da discussão das relações da CNI com a educação básica. Nesta parte do texto será discutido o texto “Educação básica e formação profissional”, que foi publicado em 1993, ou seja, no início do período em que no Brasil o projeto neoliberal passou a ser hegemônico enquanto política econômica e social de Estado. É interessante notar o vanguardismo deste texto, pois ele antecede a LDB nº 9394/96 e muitos dos seus aspectos foram nela incorporados. Na verdade este documento é o mais importante da CNI nos anos de 1990 sobre educação e demonstra a sintonia existente entre as demandas internacionais, no caso específico as advindas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem, Tailândia, 1990, e às demandas da produção, no caso da ênfase no conceito de empregabilidade. Outro elemento a se destacar é a continuidade existente entre este documento produzido no início dos anos de 1990 e os demais, produzidos nos anos 2000, sobre a educação básica e a sua relação com as exigências do capital.

O quarto capítulo dedica-se à descrição e análise dos documentos da CNI produzidos nos anos 2000, o que se faz pensando em dar ao leitor um panorama descritivo minucioso acerca do pensamento dos industriais sobre educação básica e outros temas correlatos, sendo esta a nossa base empírica para as análises que encontram-se desenvolvidas no quinto capítulo. O primeiro documento analisado é de 2002 e denomina-se “A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento” (CNI, 2002). Ele foi produzido pela CNI como mecanismo de debate com os candidatos à Presidência da República nas eleições de 2002 e demonstra o projeto de crescimento econômico da burguesia para o período atual. Neste documento panorâmico encontram-se as idéias dos industriais sobre todas as áreas da atuação do Estado brasileiro e tem na educação um eixo fundante. Outro documento que foi objeto de nossa atenção foi o “Mapa Estratégico da Indústria – 2007-2015”, que é uma grande síntese do pensamento e ações dos industriais para o próximo período, em que se encontram suas perspectivas sobre as diversas áreas relativas ao crescimento, liderança empresarial, competitividade, inovação, infra-estrutura, recursos naturais do país, inserção internacional, responsabilidade social e ambiental. No Mapa, a

educação é central na estratégia de competitividade e inovação, trazendo à tona a concepção de capital humano, como ademais acontece nos outros documentos.

Um terceiro documento trabalhado denomina-se “Crescimento: a visão da indústria”, de 2006, também produzido em época eleitoral para pautar a posição dos empresários junto aos candidatos. A educação, como sempre, aparece como estratégia competitiva, e os empresários denunciam a má qualidade da educação pública brasileira como empecilho ao bom posicionamento internacional da indústria brasileira. O último documento analisado é “Educação para a nova indústria” (CNI, 2007), exclusivamente dedicado à educação básica e profissional. Este documento é, em termos programáticos, uma continuidade daquele produzido em 1993, trazendo como diferencial o apelo ao empreendedorismo. Trata-se, sem dúvida, do mais importante documento educacional dos empresários nos anos 2000. Entretanto, para a questão que estamos a desenvolver, dele tomamos, especificamente, para estudo, somente o conteúdo relativo à educação básica no Sesi, ficando o conteúdo pertinente ao Senai e educação profissional para outras pesquisas.

O quinto capítulo pretende ser uma síntese da análise realizada com os documentos da CNI, com a qual objetiva-se inserir as discussões dos empresários no movimento contraditório da realidade, pretendendo-se, com isso, demonstrar que o projeto empresarial para a educação não passa de um arremedo ideológico de subordinação dos trabalhadores ao momento contemporâneo da acumulação capitalista, caracterizada por uma crise estrutural e alta competitividade internacional.

Nesse sentido construímos este capítulo em três partes, com suas subdivisões. Na primeira parte tratamos o ambiente macrossocial do capitalismo, dividindo a análise em dois momentos: no primeiro tratamos do neoliberalismo como chave explicativa do capitalismo, abordando, com isso, a centralidade destas políticas e seus impactos na educação bem como a inserção do empresariado nesta ideologia; no segundo momento tratamos de um caso específico, a reforma trabalhista, como marco real e contraditório em que é inserido o projeto educacional da burguesia industrial brasileira, que, ao mesmo tempo em que declara a necessidade de aumento de escolaridade, qualidade da educação etc., proclama a reforma trabalhista como fundamental para seu projeto, o que significa para a classe trabalhadora o aumento da precarização do trabalho, bem como sua flexibilidade e instabilidade.

O segundo momento deste capítulo dedicamos à síntese das principais categorias advindas da leitura dos documentos da CNI: empregabilidade, empreendedorismo, polivalência, “saber ser” e a teoria do capital humano. Claro está que tais categorias não esgotam as possibilidades analíticas, mas em conjunto

formam um perfil de trabalhador, e de sociedade em geral, adequado às demandas da acumulação flexível.

Na terceira parte deste capítulo o que se intenta é, por meio de um pequeno ensaio, sintetizar as conclusões retiradas dos estudos aqui realizados, tendo como eixo central a tese da integração subordinada dos trabalhadores no projeto educacional da CNI. Por este caminho é que pleiteamos defender a tese já anteriormente aventada como ponto de partida deste trabalho.

Com esta tese pretendemos ter avançado, modestamente, nos estudos críticos acerca do pensamento educacional burguês no Brasil, e o caminho aqui percorrido pretendeu ter alcançado o movimento da realidade a partir do estudo teórico dos documentos da CNI.

1. A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

O estudo da formação do trabalhador no capitalismo contemporâneo tem sido alvo de inúmeros debates na área de trabalho-educação, com destaque para as tendências que analisam que esta formação está diretamente relacionada à evolução tecnológica da maquinaria microeletrônica e pelas novas formas de gestão do trabalho, sob o modelo de gerência flexível, ou o toyotismo. Este quadro teria levado a um processo de flexibilização da formação do trabalhador, ou seja, a formação que possa se adaptar às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, tanto para os capitalistas, pressionados pela concorrência globalizada, quanto para os trabalhadores, que por seu lado são pressionados pelo desemprego.

Alguns autores, dentre os quais destaca-se Kuenzer (2000; 2002; 2004; 2007), tomam as situações concretas vividas nas relações de trabalho em diversos setores da produção, produzindo um conhecimento de grande valia para a compreensão do que a teoria vem dizendo, em especial após a análise clássica de Harvey (2002) e sua teoria sobre a acumulação flexível.

Sem abandonar estes estudos, ao contrário, para justamente reforçar a apreensão da formação do trabalhador sob o capitalismo contemporâneo, - na presente tese, a formação sob a ótica do empresariado brasileiro reunido na CNI, - tomamos como ponto de partida o retorno ao processo histórico de desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas descrito por Marx no primeiro volume de O Capital. Marx (1998) analisa este movimento histórico por meio do estudo das fases de desenvolvimento da produção, desde a cooperação (Capítulo XI), passando pela manufatura (Capítulo XII), até a maquinaria e a indústria moderna (Capítulo XIII). Este processo histórico foi o responsável pela gestação e consolidação do trabalhador assalariado, que é a pedra de sustentação do edifício capitalista.

A escolha deste caminho é de caráter metodológico, pois, segundo o próprio Marx, precisamos distinguir as tendências gerais e as formas de manifestação do capital (MARX, 1998, p. 367). Assim, pretendemos problematizar as formas fenomênicas em que aparecem as manifestações atuais do capitalismo, que para muitos teóricos encontra-se em sua fase de “sociedade do conhecimento”, ou “sociedade da informação”, ou “sociedade das imagens”, ou “sociedade tecnológica” entre outras nomenclaturas. Defendemos que as manifestações contemporâneas do capitalismo devem ser estudadas nas suas tendências gerais, como partes de uma totalidade historicamente constituída e da qual tais manifestações são produtos.

Vejamos o que Marx diz a este respeito, numa passagem metodológica de O Capital:

[...] a análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza íntima do capital, do mesmo modo que só podemos entender o movimento aparente dos corpos celestes depois de conhecer seu movimento verdadeiro, que não é perceptível aos sentidos. (MARX, 1998, p. 367)

Tal como a questão da concorrência, o estudo da formação do trabalhador em cada período histórico do capitalismo não pode deixar de ser realizado pelo esforço do pesquisador em delinear os elementos perceptíveis e os fundamentos da realidade que se observa, ou seja, a totalidade social. Deste modo, ao analisarmos os documentos da CNI nos anos 2000, levaremos em conta que as idéias ali materializadas como projetos de educação para o país somente podem ser compreendidas como parte de uma totalidade maior: a sociedade capitalista em crise e a reação da burguesia industrial a esta crise.

Deste movimento surge um elemento metodológico importante: a busca do real, do “movimento verdadeiro” do capitalismo, tal como Marx exemplifica com o movimento dos corpos celestes. Esta escolha pela busca do “verdadeiro”, do real, no movimento histórico, é um dos elementos mais polêmicos e que vem gerando discussões contrapondo aqueles que acreditam nesta possibilidade e aqueles para quem a realidade, dada a sua complexidade, não é passível de ser assimilada, ainda mais se a meta é captar um movimento histórico de larga duração, como é o caso da análise do sistema capitalista.

Antes de adentrarmos a discussão própria dos períodos estudados por Marx a respeito do desenvolvimento do processo de produção e sua relação com a formação dos trabalhadores, indicamos a seguir uma interessante reflexão realizada por Klein (2003), para quem este movimento, apesar das especificidades de cada período, tem na perda da qualificação dos trabalhadores individuais e, dialeticamente, a qualificação do trabalhador coletivo, o seu traço dominante. Nas suas palavras:

a organização do trabalho, sob o capital, obedece a uma lógica que se caracteriza pela constituição, cada vez mais desenvolvida, do trabalhador coletivo, entendido enquanto somatório de inúmeros trabalhadores parciais (ou seja, trabalhadores que realizam apenas uma parcela das atividades que compõem o processo integral de produção de um dado produto). (KLEIN, 2003, p.21).

A desqualificação do trabalhador individual no processo de desenvolvimento da produção no capitalismo deu-se pela constituição da figura do “trabalhador coletivo”, sob a qual o indivíduo se coloca como uma parte alienada de uma totalidade produtiva

da qual faz uma parte individualmente insignificante, inclusive em relação à composição do produto final, do qual perde completamente o controle e o conhecimento.

O valor da mercadoria, medido pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, prescinde do cálculo do tempo individual, ou do processo de produção em cada caso específico, mas é medido pelo tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria em voga. Logo, o trabalhador coletivo é o elemento que passa a se constituir como central na produção capitalista, e a soma destes trabalhadores gera uma produtividade que faz aumentar sobremaneira o montante de “mais-valia relativa”.

A exploração da mais-valia ocorre sob as formas de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A primeira é definida por Marx como aquela que é “produzida pelo prolongamento do dia de trabalho” (MARX, 1998, p.366). Mas este fator, embora atualmente esteja recrudescendo pelas condições precarizadas de trabalho, não é o fator determinante para a compreensão do capitalismo, especialmente porque neste quesito houve um relativo avanço com relação à história das lutas dos trabalhadores, em especial à histórica queda da jornada de trabalho.

O conceito de mais-valia relativa, por sua vez, é discutido por Marx no Capítulo X de O Capital, esclarecendo que este se aplica à mais-valia “decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (idem). Um dos fatores mais relevantes para a compreensão da mais-valia relativa é a produtividade. É a busca constante pela reprodução ampliada da mais-valia relativa que movimenta o capital em uma constante implementação de tecnologias e processos de trabalho que levem ao aumento da produtividade. Sobre isso nos diz Marx:

Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valor-de-uso. (MARX, 1998, p.365)

Produzir mais mercadorias em menor tempo, usando a mesma quantidade de trabalho, eis o desafio essencial do processo capitalista de produção. Esta necessária modificação no processo de trabalho gera, a partir da produção, as demandas para a formação dos trabalhadores em cada período histórico. Importante frisar que a conquista da produtividade contamina todo o setor competitivo, fazendo elevar a taxa

de mais-valia social, que é aquela produzida pelo trabalhador coletivo, o que, ao ser efetuado, impulsiona os capitalistas para um novo patamar de produção, fazendo diminuir o valor relativo da força de trabalho deste trabalhador coletivo. Marx chega mesmo a manifestar o caráter imanente deste processo: “[...] é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador.” (MARX, 1998, p.370).

Pelo exposto, portanto, a análise do desenvolvimento da produção capitalista, e o seu reflexo no desenvolvimento, formação e valoração do trabalhador em cada etapa, não pode prescindir do estudo dos fatores que elevam a mais-valia relativa.

Os documentos da CNI a todo o momento apelam para a necessidade de que a indústria brasileira seja competitiva, e para isso a receita não escapa ao fulcro do que é essencial no capitalismo, ou seja, a exploração dos trabalhadores por meio da extração em progressão geométrica da mais-valia relativa. Os empresários afirmam constantemente a necessidade de que se instale no país um conjunto tecnológico que faça sombra ao que ocorre no mundo competitivo da produção, e não é demais perguntar aos intérpretes novidadeiros: o que significa a implementação de novas tecnologias na produção senão mais um passo para a produtividade do trabalho? E o que significa esta produtividade senão a exploração da mais-valia relativa?

A questão posta por Marx nos instiga, ainda, a pensar sobre os fatores da crise capitalista e a sua relação com o aumento do capital fixo, em forma de trabalho morto, isto é, em uma maquinaria cada vez mais avançada, e o recuo do trabalho vivo, único fator que realmente produz valor (MARX, 1998).

Ao se verificar os documentos da CNI e a preocupação dos empresários com a formação dos trabalhadores adaptados às novas bases produtivas apreende-se a centralidade da expropriação da mais-valia relativa na acumulação do capital na contemporaneidade, o que nos fará, no âmbito deste trabalho, focar as análises nesta categoria, que, conjuntamente com a formação do trabalhador coletivo, percorre as fases de desenvolvimento histórico das bases produtivas estudadas por Marx no Livro I de O Capital⁵.

Este capítulo será dividido em duas partes. A primeira parte será dedicada ao estudo da análise de Marx sobre o desenvolvimento das formas de produção no capitalismo, que se encontra nos capítulos XI a XIII de O Capital. Na segunda parte trataremos, em forma de síntese, das transformações ocorridas no campo das demandas formativas do período taylorista/fordista ao toyotismo ou produção flexível.

⁵ Conforme veremos ao longo deste trabalho, especificamente no quinto capítulo, o empresariado brasileiro defende também formas de exploração da mais-valia absoluta por meio da reformas das leis trabalhistas. De fato, a expansão da jornada de trabalho e sua intensificação andam juntas.

1.1. A análise de Marx no primeiro Livro de O Capital

A Cooperação (Capítulo XI de O Capital) é a primeira forma que assume a produção capitalista, que, nesse momento histórico, ainda não se distinguia do processo artesanal, a não ser pelo fato de que agora os artesãos, destituídos da propriedade dos meios de produção, passaram a vender a sua força de trabalho a um capitalista, que os organiza numa oficina, utilizando basicamente os mesmos métodos de produção. Nas palavras de Marx (1998, p.375):

[..] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista.

A par de não haver ainda o aumento individual da produção, cria-se na cooperação uma força nova, de caráter coletivo e que consegue revolucionar o modo de produção em relação ao artesanato. Uma mudança substancial quanto a este aspecto dá-se pelo rompimento com o valor da mercadoria, que no artesanato era calculado pelo tempo de trabalho do artesão individualmente. Nas oficinas organizadas pelo capitalista, passa a valer o tempo de trabalho médio como valor da mercadoria. Esta modificação dá o tom identitário do capitalista, qual seja, ele somente se constitui como tal ao empregar mão-de-obra levando-se em conta o trabalho social médio. Segundo Marx (1998, p. 377):

A lei da produção do valor só se realiza plenamente para o produtor individual quando produz como capitalista, empregando, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores, pondo em movimento, desde o começo, trabalho social médio.

Marx ressalta, com isso, que no capitalismo não é dada a possibilidade da livre escolha do capitalista sobre o modo como deseja produzir, ou que, se assim agir, o capitalista pode logo ver falido seu empreendimento, ao não obedecer a este princípio. Para que possa se constituir como concorrente e se reproduzir como capitalista, o detentor do capital precisa necessariamente produzir conforme a média do trabalho social, determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas de um determinado período histórico.

Não é sem razão que os empresários reunidos na CNI proclamam a todo o

instante a necessidade de o Brasil alcançar condições internacionais de concorrência, o que advém do desenvolvimento tecnológico mas que, afirmam eles, também da ação estatal para desonerar a produção, como as famosas reformas (CNI, 2002). Este olhar para a concorrência internacional não é mais que a necessidade premente do capital em manter-se em condições de concorrência para que possa realizar o valor.

Na cooperação, outro elemento fundamental para a compreensão do capitalismo, é gestado, o trabalhador coletivo. Esse movimento histórico é muito bem captado pelo autor quando diz que na cooperação “[...] desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”. (MARX, 1998, 382).

Nesta passagem está exposta a contradição central do trabalho no capitalismo: de um lado encontra-se um elemento de sua positividade, que é a possibilidade conferida ao trabalho coletivo de poder libertar o homem das amarras naturais, estritamente biológicas, pela possibilidade de produzir condições materiais de vida em larga escala, e, ao mesmo tempo, o elemento de sua negatividade, presente na materialidade do sistema capitalista em que esta potencialidade ocorre, que não tem por objetivo a coletivização dos produtos do trabalho humano, mas que objetiva a acumulação de capitais e a reprodução do sistema que a possibilita. Todo o restante do sistema é subordinado a este objetivo.

Como destaca Kuenzer (1985, p. 48), desde o princípio a relação entre capital e trabalho se verificou pela heterogestão, ou, nas palavras de Marx (1998, p. 385), “[...] uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados”. Desde a cooperação, portanto, a motivação e a conexão dos trabalhos na produção de mercadorias são externas aos trabalhadores, pertencem ao capital, que ainda ganha gratuitamente a força coletiva gerada no processo de produção, pois o pagamento é dado apenas aos trabalhadores isolados. Vejamos, mais de perto, como isso ocorre, nas palavras de Marx (1998, p. 382):

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil.

Daí que, até mesmo na forma de pagamento da força de trabalho, o capital acaba ganhando pela gestão coletiva do trabalho unificado na grande oficina. Ademais, este traço é reforçado pelo desenvolvimento tecnológico, que gera a multiplicação geométrica da capacidade coletiva de produzir, o que não é refletido no pagamento do trabalho, aumentando sobremaneira a exploração da mais-valia-

relativa, algo que atualmente se verifica como regra nas relações capital-trabalho.

Antes de seguir na argumentação, é necessário afirmar que, ao balizar algumas considerações sobre a atualidade da forma “cooperação” na obra de Marx, não se quer com isso dizer que basta deslocar o dito em O Capital para a compreensão do capitalismo contemporâneo, o que seria negar o próprio método marxiano. Na verdade o que se pretende aqui é constatar, e sobre isso não paira dúvidas no nosso entendimento, que o sistema capitalista possui um núcleo central de funcionamento, que é a exploração do trabalho vivo, gerador de mais-valia e essência da acumulação, que é o foco central da classe burguesa. Esta essência não está morta atualmente, ao contrário, a exploração dos trabalhadores se dá de forma geometricamente ampliada pela superação do fordismo, tema tratado por diversos autores (HARVEY, 2002; ANTUNES, 2005; ALVES, 2007; KUENZER, 2002; 2003; OLIVEIRA, E., 2004; GOUNET, 1999). Da mesma forma o princípio do trabalhador coletivo é instalado, ainda de forma inicial, na cooperação, assim como os princípios da concorrência capitalista pelo tempo médio de produção das mercadorias. Tais leis, que a empiria comprova, são tão atuais quanto a tão afamada crise que se instalou em fins de 2008, e a sua presença se faz sentir, ainda que de forma indireta, ou por outras mediações relativas ao contexto contemporâneo do capitalismo, nos documentos da CNI que serão analisados.

A fase seguinte à cooperação, a manufatura, que Marx denomina de “a forma clássica da cooperação”, perdurou entre os séculos XIV e XVIII. A manufatura caracteriza-se pela instalação em massa do processo produtivo parcelizado, em que os trabalhadores de ofícios diversos, reunidos numa mesma oficina, fazem cada qual certa parcela do produto final. Até aí não há uma ruptura com o sistema da cooperação simples, ao contrário, é sua continuação mais desenvolvida. O que Marx observa como característico desta fase é que se inicia a especialização das atividades, ou seja, aquele artesão que antes dominava toda a extensão de seu ofício, quando colocado a trabalhar com uma atividade específica, perde com o tempo a capacidade que tinha do domínio de todo o ofício anterior. Marx dá um clássico exemplo deste processo:

O costureiro, o serralheiro, o correeiro etc. que se ocupam apenas com a feitura de carruagens perdem pouco a pouco, com o costume, a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a extensão. Além disso, sua atividade especializada assume a forma mais apropriada a essa esfera restrita. No início, a manufatura de carruagens era uma combinação de ofícios independentes. Progressivamente, ela se transformou num sistema que divide a produção de carruagens em suas diversas operações especializadas; cada operação se cristaliza em função exclusiva de um trabalhador e a sua totalidade é

executada pela união desses trabalhadores parciais. (MARX, 1998, p.391-392)

Embora reconheçamos que o desenvolvimento da produção capitalista tomou proporções não imaginadas no século XIX, mais especificamente também não imaginadas pelo autor alemão, não podemos nos furtar, ao mesmo tempo, de admitir que a apreensão do movimento da realidade da produção capitalista neste momento da ascensão da manufatura é de tal forma densa e perspicaz, que mantém impressionante atualidade.

Quando Marx nos informa sobre a destituição do conhecimento da totalidade do ofício do artesão ao ser colocado em reunião com outros para executar não mais sua atividade original, mas uma parcela do trabalho total, do qual passa a ter um domínio parcial, o autor está nos mostrando, na realidade, o princípio da constituição do trabalhador moderno, e que se reproduz ainda hoje, mesmo dadas as especificidades da produção com base na maquinaria microeletrônica.

Nesta fase da manufatura a produção social do trabalhador coletivo ganha fôlego ainda maior, pois a especialização, como já advertira Adam Smith, possui grandes vantagens para a produtividade.

Em relação à formação do trabalhador para a fase de produção manufatureira há a perda da capacidade do exercício dos antigos ofícios, o que significa um histórico processo de especialização⁶ dos trabalhadores, que se tornam, nas palavras de Marx, órgãos do mecanismo de produção. A virtuosidade que se exige do trabalhador, na manufatura, é uma virtuosidade parcial, que transforma o corpo do trabalhador em um órgão dessa atividade parcial.

A manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade. (MARX, 1998, p. 394)

Essa virtuosidade mutiladora do trabalhador é, para o capital, atributo para o alcance de maior produtividade, o que sem dúvida aconteceu devido à intensificação do trabalho utilizado integralmente pelo capitalista, segundo o contrato de trabalho

⁶ Comumente este processo é denominado de “desqualificação”, porém, preferimos, conforme sugestão do professor Gilberto Luis Alves, na banca de defesa desta tese, esclarecer que o processo de desqualificação como “especialização”, já que foi isso mesmo que ocorreu ao longo do desenvolvimento do processo produtivo no capitalismo. A “falta de qualificação”, da qual fala Marx, não significa “desqualificação”, mas sim especialização, como a que se inicia com o trabalho manufatureiro. A questão proposta pelo professor Gilberto Luis Alves (2001) é que o processo de especialização não é passível de ser eliminado no devir histórico, ao contrário do que é realmente o impeditivo da emancipação humana, a propriedade privada dos meios de produção. Sendo assim, mesmo que o termo desqualificação apareça no texto, o sentido que queremos conferir é este.

firmado pelas partes.

Sobre esta questão há que se destacar a sua atualidade, pois justamente é sobre as bases de uma formação fragmentada que se ergue uma importante questão contemporânea. De um lado, os defensores da idéia de que há na atual base produtiva microeletrônica e na gestão toyotista uma valorização dos conhecimentos dos trabalhadores, superando uma formação fragmentada, típica do fordismo, e, como se constata em Marx, fruto de um processo histórico anterior a este. Por outro lado, como afirma Kuenzer (2007), esta superação da dualidade entre ação e planejamento; entre o saber e o fazer; entre a teoria e a prática, trata-se de um fenômeno ideológico da falsa superação da dualidade estrutural no regime de acumulação flexível. Para a autora, baseada em Marx, esta superação não é obra simplesmente da mudança de gerência sobre a produção, mas algo intrínseco ao sistema capitalista e à organização da produção, seja em que fase for. Esta dualidade só será superada “[...] se superada for a contradição entre a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho.” (KUENZER, 2007, p. 1162).

É na manufatura que emerge com toda a força o trabalhador coletivo, “[...] mecanismo específico do período manufatureiro” (MARX, 1998, p. 403). No conjunto do trabalhador coletivo, cada um era exigido em uma habilidade específica, como força, atenção, destreza etc., para a qual desenvolviam a sua virtuosidade. A diferenciação das tarefas entre os trabalhadores separa-os, genericamente, entre hábeis e inábeis. Para cada nível de tarefa é exigida uma formação diferenciada que, por sua vez, passa a possuir valores diferenciados. Para Marx (1998, p.405)

Em todo ofício de que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação.

Pode-se dizer, levando em consideração o exposto acima, que na manufatura o processo de especialização do trabalhador dá um salto expressivo, ou seja, a formação histórica do trabalhador coletivo é também a história da formação de um trabalhador cuja formação seja mínima, hoje traduzida na legenda neoliberal da defesa da educação básica como parâmetro de cidadania, e, ainda, não vinculada a conteúdos especializados. A relação do trabalhador com seu trabalho é, nesse período manufatureiro, mediado pela sua destreza com as ferramentas, e é desta relação que surge a capacidade maior ou menor de produção, lembrando sempre que a concorrência capitalista tende a baixar o tempo necessário para a produção das

mercadorias, e, logo, esta destreza é sempre subordinada pela destreza média apresentada na sociedade, ou seja, não é livre e não se desenvolve a mercê do trabalhador. No entanto, como pondera Marx, esta relação íntima entre trabalhador e ferramentas subordinava o capital ao trabalhador, devido à sua dependência que criava, o que caracterizou, ainda para Marx, a contradição fundamental do período manufatureiro.

Na produção manufatureira é forjada, como fica evidenciado no trecho anterior, a hierarquização entre os trabalhadores hábeis e inábeis, com clara prevalência para estes últimos, movimento este que não deixará de constar no desenvolvimento das relações entre capital e trabalho, e que é um elemento de dominação importante, já que a pouca formação dos trabalhadores colocam-nos em uma vala comum, em que o trabalho por eles realizado não possui diferencial suficiente para mantê-los no emprego (HARVEY, 2002).

Outro fator, ainda mais grave, é a deformação do trabalhador que, conforme Marx, ocorre de forma “monstruosa”, alijando-o de todo potencial e refreando seus instintos e capacidades produtivas, atingindo a própria relação do trabalhador com o corpo ao exigir deste trabalhador o desenvolvimento e a atividade de uma parte de seu corpo, que passa a ser assim deformado na produção.

A especialização, que historicamente foi forjada sobre a destituição dos conhecimentos dos trabalhadores, passa a ser o princípio de formação do trabalhador na indústria moderna. Logo, a falta de conhecimento torna-se especialização, afirma Marx. A virtuosidade mutilada do trabalhador reproduz a mutilação deste trabalhador em termos de sua formação. Esta, por sua vez, relaciona diretamente o trabalhador e sua ferramenta.

A manufatura se caracteriza pela diferenciação das ferramentas, que imprime aos instrumentos da mesma espécie formas determinadas para cada emprego útil especial, e pela especialização, que só permite a cada uma dessas ferramentas operar plenamente em mãos do trabalhador parcial específico. (MARX, 1998, p.396)

Pelo exposto, a produtividade no trabalho manufatureiro dependia estritamente da virtuosidade mutilada do trabalhador na relação com o seu instrumento de trabalho, ao qual se somava como parte do processo maior de produção. O trabalhador passava a se constituir, como já foi dito anteriormente, órgão específico da produção.

Marx destaca que a manufatura não apenas forjou uma nova espécie de trabalho e de trabalhador, o trabalhador coletivo, mas também que a manufatura desenvolveu o sistema de produção social como um todo, interferindo inclusive na divisão social e territorial da produção. Nas suas palavras:

Sendo a produção e a circulação de mercadorias condições fundamentais do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Reciprocamente, a divisão manufatureira do trabalho, reagindo, desenvolve-se e multiplica a divisão social do trabalho. Com a diferenciação das ferramentas, diferenciam-se cada vez mais os ofícios que fazem essas ferramentas. [...] A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em áreas determinadas de um país, recebe novo impulso com a atividade manufatureira, que explora todas as peculiaridades. (MARX, 1998, p. 408)

Portanto, não é somente no interior da produção que a manufatura causa impactos significativos, mas sim no sistema de produção e na sociedade como um todo, ao vincular seu desenvolvimento com certa divisão territorial e uma nova especialização espacial da produção, ligada, por exemplo, à oferta de matérias-primas, de recursos naturais disponíveis etc. A formação do trabalhador para a manufatura não é feita apenas para a divisão interna da produção, na oficina, mas também pela divisão territorial. Em determinadas regiões exige-se certo tipo de trabalhador, diferente de outras demandas regionais, cuja base produtiva é diferenciada. Marx constata a existência de uma similaridade entre a divisão técnica do trabalho e a divisão social do trabalho.

Podemos, com A. Smith, imaginar que a divisão social do trabalho se distingue da divisão do trabalho na manufatura apenas subjetivamente, isto é, para o observador, que, na manufatura, vê em conjunto os diversos trabalhos parciais que se processam no mesmo local, enquanto a divisão do trabalho na sociedade tem sua conexão obscurecida por estar dispersa em imensas áreas e pelo grande número dos que estão ocupados em cada ramo determinado. (MARX, 1998, p.409)

Mas a manufatura, apesar do salto que propiciou à produção, a ponto de permitir as condições necessárias à emergência do capitalismo, apresentava limites ao pleno desenvolvimento das forças produtivas, limites estes que vinham do próprio processo de produção, em que o produto ainda tinha que passar de mão em mão para ser produzido e tornava o processo moroso e custoso, o que, a partir do século XVIII e especialmente do século XIX, passou a ser uma contradição insolúvel e, logo, gerou a superação deste modelo.

Além do fato de que a manufatura já não conseguia mais corresponder aos aumentos da demanda, o capital enxergava como um risco o processo de trabalho estar nas mãos dos trabalhadores, no sentido de que dependia da relação íntima do

trabalhador com sua especialização. Como o capital mira a subordinação do trabalho vivo, e luta contra sua insubordinação (veja o massacre ao sindicalismo ao longo da história do capitalismo, por exemplo), a manufatura passou a ser um sistema arriscado.

No seio desse processo contraditório, na oficina manufatureira, surgem as máquinas e sua generalização no processo produtivo, o que Marx caracteriza como uma nova fase do desenvolvimento capitalista, a maquinaria.

Essa oficina, produto da divisão manufatureira do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminaram o ofício manual como princípio regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital. (MARX, 1998, p.424)

O advento da maquinaria, estudada por Marx no Capítulo XIII de O Capital, tem por objetivo enfrentar a concorrência. Para isso precisava produzir cada vez mais, melhor e mais barato, ampliando a exploração da mais-valia relativa. O desenvolvimento das formas de produção capitalista não é mais que novas formas que encontra o capital para se apropriar desta mais-valia. Este movimento constante na história do capitalismo, portanto, não pode ser deixado de lado quando o objeto de estudo são as formas mais contemporâneas de extração da mais-valia relativa encontradas na forma flexível de produção, baseada na maquinaria microeletrônica. E é neste processo de exploração da mais-valia relativa na contemporaneidade que devemos apreender a presença da educação básica no conjunto do ideário da CNI, pois há uma relação direta entre este projeto educacional da burguesia industrial brasileira e as suas necessidades de acumulação, fulcro da ação capitalista.

Voltando à questão da maquinaria, esta revoluciona a produção ao colocar a maquinaria no centro do processo, em detrimento do trabalhador, como explica Marx:

Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. O motor é a força motriz de todo o mecanismo. [...] O motor e a transmissão existem apenas para transmitir movimento à máquina-ferramenta, que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado. É desta parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que parte a revolução industrial do século XVIII. (MARX, 1998, p. 429)

Acompanha este novo mecanismo, uma nova forma de expropriação do trabalhador. De forma genérica, o que acontece na maquinaria e na indústria moderna é que as máquinas “roubam” a já parcelada virtuosidade do manejo das ferramentas,

como ocorria na manufatura, o que significa uma expropriação radical do trabalhador pelo capital. A virtuosidade do trabalhador é repassada para a máquina, eliminando o inconveniente da insubordinação e a dependência do capital em relação às habilidades dos trabalhadores. Todo o trabalho realizado anteriormente pelo trabalhador está objetivado na máquina-ferramenta.

A desvantagem do trabalhador é que este é limitado a trabalhar com a quantidade de ferramentas para as quais o seu corpo físico é preparado. A máquina, por sua vez, inclui em seu funcionamento várias ferramentas ao mesmo tempo, permitindo um incremento no processo e na produção. A máquina se emancipa do homem com relação ao limite orgânico que este apresenta. Este fato representa mais um degrau no processo de especialização do trabalho.

Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. (MARX, 1998, p.431).

O autor alemão compreende que, nesta passagem do trabalho manual, da manufatura e da cooperação, para o trabalho na maquinaria, acontece uma revolução importante na relação entre o trabalhador e sua atividade. Antes o trabalhador agia diretamente no produto, agora, com a máquina, passa a agir mediatamente, ou seja, intermediado pela ação da máquina.

Para Klein (2003) este processo constitui-se em uma radicalização da desqualificação do trabalhador, que ocorre na medida inversa da objetivação do trabalho nas máquinas, que então passam a ser o centro do processo produtivo.

Desse modo, a indústria mecanizada promove um nivelamento dos trabalhos que os operários – agora meros auxiliares das máquinas – têm que executar e, assim, dissolve a hierarquia dos trabalhadores especializados. A fronteira entre os hábeis e os inábeis torna-se cada vez mais tênue, ampliando o contingente destes últimos. (KLEIN, 2003, p. 26).

A repercussão deste processo na sociedade ocorre pelo aumento significativo de trabalhadores sem qualificação. A maquinaria e a indústria moderna exacerbam a divisão entre uma pequena elite de trabalhadores especializados e a massa de trabalhadores desvalorizados, cuja formação para o trabalho não apresenta diferencial. Este movimento de desqualificação de uma grande massa de trabalhadores, colocados à margem do processo produtivo não é algo estranho ao quadro contemporâneo do mundo do trabalho, muito bem descrito por Harvey (2002).

É de se pensar se não podemos inferir desta questão levantada por Marx uma alusão entre a especialização do trabalho e a centralidade da educação básica e a ascensão no campo educacional das pedagogias do “aprender a aprender” (DUARTE, 2000), como o caso da pedagogia das competências (RAMOS, 2001a; 2001b; SILVA, 2007). Neste campo educacional não está presente a centralidade da transmissão de conhecimentos científicos aos estudantes e a aquisição por parte destes de importante acervo cultural da humanidade. Ao invés disso o que se propõe, em geral, é a vinculação da formação a critérios subjetivos e, com relação ao conteúdo, a suas formas básicas. É conveniente lembrar que os empresários da CNI também insistem nesse ponto da centralidade do básico na formação das competências pela escola (CNI, 1993; CNI, 2007).

Retomando a questão da maquinaria, ainda seria preciso que Watt inventasse a máquina a vapor para que a emancipação da máquina fosse completa, pois até então a força-motriz ficava na dependência de energias das quais não havia completo controle por parte dos homens, como a força hidráulica e a força animal. Ambas, ademais, restringiam o campo de atuação da indústria (no caso da força hidráulica, que obrigava as indústrias a se localizarem à beira dos rios), ou dos animais, cuja vida produtiva para a força motriz era pequena e encarecia o processo, além de não ser garantia da continuidade e uniformidade nos movimentos para as máquinas.

Com a invenção da máquina a vapor, o capital consegue estabilidade na geração de energia e independência para ampliar as áreas de implantação das indústrias, dando origem ao processo de universalização das indústrias para todo o planeta, ampliando a concentração nas cidades, devido à facilidade que gerou as energias mais estáveis.

A máquina mecanizada supera a máquina-ferramenta, incorporando várias destas no seu mecanismo, dando-lhe outra conotação e realidade à produção. Neste caso importa apontar o fim da subjetividade no processo de divisão do trabalho, em que, como na manufatura, o processo era ajustado ao trabalhador. Diz Marx:

Na produção mecanizada, desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes, e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc., embora a teoria tenha sempre que ser aperfeiçoada pela experiência acumulada em grande escala. (MARX, 1998, p.436)

Portanto, o novo modo de produzir na maquinaria contempla como princípio norteador a velocidade e os mecanismos típicos da máquina, aos quais os

trabalhadores devem se adaptar para que possam produzir. Ao fazer isso, a produção dá mais um salto na exploração da mais-valia relativa, pois o ritmo de produção da máquina faz aumentar geometricamente a produção de cada trabalhador individual durante a sua jornada de trabalho.

A relação da base manufatureira com a base mecânica da nova fase da revolução industrial é uma relação contraditória, segundo Marx. A base material derivada da manufatura já não podia satisfazer as necessidades da produção após a introdução da maquinaria. Na manufatura, ademais, não estavam presentes as condições de produção de máquinas, e o material predominante era a madeira. Isso tudo impossibilitava o crescimento necessário das forças produtivas. Importante lembrar que esta fase é muito bem descrita por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, de 1948, quando falam do período de transição da Idade Média:

Mas os mercados continuavam a crescer, a procura [por mercadorias] continuava a subir. Também a manufatura deixou de bastar. Então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufatura veio a grande indústria moderna; para o lugar da classe média industrial vieram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial veio dar ao comércio, à navegação e às comunicações por terra um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, veio reagir sobre a expansão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação e os caminhos-de-ferro se expandiram, desenvolvia-se também a burguesia, que multiplicava os seus capitais e relegava para um plano secundário todas as classes que a Idade Média tinha legado. (MARX; ENGELS, 1982, p.108).

As linhas deste clássico texto dos autores alemães não poderiam ser mais claras quanto à descrição do processo pelo qual a burguesia, por meio da indústria, conquistou o mundo, subjugando-o a seu mando, em toda parte. A globalização estava dada em seus alicerces por esta ação empreendedora da burguesia como classe dominante.

A passagem da manufatura para a grande indústria significou, em termos históricos, um avanço sem igual para o sistema capitalista, pois possibilitou a consolidação deste sistema como um sistema mundial e que mudaria a face das relações sociais em toda a parte do globo. Insistimos no fato da atualidade no trecho do Manifesto acima mencionado, pois sem dúvida que o processo ali descrito não nos é estranho nos dias atuais.

Destaque-se que o advento da maquinaria impacta fortemente sobre o perfil do trabalhador da indústria moderna. Afinal de contas, agora, ao adentrar na indústria,

encontra objetivado todo o processo de trabalho no qual deverá desempenhar as suas atividades.

A intervenção da ciência a favor da criação de tecnologias adequadas à produção industrial faz aumentar ainda mais a capacidade de exploração da mais-valia relativa. Como diz Marx (1998), a ciência, as descobertas e leis científicas, nada custam ao capitalista após descobertas e objetivadas nas máquinas, por exemplo. Isto acontece porque é de tal resistência a máquina e tão pouco o desgaste em relação ao que produz que, tirados da conta os seus elementos motrizes e de manutenção, trabalha praticamente de graça para o capital.

Na produção capitalista, as máquinas entram por inteiro na valoração dos produtos, e apenas em uma proporção diminuta em relação ao seu desgaste, o que amplia ainda mais a apropriação de mais-valia pelo seu uso no processo produtivo. Conclui Marx que: “Só com a indústria moderna aprende o homem a fazer o produto de seu trabalho passado, o trabalho já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fosse uma força natural” (MARX, 1998, p. 444).

Claro está que não se pode ser ingênuo na análise da implementação da maquinaria no processo de produção capitalista, a partir do século XIX. Ao contrário disto, a realidade da implementação da maquinaria no contexto europeu, que é o paradigma deste processo, trouxe consigo muitos retrocessos em relação ao processo de humanização. Citando Stuart Mill, Marx concorda que todo o processo de mecanização da indústria, o aumento da produtividade etc., nunca foi usado para o alívio dos trabalhadores, ao contrário, sempre teve o intuito de retirar mais mais-valia, tanto relativa quanto absoluta. Neste sentido Marx expõe três situações em que são visíveis as consequências da produção mecanizada, somente citadas: o uso do trabalho feminino e das crianças; o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho.

Com relação à formação dos trabalhadores Marx denuncia em *O Capital*, baseado em dados empíricos da época, que a educação das crianças trabalhadoras era negada pelos capitalistas. Certificados falsos eram emitidos por falsas escolas e professores. Sem entrarmos nos exemplos grotescos citados por Marx e Engels, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, este descaso e negação da educação para estes trabalhadores demonstra que, para o trabalho na fábrica não era somente da força física que se prescindia, mas também de uma formação densa e especializada, pois crianças e mulheres analfabetas, bem como homens nesta mesma condição, poderiam fornecer, como produto do trabalho, resultados que interessavam

ao capitalista⁷.

É o caso de se discutir se, do mesmo modo que ocorria nesse período, esta falta de exigência de qualificação do trabalhador encontra-se ainda hoje vigente, ou seja, qual a formação realmente necessária para o trabalhador atuar na produção baseada na maquinaria microeletrônica? Na verdade o que se pode inferir é que a formação desejada pelos industriais é uma formação básica, de caráter genérico⁸ e desprovido de conteúdos densos na formação. Assim, a educação básica, responsável pela formação das competências básicas (CNI, 2007), seria suficiente para que o trabalhador pudesse obter produtividade e garantir a acumulação capitalista pela exploração de seu trabalho. Não se podem desprezar as diferenciações advindas dos diferentes contextos históricos, mas de fato é perceptível a centralidade da educação básica no projeto empresarial para a educação, mesmo quando se referem à educação profissional, é a atualização do princípio estudado por Marx e Engels no século XIX, referente à especialização dos trabalhadores.

Outro fator, abordado por Marx, com relação às conseqüências do trabalho na maquinaria é o prolongamento da jornada de trabalho. Este prolongamento tem como parâmetro a máquina, para a qual não existem limites diários de trabalho. Ao contrário, as máquinas são fabricadas para trabalharem ininterruptamente. No entanto, o limite para o funcionamento das máquinas é que estas sejam acompanhadas pelos trabalhadores, “auxiliares humanos” das máquinas. Estes trabalhadores, por sua vez, não têm capacidades ilimitadas. O uso das máquinas acrescido do aumento da jornada incrementa incrivelmente a expropriação de mais-valia absoluta, somada à apropriação da mais-valia relativa, própria do processo da maquinaria, como afirma Marx (1998, p. 463):

Prolongada a duração diária do trabalho, amplia-se a escala da produção, permanecendo invariável a parte do capital despendida em maquinaria e construções. Aumenta, então, a mais-valia, ao mesmo tempo em que diminuem os gastos necessários para obtê-la.

Esta discussão da jornada de trabalho está nas reivindicações da classe trabalhadora, no sentido da sua redução para 40 horas, no Brasil, ou para ainda menos, em outros países. O fato de que há uma dura resistência para reduzi-la demonstra que a jornada de trabalho é um elemento relevante no processo de acumulação. Mas não se pode esquecer, no entanto, que os empresários promovem

⁷ Claro está que não desconsideramos o fato de que, concomitantemente à especialização da grande massa dos trabalhadores, a produção capitalista também necessita de uma parcela de trabalho qualificado. Este tema será tratado no quinto capítulo.

⁸ Não se confunde o caráter “genérico” da educação proposta pela burguesia industrial, com a proposta de educação generalista, a qual é parte do projeto socialista de educação (SAVIANI, 2005).

flexibilizações nas jornadas de trabalho quando há um ritmo menor que as expectativas de lucratividade. Neste caso os industriais têm recorrido a procedimentos como férias coletivas, afastamento para cursos, redução da jornada (e muitas vezes com redução do salário), e, mesmo, a demissões em grande escala, falsamente mitigadas pelos Programas de Demissão Voluntária – PDV, como se constata nesta atual crise. Portanto, esta flexibilidade com a jornada de trabalho não atende a uma demanda autônoma dos trabalhadores, mas, ao contrário, atende simplesmente à continuidade da acumulação capitalista.

Os modos como a máquina propicia a apropriação da mais-valia relativa são diversos: a máquina deprecia o trabalho humano, tornando-o supérfluo e fazendo com que perca valor; a máquina barateia a mercadoria que reproduz a força de trabalho e, logo, esta força precisa de cada vez menos para a sua reprodução; pela eficácia da produção, que faz com que o pagamento diário da força de trabalho represente uma menor proporção da produção total. Marx defende que, ao contrário do que parecia a muitos pensadores, as máquinas não são mais que meios eficientes de prolongar a jornada de trabalho e criar uma população de trabalhadores excedentes.

Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí este estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. (MARX, 1998, p. 465)

Constata-se nesta leitura que os trabalhadores, frente à máquina não se vêem apenas submissos ao seu ritmo e ao fato de que sua produção se multiplica sem que isso se reverta em melhorias salariais ou de condições de vida. A máquina expulsa da fábrica uma torrente de trabalhadores que, sem rumo definido, pairam pela sociedade a procura de novos empregos, pressionando os trabalhadores que já o possuem tanto com a redução dos salários quanto com a necessidade premente de que façam o possível para se manterem no emprego. Enfim, a máquina ganha vida ao mediar as relações sociais entre os trabalhadores e o capital, e, ainda mais, em sendo um mediador das relações de conflito no seio da própria classe trabalhadora.

Este movimento da maquinaria como elemento de facilitação e, portanto, de liberdade, não se consolida para a classe trabalhadora senão como novo grilhão que a prende à produção, de maneira ainda mais perspicaz, porque não somente o coloca na jornada de trabalho, mas fora dela também, atingindo não somente o trabalhador, mas a família e a sociedade.

Quanto à intensificação do trabalho, terceiro item analisado por Marx com

relação às conseqüências imediatas da maquinaria, esta ocorre quando é chegado o limite socialmente imposto ao aumento da jornada de trabalho, que, inclusive, encontra seu limite na possibilidade de que a força de trabalho se reproduza.

Dada a impossibilidade de levar ao limite a jornada de trabalho, o capitalista empreende então, na mesma jornada de trabalho ou em jornada reduzida, como foi o movimento histórico da jornada de trabalho ao longo dos séculos XIX e XX, a intensificação do trabalho. Eis aí o campo específico da expropriação da mais-valia relativa, pelo desenvolvimento tecnológico das máquinas e, ainda, com o aumento da intensidade da força de trabalho, no sentido físico mesmo.

Essa redução, com o poderoso impulso que dá ao desenvolvimento da força produtiva e à poupança das condições de produção, impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, mais elevada tensão da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada, em suma, um tal grau de condensação do trabalho que só pode ser alcançado reduzindo-se o dia de trabalho. (MARX, 1998, p. 468)

Neste processo de intensificação do trabalho existe, por parte do trabalhador, um dispêndio maior de quantidade de trabalho em um mesmo período. Assim fazendo, o capital extrai, desse mais-trabalho, um valor, que, embora continue o mesmo individualmente, é multiplicado pelo maior número de valores de uso produzidos. Logo, a jornada de trabalho é medida duplamente, tanto pela sua duração quanto pela intensidade do trabalho neste período.

A intensificação do trabalho, afirma Marx, se dá de quatro modos: pela maior eficácia; pela retribuição; pelo aumento da velocidade da máquina e pela ampliação da maquinaria por trabalhador. Dispensamos o comentário da primeira, pois já foi efetuado anteriormente.

A forma de retribuição do salário por peça produzida ou outro modo que seja, leva à individualização do salário e motiva o trabalhador a produzir mais, já que isso se reflete no salário. Kuenzer (2006) em pesquisa realizada na indústria coureiro-calçadista apreendeu este movimento real do trabalho de tipo manufatureiro, em que a produção era paga por peça produzida. Neste caso, como já demonstrara Marx, o ganho é individual e coloca cada trabalhador, no caso terceiros que trabalham em casa ou em oficinas terceirizadas ou quarteirizadas, na luta pela sobrevivência ampliando sua jornada de trabalho, visando com isso um ganho maior.

O terceiro método, o do aumento da velocidade da máquina e da ampliação da quantidade de máquinas por trabalhador, consegue-se pela imposição técnica de maior velocidade à máquina, por meio de mecanismos tais como a melhoria na

transmissão pela redução dos eixos de transmissão etc.

Interessante citar a declaração do parlamentar inglês Ferrand, da Câmara dos Comuns, a 27 de abril de 1863, a respeito da exploração dos trabalhadores obrigados a lidarem com um número maior de máquinas.

Delegados dos trabalhadores de 16 distritos de Lancashire e Cheshire, em nome dos quais falo, comunicaram-me que aumenta constantemente o trabalho nas fábricas em consequência dos aperfeiçoamentos da maquinaria. Antes, uma pessoa com dois auxiliares atendia a dois teares; hoje, sem auxiliares, atende a três, e não é raro uma pessoa atender a quatro. Conforme se evidencia dos fatos apresentados, extraem-se hoje 12 horas de trabalho em menos de 10 horas. Compreende-se perfeitamente a enorme proporção em que aumentou o esforço dos trabalhadores das fábricas nos últimos anos. (MARX, 1998, p.475)

Este processo de intensificar o trabalho pela incorporação de mais máquinas por trabalhador mantém uma atualidade surpreendente, o que demonstra a validade da abordagem metodológica aqui utilizada de resgatar este processo descrito e analisado em *O Capital*. O sistema toyotista, criado no Japão após a segunda grande guerra mundial, tem como um dos seus pilares o fato de que um trabalhador tem que lidar com três a quatro máquinas, diferenciando-se, porém, a interface entre as máquinas toyotistas e as que Ferrand denunciava então (OLIVEIRA, 2004; GOUNET, 1999; HARVEY, 2002).

O aperfeiçoamento das máquinas para a produção, além de intensificar os resultados e multiplicar a expropriação da mais-valia, traz como consequência a ampliação do controle do capital sobre os trabalhadores, o que acontece com o aumento da pressão sobre eles, tanto pelas máquinas quanto pelas medidas de administração. Tanta pressão e controle visavam manter e expandir a produtividade, e o sucesso desta empreitada é concretizado pela obviedade dos fatos históricos e contemporâneos: a redução da jornada de trabalho para 12 horas na Inglaterra trouxe incremento para a produção; o mesmo se pode dizer da redução da jornada para 8 horas diárias.

Visto deste modo, pela intensificação do trabalho e pelas interfaces do trabalhador com a máquina, apreendemos que a formação de grande massa de trabalhadores exige um cabedal mínimo de conhecimentos, especialmente sob a maquinaria da qual vai se utilizar na produção, sendo que este conhecimento, antes de tudo, é adquirido na própria fábrica, sem a necessidade de formação prévia para a maioria dos trabalhadores da base. Ainda assim existia uma pequena parcela de trabalhadores que, desde suas origens no artesanato, pela sua habilidade, galgaram

uma posição intermediária no processo de trabalho, aos quais, portanto, não cabia apenas relacionar-se com a máquina, mas pensá-la e aperfeiçoá-la, ou, no mínimo, poder interferir no seu funcionamento em momentos de pane do sistema etc. Esta divisão entre a base dos trabalhadores, cuja formação não demandava grandes investimentos para se reproduzir, e os trabalhadores mais técnicos, ou mesmo os de mais alto nível, reflete a divisão ainda em voga atualmente. No entanto, os contornos atuais desta divisão são diferentes (HARVEY, 2002; INVERNIZZI, 2000), embora seus resultados sociais sejam tão devastadores quanto foi a implementação do industrialismo como modelo de sociedade a partir do século XIX.

Ainda em continuidade à análise realizada na obra de Marx, abordaremos em seguida as mudanças no mundo do trabalho no século XX, tomando como base o taylorismo/fordismo e o toyotismo, por meio dos quais procuraremos identificar traços comuns, continuidades e rupturas com a caminhada das formas de relação entre capital e trabalho no capitalismo, especialmente no que se refere às demandas por formação para a classe trabalhadora e a especialização em cada um destas formas de produzir mercadorias.

1.2. Do taylorismo/fordismo ao toyotismo: breve estudo das transformações das demandas formativas para a classe trabalhadora no século XX

As origens do taylorismo situam-se no desenvolvimento das máquinas no século XIX e na necessidade de que tinha o capital de aperfeiçoar o controle sobre o trabalho, melhorar o grau de competitividade e continuar acumulando. A saída encontrada pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor (1856-1915) foi amplamente testada na *Midvale Steel Company*, a partir de 1880, e teve a duração de 26 anos, focado especialmente no trabalho dos mecânicos, que eram os trabalhadores-chave para as fábricas mecanizadas. Segundo Braverman (1977) o taylorismo baseou-se em três princípios: a dissociação do trabalho especializado, a desagregação com relação aos antigos ofícios, às tradições e conhecimentos dos trabalhadores; separação da execução e concepção; a gerência tinha exclusividade com relação ao planejamento. Por meio destes três princípios, o taylorismo nada mais fez que dar um salto qualitativo na exploração do capital sobre o trabalho, expropriando dos trabalhadores a quase totalidade dos conhecimentos dos processos e a possibilidade de gerir o trabalho. Ao mesmo tempo em que expropria os trabalhadores, estes três princípios são também formas de centralizar o controle do trabalho nas mãos da gerência, não restando aos trabalhadores nada mais que um trabalho desumanizado, e uma forma de luta do capital contra a forte organização dos trabalhadores, que causava conflitos no final do século XIX (INVERNIZZI, 2000).

Perante estes três princípios Braverman (*idem*) afirma que a produção acontece de forma totalmente fragmentada, em que mãos e cérebro estão distantes entre si. Para o autor é nítida a condição de desumanização do trabalho.

Assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano. (BRAVERMAN, 1977, p. 113)

Estabelecida desta forma, a relação entre trabalho e ciência, do ponto de vista da classe trabalhadora, se enfraquece, tornando assim enfraquecida a profissionalização, como ocorria na relação entre os trabalhadores e seus ofícios. Neste sistema o que existe de fato é uma hierarquização rígida em que o processo de trabalho é dominado pela gerência, que impõe aos trabalhadores modos, regras, tempos e formas de trabalhar, às quais basta obedecer. Deste modo o capital abole as formas de domínio que os trabalhadores tinham sobre o processo de trabalho; destroem-se os nexos qualificantes e generaliza-se uma forma desumana⁹ de trabalho, na qual a função dos trabalhadores não passa de “parafusos e alavancas” (BRAVERMAN, 1977, p.121).

Este processo desumanizador e desqualificante fez com que a implantação do taylorismo sofresse fortes resistências da classe trabalhadora, exigindo esforços contínuos do capital na empreitada de habituar as novas gerações ao trabalho deste tipo, contando para isso, inclusive, com o desenvolvimento do campo da Psicologia Industrial, cujo papel foi o de encontrar e formar o perfil de trabalhadores adequados às necessidades do capital (*idem*). Mas, segundo Braverman, foram as forças socioeconômicas da sociedade que melhor funcionaram como adestradoras dos trabalhadores, o que torna-se hegemônico com o fordismo.

O caso da fábrica de automóveis de Henri Ford (1863-1947) foi paradigmática para o entendimento das relações entre capital e trabalho ao longo do século XX, e, como salientou Gramsci (1988), marcou profundamente a forma de sociabilidade americana, e, também, em grande parte do mundo. Henry Ford adota em sua fábrica algumas características do princípio da gerência científica de Taylor, e, ao mesmo tempo, implementa o que veio a se consagrar como característico da Ford, que é a linha de produção e a produção em massa. Harvey (2002) acredita que é esta última

⁹ No sentido conferido pelo autor, forma desumanizada significa uma forma de trabalho unilateral e forçado, por meio de longas jornadas, repetitivas, que tomam o tempo e as forças físicas dos trabalhadores para outras atividades. Desumanizar significa não dar oportunidades para que os trabalhadores tenham acesso aos bens culturais, aos conhecimentos etc., por conta da forte carga de trabalho despendido nas jornadas nas empresas.

característica que tem a centralidade e que verdadeiramente caracterizou o fordismo como forma de sociabilidade. Para Ford, uma nova sociedade surgiria das mudanças no âmbito das corporações. Para este autor:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo,) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2002, p.121)

Não se tratava apenas de fazer erigir novas relações sociais adequadas à produção em massa, mas também da formação de um novo homem, adequado à linha de produção e a uma moralidade que se vinculasse organicamente à alta produtividade do trabalho. Ford enfrenta grave problema de mão-de-obra para esta empreitada, pois, como já vimos em Taylor, havia resistências por parte dos trabalhadores a um tipo de trabalho cujo ritmo é intenso e repetitivo. A famosa saída de Ford foi, no início, aumentar o pagamento (os \$5 dólares por oito horas de jornada diária), e implementar estratégias de controle da vida pessoal dos trabalhadores, como a bebida e a sexualidade, bem como o investimento do salário na família. Produção na fábrica e vida social passam a se confundir no fordismo. Uma nova moral social vai se formando embasada nas demandas da produção. Novas formas de sociabilidade nascem em torno da fábrica.

Gounet (1999, p.18-19) resume em cinco as mudanças introduzidas pelo fordismo: 1. Produção em massa a custo baixo; 2. Parcelamento das tarefas, conforme o taylorismo, movimentos repetitivos e parcelados; 3. Linha de produção, pela esteira rolante, ao longo da qual os trabalhadores esperam pelo produto, para efetuarem sua tarefa, no tempo estipulado na esteira pela gerência, limitando o estoque e reduzindo o tempo no transporte de uma operação a outra; 4. Padronização das peças, o que leva Ford a comprar as firmas de auto-peças; 5. Automatização da fábrica.

Invernizzi (2000, p.12-13) encara a questão do taylorismo/fordismo como uma forma de controle do capital sobre o trabalho, que ocorre em três planos: a. utilização parcelizada da força de trabalho, separação entre concepção e execução; b. disciplinamento fabril e social da mão-de-obra, encoberto ideologicamente pela “cientificidade da gerência”; c. destruição do poder dos trabalhadores pela destruição das qualificações, passando à ênfase no pacto social entre capital e trabalho. Soma-se a isso a atuação do Estado (*welfare state*) que se colocava como mediador dos conflitos entre capital e trabalho. A autora conclui afirmando uma dupla questão

relativa ao controle do trabalho por parte do capital: no âmbito das relações técnicas o capital desenvolve formas efetivas de extração do excedente que valorizam o capital; de outro lado este controle se dá pela “[...] *adequação subjetiva da força de trabalho e do relacionamento político-ideológico entre as classes [...]*” (idem, p.24, itálico no original). Além destes elementos não podemos deixar de destacar o papel do Estado e do exército de desempregados como outras formas de controle do trabalho.

Este modelo de produção em massa, de forma rígida e com base técnica eletromecânica, vem sendo superada juntamente com a superação do *welfare state*, a partir dos anos 70. Harvey (2002), reconhecido como um dos principais teóricos desta mudança, aponta a rigidez do fordismo e do Estado como um dos principais entraves para a sua perpetuação. Por outro lado, a forte resistência da classe trabalhadora, que acumulou vitórias importantes neste período, fazia com que o sistema, do ponto de vista do capital, se tornasse ainda mais rígido, resistente a mudanças que trouxessem perdas para os trabalhadores.

A crise dos anos 70¹⁰ levou as corporações a uma mudança nos paradigmas de gerenciamento da produção, de modo a responder à crise de superprodução e ociosidade das fábricas e equipamentos, e a um cenário de acirramento da competição capitalista, o que resultou na reestruturação da produção baseada na racionalização e enxugamento, com a incorporação de novas tecnologias. Ao contrário da rigidez fordista, Harvey denomina este cenário como o da “acumulação flexível” (idem), apoiada, conforme este autor, na “[...] flexibilidade de processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (idem, p.140).

Segundo Harvey, a acumulação flexível resulta em um domínio ainda maior do capital sobre o trabalho, especialmente pelo fato de que a crise dos anos 70 no mundo também significou a crise da representatividade e combatividade dos trabalhadores. Além do mais, é importante destacar que a ascensão da reestruturação produtiva resulta em desemprego em massa, “estrutural”, ou seja, um tipo de desemprego que perde a capacidade de ser revertido com facilidade, dado inclusive o fim de muitos postos de trabalho e profissões inteiras. Portanto, além de ser mais um passo, e um grande passo, na expropriação e desqualificação dos trabalhadores individuais, a acumulação flexível ainda se encontra às voltas com a fragilização da classe trabalhadora.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para

¹⁰ Outros elementos explicativos acerca deste tema serão inseridos no quinto capítulo.

impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2002, p.143)

Desta forma, vemos que o controle dos trabalhadores também é realizado socialmente, pela própria exclusão inerente ao mercado de trabalho, que inclui de forma subordinada, flexibilizada, precarizada, ou exclui mesmo completamente, a maior parte dos trabalhadores, enquanto inclui uma minoria, os chamados “centrais” (idem), um grupo de trabalhadores altamente qualificados, com a promessa de integrar a todos (papel que cabe às categorias de empregabilidade e empreendedorismo).

As produção toyotista, característica da acumulação flexível, segundo Gounet (1999, p.26-28), possui seis características: 1. produção puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo, com estoques mínimos; 2. combate ao desperdício, reduzindo o trabalho a quatro operações: transporte, produção, estocagem e controle de qualidade; 3. flexibilidade da produção e adaptação às mudanças, incluindo a utilização de um trabalhador para várias máquinas e o trabalhador polivalente; 4. *kanban*; 5. produção de muitos modelos com série reduzida, mudanças e adaptações nas máquinas de forma eficiente; 6. integração horizontal, terceirização, subcontratações, retirando os custos de produção da planta principal, que realiza apenas o essencial da produção. Além destas características, o mesmo autor ainda caracteriza o toyotismo pelos “cinco zeros”: zero atraso; zero estoque; zero defeito; zero pane; zero papéis (idem, p.29)¹¹.

Como nosso intuito é demonstrar as relações entre capital e trabalho, não podemos deixar de trazer os dados levantados por Gounet (1999) acerca da flexibilização dos trabalhadores. Esta discussão é interessante por ser refletida nas principais categorias do projeto educacional da CNI, que serão analisadas no quinto capítulo deste trabalho. Neste sentido, o autor divide em três partes sua argumentação, aqui apenas mencionada.

Na primeira parte afirma que a intensificação do trabalho sob o toyotismo atinge o auge, modificando a relação de um homem para uma máquina, característica do fordismo. Na fábrica Toyota um trabalhador pode operar até cinco máquinas. É a luta do capital contra o ócio dos trabalhadores ganhando novo patamar com a gestão *by stress* (idem). Na Toyota, a política, afirmada inclusive por Taiichi Ohno (1912-1990)¹², idealizador deste sistema, é utilizar o mínimo de mão-de-obra com o máximo de horas extras. Uma terceira parte relativa à flexibilidade dos trabalhadores é a

¹¹ Invernizzi (2000) sintetiza as características das tecnologias flexíveis em apenas duas: integração e flexibilidade, as quais serão comentadas no quinto capítulo.

¹² “Há duas maneiras de aumentar a produtividade: uma pelo aumento constante das quantidades produzidas, a outra pela diminuição constante dos trabalhadores. A Toyota escolheu a segunda, que é menos popular, mas que significaria repensar em todos os seus detalhes a organização do trabalho. (OHNO, 1997, p.71, apud OLIVEIRA, E., 2004, p.23).

exigência da polivalência, sem que isso se reverta em aumento salarial. Desta forma sintetiza Oliveira (2004, p.23): “A gestão do “toyotismo” é uma máquina de produzir desempregados.”

Vistos de forma panorâmica diversas faces do toyotismo, vale agora resgatar a discussão sobre a qualificação ou desqualificação inerente a este modelo de gestão da produção. Para isso tomamos o trabalho de Shiroma (1993) que realiza uma análise integrando a questão da qualificação e controle na passagem do taylorismo para o toyotismo.

A autora demarca, sucinta e objetivamente, as consequências do taylorismo para a qualificação dos trabalhadores, que consideramos aqui como o ponto inicial para a discussão da qualificação sob o toyotismo:

As implicações desse modelo taylorista são um baixo grau de envolvimento do funcionário à organização e máxima liberdade da gerência em usar a mão-de-obra. O taylorismo representa então a burocratização das estruturas de controle (sistemática divisão do trabalho, hierarquia, instruções inscritas, desempenho do trabalho governado por regras, controle unificado) mas não das relações de emprego, pois não envolve um sistema de carreira, e sim mínima interação entre funcionários e organização. (SHIROMA, 1993, p. 31)

Esta breve passagem resume o panorama que seria relativamente, conforme pensamos, modificado sob o sistema de automação microeletrônica característico do toyotismo e, por isso, as mudanças são analisadas em relação a estas características que vigoravam sob o taylorismo.

Em primeiro lugar muitos autores, afirma Shiroma (idem), acreditam que a automação da produção trouxe uma maior qualificação para os trabalhadores, pelo fato de que estes ganham maior responsabilidade perante a produção, em que os possíveis erros podem causar grandes prejuízos ao capital. Outros acreditam nesta tese devido ao fato de que o trabalho frente à máquina automatizada caracteriza-se muito mais como um trabalho abstrato, mental, do que braçal, e porque a organização do trabalho em equipes faz com que os trabalhadores tenham que enriquecer seu cabedal de habilidades e competências, como as de comunicação e liderança. Existem aqueles que, segundo Shiroma (idem), acreditam inclusive na tese de que a automação poderia liberar os trabalhadores das longas jornadas de trabalho e liberar mais tempo livre, dedicado a outras atividades¹³.

Outras teses defendem uma desqualificação tendencial ou absoluta, ou tese da polarização das qualificações. Por um lado haveria a qualificação dos trabalhadores

¹³ Hoje é nítida a falsidade desta tese, haja vista que a automação, ao contrário de liberar tempo livre, aumentou a precarização do trabalho e o desemprego estrutural, levando os trabalhadores a utilizarem seu tempo livre, inclusive, para a competição por um posto de trabalho.

que concebem as máquinas, como os técnicos, engenheiros etc., e, por outro, a manipulação das máquinas poderia ser efetuada por um trabalhador desqualificado, ou seja, a qualificação e a desqualificação não se excluem neste modelo. Esta desqualificação do operador ocorreria pela alta qualificação objetivada nas operações da máquina microeletrônica.

Em síntese, podemos dizer que não concordamos, assim como Shiroma (idem) e Paiva (1989), em quem ela se baseia, na tese da desqualificação absoluta dos trabalhadores sob o toyotismo, pois, como veremos, que os próprios empresários pleiteiam uma formação de qualidade dos trabalhadores para que a indústria brasileira possa ser competitiva. Portanto, ao analisarmos o modelo toyotista, devemos nos inclinar por sendas tênues, que possam apreender o movimento real entre as demandas efetivas da produção, a intenção do capital na produtividade e qualificação do trabalho e a relação entre as diferentes qualificações que convivem no mundo do trabalho, orgânicas à acumulação capitalista.

Neste sentido devemos trazer algo que a literatura vem acusando (KUENZER, 2003; 2007; SHIROMA, 1993; INVERNIZZI, 2000), que é a valorização dos conhecimentos tácitos dos trabalhadores, que Shiroma (idem) identifica como a “[...] capacidade de apreensão e identificação – pela vivência dos estados de normalidade ou anormalidade do processo de produção a partir das condições do próprio ambiente de trabalho.” (idem, p.35). Enquanto no taylorismo os problemas na linha de produção ficavam por conta dos trabalhadores especializados em manutenção, especialmente os técnicos, supervisores e engenheiros, no toyotismo a identificação e resolução dos problemas fica à cargo dos próprios trabalhadores, sendo esta capacidade incorporada como parte de sua especialidade. Em síntese:

Enquanto a estratégia taylorista segmenta o trabalho para usar trabalhadores pouco qualificados, o toyotismo baseia-se numa força de trabalho generalista e flexível, que pode ser transferida frequentemente conforme, e onde, for necessária, os chamados trabalhadores polivalentes. (SHIROMA, 1993, p. 37)

No capítulo seguinte, levando-se em conta o método adotado para nos orientarmos na apreensão do movimento real da formação dos trabalhadores no projeto educacional dos industriais brasileiros, começaremos a somar as mediações mais próximas para o entendimento do objeto que nos compete apreender, a CNI e seu projeto educacional nos anos 2000. Para isso entraremos agora nos domínios da história desta entidade de classe para conhecermos sua história, o que pode clarear alguns pontos sobre o caráter organizativo da burguesia industrial brasileira.

2. O PENSAMENTO EDUCACIONAL AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CNI

Neste capítulo o intuito é analisar a constituição da CNI¹⁴, visando compreender as diferentes fases pelas quais esta entidade passou desde então, aproximando-se dos seus projetos educacionais em cada fase. A evolução histórica da CNI desde a década de 1930 articula-se à compreensão da evolução da sociedade brasileira no período, o que será percebido ao longo das discussões aqui desenvolvidas.

A fonte principal para o estudo deste tópico é a obra de Rodrigues (1998), que realizou um amplo e profundo estudo da CNI e o seu projeto pedagógico em três períodos diferentes: *télos* da nação industrializada; *télos* do país desenvolvido; *télos* da economia competitiva.

Para Rodrigues (1998, p.131):

O *télos* é fundamentalmente uma construção de caráter econômico que forma o núcleo de um padrão de sociedade a ser alcançado. O seu caráter fundamentalmente econômico acaba por emprestar a todos os outros conceitos e propostas a ele subordinados também um caráter fundamentalmente econômico.

Trata-se, em cada uma das fases da CNI, da formulação de um projeto de sociedade, cujo fundamento é justamente a infra-estrutura econômica, que determina em última análise a totalidade da sociedade. Cada *télos* carrega no seu seio um projeto educacional, especialmente vinculado com a necessidade premente que a burguesia industrial tem de formar trabalhadores para a indústria. É a formação para a indústria e a sua relação dialética com as demandas produtivas e técnicas de cada momento histórico, que este capítulo procura analisar.

A CNI foi fundada no ano de 1938, como uma entidade que se desenvolveu a partir do Centro Industrial do Brasil (CIB). Para Rodrigues (1998, p. 07) a CNI é o “[...] mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira[...]”. A

¹⁴ No site da Confederação Nacional da Indústria (www.cni.org.br) lê-se sobre sua Missão: “Defender e representar a indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil.” No mesmo site lê-se sobre a Visão da CNI: “Consolidar-se como a organização empresarial líder na promoção do crescimento e da competitividade da indústria brasileira, atuando como agente fundamental para o desenvolvimento do Brasil”. A entidade abrange cerca de 100 mil empresas e presta a elas um importante papel na defesa dos interesses industriais, inclusive, como informa o site da entidade (www.cni.org.br), atuando juntamente com os três poderes. São seis as áreas prioritárias da ação da CNI: Internacional; Infra-Estrutura; Meio Ambiente; Microempresas e pequenas empresas; Economia e Trabalho. Outro objetivo da entidade é auxiliar os empresários industriais na tomada de decisões, formulando para isso uma série de estudos sobre a conjuntura brasileira e internacional. (www.cni.org.br).

Confederação Nacional da Indústria atualmente é uma entidade de ampla representatividade nacional, estando presente nos 27 Estados brasileiros, por meio de 27 Federações Estaduais.

A entidade, sendo o maior órgão de representação da burguesia industrial brasileira, tem por objetivo a busca da hegemonia do pensamento desta classe sobre toda a sociedade brasileira, e, inclusive, a hegemonia em termos de projeto educacional, tema que interessa de perto a esta tese. A luta pela hegemonia pela burguesia industrial significa uma luta, em termos de superestrutura, para atingir o fim último da classe burguesa desde sua constituição, ou seja, a manutenção e o desenvolvimento da acumulação capitalista, em particular do capital industrial.

Como analisado no capítulo anterior, foi longo o percurso para que a burguesia industrial pudesse alcançar condições de forjar o seu projeto próprio como sendo de toda a sociedade. Este caminho, no Brasil, tem suas raízes mais distantes no ano de 1820, quando da primeira organização industrial do país, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN, passa pelo “tímido” Centro Industrial do Brasil – CIB, e, já na década de 1930, pela Confederação Industrial do Brasil (RODRIGUES, 1998, p. 07).

Mas a organização industrial em terras brasileiras, no século XIX e início do século XX, era incipiente, assim como era a presença econômica deste setor na sociedade, marcada indelevelmente pela “vocação agrícola”.

A oportunidade para a burguesia industrial subverter as condi es de produ o do país, até então predominantemente agrícolas, e transformar o Brasil em um país industrial, deu-se a partir da década de 1930, após a tomada do poder por Getúlio Vargas e o grupo que ele representava, vinculado a uma idéia mais avançada de sociedade, jogando uma p  de cal na domina o oligárquica vinculada   terra¹⁵. Foi a partir desse momento que o país passou a se encaminhar para uma sociedade industrial, urbana, e foi neste período que se deu a “aventura” industrial do século XX, uma luta incessante da burguesia industrial brasileira para que o mercado consumidor do país aceitasse os produtos da indústria nacional, depois de mais de 400 anos de uma prática de consumo de produtos importados¹⁶.

Tanto   verdadeiro o vínculo entre o regime de Vargas e a CNI, que esta nasce sob a égide do Estado Novo, iniciado em 1937, um ano antes da constitui o da entidade. Para Rodrigues (1998, p. 14):

¹⁵ Reconhecemos, no entanto, como faz Buescu (1974), que não existe ruptura entre os dois setores, mas sim que o desenvolvimento da indústria está estritamente vinculado ao café.

¹⁶ Esta   uma discussão que já rendeu milhares de páginas na literatura histórica e econômica brasileira, e não a retomaremos neste trabalho. Podemos mencionar alguns dos clássicos como Sodré (1983), Prado Júnior (1985), Fernandes (1974), Buescu (1974), Furtado (1991), Baer (1966), Simonsen (1973), Diniz e Boschi (1978) entre outros.

[...] a CNI, aliás como toda a estrutura sindical brasileira, teve seu nascimento marcado pela Era Vargas, sob uma conjuntura de modernização conservadora. Atendidas as demandas legais, em 12 de agosto de 1938, a Confederação Industrial do Brasil encerra suas atividades, dando lugar à Confederação Nacional da Indústria.

Nascida em 1938, a CNI foi reconhecida oficialmente apenas em 1943, sob o Decreto n. 12.321. Rodrigues afirma uma contradição meramente formal entre o desejo de organização sindical do empresariado industrial e o projeto de Vargas, pois, de fato, governo e burguesia industrial estavam no mesmo caminho da industrialização do país.

Para o que interessa à tese, será discutido o pensamento pedagógico da CNI, entendido em termos gramscianos como:

[...] a capacidade de um grupo social de exercer a direção político-cultural do conjunto da sociedade. Tal direção, de forma alguma, limita-se à coerção, apoiando-se, sobretudo, na capacidade de um determinado grupo ou classe social convencer aos demais da identidade entre os seus próprios interesses particulares e o interesse geral da sociedade. (RODRIGUES, 1998, p.8)

Nas três fases do desenvolvimento da CNI, foi justamente a direção político-cultural da sociedade que a entidade buscou consolidar nos discursos de seus primeiros presidentes, os quais eram os responsáveis, até a década de 1970, pela mediação entre os anseios da entidade e a sua veiculação para a sociedade e os governos.

A seguir, o capítulo será dividido em três partes, correspondendo cada uma a um dos períodos pelos quais passou a CNI, sob a ótica de Rodrigues (1998). Na primeira parte, denominada “A CNI na aventura industrial”, será analisada a primeira fase da CNI, a do *télos* da nação industrializada, cuja característica foi objeto de estudo de Rodrigues (1998) a partir dos discursos e textos do seu primeiro presidente, Euvaldo Lodi¹⁷. Neste momento histórico da burguesia industrial brasileira, tratava-se de superar a visão então consolidada da vocação agrícola do país, e, também, pleitear uma educação profissional adequada às novas exigências da produção industrial. Na

¹⁷ Euvaldo Lodi nasceu em Ouro Preto-MG, em 9 de março de 1896. Formou-se no curso de Minas e Metalurgia localizado nesta cidade em 1920. Foi empresário do ramo siderúrgico, metalúrgico e têxtil. Na década de 1920 assumiu o Centro Industrial de Juiz de Fora, e, na década seguinte, já no Rio de Janeiro, integrou o Conselho Diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro. Junto ao Centro das Indústrias do Brasil, embrião da CNI, auxiliou na formação de sindicatos patronais pelo país. Foi um dos constituintes de 1934, e elegeu-se deputado em 1947 e reelegeu-se três anos depois. Integrou o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Comissão Econômica para a América Latina –CEPAL. Fundou, além da CNI, o SESI e o SENAI, e presidiu a CNI até 1954. Morreu em acidente automobilístico em 18 de janeiro de 1956. A CNI homenageou o seu fundador ao nomear o instituto que trabalha a relação indústria e universidade, denominando-o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

segunda parte, denominada “A CNI industrialista”, é caracterizada pela presidência de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, que vigorou durante o período de 1967 até 1977, e cujo paradigma de desenvolvimento do país era o da inserção competitiva pela incorporação de tecnologias, para a superação do modelo de substituição de importações. Na terceira parte, designada de “CNI Competitivista”, serão tratadas as mudanças institucionais ocorridas no âmbito da CNI, a qual foi marcada pela ascensão dos técnicos, elementos importantes na mediação entre a entidade e a sociedade, o que se dava pela construção dos documentos, que passavam a substituir os discursos dos presidentes da entidade como forma de diálogo com a sociedade acerca do posicionamento da indústria.

2.1. A CNI na Aventura Industrial

A formulação do pensamento pedagógico da CNI em sua primeira fase tem em Euvaldo Lodi seu grande mentor, que ocupou a sua presidência no período de 1938 a 1954. Como uma forma de síntese do pensamento de Lodi, para Rodrigues (1998) o presidente da CNI defendia o “desenvolvimentismo”, ou seja, a forte participação do Estado no caminho da industrialização, entendida como a via de fato para o alcance do desenvolvimento do país.

Lodi era contrário à ideologia da vocação agrícola do país, mas, para ele, os industriais brasileiros viviam uma verdadeira “aventura”, no sentido de se posicionarem contrariamente à corrente hegemônica do período, que inclusive impunha um preconceito contra as atividades industriais no país. As elites brasileiras não tinham credibilidade no produto nacional, o que não incentivava também a indústria brasileira. Isso se deve, para ele, ao caráter escravista em que estas elites foram geradas, o que as coloca contrárias ao trabalho industrial.

Para o primeiro presidente da CNI, a questão estava posta na sociedade de forma paradoxal: industrialização ou pauperismo. Lodi, portanto, combatia a “ideologia da circunstancialidade da indústria brasileira”, ou seja, a ideologia que afirmava que a indústria brasileira atendia a circunstâncias específicas, mas não se constituía como a saída para o desenvolvimento do país.

Era necessária uma forte intervenção estatal nesse estado de coisas. Para Lodi, o Estado assumiria a defesa da indústria brasileira, agindo como estruturador e planejador do desenvolvimento industrial desejado, o qual não ocorreria caso deixado à mercê do mercado.

A indústria cumpria, para a CNI, o trinômio desenvolvimento-industrialização-civilização (RODRIGUES, 1998). Foi a defesa pública deste trinômio que caracterizou esta primeira fase no desenvolvimento da entidade: “A construção do trinômio[...] visou

operar, dessa forma, a identificação entre os interesses da burguesia industrial e os interesses de toda a sociedade brasileira.” (RODRIGUES, 1998, p.64). Deste modo, o projeto de industrialização, em um país até então marcado pelo modelo agrário-exportador, não poderia depender da inércia da sociedade e, muito menos, do mercado.

Circunstâncias favoráveis à indústria nacional, como as duas guerras mundiais, foram somadas à luta hegemônica da burguesia industrial, que precisava fazer a industrialização, interesse específico desta classe, se constituir como um objetivo para o engajamento da totalidade da sociedade, o que, de fato, foi alcançado nos anos de 1950, que vivenciava um grande incremento na industrialização patrocinado pelo Estado e pelo capital internacional.

Tratava-se, neste período, no que se refere ao projeto educacional, de formar uma massa de trabalhadores para o trabalho produtivo e com qualidade. A indústria nacional sofria com a falta de trabalhadores aptos a cumprirem as tarefas designadas pela indústria, o que refletia em baixa produtividade. Logo, para Lodi é importante o investimento no “preparo do homem”, pois mesmo as reservas naturais do Brasil não se comparam com as de outros países, o que gera mais uma desvantagem na competição internacional.

Mirando a produtividade, Lodi entendia que o salário do trabalhador deveria estar vinculado proporcionalmente à sua produção. Na sua concepção, portanto, o incremento na produtividade torna-se uma saída para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, o que significa que a indústria torna-se a saída para a exclusão e pobreza.

Os empresários, no entanto, já haviam dado largos passos neste sentido, com a implantação de dois pilares da CNI: o Serviço Nacional da Indústria - SENAI, e o Serviço Social da Indústria – SESI. Para Lodi (1952, p.27), além do resultado direto, de melhora no nível de vida dos trabalhadores, estas entidades possuíam outro objetivo, denominado indireto, “[...] de alargar a capacidade do homem, já no vigor físico, já nas condições morais e no preparo técnico, para produzir mais e ganhar maiores salários.” (apud RODRIGUES, 1998, p. 66). O objetivo da extração da mais-valia pela maior produtividade se esconde, no final das contas, no discurso de Lodi, como, aliás, não poderia deixar de ser, vindo o discurso de um defensor da classe burguesa. Para ele, a melhor produtividade atende aos interesses de uma qualidade de vida mais elevada para os trabalhadores, o que, historicamente, nunca se constituiu em objetivo último dos capitalistas.

O presidente da CNI aloca características morais além das características técnicas. Tais características foram analisadas de forma densa por Gramsci no seu

estudo denominado “Americanismo e Fordismo” (GRAMSCI, 1988). Tais características morais exigidas dos trabalhadores parece fator comum em momentos históricos em que é necessária a formação de uma massa de mão-de-obra não existente. Além de formar tecnicamente, é necessário “controlar” os trabalhadores e fazer com que tenham no trabalho e na luta pela sobrevivência o centro da sua vida.

Para a formação moral da classe trabalhadora foi instituído o SESI, cujo objetivo declarado é o de conciliação de classes. Para Lodi:

Todos precisamos uns dos outros e todos devemos ter a consciência de que a vida não se tece de atritos e discórdias, e, sim, de colaboração, para se evitar o desperdício de energias. [...] Os reflexos do problema psicológico e a pressão do fenômeno social são elementos perturbadores da prosperidade geral. (Idem, p. 31, apud RODRIGUES, 1998, p.66-67).

Portanto, condição normal para o progresso é o pleno desenvolvimento da produtividade, que exige a concentração dos esforços neste intuito da “prosperidade geral”. A formação moral exigida é aquela que dispensa a luta, a discórdia, o atrito, e se concentra na colaboração, no caso a colaboração entre as classes, cujas necessidades são sanadas mutuamente.

Esta posição de Lodi é uma confirmação do que Gramsci já apreendera no seu clássico texto “Americanismo e Fordismo”, ao analisar a industrialização nos Estados Unidos, em especial o desenvolvimento da Ford Company. A formação do trabalhador para as fábricas Ford exigiu um “homem de novo tipo” que, segundo Gramsci, possuiria um físico adequado para a produção e para desenvolver uma destreza nas tarefas repetitivas, e, fora da fábrica, ser um indivíduo moralmente condicionado à sociedade. Daí a luta de Ford contra os vícios de seus empregados, incluindo a sexualidade exacerbada, ou outro tipo de “animalidade”.

A história do industrialismo sempre foi uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 1988, p. 393)

A formação moral do trabalhador, a sua constituição como um homem adaptado à moral burguesa, subordinada no fim das contas à produtividade, é algo estrutural no capitalismo, e não foi diferente no caso brasileiro, como vemos confirmado nos escritos de Lodi.

Não se trata, porém, de multiplicar o escravo, a quem tudo era negado, a não ser a sua sustentação mínima para a reprodução de sua sobrevivência, de sua família, ou seja, de sua capacidade de produzir. Não se trata mais do servo, a quem se destina uma vinculação à terra de forma inexorável e por laços tradicionais. Trata-se de formar uma classe trabalhadora para a indústria, portanto trabalhadores da cidade, a quem o patronato se vincula por meio do salário, e para quem existem direitos e deveres a serem cumpridos por ambos os atores da produção.

Trata-se de um projeto histórico da classe burguesa de formação da classe trabalhadora, sem a qual é inviável sua própria reprodução enquanto classe burguesa. E a formação dos trabalhadores traz consigo um projeto educacional, o qual é de fundamental importância na formação técnica e moral requerida nesta fase.

Euvaldo Lodi tinha plena consciência de que não se trata de isolar a economia da educação, mas, ao contrário, era o caso de relacioná-las no projeto educativo que o empresariado industrial haveria de desenvolver. Na Conferência realizada por Lodi em 1954, denominada “Economia e Educação”, ele afirma esta relação e aponta caminhos para que a educação se constitua como indutora do desenvolvimento econômico (RODRIGUES, 1998, p. 67).

Porém, Lodi constata que, comparativamente ao que ocorrera na Europa, a educação brasileira não se alçara a uma condição de acompanhar a fase industrial pela qual passava o país. Para Lodi a educação, historicamente, alcançou apenas os períodos pré-industriais (1808-1890) e de transição (1890-1939). Logo, é preciso ajustar a formação dos trabalhadores às novas condições da indústria, sob pena de que o país não obtenha crescimento econômico.

O paradigma pedagógico adotado por Lodi e que acreditava ser a saída para este impasse no projeto educacional é o de Émile Durkheim, para quem a educação é dividida em dois momentos complementares: a educação homogeneizadora e a educação diferenciadora. A educação básica seria o momento homogeneizador, de inserção e socialização das crianças na sociedade, independente das classes sociais de origem. Esta fase da educação possibilita a existência de condições comuns para a vida em sociedade. O momento diferenciador caberia à educação profissional, ou seja, o momento em que, depois de adquiridas as condições básicas para a vida social, cada indivíduo se incorporaria na produção conforme as condições que possuísse, inclusive as condições sociais de origem, aos moldes durkheimianos (DURKHEIM, 1975).

A educação profissional, na perspectiva de Lodi, não poderia mais ser baseada no improviso, pois tal se revelaria inadequada para a nova fase técnica da produção, pautada pela introdução de tecnologias de base eletromecânicas. Para a formação do

trabalhador era necessário superar a condição de um país de analfabetos, e caberia ao governo investir fortemente na educação básica, que, por sua vez, seria responsável pela alfabetização e, ao mesmo tempo, pela formação atitudinal do operariado. Lodi tinha plena consciência de que não era possível uma formação meramente técnica para a formação satisfatória do operariado que se necessitava na produção. Nas suas palavras, a educação básica seria responsável pela formação de um conjunto de qualidades indispensáveis ao trabalho na indústria, tais como: “[...] cooperação, de disciplina, de pertinácia, de ordem, de asseio, de compreensão” (apud RODRIGUES, 1998, p.75). Para além da centralidade na alfabetização e na formação atitudinal, a escola ensinaria principalmente cálculo e desenho.

Lodi, ao analisar a educação brasileira, chega à conclusão de que ela já não é funcional às necessidades da sociedade industrial:

[...] para Lodi, a educação no período primário-exportador possui um caráter contraditório. Por um lado, tomada a sociedade pré-industrial em si mesma, a educação era plenamente funcional na medida em que contribuía para a cisão cultural entre a classe aristocrática e os demais grupos sociais subalternos. Por outro lado, considerada a sociedade urbano-industrial como *télos* de um processo civilizatório, a educação foi profundamente reacionária, na medida em que contribuiu para estabelecer freios mentais ao “trabalho inteligente”, à técnica, à tecnologia, isto é, à própria indústria. (RODRIGUES, 1998, p.71)

Trata-se de ajustar a educação às necessidades da indústria nacional, ou melhor, de formar “[...] homens que o Brasil necessita [...]” (LODI, 1952, p. 34, apud RODRIGUES, 1998, p.72). É, pois, parte da luta hegemônica por um projeto de formação de trabalhadores para a indústria, travestido, porém, de um largo alcance social, ou seja, como uma necessidade da nação, como um objetivo válido e a ser legitimado por toda a sociedade.

Não é difícil constatar que as bases deste projeto educacional têm seus alicerces na educação como investimento, da qual se espera um retorno adequado aos anseios da acumulação capitalista. Lodi, como bem aponta Rodrigues (1998), acha “nefasto” o fato de a educação servir como meio de fruição da vida por todos. Ao contrário, “[...] Lodi considera imprescindível obter-se a maior rentabilidade possível sobre os recursos aplicados à educação, dadas as condições subdesenvolvidas da nação.” (idem, p.73).

Esta rentabilidade em nada se aproxima de um projeto de formação integral do ser humano, mas sim de um projeto pragmático de formação de uma massa de trabalhadores tecnicamente capaz de satisfazer as necessidades da produção

capitalista. O retorno que a educação deveria dar ao país, na verdade, é o retorno em termos de mais-valia para a burguesia industrial. Este retorno, ideologicamente, era explicitado para a sociedade como um retorno em termos de produtividade, e, conseqüentemente, de melhoria do nível de emprego e da renda dos trabalhadores, gerando o desenvolvimento do país. Há, portanto, uma aparente identificação do projeto da burguesia industrial com o projeto da totalidade da sociedade.

As bases do projeto educacional para Lodi são três: a filosofia, a didática e a administração. O currículo escolar, neste quadro, abordaria a necessidade e a importância da atividade produtiva, além de abordar um aspecto importante da formação dos valores do cidadão consumidor. Nas palavras de Lodi (1952a, p. 37, apud RODRIGUES, 1998, p. 73):

Relaciona-se com esse aspecto o objetivo, por demais ponderável para uma economia subdesenvolvida, de *modificar racionalmente, através da transformação do educando, os hábitos de consumo, engendrando um comportamento mais compatível com o processo acumulatório imprescindível.* (itálico de RODRIGUES, 1998).

A fala do presidente da CNI demonstra a necessidade de sua classe social, que dependia de construir socialmente uma massa de consumidores dos produtos da indústria nacional, que seria uma mudança expressiva no comportamento da população, no sentido de que este comportamento aquecesse a produção industrial, motor do desenvolvimento nacional. Sem a formação do consumidor de massa a indústria nacional não poderia se desenvolver. A educação básica, portanto, teria como tarefa homogeneizadora a formação do consumidor, característica que é colocada como condição da cidadania.

Na década de 1960, ainda na primeira fase da CNI, assume a presidência da entidade Lídio Lunardi, cujos discursos são analisados por Rodrigues (1998). Para este presidente da CNI, os gerentes são considerados como elementos fundamentais para o desenvolvimento da produção e para o desenvolvimento econômico, ao lado dos trabalhadores, que Lunardi compreendia como o fator humano das empresas, e o capital, que designava como os “investidores” (idem).

Esta primeira fase da CNI caracteriza-se pela intensa luta de seus presidentes, Euvaldo Lodi em especial, pela popularização da indústria nacional e pelo entendimento de que a saída para o desenvolvimento passava necessariamente pela industrialização. Por outro lado era necessária a formação adequada, técnica e moral, da classe trabalhadora, para que esta se habilitasse ao trabalho na indústria e o fizesse com a competência necessária para que a indústria nacional pudesse galgar degraus importantes na produção e, garantir as condições necessárias para a

acumulação capitalista da burguesia industrial. Ainda há de se destacar que a formação da classe trabalhadora brasileira, para Lodi, impunha a formação de valores para o consumo, pois se tratava não somente de produzir no país, mas de que estes produtos fossem consumidos também internamente, dada a imensidão potencial de nosso mercado consumidor.

A grande vitória desta classe neste período de “aventura industrial”, como a definiu Lodi, foi impor à sociedade a mentalidade industrial como destino inexorável para o desenvolvimento do país, tese que, findo o período em questão, era hegemônica na sociedade. Com isso a burguesia industrial dissemina como um anseio generalizado um projeto específico de classe, de modo que a educação brasileira, a partir de então, estaria sempre pautada pela necessidade da indústria, não pelo modo como se deu no período colonial, pela ignorância da população, mas por uma formação técnica e moral vinculada ao consumismo e ao trabalho como centro da sociabilidade.

Educação e economia no Brasil, a partir daí, passaram a gozar de uma parceria indelével nos projetos governamentais, no sentido de realizar socialmente uma formação básica e profissional preocupada com o retorno capitalista do investimento, e não com uma formação humano-genérica, integral.

Os termos desta conquista burguesa não serão removidos desde então. As fases subseqüentes apenas farão atualizar as necessidades da burguesia industrial, em cada momento histórico diferente e conforme as bases técnicas e sociais, e a depender das condições gerais do capitalismo.

2.2. A CNI Industrialista

Gesta-se a fase do *télos* do país desenvolvido, que abrange o período da Ditadura Militar e a presidência de Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, no período de 1967 a 1977, cujos discursos e artigos serão analisados a seguir.

Nesse período subseqüente à primeira fase da CNI, o modelo de industrialização no país estava consolidado e já não era necessário, como se obrigou Lodi, lutar contra a ideologia agrária. Brasil Netto, inclusive, denomina de “curiosidade histórica” os debates sobre a conveniência ou não da industrialização como caminho para o desenvolvimento nacional. Para ele:

[...] a industrialização valeu, não apenas como instrumento direto da criação de riquezas, mas também pelo seu *papel educativo*, disseminando a tecnologia e criando um mercado nacional para a mão-de-obra qualificada nos mais variados graus. Valeu ainda pelo seu papel social, mostrando, pelas iniciativas espontaneamente tomadas, o caminho da *dignificação do trabalhador e da melhoria*

direta de seu padrão de vida, através do SESI e do SENAI. (BRASIL NETTO, 1971, p. 90, apud RODRIGUES, 1998, p.78). (grifos do autor).

Há, portanto, o reconhecimento da função social da indústria como meio de satisfazer a toda a sociedade, seja como veículo de desenvolvimento econômico para o país, seja como meio de dignificação do trabalhador. Na citação de Brasil Netto nota-se o papel “civilizatório” da indústria, sem a qual o país ainda pereceria no “berço esplêndido” das suas riquezas naturais, na “vocação agrícola”, então entendida como ideologia do atraso.

Entretanto, o presidente da CNI afirma novos desafios para a economia brasileira, indicando a necessidade de que o país se insira de forma competitiva no mercado internacional. O meio de realizar esta tarefa   a assimila o de tecnologias desenvolvidas em outros países, para que o Brasil se torne um exportador eficiente.

Era preciso avançar e superar a fase da substitui o de importa oes. Para isso, a palavra de ordem   o fortalecimento da empresa privada e a competitividade, o que era motivo de crítica aos governos p s-64, responsáveis pela reestatiza o, o que colocava a economia brasileira na rota contrária do capitalismo de livre iniciativa.

Conforme Rodrigues (1998, p.81):

Para Thomás Pompeu, o aumento da produtividade industrial seria resultante da a o de dois vetores, um de caráter tecnológico e outro de caráter humano. O vetor tecnológico pode ser sintetizado no reequipamento industrial obtido através da importa o de maquinaria [...]

Objetivava-se, portanto, equipar tecnologicamente a indústria nacional com a importa o de equipamentos, que dariam condi oes para uma produ o eficiente e competitiva. Eis a saída tecnológica proposta pelos empresários no período, o que pode explicar a secundariza o do ensino superior no projeto burguês, já que   neste que se desenvolve a forma o especializada para a produ o científica e tecnológica.

Quanto ao vetor humano, esta   uma discussão que, para Brasil Netto, estava defasada na sociedade brasileira, apesar da presença efetiva do SESI e do SENAI. Fala-se ainda da necessidade de superar a improvisa o na forma o da mão-de-obra e, também, do vínculo economia-educa o, nos termos antes defendidos por Lodi. Brasil Netto retoma a necessidade de formar trabalhadores que possam cumprir o destino industrial do país, atingindo a dupla meta: qualidade dos produtos e produtividade; ou seja, produzir melhores produtos com mais eficiência.

O presidente da CNI pleiteava uma formação para o trabalho, a qual, além da formação técnica, cujo modelo continuava a ser o SENAI, tinha importante vetor na educação básica:

Para a educação popular, a CNI defende, além da alfabetização de toda a população, a sua capacitação para aprender a aprender¹⁸. Quanto ao ensino primário, a CNI propõe a elevação qualitativa do mesmo, eliminando a repetência e a evasão escolar. No tocante ao nível médio, a entidade propugna um ensino voltado prioritariamente para a formação de técnicos (RODRIGUES, 1998, p.83).

O projeto da burguesia industrial no período vincula-se com uma formação genérica, básica, de maior qualidade, que alfabetize, que forme moralmente para o trabalho, por meio das atitudes e habilidades, e que, no nível médio, prepare tecnicamente para o trabalho. A repetência e a evasão no sistema público se constituíam em fatores de retrocesso no sistema escolar, cuja massificação somente se esboçava.

Apreende-se, assim, a aproximação deste ideário, defendido por Brasil Netto e pela CNI, com os princípios do tecnicismo na educação. Formar mão-de-obra para a indústria numa fase de desenvolvimento do Brasil-Potência, oitava do mundo, cuja meta era se tornar uma economia competitiva internacionalmente: eis o desígnio para a educação segundo a ótica da luta hegemônica da burguesia industrial no período da ditadura militar.

Há também a noção de “capital humano”, ou seja, da educação como investimento cujo retorno se daria no avanço econômico da sociedade e como meio de melhoria das condições sociais dos trabalhadores, numa perspectiva de conciliação de classes, típica desta ideologia.

Esboça-se, nesse momento, a questão da competitividade, que será aprofundada a partir dos anos 80, na terceira fase da CNI. Porém, não se deve esquecer que é justamente no período da presidência de Brasil Netto que o capitalismo passa por uma das suas maiores crises estruturais, a crise do petróleo dos anos de 1970. Esta crise, como ficou clássica em várias análises (HARVEY, 2002), foi o divisor de águas na estruturação do capitalismo no século XX, culminando na fase denominada de “acumulação flexível” (HARVEY, 2002), cujos marcos determinaram mudanças no comportamento da produção industrial, especialmente a passagem do paradigma taylorista/fordista para o modelo toyotista. Tal mudança não passou

¹⁸ Apesar do ideário das pedagogias do “aprender a aprender” (DUARTE, 2000) se efetivar como hegemônica nos anos de 1990, é importante destacar que ela está presente no país desde a década de 1960, por meio do ideário educacional do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (SOUZA, 1981).

despercebida por Brasil Netto, que viu a necessidade de que o empresariado nacional investisse em tecnologia e melhorasse os índices de eficiência e qualidade da produção, para que se tornasse competitivo internacionalmente.

2.3. A CNI Competitivista

A terceira fase da CNI, a fase do *télos* da economia competitiva, caracteriza-se por uma mudança institucional na entidade, e cuja mediação com a sociedade para a divulgação de seus projetos já não se dava mais por meio de seus presidentes, mas por meio de especialistas e relatórios produzidos por comissões especialmente constituídas para tal.

No período correspondente à terceira fase de constituição histórica da CNI, os anos de 1980, a industrialização brasileira termina seu ciclo do padrão fordista, décadas atrasado em relação aos países desenvolvidos. No entanto, como constata Rodrigues (1998), este modelo não se realizou plenamente no país, pois o Estado brasileiro nunca se configurou como uma forma desenvolvida de Estado de bem-estar social, como nos países em que o fordismo ocorreu plenamente, assim como não se constituiu no país um mercado consumidor de massa. Pode-se dizer, conforme este autor, que no país se implementou um “fordismo periférico”.

A partir dos anos 80 inicia-se o processo de superação (no sentido dialético, de superação por incorporação) do padrão rígido fordista para um modelo flexível na produção, atendendo, uma década depois, às mudanças ocorridas no âmbito do capitalismo mundial em crise. O autor adota a perspectiva de David Harvey (2002), em seu livro *A condição pós-moderna*, para analisar a questão da flexibilidade. Sendo assim, denomina este período do capitalismo de “padrão de acumulação flexível”.

Essas mudanças penetraram, no Brasil, em um momento de grave crise, que interrompeu o ciclo de desenvolvimento que vinha desde a década de 50 e que havia elevado nosso país ao glorioso patamar de oitava economia mundial. Mas esta crise não gerou desindustrialização, o que manteve o país com um nível de desenvolvimento mais avançado que os outros países latino-americanos, em especial Argentina e México.

Rodrigues (1998), apoiado no trabalho de Mattoso (1995), circunscreve três períodos da economia brasileira nos anos de 1980: o período de 1980 a 1983, caracterizado pelo forte arrocho dos trabalhadores, ao ajuste às demandas externas e à restrição às importações e ao consumo. O arrocho gerou grandes movimentos grevistas e a repressão a estes movimentos pela ainda existente ditadura. Os

trabalhadores do ABC paulista se articulam para resistir a este processo de repressão e arrocho salarial e criam, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores – CUT¹⁹.

O segundo período, de 1984 a 1986, marcado politicamente pelo movimento das Diretas Já, corresponde a certa recuperação da indústria, em especial com o incremento das exportações, o que gera um efeito em cadeia no emprego e nos salários dos trabalhadores. A inflação, então, se fez sentir, e a reação do governo veio com a aprovação, em 1986, do Plano Cruzado, que, desde o início, foi um plano superficial, que não resultou em reformas estruturais da economia brasileira, e, logo, foi fadado ao fracasso.

O terceiro período, de 1987 a 1990, caracteriza-se pela estagnação econômica, pela ortodoxia, pela inflação desenfreada e a crise cambial, levando inclusive o país à moratória. A crise dos anos de 1980, para Rodrigues (1998), deve-se ao choque de padrões de desenvolvimento, ou seja, o choque do padrão fordista, em crise, com a entrada do novo padrão flexível, que não encontra, aqui, terreno adequado para se implementar.

A consolidação, no Brasil, do padrão flexível de produção pode ser dividida em três fases, conforme Leite (1994, apud RODRIGUES, 1998): a implantação dos Círculos de Controle da Qualidade - CCQ's²⁰, no final da década de 1970 e início da década seguinte. Esta primeira fase, no entanto, não se caracteriza pela implantação de novas tecnologias automatizadas, mas, ao contrário, se deu nas bases tecnológicas eletro-mecânicas²¹. Como alertam os autores acima mencionados, os CCQ's também tiveram como objetivo, assim como ocorreu no Japão, formar na empresa um espírito de colaboração de classes, buscando apaziguar os trabalhadores, clamando pela sua participação para o sucesso da empresa, que passaria a ser seu próprio sucesso. Buscava-se, pois, pela gestão do trabalho, maior controle dos trabalhadores.

A segunda etapa descrita por Leite corresponde ao período de 1984-1985, e é denominada de “inovação tecnológica e organizacional”. Ocorre com isso, ainda que

¹⁹ Sobre a criação da CUT, ver: ANTUNES (1991; 1988); BOITO Jr (1991) RODRIGUES, I. (1997) entre outros.

²⁰ Os CCQ's originaram-se do conceito de Controle de Qualidade, importado dos Estados Unidos para o Japão, em 1950. Constitui-se de um grupo de trabalhadores “voluntariamente” responsáveis pela gestão da produção na empresa, cuidando para melhorar a eficiência nos gastos e aumentar a qualidade dos produtos. Por um lado, os trabalhadores são motivados pela pretensa autonomia que possuem, porém, esta autonomia é relativa e subordinada aos interesses da empresa. O que ocorre, de fato, é um maior envolvimento do trabalhador com a empresa. “[...] através dos CCQ's, o trabalhador é responsabilizado pelo aumento da velocidade da linha de montagem, levando a que o estabelecimento do tempo padrão e os recordes de produção tenham um custo incalculável para a vida e saúde dos trabalhadores.” (OLIVEIRA, 2004, p.50-51).

²¹ São assim denominadas as tecnologias objetivadas em máquinas cuja mediação com o trabalhador é realizada por mecanismos imediatos, e a ação ocorre diretamente na máquina nos seus instrumentos. É uma evolução da maquinaria, conforme a descreveu Marx (1998).

de forma incipiente, a entrada de tecnologias de base microeletrônica²², base técnica da superação do padrão fordista de produção.

A “modernização sistêmica”, terceira fase de implementação do padrão flexível no Brasil, a partir dos anos de 1990, caracteriza-se por se encontrar num momento de forte crise econômica, alta concentração de renda e redução do mercado interno, sendo esta crise simultaneamente pautada por uma política econômica de ampla abertura do país para a economia mundial, o que trouxe grave crise para a indústria nacional, no primeiro período, assolada pela onda de importações. No que tange à implementação da flexibilidade, parece ser um período de auge, em que a base técnica e organizacional das empresas estava em consonância.

Ocorre, no âmbito da empresa, o processo de horizontalização da produção, constatado por Leite (1994, apud RODRIGUES, 1998) e por Antunes (2005), entre outros. Este processo, também conhecido como “terceirização”, caracteriza-se pela centralização (focalização) da produção, nas plantas principais, apenas dos itens mais importantes, com maior valor agregado, ficando a cargo das empresas terceirizadas os processos de menor valor agregado. Esta é, de fato, uma característica fundamental do processo de gestão flexível da produção, que resulta na redução da planta central das fábricas, na redução dos custos com mão-de-obra e outros custos daí resultantes. Há, neste caso, a especialização da produção em cada empresa, o controle e gerenciamento mais precisos e a precarização do trabalho, com a redução dos salários nas empresas terceirizadas, assim como a redução dos direitos trabalhistas, objetivo da política econômica ao longo da década de 1990.

Qual seria o pensamento pedagógico da CNI neste período de implementação do padrão flexível no Brasil? Em que bases se dá o projeto educacional e formativo para a classe trabalhadora advindo da burguesia industrial? Quais as demandas para a classe trabalhadora em termos de formação?

Como foi visto até aqui, a burguesia industrial mudava, desde a década de 1970, o padrão de produção, promovendo mudanças na forma da gestão e implementando a base técnica microeletrônica. As mudanças na infra-estrutura da produção repercutiram no pensamento pedagógico desta classe. A infra-estrutura determinava a superestrutura e, portanto, o período de acumulação flexível exigia uma pedagogia coerente.

A CNI, neste período, sob a presidência de Albano Franco, cuja gestão perdurou de 1980 a 1995, organizou o pensamento e ações da burguesia industrial na

²² Devido à falta de um conceito direto e preciso, serão aqui denominadas de microeletrônicas as tecnologias objetivadas em máquinas que possuem uma interface mediata, cuja ação dos trabalhadores ocorre por meio de programação computadorizada, cuja flexibilidade de ação é maior que as máquinas eletromecânicas.

adaptação desta classe para as mudanças então correntes. Porém, não são mais apenas os discursos do presidente que se tomam como mediadores da classe burguesa na sociedade. Com a reestruturação da CNI, com a sua profissionalização como representante orgânica da burguesia industrial, passam a ter relevo os textos técnicos produzidos e organizados pelas suas equipes técnicas.

São quatro os documentos analisados por Rodrigues (1998) para o período e que definem o pensamento pedagógico da entidade: Competitividade industrial – uma estratégia para o Brasil (1988); Educação básica e formação profissional (1993); SENAI, Desafios e oportunidades (1994); Modernização das relações trabalhistas (1995). Destes documentos, será analisado detidamente o documento de 1993, Educação básica e formação profissional, que consideramos como o mais importante documento do período e que expressa o pensamento educacional da CNI, cujas ideias permanecem contempladas nos documentos produzidos nos anos 2000.

3. O PROJETO EDUCACIONAL DA CNI A PARTIR DOS ANOS DE 1990: O OLHAR DO SEU QUADRO DE TÉCNICOS

Neste capítulo analisa-se o documento Educação básica e formação profissional – EBFP, produzido pela CNI no ano de 1993, resultante da 6^o Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas, realizada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, no período de 12 a 16 de julho, em Salvador. O documento é composto por uma Apresentação do então presidente da CNI, Albano Prado Franco, uma Introdução e cinco capítulos, a saber: A valorização do fator trabalho; Avanços no sistema educacional formal na América Latina; As novas tecnologias e as exigências decorrentes do nível de escolaridade dos trabalhadores; A necessária reconceitualização do perfil de qualificação: habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão; Estratégias necessárias para a participação dos empresários.

A relevância deste documento para o entendimento da política educacional brasileira advém do fato de que ele se encontra numa posição vanguardista em relação à organização da sociedade civil para a educação, em especial se nos voltarmos ao fato de que, no período mencionado, o Congresso Nacional e toda a comunidade dos educadores brasileiros estavam em meio ao processo de luta pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96. Esta luta, como bem analisa Saviani (1999), constituiu um momento de grande euforia por parte dos educadores, que pretendiam aprovar uma legislação avançada, como era o projeto original quando entrou na Assembléia Constituinte. Porém, como é sabido, esse projeto se defrontou com as diversas forças oposicionistas ao longo do processo de tramitação, que durou oito anos, até sua aprovação em 1996²³.

²³ A trajetória da LDB iniciou-se em 1986, com a IV Conferência Brasileira de Educação, em Goiânia, cujo tema foi “A Educação na Constituinte”. Neste encontro foi produzida a “Carta de Goiânia”, com propostas dos educadores para o capítulo da C.F. de 1988 sobre a educação. Em maio de 1987, na X edição da ANPED, a Conferência de Dermeval Saviani “Em direção das novas diretrizes e bases da educação” foi outro marco nesta trajetória. O texto da palestra foi publicado no número 13 da Revista ANDE. O texto é apresentado nesta revista com o formato de Projeto de Lei. Ele é apresentado e discutido em abril de 1988 na XI ANPED, em Porto Alegre. Em agosto do mesmo ano o texto é debatido na V Conferência Brasileira de Educação, em Brasília-DF. Este texto é a fonte do Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados por Otávio Elísio, em dezembro de 1988, logo após a promulgação da C.F. A partir de março de 1989 o projeto passa a ser emendado, primeiramente por Jorge Hage, parlamentar do PSDB-BA e relator da Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Para a formulação de seu parecer, Hage construiu um processo democrático, consultando inclusive outros projetos de LDB. O seu Projeto foi aprovado em junho de 1990 na Comissão de Educação e Cultura. Com a eleição de Fernando Collor de Mello, a composição de forças conservadoras ganha força na Câmara. Em maio de 1992 o senador Darcy Ribeiro entra com um primeiro substitutivo à LDB, que tramitava na Câmara, cujo relator é o senador Fernando Henrique Cardoso. Este substitutivo ganha caráter mais conservador, retirando instâncias democráticas de decisão, como o Conselho Nacional de Educação, e omite a criação de um Sistema Nacional de Educação. Na Câmara os deputados conservadores criam problemas para a tramitação do Projeto Jorge Hage, com a colocação em pauta de 1263 emendas. Somente em novembro de 1992 consegue ir para votação, e é finalmente aprovado na Câmara em 13 de maio de 1993. O projeto é então encaminhado para o Senado, onde Cid Sabóia (PMDB-CE) é o relator. Seu substitutivo contém ainda avanços advindos da proposta da Câmara. Foi aprovado na Comissão de Educação do Senado em 12 de

No contexto internacional, o documento EBFP é fruto da comunhão dos interesses dos empresários brasileiros com os resultados da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, e a edição do Relatório de Jacques Delors, Educação: um tesouro a descobrir (DELORS, 1998)²⁴.

Estas referências reforçam a percepção de que este documento da CNI tem grande potencial analítico, pois o seu conteúdo traz inovações em relação às reformas educacionais para os países em desenvolvimento e demonstra as parcerias realizadas entre os agentes internacionais vinculados ao capital, como o Banco Mundial, os agentes vinculados ao capital nacional, no caso a CNI, que representa o que há de mais avançado em termos de capital industrial no país (RODRIGUES, 1998), e a UNESCO, que hegemoniza internacionalmente a perspectiva ideológica em termos de educação.

Uma das inovações deste documento, conforme analisa Rodrigues (1998) é o destaque do setor empresarial para a universalização da educação básica, algo que, na história da CNI, nunca houvera sido tão claramente focado e, inclusive, foi rechaçada pelo seu primeiro presidente, Euvaldo Lodi.

O documento traz também, de forma meridiana e sem rodeios, uma concepção de educação básica e profissional organicamente vinculada (diria mesmo subordinada) às demandas do capital na fase de acumulação, produção e gestão flexível, e, de modo vanguardista, demonstra as habilidades e competências necessárias para o trabalhador garantir sua “empregabilidade polivalente e a longo prazo” (CNI, 1993), conceito em geral muito prestigiado atualmente.

Outra categoria que deriva deste documento, e que atualmente está consolidada na relação trabalho e educação é a de “capital humano”. Neste documento, que, aliás, mantém organicidade com um documento atual da CNI, Educação para a nova indústria (CNI, 2007), o ser humano nas organizações é tratado como um fator de extrema importância para a competitividade das empresas, e, como tal, deve ser alvo de investimentos que lhe garanta qualidade de vida e de trabalho.

Ainda há de se destacar, como o fez Rodrigues (1998), que as formulações elaboradas na Reunião de 1993 da CNI inspiraram a política da educação profissional

dezembro de 1994. Porém, com a ascensão de FHC ao governo federal, o projeto aprovado na Comissão do Senado passa a sofrer a oposição do governo. Darcy Ribeiro faz um relato, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, apontando a inconstitucionalidade do texto e um novo Substitutivo ao projeto, que é aprovado em 08 de fevereiro de 1996. Vai para a Câmara e é relatado pelo deputado José Jorge (PFL-PE), cujo Parecer é aprovado em 17 de dezembro de 1996. A votação na Câmara é rápida e em 20 de dezembro é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96. Este projeto em nada se parecia com as demandas dos educadores em 1988, em especial sobre a questão da representatividade da sociedade civil entre outras (SAVIANI, 1999).

²⁴ Este documento começou a ser formulado em 1993 e foi publicado no Brasil em 1996 (DELORS, 1998).

do governo FHC. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, tem como sua base o documento Educação básica e formação profissional. A análise deste documento será feita conforme o entendimento de que este se constituiu em uma política de Estado calcada na concepção de formação dos empresários industriais, realizada com os recursos dos trabalhadores, em especial do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT.

Neste capítulo realizamos uma contextualização do documento EBFP, aproveitando o movimento empreendido por Deluiz (1999) e Rodrigues (1998). Em seguida procedemos ao estudo do documento, parte por parte, mantendo o diálogo com os autores que já analisaram este documento. A questão do PLANFOR será analisada na penúltima parte, quando serão abordadas as três habilidades constitutivas do perfil profissional requerido pelos empresários. Fechando essas análises do documento EBFP, tratamos, com o auxílio de Oliveira (2003b), das proposições da burguesia industrial para a participação dos empresários no gerenciamento da educação e dos recursos a ela direcionados.

3.1. O contexto

O documento EBFP, resultado da 6ª Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas, realizada pela CNI, em 1993, não pode ser analisado isoladamente do contexto em que foi produzido, tanto no que se refere ao desenvolvimento do pensamento da burguesia industrial brasileira quanto ao contexto social e econômico do início dos anos 90.

É preciso mencionar, como fez Oliveira (2003a, p. 257), que no âmbito mesmo da Reunião, a CNI contou com a parceria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, que foi representada pelo seu então presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que apresentou o documento “Formação profissional e educação básica: a responsabilidade dos empresários”. O relator do documento, Nassin Gabriel Mehedeff, do SENAI e do Ministério do Trabalho, também expressa a comunhão de interesses entre o Estado e a burguesia industrial (RODRIGUES, 1998, p. 107).

Deluiz (1996) percorre um interessante caminho analítico ao comparar os documentos das Centrais Sindicais – CUT e Força Sindical, representando os trabalhadores – e, por outro lado, a CNI e a FIESP, representando os industriais brasileiros. A autora destaca a participação de trabalhadores e empresários em torno da temática das políticas de formação profissional, desde os anos 80 até meados dos anos 90. Trata-se, como afirma a autora, da busca pela hegemonia de projetos de formação profissional, que coloca em disputa os interesses de ambas as classes sociais.

Nesta luta por hegemonia a autora destaca a vanguarda empresarial que desde os anos 80, já vêm formulando propostas de formação profissional adaptadas aos novos tempos da economia brasileira, inserida, por sua vez, no contexto de uma economia competitiva internacionalmente e com um aparato produtivo baseado em tecnologias microeletrônicas. O maior passo no sentido da conquista da hegemonia pelos empresários é a formação, em 1980, do Sistema Indústria²⁵ (RODRIGUES, 1998).

Em meados da década de 80, fortalecidos em sua organização, passam a propor projetos para a futura Constituição Federal, e é justamente em 1988, ano da aprovação da Constituição Federal, que os empresários lançam o documento mais importante da década de 80, denominado “Competitividade industrial – Uma estratégia para o Brasil” (CNI, 1988), que, segundo Deluiz (1996):

diagnosticava a fragilidade do sistema educacional e a reduzida integração entre Universidade/Institutos de Pesquisa/Empresas, como obstáculos à efetivação de uma política tecnológica que garantisse o aumento da competitividade da indústria brasileira.

Ainda para a autora, em análise corroborada por Rodrigues (1998), este documento, no que se refere à educação, preocupou-se mais com o ensino superior, em especial a sua vinculação com as empresas, na formulação de inovações tecnológicas para o incremento da produção e conseqüente competitividade.

O sistema educacional é apontado, neste documento, como um ponto de estrangulamento da indústria em sua busca pela competitividade.

O país, por conta das falhas do *sistema educacional*, não é capaz de *maximizar a utilização de sua força de trabalho*. A persistência de um elemento percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um *limite* estreito no seu aproveitamento. (CNI, 1988, p. 19, apud RODRIGUES, 1998, p.103).

Esta crítica ao sistema educacional brasileiro será retomada no documento de 1993, e, na verdade, é elemento comum nos documentos mais recentes da CNI (2007). O conteúdo desta crítica à formação dos trabalhadores é que será o mote da proposta de educação geral e profissional dos empresários. Trata-se, portanto, de definir socialmente qual o projeto de formação é preciso colocar em marcha para se

²⁵ O Sistema Indústria propõe-se a ser o articulador das ações do tripé constitutivo da CNI: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; o Serviço Social da Indústria - SESI; e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL.

alcançar os objetivos da “sociedade brasileira” (vide os interesses da burguesia em geral, e da burguesia industrial em particular).

No documento EBFP, os empresários brasileiros acentuam a necessidade de que a formação profissional não se desvincule da formação geral, básica, sendo este o grande diferencial deste documento. É nele que, pela primeira vez, na voz dos empresários, passa-se a discutir competências e empregabilidade (OLIVEIRA, 2003a, p.258), categorias que atualmente já fazem parte do vocabulário comum dos discursos da área.

3.2. O fator trabalho

O primeiro capítulo do documento Educação Básica e Formação Profissional, denominado Fator Trabalho, discute a relação da empresa no momento histórico da produção flexível com os trabalhadores, assim como a concepção dos empresários sobre os trabalhadores e a formação necessária para o alcance da competitividade da indústria nacional.

Para os empresários, os recursos humanos das empresas vêm sendo entendidos não mais como um fator de custo de mão-de-obra, como no taylorismo/fordismo, mas sim como um fator sem o qual as empresas não podem galgar níveis satisfatórios de competitividade no cenário globalizado da economia. Daí que, para a empresa, o trabalhador não pode ser tratado como uma peça de fácil reposição, que pode ser submetida a um tratamento precário ou simplesmente visto como “gasto necessário”.

Esta concepção de capital humano chega a atingir, na visão dos empresários, o que chamam de “realização pessoal” do trabalhador, que é um fator estratégico da produção. Sobre isso, os empresários tecem dura crítica ao modelo taylorista/fordista:

Assim, a visão de produtividade crescente, baseada na redução de custos de mão-de-obra vem sendo superada gradativamente, e já é, inclusive, completamente descartada pelas empresas. Aquela visão, baseada linearmente na redução de custos de mão-de-obra, pode ainda até dar resultados a curto prazo, mas é fatal para a saúde de uma organização e para a melhoria do desempenho a médio e longo prazos. (CNI, 1993, p. 07)

Pelo exposto acima, não se pode negar uma mudança nas relações entre capital e trabalho em relação ao modelo taylorista/fordista, e esta mudança baseia-se no fato de que os empresários passam a exigir do trabalhador um compromisso maior com a empresa, compromisso esse que extrapola a vida na fábrica e chega à vida pessoal do trabalhador. Portanto, esta é uma relação que se pode resumir em uma equação simples: qualidade dos recursos humanos e valorização do trabalhador igual

à maior competitividade. Rodrigues (1998, p. 107), acentua que, no discurso empresarial, a produtividade, pela via da melhoria dos trabalhadores, acabará por resolver problemas sociais.

Mais uma característica apresentada no documento EBFP é que esta relação entre capital e trabalho possui uma conotação ideológica centrada na diluição das contradições de classe derivadas do modo de produção capitalista. E isso porque para o capital já não vale mais a velha relação de exploração pura e simples dos trabalhadores.

O clássico embate capital/trabalho, base sobre a qual se assentou grande parte das teses educacionais, vê-se agora desafiado por novas e contestadoras posturas, motivadas pelos ventos das atuais condições de desenvolvimento das forças produtivas que, em nossa realidade, embora ocorram de maneira desigual, não podem ser ignoradas. (CNI, 1993, p.8)

Para os empresários, as relações entre capital e trabalho, mediadas por uma nova exigência de qualificação e de mudanças gerenciais, que “aproximam” trabalhadores e gestores, já não podem ser mais entendidas como relações contraditórias, de disputa de duas classes opostas, que lutam por ideais e uma sociedade diferente. Na ótica empresarial, o novo cenário do mundo do trabalho tende a aproximar capital e trabalho, já que, de um lado, os empresários passam a valorizar os trabalhadores como fatores indispensáveis para a continuidade da produção e competitividade, e, por outro lado, os trabalhadores passam a ser mais especializados para o trabalho, agora de acordo com o modelo flexível, que exige destes trabalhadores conhecimentos mais densos e complexos, além de um domínio mais profundo da relação teoria e prática profissional.

Os motivos que levam a burguesia industrial a afirmar a superação da contradição essencial entre capital e trabalho assentam-se sobre os seguintes pilares: a ascensão das subjetividades e o novo modelo de gestão do trabalho e a consequente qualificação e diminuição da distância entre o fazer e o pensar.

Quanto ao primeiro:

[...] para a burguesia industrial, a atual produção científica no campo das ciências humano-sociais, fortemente marcada pelos conceitos de subjetividade, gênero, e etnia, acabou por conformar uma compreensão da realidade social radicalmente distinta daquela estabelecida pela economia política marxista. As desigualdades sociais não são expressão da cisão societária produzida, em última instância, pela exploração de uma classe fundamental (a burguesia) sobre a outra (o proletariado). As desigualdades sociais são, sim, produto da subjetividade, das relações de gênero e etnia. (RODRIGUES, 1998, p. 108)

A análise do projeto educacional da burguesia industrial brasileira não pode ser apartada do seu projeto de sociedade. A ênfase na educação básica, na formação de habilidades genéricas para os trabalhadores e a sua inserção como elemento para a competitividade, aos moldes da teoria do capital humano revisada, é parte desta concepção funcionalista de sociedade, em que desigualdade se transforma em diferenças, em que classes sociais são substituídas pelo acento nas subjetividades. Por este caminho apreende-se o perfil do trabalhador que se quer formar para os interesses da burguesia industrial: um trabalhador que não se compromete como elemento de classe, mas apenas consigo mesmo e com a empresa. Logo, as “velhas” idéias veiculadas pelas teorias progressistas da educação caem por terra, em especial as correntes marxistas, claramente alvos das críticas da burguesia industrial.

Por outro lado, há o pilar dos modelos de gestão da produção. Neste caso o que ocorre é que as mudanças na gestão da produção tendem a reduzir os níveis hierárquicos das empresas, entre os que fazem e os que projetam a produção. O conflito entre capital e trabalho no interior da fábrica perderia o sentido. Não se trata mais de contradições, mas de diferentes funções que tendem a se harmonizar para a conquista do grande objetivo: a competitividade da indústria, que fortalece a economia e, por conseguinte, gera empregos e desenvolvimento para a sociedade. Deste modo, o projeto de uma classe se transforma em projeto de toda a sociedade.

Em resumo:

[...] para a burguesia industrial, as novas tecnologias e os novos paradigmas teóricos acabam por destruir as demarcações ético-teórico-políticas postas pelo pensamento marxista, e, conseqüentemente, socavou todo o pensamento pedagógico que do materialismo histórico-dialético se reivindica. (RODRIGUES, 1998, p. 109).

O projeto educacional da burguesia industrial, de base funcionalista, é contrário, portanto, às teorias marxistas, que reivindicam uma educação transformadora e revolucionária, que supere uma formação meramente instrumental para o mercado de trabalho.

Voltando aos empresários, estes admitem que a qualificação para o trabalho ainda não é igual para todos os trabalhadores, pois existem realidades que ainda exigem a desqualificação, como o caso dos “operários profissionais” (CNI, 1993, p.9). Este cenário, porém, tende a se homogeneizar, afirma o documento EBFP, com a resultante valorização da massa dos trabalhadores. Esta maior qualificação caminha no sentido da superação da especialização típica do modelo taylorista/fordista. Ao

invés disso, os trabalhadores são chamados a serem “múltiplo encargo (multi-tasking)” e “poliqualificado (multi-skilling)” (CNI, 1993, p.9)²⁶.

Oliveira (2003a, p. 259) chama a atenção para o uso ideológico do termo polivalência.

A utilização do conceito de polivalência nos documentos empresariais é mais uma expressão da modificação do discurso das elites visando conseguir, também no plano da produção, a sua hegemonia política. A utilização do conceito de polivalência procura criar a falsa impressão de que as tarefas realizadas pelos trabalhadores na produção flexível requerem um conjunto maior de qualificação. Na prática, o que se estabelece é a exigência que os trabalhadores sejam multifuncionais.

Interessante notar a diferença entre o projeto educacional que defende a polivalência no sentido da formação integral (formação politécnica), como na tradição marxista, e o projeto de educação para a multifuncionalidade, como é, de fato, o projeto de educação da burguesia industrial, para quem a formação integral é apresentada como a capacidade flexível que os trabalhadores devem demonstrar para que possam, empregados ou desempregados, manter-se no nível das exigências da produção, sob o ponto de vista e necessidades da indústria (FERRETTI, 2003).

Os empresários criticam também o modelo de *welfare state*, do pleno emprego, que utilizava a educação profissional como política de amenização da pobreza nos anos sessenta e setenta, e mais ainda com a crise dos anos oitenta. Estes valores, como o pleno emprego e “ajuste de treinamento para postos de trabalho predeterminados” são questionados como não passíveis de serem saídas para a atual forma de competitividade que permeia a relação entre educação e mercado de trabalho.

Os empresários pedem, na reforma educacional, a universalização da educação básica, até os dezoito anos de idade, com doze de estudos. Demandam também medidas de educação permanente e recorrente.

Já não é possível que o indivíduo invista um grande período de tempo na educação e na formação profissional, com a intenção de adquirir um fundo de conhecimento ou de qualificação que seja suficiente para toda a sua carreira. A educação recebida pelos jovens deve ter uma base sólida, que facilite constantes aquisições e atualização de conhecimento para o resto de sua vida produtiva. (CNI, 1993, p.10) (itálico do original).

²⁶ Claro está que a superação da divisão do trabalho não é algo que se possa concretizar no capitalismo. Trata-se, apenas, por parte do empresariado, de um discurso ideológico.

Em primeiro lugar é necessário destacar a positividade do conteúdo do discurso da burguesia industrial brasileira. De fato, como analisou Rodrigues (1998), nem sempre a CNI defendeu a universalização da educação básica no país. Euvaldo Lodi, no contexto dos anos 50, dizia que era “nefasta” a idéia desta universalização da educação, e defendia que o gasto com educação deveria ser compatível com o retorno econômico para o país.

O avanço da burguesia para a universalização da educação básica encontra-se em relação com um dos pilares da educação para o século XXI defendidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, qual seja, o aprender por toda a vida, ou, como ficou mais famoso, o “aprender a aprender” por toda a vida (DUARTE, 2000). As mudanças no mundo do trabalho exigem do trabalhador que este se especialize constantemente, e que sua formação básica seja direcionada para esta flexibilidade, que deverá incorporar para alavancar sua carreira. A proposta dos empresários vincula-se muito mais à aquisição de métodos de aprender do que a conteúdos a serem aprendidos. Segundo Rodrigues (1998, p. 110):

Em outras palavras, nesse documento, os empresários industriais estão propondo uma educação capaz de produzir conhecimentos transitivos e generalizáveis, ou seja, passíveis de continuar a produzir-se, mesmo depois da saída do indivíduo do sistema formal de educação.

No entanto, frente a uma demanda como esta, os empresários verificam que os sistemas educacionais da América Latina nem de longe cumprem este papel de oferecer uma educação básica sólida e, portanto, não estão formando “[...] **um trabalhador que seja economicamente produtivo e pleno cidadão**” (CNI, 1993, p.10) (negrito do original). Os empresários partem do pressuposto, verificado nos países de industrialização avançada, que o desenvolvimento só foi possível na mesma medida em que a educação foi universalizada. E, assim, preocupam-se com os números da educação latino-americana, que estão longe de ser universalizada.

3.3. Novas tecnologias e as demandas de formação

Nesta parte do documento, os empresários demonstram clareza ao assinalarem as características do novo cenário do mundo do trabalho flexibilizado e de como estas mudanças passam a exigir um novo tipo de formação a ser tomada como paradigma para a escola, sobretudo a escola pública brasileira, tendo em vista a capacidade limitada do sistema produtivo de generalizar oferta de educação básica e profissional. Para que não se incorra em empobrecimento do pensamento original da

burguesia industrial, cita-se abaixo, literalmente, a concepção dos empresários sobre as mudanças no cenário produtivo.

O novo paradigma da produção industrial tem seu fulcro em uma produção flexível e diversificada, na versatilidade, na modificação de produtos em função das necessidades e interesses do consumidor, bem como em uma organização do trabalho também flexível e descentralizada, com ampla capacidade de reação e adaptação a novas mudanças. Isso significa que a integração com a contemporaneidade do mundo implica em maior desenvolvimento e apropriação da ciência e tecnologia enquanto principais instrumentos da dinâmica do sistema produtivo moderno. (CNI, 1993, p.13) (itálico do original).

A produção flexível exige das empresas uma nova organização do trabalho, que se reverte em mudanças na relação entre capital e trabalho, em especial pelo fato de que o capital necessita que os trabalhadores possam se disponibilizar para um trabalho para o qual não tem segurança sobre a rotina a ser seguida e, muito menos, a segurança da manutenção do emprego. Há neste novo perfil de trabalhador uma dupla flexibilização: por um lado a necessidade de se adaptar internamente à produção, na própria fábrica, a qual lhe exige cada vez mais habilidades genéricas, como a comunicação e a capacidade de trabalhar em grupos e liderar (FERRETTI, 2003); por outro lado, pelo fato de que, de olho no cenário social, em especial o mercado de trabalho, o trabalhador percebe que a sua segurança depende de sua iniciativa em gerenciar a sua própria carreira, cabendo-lhe se tornar “empregável”, o que impõe uma disposição individual para o empreendedorismo.

A mesma empresa, por seu lado, reage ao mercado no interior do qual compete, nacional e internacionalmente, e, de olho neste cenário, ela se volta para a reorganização de seus trabalhadores internamente. O resultado desta reorganização é que o trabalhador é instado, cada vez mais, a buscar individualmente os conhecimentos teóricos e científicos, necessários ao seu trabalho na produção mediada pelas tecnologias, e, por outro lado, é também chamado a se dedicar, a “vestir a camisa da empresa”, a ser um trabalhador empreendedor.

Visando a competitividade, os empresários constatam que o diferencial são os recursos humanos de que dispõem, e passam a valorizar os trabalhadores como ente referencial para o desenvolvimento do capital da empresa. No mais típico vocabulário da Teoria do Capital Humano, os empresários vêem os trabalhadores como “[...] bens a serem incrementados para que se lhes possa adicionar valor, em oposição a custos que devem ser reduzidos.” (CNI, 1993, p.13).

Não se pode deixar de apreender, como o fez Rodrigues (1998), que, apesar de os empresários, no discurso, valorizarem o trabalhador e sua formação genérica,

na verdade o que o capital pretende mesmo dos trabalhadores é lhes retirar aquilo que sempre foi seu objetivo: a mais-valia.

E mais, como afirma Oliveira (2003b), a Teoria do Capital Humano, subsídio das propostas educacionais da burguesia industrial, é aquela teoria orgânica aos verdadeiros interesses desta classe, cujo objetivo não é mudar o real. Assim, “[...] só teria sentido apoiar-se em uma “teoria” que em nada contribui para pensar a educação sobre outras bases que não seja a de reprodução do modelo capitalista de produção.” (idem, p.52)

Asseveram os empresários que não se pode mais ignorar as deficiências no sistema de ensino, como era possível no taylorismo/fordismo, cujo norte era o treinamento específico para cada cargo. A má educação influencia, hoje, na produtividade, de forma direta.

A atual revolução tecnológica, à diferença da primeira revolução industrial, que teve o mérito de substituir a força física do homem pela energia mecânica, caracteriza-se por ampliar a capacidade intelectual humana na produção industrial e nos serviços. (CNI, 1993, p.14)

Esta assertiva dos empresários está no centro das proposições da chamada “sociedade do conhecimento”, ou seja, uma concepção para a qual o núcleo da sociedade já não é a luta de classes, a materialidade das relações sociais, que colocam em oposição trabalhadores e capital, mas sim o domínio, ou não, dos conhecimentos amplamente divulgados pelos meios disponíveis.

Outra análise que pode ser feita deste trecho é que a exploração do trabalho já não se dá meramente pela retirada das forças psicofísicas dos trabalhadores, mas que esta ocorre também pela exploração da capacidade intelectual destes trabalhadores na produção. No sistema da fábrica Toyota, que é um dos grandes ícones históricos da reestruturação produtiva, os trabalhadores são constantemente pressionados a pensarem alternativas que elevem a produtividade da empresa, levando a uma situação em que o trabalhador, após o término do expediente normal na planta da fábrica, dirige-se para casa numa espécie de “segundo turno”, onde deve refletir sobre o processo de trabalho e elucubrar soluções inteligentes, para as quais pode ser premiado e que pode garantir, de alguma forma, a sua empregabilidade na empresa (OLIVEIRA, E., 2004).

O documento da CNI aponta, ainda, que são os empresários os agentes privilegiados para opinarem sobre educação no Brasil, pelo fato de que são eles, muito mais que os educadores, que sabem o que o mercado exige como paradigma formativo a ser seguido pela escola. Para os empresários, uma boa educação seria aquela que dá chances a todos, inclusive os excluídos, para a redução das

desigualdades sociais. Os excluídos teriam maiores chances e não seriam destinados a serem os perdedores no mercado.

Além da escola inclusiva, capaz de formar todos para serem trabalhadores competitivos, cidadãos produtivos, os empresários aparecem na vanguarda com relação às competências necessárias à educação neste período histórico.

Além da modernização quantitativa, é necessário que a escola desempenhe o papel pedagógico de aguçar no estudante a elaboração crítica, a independência e a capacidade de organização do próprio trabalho. Seriam, estas, em síntese, as competências básicas a serem priorizadas nos currículos de educação geral e formação profissional.

A necessidade aponta para um sistema educacional que dê conta de uma formação de novo tipo, para um homem criador da sua própria história, capaz de agir sob determinadas condições, escolhendo, livremente, as alternativas que lhe forem apresentadas pelo mundo do trabalho, seja na empresa em particular, seja no setor produtivo como um todo. (CNI, 1993, p.14-15).

Encontram-se neste excerto os pilares da constituição do trabalhador flexível e adaptado às demandas da chamada “nova economia”, ou seja, em primeiro lugar é exigida a “crítica”, independência e organização do próprio trabalho. Neste caso, as três características reafirmam o perfil subjetivista pertinente à formação flexível, e condizente com os princípios das pedagogias subjetivistas, pedagogias do “aprender a aprender” (DUARTE, 2000). No mundo do trabalho esta centralidade da subjetividade é objetivada na ideologia do empreendedorismo, embora este conceito ainda não apareça explicitamente no documento.

No segundo parágrafo da citação acima nota-se o viés de uma formação individualista do homem, que é retirado de sua condição ontológica como ser social para uma condição de ser o “criador de sua própria história”, como se a sua vida fosse constituída independentemente das condições materiais de existência, condições estas construídas coletivamente. Também se evidencia o perfil do trabalhador adaptável às diversas condições dadas no mercado de trabalho, dentro e fora das empresas, e às quais o trabalhador, conforme o seu perfil individual, subjetivo, deve enfrentar. Estas são as condições básicas da empregabilidade, a qual o documento da CNI toca diretamente, ou seja, a responsabilização individual de sucesso ou fracasso no mercado de trabalho.

Frente às três competências básicas, os empresários falam de um “novo homem” a ser gerado neste processo. Este “novo homem” que a “necessidade aponta” deve ser o “criador de sua própria história”, capaz de agir e escolher “livremente” frente a diversificadas situações e alternativas no mundo do trabalho. Logo, a maior característica ontológica colocada pelos empresários aos homens trabalhadores é que

se livrem das amarras sociais, e que criem sua própria história, independente de tudo e todos, e que tenha realmente a capacidade de livremente escolher frente às “opções” que o mercado lhes garante.

Há, neste sentido, uma inversão ontológica, ou seja, o homem, nesta concepção, deixa de ser social por natureza devido ao fato de que o que lhe é exigido são capacidades de ação individual, independente dos demais homens, e, neste sentido, individualista. Esta concepção reforça a tendência de que cada trabalhador cuide de sua própria vida, e que cada um torna-se, sozinho, responsável pelo destino que construir, no sucesso ou no fracasso.

3.4. A polivalência

Uma importante categoria que está expressa no documento EBFP é a de “polivalência”, que, mais uma vez, reforça a crítica à formação fordista/taylorista baseada na fragmentação dos conhecimentos e na diluição dos fazeres a tarefas parceladas, que, no âmbito da formação, também parcelava os trabalhadores.

O posto de trabalho para o qual gerações de trabalhadores foram formadas, especialmente nos cursos profissionalizantes vinculados à prática profissional, não existe mais como uma plataforma de segurança para a classe trabalhadora. O posto, unificado e parcelado, foi substituído pela flexibilidade, pelas famílias ocupacionais²⁷, pelas ilhas de produção, em que os trabalhadores são chamados a efetuarem diversos tipos de trabalho, a operar diversas máquinas ao mesmo tempo, de gerenciar e se responsabilizar pelo andamento daquela seção de trabalho, sozinho ou em grupo.

No entanto, a formação dos trabalhadores no sistema de ensino, e era assim em 1993, não qualificava para este tipo de trabalho flexibilizado, o que sempre gerou, por parte dos empresários, a reclamação de que o “fator humano” vinha sendo impeditivo de uma capacidade de competitividade internacional.

Portanto, partindo-se da centralidade da polivalência para o projeto educacional dos empresários, é relevante constatar como os empresários tratam este conceito:

É necessário, portanto, assegurar, por um lado, a universalização e a adequação qualitativa da Educação Geral, e também o caráter científico e educativo da Formação Profissional, através de uma qualificação polivalente, isto é, de uma educação de caráter geral e abrangente que garanta a unidade da teoria com a prática e do concreto com o abstrato.

O conceito de polivalência implica em uma formação que qualifique as pessoas para diferentes postos de trabalho dentro de uma família ocupacional e, sobretudo, para complementar as bases gerais,

²⁷ As famílias ocupacionais são um campo de atividades similares, mais amplo que uma determinada profissão. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2000, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, existem no Brasil cerca de 596 famílias ocupacionais (www.mte.gov.br).

científico-técnicas e sócio-econômicas da produção em seu conjunto. Uma formação que articule a aquisição de habilidades e destrezas genéricas e específicas com o desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas. Implica, portanto, não só a aquisição de possibilidades de pensamento teórico, abstrato, capaz de analisar, de pensar estrategicamente, de planejar e de responder criativamente às situações novas, mas também de capacidades sócio-comunicativas, de modo a poder desenvolver trabalho em equipe e conhecimentos ampliados que possibilitem a independência profissional. (CNI, 1993, p.16)

Este longo trecho traz contribuições importantes, que demonstram que os empresários querem os trabalhadores formados da melhor maneira possível, e, inclusive, que esta formação seja integral e que esteja inserida na relação teoria e prática. Por um lado a teoria auxilia na interação do trabalhador com as novas formas de produzir pela base microeletrônica, e, por outro, a prática que auxilia na captação e intervenção em possíveis erros de sistemas eletrônicos.

Porém, a primeira característica da polivalência é a de que ela se concretiza pela variedade de funções que o trabalhador pode desempenhar no âmbito da produção, ou seja, o conceito de polivalência supera o posto de trabalho para integrar as chamadas “famílias ocupacionais”. Em geral, a polivalência significa, nesta ótica, que o trabalhador deve adquirir diversas competências e habilidades, como as científicas e estéticas, que levam à integração do pensamento teórico com a prática do trabalho em grupo, exigindo do trabalhador o desenvolvimento das capacidades sócio-comunicativas.

As características do trabalhador polivalente reiteram que, sob a égide da reestruturação produtiva do trabalho e da gestão do trabalho, a exploração do trabalhador dá um salto de qualidade, no sentido de que esta ocorre pelo viés de uma pseudo-totalidade do ser humano, ou seja, a exigência de que desempenhe o máximo de suas funções, não somente psicofísicas, mas também espirituais e intelectuais, de modo que a sua presença na produção não seja apenas de um “fazedor” ou de “cumpridor” de ordens, mas que seja responsável pela sua produção e pela organização do seu próprio trabalho na empresa. Mesmo sob a égide do trabalho assalariado, exige-se que o trabalhador se torne um empreendedor na empresa, de modo que possa ser qualificado para se manter no emprego, enfim, para que continue empregável (no sentido da empregabilidade).

É relevante retomar, para finalizar, que, como analisou Oliveira (2003a), o uso do conceito de polivalência, pelos empresários, não pode ser confundido com o uso que, historicamente, a esquerda educacional baseada nos pressupostos formativos da teoria marxista, fez deste termo. Para os empresários, este termo aproxima-se, como afirmou o autor, ao multifuncionalismo, ao passo que para a concepção marxista, a

politecnicia, e não a polivalência, é parte de um projeto de formação integral do trabalhador, que une teoria e prática, trabalho intelectual e manual, e que não prescinde de uma concepção de sociedade que supera a dualidade das classes sociais do capitalismo.

Ao necessitar da valorização dos recursos humanos nas empresas, os empresários pregam a necessidade de inclusão de todos na escola, e, para isso, desde 1993 clamam pela universalização da educação básica, em consonância com os imperativos advindos da Conferência de Jontiem, em 1990. O sistema básico seria complementado com um sistema de educação profissional que perfizesse toda a vida produtiva dos trabalhadores. Para isso conclamam uma urgente reforma curricular, baseada em três eixos:

(a) flexibilidade no saber; (b) interdisciplinaridade do conhecimento; (c) construção, pelo indivíduo, de uma visão globalizante dos processos tecnológicos, com ênfase na abstração, na apropriação de mecanismos lógicos e na transformação da maneira de pensar e construir conceitos. (CNI, 1993, p.17)

Pelas três bases da reforma curricular pretendida pelos empresários, novamente fica evidente que a ênfase não se dá nos conteúdos, vistos estes como vinculados à formação taylorista/fordista. Agora o currículo flexibilizado, como o mundo do trabalho, deve enfatizar mais as subjetividades e a interdisciplinaridade, além de uma proposição, a terceira, que se aproxima das propostas transdisciplinares, de renovação da construção de conceitos e transformação nas maneiras de pensar.

3.5. Novos perfis de qualificação

O perfil de qualificação dos trabalhadores, segundo a ótica empresarial, já foi mencionado em vários momentos, bastando aqui se fazer uma organização destes dados. A primeira característica marcante do novo perfil é a necessidade de que o trabalhador seja o gerenciador de seu próprio trabalho, qualidade esta advinda das mudanças na gestão empresarial, que tende a privilegiar relações hierárquicas diferenciadas da empresa taylorista/fordista, em que estas ocorriam estritamente no âmbito vertical, e a distância entre os que planejavam o processo e aqueles, a maioria, que executavam, era quase intransponível. A nova gerência flexibilizada propõe relações hierárquicas menos rígidas e verticalizadas, o que os empresários denominam de “baixo grau de hierarquização”.

Outra característica do perfil profissional é a exigência de que o trabalhador desenvolva as capacidades sócio-comunicativas, ou seja, capacidade para produzir formas de comunicação efetiva, oralmente ou por escrito e, também, a capacidade de

se relacionar em grupo e compreender textos escritos. Espera-se que o trabalhador não seja mais aquele ao qual cabe simplesmente obedecer, relação esta na qual o perfil comunicativo fica empobrecido pois não caberia ao trabalhador falar, se comunicar com os demais, mas apenas concentrar-se em sua tarefa, repetitiva, frente a uma máquina rígida, eletromecânica, perante a qual um vacilo poderia causar um grave acidente.

Para o trabalhador, agora, devido ao tipo de trabalho flexibilizado e em equipe, além da necessária autonomia e autogerenciamento, este deve ser comunicativo, expressar os problemas ocorridos, liderar equipes, relacionar-se com a gerência e com outros setores da produção, resolver problemas técnicos e administrativos etc., o que demanda deste trabalhador capacidade de articulação comunicativa para realizar a contento estas multitarefas na empresa.

Além disso, as máquinas eletroeletrônicas exigem menos manipulação e mais interação abstrata, cognitiva, para, inclusive, prever e sanar erros de operação do sistema, o que também necessita de experiência, o chamado conhecimento tácito (KUENZER, 2003). Portanto, controlar o erro da operação do sistema microeletrônico passa a ser o foco da atenção pedagógica na especialização do trabalhador.

Ao trabalhador, enfim, exige-se o conhecimento profundo do processo de produção com vistas a prever os possíveis erros da operação:

A exigência dessas novas competências seguramente implicará em que as instituições formadoras busquem alternativas técnico-pedagógicas para que as habilidades necessárias sejam adquiridas pelo operário durante o processo de formação. Dentro dessa lógica, tornam-se importantes o desenvolvimento da capacidade de adquirir e operar intelectualmente novas informações e a competência de superar hábitos tradicionais adquiridos numa forma ultrapassada de relações sociais, baseada na oposição linear entre capital e trabalho. (CNI, 1993, p.18)

Percebe-se, pois, que as exigências para a formação deste trabalhador não se dão na esfera dita “tradicional”, ou seja, aquela na qual era importante a aquisição de conteúdos, mas volta-se para o mundo do trabalho flexível, em que ele possa caminhar com a segurança de que irá conseguir se adequar às várias situações que lhe serão colocadas no trabalho, e rapidamente, dentro ou fora das empresas, como um trabalhador desempregado ou mesmo empregado. Por isso o acento na “[...] capacidade de adquirir e operar intelectualmente novas informações e a competência de superar hábitos tradicionais [...]”, o que significa que o trabalhador não pode mais ter a segurança que tinha no sistema taylorista/fordista de que o emprego existia, e que a sua vaga estaria garantida, bastando para isso que frequentasse cursos que o especializariam em determinada tarefa.

Este modelo de formação é orgânico aos novos tempos de crise do capitalismo, em que o desemprego estrutural avassala as possibilidades de que os trabalhadores formados consigam seu “lugar ao sol” no mercado de trabalho. E esta formação torna-se orgânica ao capitalismo em crise justamente porque flexibiliza o próprio trabalhador, a satisfação de seus anseios e expectativas lhe é de pura responsabilidade individual. E este viés ganha ainda mais vida porque, ideologicamente, os empresários insistem em que estas relações a que são submetidos os trabalhadores não são mais relações de classe, de oposição capital e trabalho. O grande opositor do trabalhador passa a ser ele mesmo, ao não ser empregável, ao não se formar nos moldes em que o mercado impõe. E o resultado somente pode ser a frustração pelo desemprego, a angústia de não conseguir seu lugar no mercado, e a eterna busca pela qualificação, numa ação individual e coletiva que legitima a exclusão como produto da incompetência individual, e não como resultado da perversidade do sistema excludente do capitalismo, nesta atual fase de crise.

Voltando ao tema da formação profissional, esta não pode mais estar focada na estrita formação para um cargo ou função, mas, ao contrário, deve ser mais ampla, voltada para o “ensinar a pensar”, cabendo ao professor (ou instrutor) ajudar o educando-trabalhador a aprender, não mais como o “velho” professor que ensina, mas o educador que é instrumento de “repassagem e aquisição do conhecimento”, um verdadeiro “facilitador da aprendizagem” (CNI, 1993, p.19).

A seguir serão abordadas as três habilidades requeridas pelos empresários e impressas no documento EBFP, quais sejam, as habilidades básicas, específicas e de gestão. Será levado em consideração que estas habilidades, assim como o documento como um todo, foram incorporadas ao documento orientador da política nacional de educação profissional do governo Fernando Henrique Cardoso, o que, mais uma vez, demonstra a importância deste documento.

3.6. As três Habilidades: básicas, específicas e de gestão

O documento “Educação Básica e Formação Profissional” (CNI, 1993) considera que são três os conjuntos de habilidades exigidas dos trabalhadores segundo o perfil de eficiência para a produtividade da indústria brasileira e a conseqüente competitividade no mercado nacional e internacional. São elas as habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão²⁸.

²⁸ A questão das habilitações, na história educacional brasileira recente, teve seu momento desastrosamente frustrado na Lei 5692/71, que tornava obrigatória a profissionalização. Além desta lei nunca ter “pegado” de fato, pelo menos para a parcela privilegiada dos alunos, ela foi sendo

Ressalta-se que o autor do documento aqui analisado, Nassim Gabriel Mehedeff²⁹, que no período estava no Ministério do Trabalho e com uma longa carreira no SENAI, demonstra a proximidade entre os desígnios da burguesia industrial e as propostas do governo brasileiro. Neste sentido, as três habilidades demandadas pelos empresários, que são o norte a ser seguido como objetivos do projeto pedagógico da formação profissional no país derivam, na verdade, não de um consenso social, amplamente debatido por todos os setores da sociedade, mas de um projeto de classe, da burguesia industrial. Deluiz (1996) demonstra que havia no mesmo período outros projetos para a educação profissional oriundos das Centrais Sindicais, em especial da CUT e da Força Sindical, recém criada em 1991.

O PLANFOR, projeto maior de educação profissional do governo FHC, que vigorou de 1996 a 2003, teve como objetivo explícito a democratização ao acesso à formação profissional para a população socialmente carente, desempregados, autônomos e pequenos produtores (PLANFOR, 1999). Sua base formativa são as três habilidades propostas no documento “Educação Básica e Formação Profissional”, reproduzidas *ipsis literis* em seu documento orientador, denominado “Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado” (BRASIL, 1995).

A despeito de não caber abordar detalhadamente o PLANFOR³⁰, não se pode deixar de analisar criticamente a adoção das três habilidades propostas pelos empresários como sendo, no mínimo, um aceno com relação ao esvaziamento dos conteúdos da educação, e no caso da educação profissional. Bulhões (2004) aponta como isso ocorreu nos cursos ministrados no âmbito do PLANFOR no Rio Grande do Sul:

A qualificação profissional que a maioria dos trabalhadores consegue obter, em sua busca por recursos que facilitem a inserção no mercado de trabalho, caracteriza-se como cursos básicos, de duração variável, sem regulamentação curricular e sem pré-requisito de escolaridade, em geral pagos. (BULHÕES, 2004, p. 41)

Mas, continua a autora, este tipo de formação de curta duração não é suficiente para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho com as características

descaracterizada ao longo da década de 70, e, no início da década de 80, a obrigação da profissionalização foi revogada.

²⁹ Este mesmo autor, em 1995, presidiu uma Comissão Supervisora do documento “Questões críticas da educação brasileira”, que é resultado de debates no âmbito do Subprograma “Educação, formação e capacitação de recursos humanos”, do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Este documento não avança em elementos novos com relação ao documento da CNI de 1993. No entanto, demonstra a força que a educação básica tomou como elemento orgânico para o capital na busca por competitividade. Os mesmos autores deste documento, escreveram outro com o mesmo intuito (SALM; FOGAÇA, 1993).

³⁰ Para esta discussão sugere-se a leitura de BULHÕES (2004); CÊA (2006); KUENZER (1999; 2006); LODI (1999)

flexíveis e tecnológicas hoje existentes. Kuenzer (2006) afirma que no período de 1995 a 2001 o investimento no PLANFOR subiu de R\$28 milhões para R\$493 milhões, ao mesmo tempo em que a carga horária média dos cursos caiu de 150 horas/aula para 60 horas/aula, restringindo a possibilidade da qualidade dos cursos ofertados. Esta prática de cursos rápidos, sem regulamentação, não significam a valorização da mão-de-obra para uma indústria competitiva, como se apregoa nos discursos oficiais e nem ao menos atende às necessidades expressas nos discursos dos empresários.

Pode-se ainda fazer a crítica do que resultou desta política, ou seja, na multiplicação geométrica em todo o país de “escolas” e “cursos” profissionalizantes de caráter privado, utilizando-se como argumento para o lucro privado destas escolas o apelo à necessidade de permanente qualificação para a inserção no mercado de trabalho, promessa que, com o perfil da maioria dos cursos oferecidos, nunca poderia ser cumprida.

Os cursos rápidos, sem regulamentação, sem pré-requisitos de escolaridade e pagos, oferecidos no âmbito do PLANFOR, são uma forma precarizada de acesso a uma formação profissional para a maioria da classe trabalhadora. As exigências do mercado de trabalho não são igualmente distribuídas pela PEA – População Economicamente Ativa, mas são diferenciadas no interior das empresas e na sociedade (HARVEY, 2002). Para a população mais carente restam os recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, aplicados no PLANFOR, em cursos que não são suficientes para atender as proclamadas exigências do trabalho³¹.

Enquanto o PLANFOR pretendia atender os trabalhadores sem escolaridade, ou analfabetos, as empresas, ao contrário, exigem para contratação a formação básica de 11 anos de escolaridade, o que coloca em dúvida a eficácia deste programa. Para Bulhões (2004, p. 42):

O acesso e a qualidade do ensino profissional são, portanto, diferenciados. A fórmula tradicional, no país, constitui-se na oferta de cursos de qualificação de duração variável, centrados exclusivamente no treinamento específico, que não contribuem para a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores (SALM; FOGAÇA, 1998, p. 6). Essa formação, além de defasada em relação às novas exigências referidas, é fornecida majoritariamente por instituições privadas, como foi visto.

³¹ Dizemos proclamada pois, na verdade, não renunciamos a compreender o processo de formação da classe trabalhadora como processo de esvaziamento das qualificações. Do ponto de vista que defendemos, a proclamação de que o mercado exige qualificação e maior formação escolar, nada mais significa do que um reflexo da situação de desemprego estrutural, cujo resultado é a grande oferta de trabalhadores disponíveis para o emprego. Claro está que quanto mais trabalhadores disponíveis, as empresas passam a dar preferência aos mais escolarizados, desde que estes não reivindiquem maiores salários ou outras exigências que poderiam advir do fato de possuírem mais diplomas. O atual panorama da luta de classes não permite que estes trabalhadores tenham força de reivindicar tais exigências.

Um dos objetivos da implantação do PLANFOR era o de garantir para a população mais carente condições de empregabilidade (também exposta no documento EBFP) por meio de uma formação maciça da mão-de-obra, o que, de fato, entra em contradição com as ações governamentais do período que implementou várias mudanças nas leis trabalhistas que flexibilizaram e precarizaram as relações de trabalho (ver capítulo 5, item 5.1.2). Por isso, as verdadeiras intenções do PLANFOR não podem ser resumidas à retórica da formação profissional para a população, à garantia da empregabilidade etc., mas expressam sim um mecanismo ideológico de manipulação da formação profissional, uma formação para uma inserção marginal e subordinada, direcionada, pelo seu caráter, à população mais carente (e não poderia ser para outro público tal política).

Como assinala Cêa (2006) e outros autores, o PLANFOR está vinculado à política neoliberal do estado brasileiro sob o governo de FHC. O PLANFOR, utilizando-se de um fundo público, o FAT, beneficiou um enorme mercado privado de formação profissional. Da mesma forma, estes recursos, na ordem de 2,7 bilhões no período de 1995 a 2001, foram investidos em cursos na maioria das vezes sem a qualidade necessária para a verdadeira inserção dos trabalhadores, revelando a faceta de exclusão do neoliberalismo, travestido, nesse caso, de um esforço público de qualificação dos trabalhadores. O PLANFOR, ainda, pode ser analisado como uma política de regulação das relações entre capital e trabalho, mediadas pelo Estado brasileiro, visando à manutenção da hegemonia da classe burguesa, especialmente a burguesia industrial.

Kuenzer (2006, p. 887) lembra que o Decreto n. 2.208/97, que forneceu o suporte jurídico ao PLANFOR, é derivado de um acordo entre o MEC e o Banco Mundial, e visou à separação entre o ensino médio e a educação profissional, num retrocesso que retoma a histórica dualidade estrutural na educação brasileira.

Para além dos interesses analíticos da aproximação do PLANFOR com a implementação do neoliberalismo no Brasil – o que se considera como um fato, - pretende-se articular esta política de formação neoliberal com as três habilidades presentes no documento Educação Básica e Formação Profissional (CNI, 1993). Esta articulação pode ser feita com o esvaziamento, na prática, da formação profissional, que, ao invés de se basear em conteúdos científicos densos aliados à prática laboral, passa a se basear em habilidades genéricas, muito mais centradas em comportamentos flexibilizados dos trabalhadores do que em conhecimentos.

Esta discussão, no âmbito da educação básica, foi feita por Duarte (2000) a respeito dos valores do “aprender a aprender”, que é básico na composição da noção de “empregabilidade polivalente e a longo prazo” (CNI, 1993, p.21) proposta no

documento aqui analisado. Silva (2007), ao discutir as competências e o currículo na reforma dos anos 90, afirma a aproximação das políticas com estes pilares do “aprender a aprender” derivados da Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jontiem, em 1990, e também presentes no Relatório Jacques Delors, de 1996. Para a autora:

A finalidade de uma educação que se volta para o “aprender a fazer” possui como referência a noção de competências e vincula a educação diretamente às razões do mercado de trabalho. Assim, toda a educação básica deveria ter como um de seus pilares o *aprender a fazer*, que, mesmo sendo indissociável do *aprender a conhecer*, “está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução” (Delors, 2000, p 93).” (SILVA, 2007, p.114)

É sobre a incerteza do mundo do trabalho futuro (e presente), que se assenta a formação proposta no PLANFOR, derivada das proposições dos empresários. A estas incertezas soma-se a individualização das qualidades requeridas dos trabalhadores (qualidades *subjetivas*, definidas pelo *saber-ser*). Deste modo, pode-se caracterizar a primeira habilidade, a habilidade geral, como derivada da educação básica; a habilidade específica, o “aprender a fazer”, derivada da educação profissional, e a habilidade de gestão aproxima-se ao “aprender a ser” no trabalho, na gestão individual que o trabalhador deve exercer sobre o seu trabalho e sua carreira.

É necessário, pois, analisar cada uma das três habilidades acima mencionadas.

3.6.1. Habilidades Básicas

O objetivo das habilidades básicas é “ensinar a pensar”. “Aprender a pensar significa, entre outras coisas, aprender a identificar e superar alguns erros típicos do pensamento, aparentemente universais [...]” (CNI, 1993, p.20). Nesta ótica, “erros de pensamento” são: visão estreita, parcialismo, egocentrismo, arrogância, polarização e apego ao juízo inicial. O trabalhador deve ser aberto ao novo, flexível para se adequar às diversas situações, e, portanto, ter uma noção ampla da produção e do mundo, ser imparcial, ou seja, não entender o mundo e a sociedade por um viés antigo, por exemplo, da constituição da sociedade como polarização entre capital e trabalho. Neste sentido, o trabalhador deve sair de si e lidar com os outros, não ser egocêntrico, no caso, pontua a necessidade de olhar o outro, reconhecer o outro como sujeito, e, em uma atitude de flexibilidade relacional, trabalhar com equipes, se relacionar, ouvir o

outro e agir de forma competente, como um verdadeiro líder. Eis o perfil a ser formado desde a educação básica.

No âmbito do PLANFOR, foram consideradas habilidades básicas: competências e conhecimentos gerais como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros (BULHÕES, 2004, p. 49).

3.6.2. Habilidades específicas

Nestas, o principal conceito é o de “empregabilidade polivalente e a longo prazo” (CNI, 1993, p.21), que significa a necessidade de que sejam disponibilizados cursos de qualificação profissional e de requalificação, para atualização e para os que ficaram sem emprego. O objetivo é que todos os trabalhadores da PEA possam estar disponíveis e qualificados para serem, a qualquer momento, chamados ao mercado de trabalho. Para os que estão empregados, é necessário que se qualifiquem constantemente, para que possam acompanhar as mudanças e as necessidades da empresa de constante melhora nos sistemas produtivos. (FERRETTI, 2003).

No PLANFOR, foram consideradas habilidades específicas: competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações (BULHÕES, 2004, p. 49).

3.6.3. Habilidades de gestão

Uma nova visão advinda do sistema de produção pós-fordista/taylorista, exige do trabalhador capacidade de gerir seu próprio trabalho, o tempo e relacionamentos dentro da empresa. Neste cenário flexibilizado, constatam os empresários: “O próprio conceito de ‘gerenciar’ também muda, pois se desloca do espaço privilegiado do ‘posto de mando’ e passa a ser requisito de todos os níveis da produção e da prestação de serviços.” (CNI, 1993, p.21).

As habilidades de gestão encontram-se no âmbito do que insistentemente os empresários tentam denominar como o fim da luta de classes, da rivalidade entre capital e trabalho. Na empresa moderna, o trabalhador, mais que obedecer a ordens, deve ele mesmo se gerenciar, gerenciar seu trabalho, seu comportamento, enfim, deve por si tomar decisões pertinentes à empresa, de modo que seu envolvimento seja mais denso e comprometido com os rumos desta. Daí o “aprender a ser” presente nos quatro pilares da educação e subordinado ao aprender a ser um trabalhador

autônomo tanto na empresa, como já foi citado, quanto fora dela, ao aprender a gerenciar a própria carreira e as condições da sua empregabilidade.

Estas habilidades de gestão clamam para outra característica do trabalhador, embora não denominada no documento da CNI³², que é o empreendedorismo. Esta característica é a que desloca para o indivíduo a responsabilidade pela construção de sua carreira dentro e fora das empresas, dependendo das iniciativas individuais para fazer acontecer o sucesso nesta carreira. Esta iniciativa individual depende de condições subjetivas, não generalizáveis para todos, o que é um deslocamento da esfera social para a esfera individual da responsabilização pelo sucesso ou fracasso de cada trabalhador.

No PLANFOR, foram definidas como habilidades de gestão: competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo (BULHÕES, 2004, p. 49).

Portanto, como já foi afirmado anteriormente, a ênfase nas três habilidades como horizonte formativo do PLANFOR não é contrário aos interesses dos empresários na formação da mão-de-obra para uma indústria competitiva. Desse modo estas habilidades, que são necessidades de uma determinada classe social, a burguesia industrial, foram generalizadas como sendo o objetivo de formação de toda a classe trabalhadora. Tanto é assim que o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, gestados no documento Educação Básica e Formação Profissional, e adotado no PLANFOR, e presente nas políticas da educação básica nos anos 90, encontram-se ainda no senso comum, nas políticas educacionais calcadas no “aprender a aprender” (DUARTE, 2000; SILVA, 2007) e reproduzidas nos documentos mais atuais dos empresários reunidos na CNI (CNI, 2007).

A seguir será analisado o último tópico do documento Educação Básica e Formação Profissional (CNI, 1993), relativo à participação dos empresários nos rumos da educação brasileira.

3.7. Participação dos empresários

O tópico final do documento EBFP trata da participação dos empresários no sistema educacional, e, em resumo, o que se pretende é que haja uma articulação entre estes e os entes públicos na oferta e gerenciamento da educação brasileira. Os empresários peticionam a participação ativa nas decisões referentes aos destinos da

³² Este conceito aparece nos documentos da CNI nos anos 2000 (CNI, 2002; 2006; 2007).

educação brasileira, incluindo aí participação nas esferas de decisão do Ministério da Educação e até mesmo no co-gerenciamento das escolas.

É importante retomar, para melhor compreensão, que os empresários insistem na crise do sistema educacional brasileiro, apresentando como solução a mudança gerencial deste sistema, corrompido pela má qualidade e pelo descompasso entre a formação realizada e as demandas sociais (entenda-se as demandas dos empresários para a formação de mão-de-obra). Esta mudança gerencial, portanto, aproximaria a gestão do sistema público de educação à gestão das empresas privadas, garantindo a eficiência e a eficácia necessárias para uma educação voltada para as exigências da competitividade.

Oliveira (2003b) faz uma crítica da participação dos empresários na educação como sintoma da privatização do ensino no país.

Essa preocupação do empresariado em participar diretamente na administração escolar pode também ser vista como mais uma das formas de se buscar a privatização do sistema educacional. Como destacou Gentili (1998), a privatização da educação não tem que seguir a mesma lógica que ocorreu com o conjunto de empresas estatais, quando o Estado passou para a mão da iniciativa privada a oferta de certos serviços como água, telefonia, energia elétrica, transporte etc.

No processo educacional, a privatização pode ocorrer de várias formas, desde a iniciativa privada ofertar diretamente o serviço, como buscar que os próprios indivíduos financiem os seus estudos. De qualquer forma, qualquer uma dessas modalidades de privatização deixa explícita uma diminuição da intervenção estatal no provimento integral desses serviços. Entenda-se bem: provimento integral, o que não implica dizer que o Estado deixe de intervir, visando assegurar ao capital privado maior apropriação de riqueza. (OLIVEIRA, 2003b, p. 52-53)

No entanto, como já foi caracterizado no caso do governo FHC, a atuação dos empresários, na sua prática de pressão sobre o governo federal, em nada justifica pensar que esta classe se vincula, de fato, a um projeto de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, e, conseqüentemente, da melhoria da educação. São estes mesmos empresários que pretendem gerenciar a educação os que primeiramente apóiam, e até exercem pressão sobre o governo, as mudanças na legislação trabalhista, no sentido de flexibilizar e precarizar as condições de trabalho em prol de uma maior acumulação de capital.

Claro está que o projeto dos empresários tende a ser uma forma mais direta de intervir no projeto de educação do país, deslocando os seus objetivos de formação para os objetivos da classe burguesa, em especial pela participação nos fundos públicos. No caso do PLANFOR, por exemplo, a gestão dos recursos do FAT foi feito de forma tripartite, entre governo, empresários e trabalhadores, de certo modo

atendendo a esta reivindicação da burguesia industrial. Esta participação, assim como a ênfase no financiamento de instituições privadas no âmbito do PLANFOR, demonstra que interesses públicos e privados são articulados no país, mediado pela gerência estatal.

4. O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA INDUSTRIAL NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA CNI

Este capítulo expõe um estudo panorâmico de alguns documentos da CNI produzidos na primeira década dos anos 2000: A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento (CNI, 2002); O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005); Crescimento: a visão da indústria (2006); e A educação para a nova indústria (CNI, 2007).

Não se trata de vencer todas as possibilidades analíticas que este rico material produzido no seio da burguesia industrial brasileira oferece, por se tratar de documentos sobre a conjuntura econômica e política brasileira e internacional, temas fora do alcance desta tese. No entanto, ao levantar estes documentos e trazê-los para a discussão objetiva-se, também, chamar a atenção dos intelectuais para a sua importância, contribuindo para que outros trabalhos possam ser realizados com este foco.

Serão analisadas as concepções pedagógicas dos industriais a respeito da educação básica no país e o papel que esta classe atribui a este nível educacional no processo de competição burguesa internacional, típica da atual fase de globalização da economia, a qual, em escala nunca antes vista, atinge toda a burguesia mundial.

Neste capítulo tratar-se-á de apresentar, de maneira o tanto quanto possível exaustiva, os documentos citados, de modo que se demonstre a materialidade das reivindicações da burguesia industrial.

Os documentos serão apresentados em ordem cronológica, para que se possa apreender o movimento do pensamento da CNI em uma “linha do tempo” das reivindicações da classe burguesa nos anos 2000, que apresentam uma continuidade surpreendente com as demandas dos anos de 1990, já analisadas no capítulo anterior. Aliás, como está explícito no título deste capítulo, denominamos “aventura pós-moderna e neoliberal” a esta fase inaugurada juntamente com a ascensão do governo Lula, devido ao fato de os documentos apresentarem características típicas destes ideários, como a ênfase na sociedade do conhecimento e na individualização das responsabilidades sociais, como é o caso do empreendedorismo e da empregabilidade. Ao mesmo tempo, o ecletismo³³ é estratégia de argumentação dos industriais, e baseia-se no apelo ao desenvolvimento do capital humano nas

³³ Em sua História da Filosofia, Padovani e Castagnola (1974, p. 154) conceituam assim o ecletismo: “O *nen-nem* dos cétricos é mudado em *e-e* pelos ecléticos; se nada é verdadeiro, tudo vale igualmente. [...] É o ecletismo filosofia de espíritos pragmáticos ou decadentes, não filosóficos, que concebem a filosofia popularmente, moralisticamente, ou não têm a força da crítica [...]”. Nada melhor para caracterizar o tipo de argumentação dos empresários que esta conceituação.

empresas; por outro lado, argumentos ainda mais antigos sobre a crítica da sociedade de classes, ressaltando a necessidade do “pacto social” entre os diversos atores sociais, se filiam ao positivismo-funcionalismo do século XIX.

O que articula todos estes documentos, porém, é a necessidade de a burguesia industrial participar de forma hegemônica no controle dos caminhos do desenvolvimento capitalista do Brasil, de modo que o país possibilite condições de que esta classe se coloque competitivamente no mercado internacional.

Crescimento e competitividade são expressões reiteradas nestes documentos, e invocam todo o ideário acima mencionado para se concretizar. É preciso mencionar que neste sentido também os documentos não inovam no tempo. O estudo de Rodrigues (1998) analisou profundamente o *télos* da competitividade que marcou a CNI a partir dos anos 80, e os documentos aqui analisados demonstram a continuidade dessa tese. Trata-se, portanto, de verificar, a partir deste fundamento, como se define a pedagogia da CNI nestes documentos a partir dos ideários pós-modernos e neoliberais.

Ao final da descrição detalhada do conteúdo de cada documento – pertinente à presente investigação -, serão apontadas as principais categorias dele advindas, cuja análise aprofundada será realizada no quinto capítulo da tese.

4.1. Para uma introdução ao projeto de nação da burguesia industrial brasileira³⁴

O documento mais amplo produzido pela CNI nos anos 2000 denomina-se “O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015” (CNI, 2005), constitui um grande panorama da visão de mundo e de nação da burguesia industrial brasileira. Aparecem aí as principais concepções desta classe a respeito de questões como a economia brasileira, a política, a educação, o sistema jurídico, o papel do Estado e da indústria para o desenvolvimento do país, o desenvolvimento do capital humano para a indústria, a competitividade, inovação, gestão e eficiência entre outras. Nesta parte do texto pretende-se apenas desenhar o panorama geral do pensamento da classe burguesa brasileira, deixando para o subitem 4.3 a discussão específica da educação neste documento.

Em primeiro lugar é interessante notar que a classe empresarial brasileira possui uma consciência nítida de sua posição no mundo capitalista, especialmente

³⁴ Não é nosso intuito, aqui, fazer uma revisão da literatura sociológica e histórica sobre o tema da industrialização brasileira e da burguesia nacional, o que daria a este trabalho uma extensão não necessária, haja vista o fácil acesso a esta literatura, da qual citamos Fernandes (1987), Prado Jr. (1986; 2000), Ianni (1984) entre outros. Outra discussão interessante é a da modernização brasileira, na qual estes e outros autores, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Raymundo Faoro, por um lado, e Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, por outro lado. Para uma visão ampla deste debate, que é central na literatura sociológica brasileira, ver Tavolaro (2005), e Faoro (1992).

sobre a questão da necessidade de galgar vantagens competitivas em nível mundial. O texto inicia com uma frase lapidar: “*A indústria não tem escolha. A única opção possível é ser uma indústria de classe mundial*”. (CNI, 2005, p.11, itálico do original). Ao lermos esta contundente afirmação de identidade logo no início de tão importante documento não podemos deixar de lembrar de um documento que faz, em 2010, 162 anos, o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, escrito no calor do período pré-revolucionário de 1848, cujo conteúdo enfatiza, entre tantas outras questões, uma característica intrínseca da burguesia, desde o seu nascimento, qual seja, de se constituir como uma classe mundial, sendo este o eixo do seu desenvolvimento e do desenvolvimento da sociedade burguesa em geral.

Neste caso, a mediação que temos que aclarar para apreender este discurso da burguesia industrial brasileira é o *telos da competitividade* (RODRIGUES, 1998), ou seja, o empenho do empresariado local para a inserção na economia global somente pode ser apreendida no movimento da competitividade extremada em nível mundial e apoiada na inovação tecnológica, cujos parâmetros de produção e reprodução são ancorados na apropriação e no desenvolvimento das tecnologias microeletrônicas.

Cabe, porém, lembrar que o cenário tecnológico em que viveram os autores do Manifesto nem de longe se parece com o atual. Naquele momento vivenciava-se a ascensão das tecnologias de base mecânica, cuja produtividade não se pode comparar com os atuais patamares. No entanto, o que é a “essência” da questão permanece a mesma, ou seja, a apropriação privada da produção social, que continua sendo o móvel do sistema capitalista, e que alcança, como já afirmado, uma competição em nível mundial. Não podemos, de um ponto de vista crítico, deixar de considerar por este viés a análise dos discursos da burguesia industrial brasileira.

Sendo assim, retomemos o conteúdo do documento para explanar a visão desta classe sobre a nação em geral. A primeira questão que salta aos olhos nesta análise é a ampliação para toda a sociedade das metas da indústria, ou seja, o fato de que existe uma competição em nível mundial seria um impositivo para que toda a sociedade se mobilizasse para o alcance de tais metas. Vejamos o que diz o documento:

A indústria brasileira compete em mercados globais e participa, de forma crescente, em cadeias de produção integradas. Isso impõe dois desafios: ela tem que estar preparada para responder aos desafios da globalização e às mudanças de organização da produção. O País tem que elaborar um programa coerente voltado para a criação de um ambiente econômico e institucional de classe mundial. (CNI, 2005, p. 11)

Está, portanto, exposta de maneira clara, a ambição da burguesia industrial de transformar seu projeto de classe num projeto de nação, num claro posicionamento de luta hegemônica, conforme Gramsci (1989; 1991). Na verdade, o ponto de partida da análise dos industriais a respeito da nação está na imperiosa necessidade de que o país passe por uma série de reformas que modifique favoravelmente ao capital o ambiente econômico e institucional. Se por um lado quando se fala em “ambiente econômico” a questão parece ser mais transparente, sem se dizer com isso que seja mais simples, por outro lado, o chamado “ambiente institucional” refere-se, sem mais, a todo o conjunto da superestrutura da sociedade, e é por esta via que se consolida como “naturalmente necessária” uma série de reformas no âmbito das políticas sociais, como a educação, e dos sistemas que garantem a manutenção das bases estruturais da sociedade, marcadamente a defesa da propriedade privada, que são os arcabouços jurídicos, a ação do Estado com toda sua complexidade, as relações trabalhistas e sindicais, a reforma política entre outras.

Estas reformas no “ambiente institucional” pautam-se pelas demandas, por parte do empresariado, de uma ação estatal em geral que coincida com as necessidades de eficiência, qualidade, agilidade e transparência e regularidade normativas que o mercado exige. Fazendo isso o Estado cumpriria o seu verdadeiro papel, ou seja, o de ser um mediador fundamental para o desenvolvimento do país, outra bandeira considerada “universal”. Cada uma das questões serão posteriormente tratadas no âmbito do Mapa.

Ainda sobre a postura dos empresários, estes se posicionam no documento como agentes proativos em relação à sociedade em geral, ou seja, a deliberação da CNI é a de que a classe empresarial não veja inerte as mudanças acontecerem, mas sim que a proponham, que levantem as suas bandeiras para toda a sociedade, defendendo as reformas necessárias e os programas estratégicos para o crescimento e competitividade da indústria (CNI, 2005).

Neste mesmo rumo, o primeiro item tratado no Mapa refere-se à “Liderança empresarial”. Para a CNI, para que o projeto nacional ocorra a contento das expectativas da indústria, é necessária a participação efetiva do empresariado, como “liderança catalisadora” (idem, p.21) e mobilizadora da sociedade, incluindo a participação efetiva na formulação das políticas públicas, em todas as suas fases: “[...] na identificação do problema; na definição dos itens que serão priorizados; na formulação; na implementação; e, por fim, no acompanhamento e na avaliação dos resultados obtidos”. (idem, p.22)

Apreende-se, portanto, que a luta hegemônica não é algo afastado das ações empresariais, ações estas conscientes e que visam objetivos racionalmente traçados

conforme os interesses da classe burguesa, ou seja, de poder competir da melhor forma possível, em nível mundial, pela apropriação da mais-valia advinda da produção. Não será diferente quando se tratar das questões educacionais, pois estas são estratégicas para a conquista da hegemonia na dita atual “sociedade do conhecimento”.

Em seguida o Mapa traz a discussão acerca dos “Ambientes institucional e regulatório”. Traça uma forte crítica à ação estatal brasileira, que não parece perfazer uma parceria a contento das demandas desta classe.

O Estado brasileiro gasta mal, tributa em excesso e inibe o crescimento econômico. O desenvolvimento requer um Estado eficiente, menos burocrático, mais ágil e transparente. Um Estado hipertrofiado tem baixa eficiência e utiliza recursos em excesso para seu próprio funcionamento. Drena recursos da sociedade para atividades de baixa eficácia. Ao mesmo tempo, para justificar sua existência, regula em excesso e promove intervenções além do necessário na atividade dos agentes econômicos, com ônus para a eficiência da alocação privada dos recursos e a competitividade das empresas. (CNI, 2005, p.24)

Pelo exposto acima, conclui-se que a análise do movimento real das relações entre a classe dominante e o Estado deve levar em conta elementos de contradição como os citados acima, que nos orientam a afinar a análise e não reproduzir o senso comum de que o Estado apenas age em favor da classe dominante. Segundo Boito Jr. (2007), é preciso analisar as diferentes frações da classe dominante brasileira no último período e suas relações com o poder do Estado, assim como a ação deste ente em favor ora de uma ora de outra fração.

No que expressa o descontentamento dos empresários industriais, a ação do Estado não tem sido orgânica aos seus interesses econômicos, pois a sua ineficiência na gestão dos processos que poderiam facilitar o âmbito dos negócios, como a desoneração da produção, a desburocratização e a flexibilização das regulações e interferências no mercado. Segundo o mesmo autor, o governo Lula possui um diferencial em relação ao governo anterior ao conseguir fazer ascender politicamente a burguesia industrial mas, ao mesmo tempo, manter a hegemonia do capital financeiro.

Outra questão relativa ao bom funcionamento do setor privado é a existência de normas jurídicas estáveis e claras, que possam fornecer ao empreendedor um ambiente institucional confiável no qual investir. No âmbito político, os empresários reclamam por uma reforma política e partidária que favoreça a governabilidade e a democracia, já que o ambiente político brasileiro apresenta alto grau de instabilidade, o que prejudica a continuidade das políticas públicas. A existência de muitos partidos

no país, que na verdade não reivindicam um projeto de nação, mas apenas se configuram como legendas que servem como barganha política, sem apoio na sociedade e sem uma mínima fidelidade partidária, também prejudica a construção de um ambiente político e institucional estável. Há ainda uma análise de que os partidos são baseados muito mais em pessoas que em projetos e instituições partidárias.

A segurança pública ineficiente e a violência presente na sociedade são outros obstáculos ao empreendedor industrial e à cidadania, limitando também o desenvolvimento econômico, além de gerar custos com proteção privada ao patrimônio. Além dos aspectos mais genéricos, e que exigem ações a médio e longo prazo, os empresários acreditam que, imediatamente, é necessário o aparelhamento e a profissionalização da polícia contra o crime (CNI, 2005)

O sistema tributário brasileiro é outro alvo da crítica dos industriais, tanto pelo seu peso na oneração da produção, sua cumulatividade, quanto pelo fato de se constituir em um sistema complicado, estimulando a falta de transparência do processo tributário e gastos de tempo e dinheiro pelas empresas somente para se desvencilhar das exigências do Estado. A classe burguesa, portanto, demanda uma simplificação do sistema tributário. “O sistema tributário atual ainda onera o investimento em capital fixo e desestimula o investimento na produção”. (idem, p.28).

Uma das bases da crítica dos empresários ao Estado é a rigidez do sistema de relações trabalhistas. O que a CNI denomina como “excesso”, ou seja, o sistema de proteção ao trabalhador, inibiria a competitividade das empresas brasileiras em relação a outros países. A demanda dos empresários é por uma legislação trabalhista que invista na flexibilização das relações de trabalho, especialmente vinculada à minimização dos conflitos e pela livre negociação entre as partes, ou seja, entre trabalhadores e empresários.

Interessante notar que o discurso dos empresários no que tange à reforma trabalhista tem grande apelo no senso comum, ganhando adesão de grande parte da sociedade. O argumento é que tal reforma levaria à desoneração da atividade produtiva e, portanto, geraria aumento substancial das contratações e, portanto, seria uma saída para a redução do desemprego (CNI, 2005). Para sustentar este argumento a burguesia industrial alimenta uma crítica à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, especialmente pelo fato de que ela acarreta grandes custos para a contratação, devido ao fato de ser uma legislação protecionista aos trabalhadores.

Tal é a importância desta crítica que Fernando Henrique Cardoso, ao assumir o governo, em 1994, disse textualmente que seu governo iria acabar com a herança getulista, sendo a CLT um de seus principais alvos. Apesar de não ter alcançado plenamente esta meta, FHC realizou em seu governo diversas reformas parciais na

CLT, que acarretaram uma flexibilização das relações trabalhistas, como, por exemplo, o avanço das terceirizações, da contratação por tempo parcial e a dispensa temporária para qualificação (MP 1952-22-2000), medida amplamente utilizada pelas empresas em tempos de crise econômica, o trabalho temporário e o banco de horas (Lei 9601/98), o trabalho aos domingos e a participação nos lucros das empresas (MP 1982-69-2000), a livre negociação salarial e retrocesso na incorporação no contrato individual em relação aos avanços conquistados nas convenções coletivas (MP1960-62-2000) entre outras³⁵.

Entendemos que tais mudanças ocorridas ao longo da década de 1990 e que têm por referência a flexibilização/precarização dos direitos trabalhistas, impactando claramente na qualidade de vida da classe trabalhadora, não pode ser desprezada na análise do discurso empresarial referente à educação básica. Por meio desta análise concreta das ações estatais apreende-se que existe uma relação estreita entre as demandas da burguesia e a resposta do poder público a elas, e que, por outro lado, estas mudanças que vêm causando a degradação do trabalho no país referem-se às mudanças no cenário da competição capitalista.

Um exemplo deste movimento é a livre negociação salarial, o trabalho temporário, a possibilidade de dispensa por tempo determinado para qualificação entre outros mecanismos. Estas pequenas reformas são um reflexo na superestrutura do movimento de flexibilização que vem se desenvolvendo no interior da produção a partir dos anos de 1970, com a crise do modelo fordista de acumulação (HARVEY, 2002). Por outro lado, e apenas para indicar uma discussão posterior, este modelo de relações trabalhistas flexibilizados, reflexo da flexibilização da produção, resulta, de forma mediata, a ascensão de modelos educacionais flexíveis, como a chamada pedagogia das competências e outras derivadas das pedagogias do “aprender a aprender” (DUARTE, 2000).

A quarta parte do documento refere-se à “Infra-Estrutura” do país, e parte da constatação aparentemente banal de que este é um grande problema do país no que se refere aos transportes, energia, comunicações e saneamento básico. Todos estes são fatores de competitividade, e, portanto, a sua precariedade vem prejudicando o desempenho competitivo da indústria brasileira.

Com relação à “Disponibilidade de recursos”, quinta parte do Mapa, os empresários discutem a política de financiamento no país, que ainda é um sistema, no parecer da CNI, que não vem auxiliando no desenvolvimento da indústria, por ser “[...] inadequado, ineficiente e caro” (CNI, 2005, p. 40). Outro fator criticado é o *spread*

³⁵ O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, disponibiliza em sua página na internet estas e outras mudanças ocorridas nas relações trabalhistas ao longo do período FHC.

bancário³⁶, “[...] que faz com que a taxa de juros para o tomador de empréstimo seja muito maior que a taxa básica de juros da economia. A atenção ao mercado de capitais, afirma a CNI, é fundamental para o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico, por ser um modo eficiente de financiamento por meio de investidores individuais (idem, p.41).

Outro recurso de que tratam os empresários no Mapa é o capital humano, especialmente aquele que trabalha com a inovação por meio da produção científica. Um desafio, afirmam os industriais, é reter pesquisadores nas empresas, assim como é um desafio do país reter seus cientistas, engenheiros e outros trabalhadores de outros países. Tudo isso pode proporcionar a transformação dos conhecimentos científicos em inovação.

O sexto tópico, “Expansão da base industrial”, inicia com a afirmativa da concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul, que respondem por 82,7% do PIB brasileiro (CNI, 2005). Frente a isso os empresários propõem a desconcentração industrial em outras regiões por meio dos Arranjos Produtivos Locais – APL’s e as cadeias produtivas para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, que têm muita relevância na geração de empregos. Além disso:

Devem ser consideradas iniciativas voltadas ao capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida), ao capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e capacidade de influência da população local), à governança (a capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social) e ao uso sustentável dos recursos naturais. (CNI, 2005, p.46)

O sétimo item do Mapa é de grande importância para a estratégia da burguesia industrial brasileira que se pretende constituir como classe de nível mundial. Trata-se da “Inserção internacional” da indústria brasileira. Um dos desafios para os empresários é a manutenção da exportação como pauta permanente, aprimorando as empresas para ganharem o mercado externo e na própria tramitação das negociações, em especial as micros e pequenas empresas. Outra demanda pautada pela CNI é a remoção das barreiras comerciais, para o incentivo das exportações. O item das negociações internacionais é fundamental para este objetivo, e, dada sua complexidade e relevância, os empresários demandam o diálogo entre setor privado e governo, posto que são aqueles os principais interessados nas negociações. Um dos

³⁶ O *spread* é a diferença entre as taxas pagas pelos bancos ao adquirir dinheiro no mercado e o juro que estes cobram dos seus clientes ao efetuarem seus empréstimos.

objetivos destas ações é a criação de uma marca para os produtos brasileiros no exterior, que realce suas principais características.

O oitavo tema do Mapa é a “Gestão empresarial e produtividade”, que ressalta o aumento da produtividade nos anos 90 como resultado de “[...] investimentos em desobstrução de gargalos, reposição de equipamentos e reorganização gerencial. Sua projeção para o futuro depende da continuidade desses esforços, mas, principalmente, da intensidade do processo de inovação das empresas.” (CNI, 2005, p.52)

A “Inovação” é o foco do nono capítulo do Mapa. A definição de inovação é “[...] a aplicação, pela empresa, de conhecimento existente ou especialmente elaborado para a implantação de novos produtos, processos de produção e de comercialização. (idem, p.53). A idéia que vincula inovação e competitividade é o desenvolvimento e a produção de mercadorias que possuam diferencial competitivo em nível internacional, o que exige infra-estrutura tecnológica, apoio à pesquisa e a elevação da qualidade da educação em todos os níveis, especialmente a educação básica. “As empresas industriais brasileiras se utilizam com freqüência da coleta de dados e informações técnicas e científicas para apoiar suas decisões de alterar produtos e métodos. O acesso ao conhecimento é essencial para garantir a eficácia do processo de inovação.” (idem, p.55). Uma das saídas propostas pelos empresários é a parceria público-privada entre empresas e universidades para o desenvolvimento da pesquisa e inovação.

O décimo tema é a “Responsabilidade social e ambiental”, a qual é apresentada como uma estratégia corporativa para o alcance de um “desenvolvimento sustentável” tanto dos negócios quanto do Brasil. Este também é o tema do décimo terceiro item do Mapa, em que este conceito é apresentado como “[...] o conceito que permitiria a satisfação das necessidades atuais da sociedade sem comprometer a possibilidade de atendimento às gerações futuras.” (idem, p. 73), conceito este estabelecido pela Comissão *Brundtland*, criada pelas Nações Unidas em 1987.

Um dos principais tópicos do Mapa trata do “Posicionamento” do país e da indústria brasileira no cenário mundial, que é a “[...] maneira pela qual ele será reconhecido por suas opções de mercados e de atividades econômicas.” (idem, p.61). Claro está que a posição assumida depende primordialmente da inovação e competitividade de toda a cadeia produtiva, buscando com isso a maior participação do produto industrial brasileiro no comércio mundial. Com produtos inovadores a indústria pode tanto conquistar mais mercados quanto abrir novas fronteiras de comercialização antes não exploradas, mas, de qualquer forma, a inovação amplia a capacidade de competir em âmbito mundial. Mas não só isso. A CNI ressalta que tudo isso resulta também no aumento da qualidade de vida da população brasileira. Quanto

mais inovadores os produtos, mais estes serão competitivos e representarão mais valor alcançado nas negociações, e, assim, este maior valor agregado aos produtos se reverteria em maiores rendimentos para trabalhadores e empresários. Há aqui uma clara manobra discursiva que insiste em que o que é bom para a indústria é bom para toda a sociedade, algo comum nos documentos da CNI.

Assim concluem os empresários:

O Brasil tem uma participação no comércio mundial inferior à sua importância. Nos últimos anos, à exceção de 2004, as exportações brasileiras tiveram o índice inferior a 1% no total das exportações mundiais, valor bastante reduzido para a dimensão da economia brasileira. Mais grave, mostrou uma tendência decrescente, em virtude do aumento das exportações brasileiras ter sido, na média, inferior ao crescimento do comércio mundial. (CNI, 2005, p. 63)

Em outra parte do documento, denominada “Resultados para o Brasil”, os empresários traçam objetivos estratégicos para o alcance das metas estabelecidas. Trata-se, portanto, de uma síntese do que já foi anteriormente tratado neste item. O eixo norteador do Mapa é o crescimento econômico, e é por ele que as demais ações se organizam. Daí derivam as principais demandas dos empresários, divididas em três grandes eixos: investimento em educação; pesquisa e desenvolvimento; e estímulo ao investimento privado. Como há de se apreender por estes eixos, a CNI luta por um ambiente institucional, social e econômico que possibilite a liberdade das ações empresariais para o desenvolvimento e competitividade da indústria brasileira.

Com o investimento na educação forma-se socialmente um ambiente de possibilidades de adquirir e desenvolver tecnologias, além de propiciar a existência de trabalhadores preparada para os desafios impostos, segundo a perspectiva da burguesia industrial, pela globalização econômica. O apoio à pesquisa e desenvolvimento possibilita a inovação de forma mais direta, e, assim, a indústria brasileira pode se colocar de forma mais competitiva internacionalmente, gerando maior lucratividade para a atividade empresarial. O incentivo ao investimento privado significa a necessidade das reformas institucionais já mencionadas, como a tributária, trabalhista e política, de forma que estas desonerem e desburocratizem a atividade produtiva, além de produzir um clima estável para os investimentos.

Na última parte do Mapa são apresentados 63 Programas Estratégicos (CNI, 2005, p. 75-77), que são “[...] as ações que a indústria e o País deverão implementar para que as metas do Mapa Estratégico da Indústria sejam atingidas e os objetivos alcançados. Este documento apresenta uma estratégia para o Brasil e não apenas para a indústria.” (CNI, 2005, p. 75). Novamente se percebe como existe nesta proposição dos industriais uma luta hegemônica, pois estas ações estratégicas dos

industriais são apresentadas como ações de toda a sociedade, e a “indústria e o País” são apresentados como tendo uma continuidade quase natural, como sendo entes irmanados, cujos destinos se entrecruzam em um único projeto, o qual deve ser compartilhado para que o resultado seja um bem geral. Tanto é assim que o Mapa traz dois tipos de programas estratégicos: um a ser implementado pelo sistema CNI e outro pelo governo e outros atores sociais³⁷.

A seguir será descrito o documento “A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento” (CNI, 2002). Voltaremos ao Mapa no item 4.3., para analisar a presença do projeto educativo neste documento.

4.2. A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento

Este documento foi produzido em 2002, por meio da contribuição das entidades federativas pertencentes ao Sistema CNI e escrito pelas comissões temáticas da entidade, visando manter a tradição iniciada em 1994 de apresentar ao governo a agenda dos industriais para o próximo período. Neste caso o documento serviu de subsídio para a discussão dos industriais com os candidatos à presidência em 2002, apresentando a estes e à sociedade em geral as principais prioridades dos industriais nas diversas áreas em que o governo poderia atuar direta ou indiretamente.

O documento é dividido em cinco partes: a primeira intitulada “A economia e a sociedade que queremos”; o segundo capítulo intitula-se “Os fundamentos do crescimento”; o terceiro e principal capítulo denomina-se “Os eixos da política de desenvolvimento industrial”, e subdivide-se em duas partes, sendo a primeira denominada “A política industrial” e a segunda “A agenda da competitividade”. O quarto capítulo intitula-se “Inclusão social e desenvolvimento”, capítulo importante em que os industriais demonstram sua concepção a respeito das questões sociais mais abrangentes, e sobre a própria concepção de sociedade. Para finalizar, o quinto capítulo do documento intitula-se “Instituições políticas e judiciais”.

Na Apresentação do documento, escrita pelo presidente da CNI no período, Fernando Bezerra, é dado o tom que dominará o documento:

É compreensão da CNI que, após o processo de reformas dos anos 90, o Brasil tem dois desafios: manter as conquistas alcançadas e criar condições para a superação do baixo e oscilante crescimento, a grande frustração do período. Com a divulgação da sua visão sobre o Brasil e o papel da indústria, a CNI deseja estimular um debate qualificado com os candidatos à Presidência da República orientado para esses objetivos. (CNI, 2002, p. 07)

³⁷ Não caberia a este trabalho analisar os 63 programas estratégicos, o que extrapolaria os limites da exposição. Caso haja interesse acessar: www.cni.org.br.

O documento encontra-se justamente no momento de virada da década de 1990, momento de revisão das políticas adotadas no país no período de introdução do neoliberalismo nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Como afirmam os industriais, esta política não gerou os resultados que tanto os seus adeptos alardeavam. Este balanço do “fracasso” do neoliberalismo é compartilhado por diversos autores, tão diferentes como Anderson (2003) e Almeida (2002), que enxergam de fato que os tempos neoliberais não levaram a economia a um crescimento sustentável, nem muito menos a uma situação social favorável para a maioria da população. Porém, segundo Almeida (2002), houve certo avanço macroeconômico na segunda metade dos anos de 1990, com Fernando Henrique Cardoso, e é disso que tratam tais “conquistas avançadas”, como a dita estabilização da economia, reconhecimento da moeda etc.

Apreende-se também, na fala do presidente da CNI que o grande objetivo dos industriais é a recuperação do crescimento econômico do país, que de fato mostra-se no discurso da burguesia industrial como o motor da sociedade, responsável direto pela melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade, fator de equalização e harmonia social. Como explicita o documento:

A indústria brasileira tem ambição. A sua visão de Brasil é a de um País capaz de superar a pobreza e desigualdade sobre as bases de uma sociedade democrática e de uma economia de mercado competitiva. Essa economia deve estar integrada aos fluxos de comércio, investimentos e conhecimento mundiais e ancorada em uma plataforma manufatureira de elevada produtividade e capacidade de inovação. (CNI, 2002, p. 11)

Neste excerto estão resumidas as bases do pensamento industrial que serão expressos neste documento: de um lado o projeto dos industriais é veiculado como sendo o projeto de toda a sociedade, ou seja, há uma vontade de comungar tais interesses em torno do que será denominado de “pacto social”; por outro lado há a crença de que o desenvolvimento econômico, a sociedade democrática e a economia de mercado proporcionarão a “superação” da pobreza e da desigualdade; por fim, os industriais colocam a necessidade de que a indústria brasileira seja competitiva internacionalmente, e para isso é necessária a elevação da produtividade e da capacidade de inovação

Ressalta-se que ambas, produtividade e inovação, serão os elos mais próximos da política industrial com a política educacional, ou seja, produtividade e inovação estão diretamente vinculadas à elevação da educação dos trabalhadores brasileiros, segundo consta neste documento. Tanto é assim que logo abaixo do excerto

mencionado o documento passa a tratar da “Educação e o conhecimento como indutores da inovação”, em que os industriais retomam a tese já bastante conhecida, derivada da Teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1973), que afirma que quanto mais se investe em educação mais esta retorna para a economia em produtividade e, no caso, pelo desenvolvimento da inovação, uma das bases da competitividade no cenário capitalista atual.

A inovação como variável estratégica das empresas brasileiras é um desafio que só será bem sucedido com uma agenda positiva e prioritária do País para superar as atuais deficiências educacionais. Este é o caminho para aumentar a produtividade, gerar maiores oportunidades de empreendedorismo, criar novos e melhores empregos e remunerar melhor os investidores e trabalhadores. (CNI, 2002, p. 11-12)

Discute-se, no mesmo parágrafo, inovação e melhoria salarial dos trabalhadores, o que demonstra que a construção do pensamento dos industriais se dá por meio de discurso em que um elemento leva a outro e assim sucessivamente. A inovação depende da melhoria educacional, esta, por sua vez, reverte em melhoria da produtividade, que, por sua vez, alavanca o emprego e a remuneração dos trabalhadores.

O documento expressa também a idéia de que pela melhoria educacional o país solucionaria os problemas sociais. A educação não está na agenda dos industriais apenas pela questão econômica, mas como “ponto central da agenda de desenvolvimento social e redução das desigualdades.” (CNI, 2002, p.12). Ressalta-se aqui outro vínculo do pensamento industrial com o pós-modernismo, qual seja, a negação da sociedade de classes e, como consequência, do fundamento econômico da sociedade, substituído pelo conhecimento e pela educação. A infra-estrutura é substituída pela superestrutura como explicação última da sociedade.

No mesmo parágrafo, em continuidade com o texto assinalado anteriormente, lê-se: “No Brasil que se projeta é inaceitável a persistência de dois países convivendo em um mesmo território.” (idem, p.12). No entanto, há no discurso dos industriais a aceitação de que existem desigualdades sociais gritantes no país, a ponto de denominar o Brasil de “dois países” em um mesmo território. Esta é uma crença que a CNI sustenta desde Lodi (RODRIGUES, 1998), ou seja, a do papel da indústria como o motor do desenvolvimento do país, fonte civilizatória, como diria o seu primeiro presidente.

E para que isso ocorra é preciso investir em educação, e a educação básica é central para o alcance da inovação e da produtividade. Deste modo a indústria pode

agregar mais valor à produção e ser mais competitiva internacionalmente. Este é um desafio que, conforme o documento, exige a entrada do país na chamada “economia da informação e do conhecimento” (CNI, 2002, p. 13). É necessário que se desenvolva a “capacidade criativa nacional” (idem), só assim, com o efeito em cascata que daí deriva, serão gerados mais empregos e melhores salários, e, como resultado, a integração ao mercado de mais consumidores etc., o Brasil poderá ser um país mais “justo” com todos. Mas para isso, como evidencia o documento, parte-se do princípio do esforço coletivo da sociedade, pois este é um projeto nacional, e não de uma classe, o único projeto que pode “[...] enfrentar as desigualdades econômicas e sociais que afetam o País.” (CNI, 2002, p.14).

Mas a mensagem da CNI é de otimismo com a capacidade brasileira para enfrentar o problema:

Uma Nação é o que ela é capaz de fazer de si própria. A mensagem da indústria é clara: sem incorrer no voluntarismo, o Brasil tem capacidade de construir estratégias, transformar instituições e mobilizar instrumentos voltados para o crescimento de longo prazo. (CNI, 2002, p.14)

Está posto de forma meridiana o projeto de pacto social pelo crescimento, pelo desenvolvimento da indústria e do país, um projeto comum da Nação brasileira, a ser desenvolvido pela união dos esforços de todos os que pertencem a este país.

Interessante notar que para os industriais a educação aparece como fator importante do desenvolvimento, em especial pela sua vinculação com a inovação e a produtividade, que geram competitividade.

Também não se pode deixar de refletir sobre as demandas para além da educação, e que são essenciais no projeto da burguesia industrial, ou seja, as reformas institucionais, como a reforma trabalhista, reforma tributária, reforma do Estado, a autonomia do Banco Central, a reforma das leis ambientais e a estabilidade do ambiente institucional do país (CNI, 2002). No entanto estes são elementos cuja análise não cabe nesta tese, e que, portanto, não serão alvo de discussão, embora não sejam desconsiderados como mediações para apreender o contexto em que a reforma educacional proposta pelos industriais se encontra.

Voltando à questão da inovação, o documento afirma que houve, no país, uma queda nos índices de produtividade a partir de 1997, o que reverteu um processo de ascensão ocorrida na primeira metade da década de 1990, que levou o país a números de produtividade superiores aos países denominados “Tigres Asiáticos”, exceto a Coréia do Sul. A redução da taxa de produtividade da mão-de-obra brasileira chegou a aproximadamente 9% entre 1996, quando era de 14,5%, para 5,8% em

2000. A reversão deste quadro, que era grave ainda em 2002, depende da inovação na indústria, o que exige diretamente a melhoria da qualidade da educação³⁸.

Assim se expressam os industriais no documento:

Por fim, cabe destacar o papel decisivo da educação para a inovação. Os desafios atuais não são pequenos. A nossa força de trabalho sofre os limites resultantes de um grau de escolaridade inferior ao desejado e muitas vezes obtido em um ensino de baixa qualidade. A este quadro desfavorável, soma-se a crescente exigência de qualificação que deriva da introdução das novas tecnologias. A pressão sobre o sistema educacional terá que ter respostas tanto no âmbito do ensino básico como do ensino técnico e profissionalizante, cuja oferta deverá estar cada vez mais adequada à efetiva demanda do mercado e às necessidades de educação continuada. A Universidade, responsável pela imprescindível formação de recursos humanos qualificados e por boa parte da geração do conhecimento, deverá buscar caminhos de maior autonomia e maior compromisso com a produtividade (CNI, 2002, p.59)

Em primeiro lugar destaca-se que a crítica da burguesia industrial à educação pública brasileira é comum em todos os documentos, pelo menos a partir da década de 1990. A má qualidade importa porque ela reflete na má formação dos trabalhadores e estes, mal formados, vão para as empresas e não conseguem altos índices de produtividade em uma base técnica microeletrônica. Há também a crítica ao baixo índice de escolaridade da mão-de-obra brasileira, o que impacta na produção, e, por outro lado, é um impulso importante para o viés das reformas educacionais dos anos 1990, que pretenderam universalizar a educação básica como fator fundamental para a inserção na sociedade do conhecimento (SOUZA, 2005).

Destaca-se ainda no trecho acima a clareza como é expressa a necessária adequação da educação básica às demandas do mercado. Essa relação se dá pela inculcação de valores favoráveis ao trabalho, de competências genéricas na área de matemática, ciências e linguagem. Deste modo, ao trabalhar com as “competências básicas”, a educação básica abre caminho para a educação continuada dos trabalhadores, tarefa compartilhada pela indústria, como será visto em outro documento (CNI, 2007).

Claro está que cabe aos industriais um discurso de tal natureza, o que, no entanto, não pode ser apreendido fora das relações ideológicas em que tal discurso é produzido. Mas, de fato, o que o mercado exige, historicamente, é um trabalho e trabalhadores sem formação (MARX, 1998).

³⁸ Ironicamente, esta queda da produtividade ocorre justamente no período imediato de implantação das reformas educacionais no país, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que instituiu a “Década da Educação”, que abrangeu o período de 1997 a 2007.

Quanto à universidade, o caminho pretendido é que esta seja funcional à acumulação capitalista, ou seja, que se abra para ser fator de inovação para as empresas, por meio do uso dos profissionais e laboratórios ali existentes, que não serviriam apenas para pesquisas de base, teóricas ou outras sem funcionalidade, mas pragmaticamente serviriam ao setor privado. Apesar de não ser o tema específico desta tese, vale a pena averiguar as propostas dos empresários para as universidades:

- Rever a legislação para permitir e fomentar o uso dos recursos da infra-estrutura pública de pesquisa em projetos de desenvolvimento das empresas.
- Criar legislação adequada e instrumentos de apoio à constituição de empresas de base tecnológica oriundas de projetos de desenvolvimento nas universidades e instituições de pesquisa.
- Estabelecer mecanismos de recompensa às atividades dos pesquisadores públicos associados à produtividade em pesquisa aplicada.
- Utilizar como um dos principais critérios de distribuição de recursos públicos, inclusive orçamentários, o desempenho na prestação de serviços de pesquisa ao setor produtivo.
- Disseminar nas empresas e nos centros de produção do conhecimento, a cultura da proteção à propriedade intelectual e aos segredos de negócio. (CNI, 2002, p.64-65)

Não é este o movimento que vemos no interior da reforma universitária? Não vemos tantos laboratórios públicos serem utilizados para pesquisas que são apropriadas pelas empresas? Ou mesmo, não vemos tantas empresas financiando laboratórios no interior das universidades, dirigindo as pesquisas para as empresas privadas e não para as demandas públicas?

Voltando à questão da educação básica e da formação para o trabalho, o texto da CNI prossegue agora com a expressa retomada da Teoria do Capital Humano, num sub-capítulo denominado “Elevar o nível de escolaridade e de qualificação do capital humano”. Neste caso o documento trata dos países denominados Tigres Asiáticos, do Japão, da Europa e dos Estados Unidos, cujos trabalhadores possuem níveis mais elevados de escolaridade do que os que apresentam os trabalhadores brasileiros. Enquanto no Brasil a média de escolaridade é de cinco anos, e com uma qualidade discutível, como afirma o documento em vários momentos, “[...]a força de trabalho dos “Tigres Asiáticos” possui dez anos de escola, a do Japão 11 e a dos Estados Unidos e Europa, 12 anos.” (CNI, 2002, p. 65).

Em todo este documento, assim como no documento Educação Básica e Formação Profissional, de 1993, é evidenciado que para uma formação de qualidade da mão-de-obra brasileira será necessário o vínculo entre educação básica e

formação profissional, o que é motivado, segundo os industriais, pela nova base técnica da produção. Também é item constante das reivindicações dos empresários a educação continuada, o que é coerente com o desenvolvimento de uma formação flexível da mão-de-obra, cujo núcleo é sempre o “aprender a aprender” por toda a vida produtiva.

Os industriais reivindicam, inclusive, mudanças no processo de certificação que contemple a relação entre educação básica e profissional, no sentido de que isso ocorra efetivamente. Trata-se de um processo que vise uma certificação pelas competências, como se encontra em um dos itens das propostas existentes no documento. As outras propostas para a educação básica e profissional estão listadas abaixo:

- Promover a universalização do ensino fundamental com qualidade.
- Disseminar a alfabetização digital da força de trabalho brasileira.
- Definir incentivos para as iniciativas das empresas voltadas para a educação continuada de seus trabalhadores.
- Reforçar a adequação do sistema de ensino técnico e profissionalizante à efetiva demanda do mercado. (CNI, 2002, p.65)

Outro aspecto a ser discutido é a materialidade das propostas dos industriais no campo dos conflitos trabalhistas. Assim como ficou evidente após as eleições de Lula, os empresários, junto com setores do governo e Centrais Sindicais, inclusive a CUT e a Força Sindical, passaram a forjar de fato um projeto de Reforma Trabalhista, ampla e quase irrestrita, que afetaria a vida de todos os trabalhadores, com flexibilização de vários direitos, como o 13º salário, multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para demissões sem justa causa, licenças etc.

Após forte pressão popular não foi levado até o fim tal projeto, no entanto, a Reforma Trabalhista não deixou de ser realizada no período anterior, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Algumas pequenas reformas foram feitas no sentido de flexibilizar e precarizar a vida dos trabalhadores, em especial quanto ao vínculo trabalhista. Assim se expressam os industriais sobre o tema:

O sistema de relações de trabalho no Brasil não acompanhou de modo adequado as profundas transformações estruturais, tecnológicas e de gestão empresarial ocorridas nas últimas décadas. Intervencionista e rígido em seu marco regulatório, instiga ao conflito, compromete a competitividade das empresas e aumenta a informalidade.

Nesse cenário, a eficácia da negociação coletiva fica limitada. Não obstante, os acordos e convenções celebrados nos últimos anos

vêm incluindo um expressivo número de ajustes que ousam priorizar o entendimento entre as partes, adotando fórmulas que pressionam o quadro legal. Vários exemplos podem ser apontados: banco de horas (em antecipação à lei vigente), fracionamento de férias, redução temporária de jornada, etc. A par disso, têm surgido dispositivos legais avançados, como a regulamentação do banco de horas, os contratos temporários e, com destaque, as Comissões de Conciliação Prévia. (CNI, 2002, p.93)

Estão presentes neste trecho os alicerces do discurso burguês que se coloca contrário à Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, tida hoje como uma lei ultrapassada e rígida demais para que possa oferecer aos empreendedores as possibilidades de competitividade.

Neste sentido o argumento dos industriais perpassa pela questão do pacto social. Está presente no texto a ênfase à conciliação nas negociações, e um desprezo pelos direitos trabalhistas que dão a possibilidade de que haja o confronto entre os trabalhadores e seus interesses e os industriais, que defendem outros interesses. A idéia de pacto social não admite que haja dois lados na sociedade, nem “dois países” em um só. O que deveria existir é uma comunhão de interesses entre ambos os atores sociais, pois é pelo incremento da produtividade e da competitividade que a economia brasileira pode crescer e, somente assim, o bolo pode ser dividido. Não há outra solução, afirmam os industriais.

Mas ainda o documento diz que a CNI enxerga positivamente as reformas que introduziram o “banco de horas”, “fracionamento das férias”, “redução temporária da jornada”, entre outros que o documento não cita, mas em que se encontram a terceirização, a quarteirização e o contrato temporário de trabalho.

Apesar disso, o documento insiste que as mudanças no trabalho levam a uma aproximação entre as classes:

As transformações tecnológicas e de gestão exigem foco em produtividade, capacidade de adaptação e resposta ágil das empresas, sob forma de mais qualificação profissional, trabalho em equipe (que nem sempre faz parte do quadro da empresa), divisão de tarefas, desverticalização da produção, parcerias, alianças flexíveis, etc. (CNI, 2002, p.93)

O excerto acima, ao se direcionar para as mudanças no interior da produção, toca em temas como “divisão de tarefas” e “desverticalização da produção”, em “parcerias”, em “alianças flexíveis” etc., todos os termos que se vinculam à idéia da superação do antagonismo entre as classes em direção de uma convivência harmoniosa, em direção a um pacto social. É sabido que os processos de trabalho sob o toyotismo, no período do capitalismo atual denominado “acumulação flexível”

(HARVEY, 2002; KUENZER, 2000; 2007), fazem perpetuar a divisão do trabalho típica do capitalismo, ou seja, a divisão clássica entre os que fazem, os trabalhadores, e os que determinam o que, como, quando e em que ritmo isso será feito pelos trabalhadores. Não se pode dizer que o trabalho em equipes, apesar de ter superado o trabalho extremamente parcelar do fordismo superou de fato a divisão técnica do trabalho na produção.

A idéia do pacto social é permanente no documento. E nesta altura este pacto é anunciado pela valorização do “trabalho humano” (existe outro ente que realiza trabalho?). No entanto, como ficará evidenciado abaixo, esta valorização deve ser muito bem relativizada no discurso dos industriais.

Um modelo de relações trabalhistas voltado para a competitividade precisa valorizar o trabalho humano. Para tanto, três diretrizes impõem-se de imediato: a) um grande esforço de capacitação e recapacitação profissional, visando à empregabilidade; b) a desoneração da remuneração do trabalhador; c) o reconhecimento de outras formas de prestação de serviços profissionais, nas modalidades de trabalho cooperado, “terceirizado”, por conta própria, à distância, decorrentes das técnicas atuais de gestão e da nova tecnologia da comunicação, etc. (CNI, 2002, p.95)

A empregabilidade, primeiro item da pauta apresentada pela CNI, caracteriza-se, no documento, como uma soma de capacitações e formação continuada dos trabalhadores ainda não empregados e para os que já se encontram empregados. Esta categoria empregabilidade, no entanto, tem um sentido mais profundo desde o vínculo desta com a materialidade em que é pronunciada, o que no Brasil pode ser posto a partir dos anos de 1990 (esta categoria já se encontra no documento da CNI de 1993). O conteúdo desta categoria, no mínimo, se refere à característica de “psicologização” das questões sociais (RAMOS, 2001b), a responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho, isentando a relação social capitalista. Esta categoria será alvo de atenção especial no quinto capítulo.

Quanto ao segundo item, a desoneração da remuneração dos trabalhadores, é uma objetivação do esforço do capital em precarizar o trabalho por meio de menores salários ou de vínculos trabalhistas sem muitos direitos. Desonerar o trabalho, para os trabalhadores, significa que este passa a custar menos para o capital e, portanto, passa a produzir mais mais-valia, dado o avanço da base técnica, que aumenta geometricamente a produtividade do trabalho.

O terceiro item também é continuidade do anterior, ou seja, terceirizar, contratar trabalhadores “autônomos”, “à distância”, “cooperados” etc., nada mais é do

que extrair destes trabalhadores mais mais-valia por meio de desoneração salarial, que recai diretamente na renda auferida por eles.

Continuando a análise da concepção dos industriais sobre o trabalho, observa-se que o documento de 2002 não se furta a expor o diagnóstico sobre as mudanças no mundo do trabalho. Tais mudanças são vistas como uma “verdadeira revolução” produzida pelo incremento das novas tecnologias à produção e os impactos nas relações de trabalho e nas relações sociais. O documento assim apresenta a questão:

Em vários países do mundo estão ocorrendo mudanças, tais como:

- diminuição dos empregos fixos e aumento de outras modalidades de trabalho (autônomo, subcontratado, terceirizado, cooperado, por tarefa, por projeto, a tempo parcial, por prazo determinado, por conta própria, à distância, etc.);
- perda da força do salário fixo, como única forma de remuneração, e uma maior importância do salário variável, atrelado à tarefa, qualidade e produtividade;
- simplificação cada vez maior das pirâmides hierárquicas das empresas, passando-se grande parte da responsabilidade para os trabalhadores da base;
- maior ênfase na negociação direta entre trabalhadores e empresas e diminuição da ação dos sindicatos (The Future of Work and Employment Relations, 1999). (CNI, 2002, p. 96).

Este diagnóstico apresentado não deixa dúvidas sobre a vinculação da burguesia industrial brasileira ao universo ideológico neoliberal, em especial no que se refere à adesão à precariedade do trabalho para a classe trabalhadora, a exclusão de grande parcela dos trabalhadores da possibilidade de alcançar um emprego fixo, estável, ou, pelo menos, com a garantia dos direitos historicamente conquistados, e a adesão à necessidade de desonerar o pagamento dos trabalhadores com formas “flexíveis” de assalariamento. No entanto não se pode esquecer, por outro lado, a ênfase que os mesmos industriais dão no documento à necessidade de qualificação dos trabalhadores.

Quanto ao terceiro item, sobre “simplificação das pirâmides hierárquicas” evidencia-se que é parte do que denominamos como “pacto social”, o que no caso reflete a ideologia de que a produção em bases microeletrônicas, sob a gestão toyotista da produção contemporânea teria como pressuposto a redução da fixidez entre execução e planejamento típica do fordismo. No entanto, qualquer estudo histórico razoável sobre o sistema capitalista não nos leva a poder considerar esta possibilidade, pois esta cisão é o núcleo da produção capitalista, e sem ela o próprio sistema entraria em ruína. A exploração da mais-valia, fim último deste sistema, só é possível pela exploração do trabalho heterogerido, um trabalho do qual o trabalhador

continua a obter como retorno apenas o salário, e este já não é mais fixo, ou não é mais a única forma de pagamento pelo trabalho.

No último item abordado, a negociação direta e redução da ação sindical, este movimento é descrito por todos os analistas da crise capitalista dos anos de 1970 e que tratam a ascensão da chamada “acumulação flexível” ou, em termos de gestão, do toyotismo (HARVEY, 2002; GOUNET, 1999). Estes e outros autores consideram que houve uma perda da representatividade dos trabalhadores e da força destes para levar adiante as suas reivindicações perante um cenário instável e flexível do capitalismo contemporâneo, o que não pode ser analisado como outra situação que não o aprofundamento da exploração e da precarização da classe trabalhadora, situação esta muito bem conhecida pelos industriais, como é demonstrado no documento.

Neste cenário flexível e instável, outra coisa não resta aos trabalhadores, na visão dos industriais, que uma formação para a “empregabilidade” (CNI, 2002, p.99). Esta característica da força de trabalho é tratada ideologicamente como absoluta, ou seja, é apresentada como a única solução para cada trabalhador galgar uma posição no mercado de trabalho. Tornar-se empregável passa a ser o desejo de todos os trabalhadores, e esta situação é evidenciada no número de trabalhadores que recorrem às chamadas “escolas” de qualificação, que, inclusive, utilizam recursos públicos para isso.

O diagnóstico feito pelos industriais parece ser bem razoável, quando afirmam a existência de 53 milhões de pessoas na linha da pobreza (renda de menos de R\$80 mensais) e 23 milhões de pessoas na linha da miséria (renda de menos de R\$25 mensais). A este número somam-se os brasileiros que não possuem acesso a facilidades econômicas e aos equipamentos que melhoram a vida (CNI, 2002, p. 129-130). Ainda como parte do diagnóstico sobre a desigualdade brasileira o documento afirma que os “[...]20% mais pobres se apropriam de 2% da renda do País enquanto que os 20% mais ricos se apropriam de 64% [...]” (CNI, 2002, p.130). A partir de 1995 esta desigualdade tem se reduzido com a estabilização econômica, que, segundo o documento, resultou em um incremento de 15 milhões de pessoas no mercado de consumo (idem, p.131).

Mas, afinal, quem são os excluídos no Brasil? Para os industriais:

São aqueles que, além da pobreza, são atingidos pela precariedade de capital humano e dificuldades de acesso à propriedade e aos serviços básicos que podem ajudá-los no seu progresso individual. E são também aqueles que, por inúmeras razões, não podem prover o seu sustento e dependem da ação do Estado. Com freqüência,

esses elementos em geral se somam, e fecham o círculo vicioso da exclusão social. (CNI, 2002, p. 134)

Tendo como ponto de partida este diagnóstico sobre a situação de exclusão no país, os industriais propõem duas saídas: políticas sociais voltadas para os pobres e crescimento econômico. A primeira para aliviar a situação daqueles que “não podem prover o seu sustento”, dependendo para isso do Estado, e a segunda para, definitivamente, construir uma sociedade com mais oportunidades de “progresso individual”.

Mas qual a origem da desigualdade brasileira? O documento é pródigo neste aspecto, e aponta diversas formas de compreensão deste fenômeno social. A primeira explicação é que a desigualdade não é fruto da falta de recursos, aliás fartos no Brasil, mas sim da má distribuição das oportunidades de desenvolvimento pessoal, em especial a educação, que gera a má distribuição de renda e da propriedade (CNI, 2002, p. 130).

Outra explicação para a desigualdade, e que afeta a saúde dos mais pobres, não é a falta de alimentos, pois, de acordo com o documento, a produção brasileira de alimentos, mesmo levando-se em conta tudo o que se exporta e se importa, é suficiente para garantir uma alimentação com 3400 calorias diárias, índice muito superior ao sugerido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, que é uma alimentação de 2000 calorias. Neste campo a explicação da desigualdade se encontra no fato de que os brasileiros mais pobres não possuem renda suficiente para comprar os alimentos necessários para uma dieta saudável (idem, p.131).

Tanto é assim que a pobreza é tratada como um mal a ser extirpado do corpo social, e isso deve ser feito por meio do desenvolvimento econômico e das políticas sociais, como explicitado a seguir:

Está cada vez mais difícil viver em uma sociedade rica de recursos mas com grandes bolsões de pobreza e grande desigualdade social. As aspirações dos excluídos não encontram condições concretas para se transformarem em realidade. O sentimento de injustiça se generaliza, deixando sem resposta o porquê das diferenças tão acentuadas. Esse é um clima propício para a frustração e desencanto que, no terreno dos comportamentos, transformam-se em alienação, retraimento, rebeldia, radicalismo e transgressão. (CNI, 2002, p.133)

Nada mais evidente que a concepção de sociedade expressa no trecho acima citado, em que se apreende a “angústia” burguesa de se ver obrigada a conviver com os pobres em uma mesma sociedade, que, devido aos recursos abundantes disponíveis, não deveria ser assim constituída. O termo “angústia” utilizado acima é

proposital para expressar outra característica da visão social dos empresários, qual seja, o tratamento psicológico de uma questão tão importante, de caráter verdadeiramente social e histórico. Isso se evidencia quando tratam do “sentimento” de injustiça, “frustração”, “desencanto” dos excluídos com a sua situação material.

Tais sentimentos se agigantam pela injusta situação “inexplicável”, ou seja, o que gera tal situação de desigualdade no país? Para os industriais este fenômeno é destacado como algo que transcende a esfera das explicações para os mais pobres, que vivem alienadamente a sua vida, gerando com isso revoltas e transgressões, o que sem dúvida, do ponto de vista da burguesia industrial, é algo nocivo para a sociedade. O argumento final leva-nos a entender a posição burguesa em pleno início do século XXI como uma posição que se remete ao funcionalismo do século XIX e início do século XX, tão amplamente defendido por Comte e Durkheim. “A acumulação de frustrações em uma sociedade muito desigual gera riscos para a ordem social.” (CNI, 2002, p. 133) O risco de desordem, afirma o documento, ocorre especialmente nas cidades, onde se localizam mais próximas as desigualdades sociais.

Mais um argumento que explica a desigualdade social no país, segundo o documento, é a manipulação do Estado pelas classes oligárquicas e corporativistas, que conseguiram sucesso na aprovação de leis que “[...] a pretexto de proteger os despossuídos, foram flagrantemente orientadas para proteger os que já contavam com inúmeras proteções.” (CNI, 2002, p. 134). Daí a insistência no documento para que o novo governo passe a praticar uma política social verdadeiramente voltada para os mais pobres, de modo a aliviar a situação de desigualdade no país. Isto significaria uma “revolução social”, que reduziria a exclusão social no país (idem, p.135). Interessante notar que um dos “desvios” de verbas descritos no documento e que não beneficiam os pobres são as universidades públicas, alvos constantes nos documentos dos industriais, por atenderem apenas aqueles que poderiam pagar pelo estudo.

Administrar eficientemente os recursos já existentes seria o suficiente para que se alcançasse uma sociedade menos desigual e mais justa. É, portanto, uma questão de administração dos recursos e não de ampliá-los.

Outro argumento para a perpetuação da desigualdade no país é que os pobres após os meados dos anos de 1990 não deixaram de crescer socialmente, favorecendo-se da estabilização econômica. Porém, o que faz a desigualdade permanecer gritante é que também as classes mais altas sobem em proporção igual ou superior ao nível alcançado pelos mais pobres.

Mas, se há essa ascensão social, por que há tanto pobre? Porque no lugar de quem sobe na pirâmide social, logo entra um outro pobre. As famílias pobres têm mais filhos. A taxa de fertilidade das famílias de classe baixa é mais alta do que as das famílias de classe média e alta. O número de pobres que entra na base da pirâmide social é sempre grande. Isso mantém os bolsões de pobreza sempre inchados.

Ademais, é preciso considerar que, enquanto os pobres percorrem pequenas distâncias, os mais abastados também têm o seu percurso ascendente, mantendo a desigualdade entre os de cima e os de baixo. (CNI, 2002, p. 132)

O que pode fazer com que os pobres percorram distâncias maiores é a sua qualificação em termos de capital humano, ou, nos termos do documento, “[...] ter acesso às ferramentas de seu progresso pessoal [...]” (idem, p.133). Deste modo, ao percorrer distâncias maiores os pobres poderiam hipoteticamente reduzir a desigualdade, mas, como fica claro no texto, este é um projeto individual, e é individualmente que as pessoas devem se apropriar das tais “ferramentas de seu progresso”.

Enfim, para a superação da desigualdade os industriais propõem cinco desafios: transformar “gastos sociais” em gastos sociais; aprimorar o capital humano; focalizar melhor os recursos; reforçar a rede de proteções mínimas; e melhorar a qualidade das leis e simplificar a sua utilização.

O primeiro desafio já foi comentado anteriormente, e diz respeito à necessidade levantada pelos industriais que os recursos públicos para as políticas sociais sejam utilizados para este fim, atingindo aqueles que realmente necessitem do apoio do Estado. Como já foi assinalado, esta redistribuição de prioridades é mais importante que o aumento dos recursos nas políticas sociais.

O aprimoramento do capital humano é necessário para o aumento da renda dos trabalhadores e a inserção no mercado de trabalho e consumo daqueles que ainda são excluídos. A explicação para os poucos ganhos da grande maioria dos trabalhadores é a sua ineficiência em produzir, e isso se deve ao fato de que não possuem “ferramentas” suficientes ou eficientes (CNI, 2002, p.136). As ferramentas fundamentais neste processo, defendem os industriais, são aquelas de natureza intelectual, que abrange a educação e formação profissional. E no campo educacional aquelas desigualdades já tratadas, entre ricos e pobres, encontram-se acentuadas, o que faz perpetuar a exclusão. “[...]enquanto os mais pobres têm enormes dificuldades para concluir a 8a. série, os brasileiros de renda mais alta completam cursos superiores em universidades públicas, inteiramente gratuitas. (CNI, 2002, p. 136).

Tem-se, aqui, mais um exemplo de adesão à teoria do capital humano. Trabalha-se com a relação entre educação e renda como se esta fosse automática e

excludente daqueles que não possuem a primeira. E esta situação agrava-se porque os mais pobres freqüentam uma escola de baixa qualidade, o que faz reduzir ainda mais as suas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho de forma digna.

O argumento da teoria do capital humano naturaliza a questão da desigualdade ao acesso à qualificação, inclusive com o uso de recursos discursivos como comparar o homem a uma máquina.

Toda máquina – capital físico – precisa de manutenção para que continue produzindo a contento; ela necessita de reparos quando sofre avarias. Da mesma forma, o ser humano – com seu capital humano – precisa de manutenção e atendimento, para que continue saudável e produtivo. Mas tal como no caso das máquinas, sabemos que a manutenção preventiva da saúde e da profissão é melhor do que deixá-las estragar para depois recuperar. (CNI, 2002, p. 137)

A situação da desigualdade é resumida a uma comparação de natureza estática, que elimina da questão toda a sua historicidade intrínseca, assim como promove uma concepção positivista do homem e sua relação com a sociedade, perante a qual deve comportar-se como uma “máquina” em perfeito funcionamento.

O terceiro desafio, focalizar melhor os recursos, é, na verdade, uma continuidade ao já exposto. Trata-se de que o Estado deve atentar para as necessidades pontuais surgidas na vida dos trabalhadores mais pobres e construir alternativas para que um bom “empurrão” do Estado possa salvar os indivíduos em momentos críticos. Trata-se de incluir estes trabalhadores em situação frágil, de exclusão social, para o mundo da produção, de forma que se mantenham produtivos.

O próximo desafio, reforçar a rede de proteções mínimas, é uma discussão em torno das concepções de políticas sociais, que, segundo os industriais, podem ser divididas em duas categorias: a primeira vincula-se ao desenvolvimento do capital humano e da saúde; a segunda se refere às políticas de proteção aos excluídos do mercado de trabalho: as crianças, por não terem ainda entrado; os idosos, que já saíram; e os deficientes, dependentes químicos, doentes, vítimas de desestruturação familiar etc.

O documento foca a atenção aos nove milhões de deficientes com idade para trabalharem, e que não o fazem por conta da falta de uma política de inclusão. Destes apenas 200 mil trabalhavam no período em que foi produzido o documento. Os industriais afirmam a necessidade de políticas públicas que estimulem a contratação de deficientes, de modo que os recursos públicos sejam investidos na produção e não no assistencialismo aos deficientes³⁹.

³⁹ Apesar de não ser citada no documento, existe desde 1991 a Lei nº. 8213, que prevê, em seu Art. 93, a

A tese central dos industriais é que as políticas sociais têm por objetivo auxiliar os excluídos a manterem uma vida produtiva, e não perpetuar a situação assistencialista, que onera o Estado e não atende de fato aos que mais precisam. Segundo o documento:

A melhor política para enfrentar os gastos com os excluídos é tê-los em menor número. Para isso, é preciso ser agressivo com políticas sociais mais direcionadas e mais baratas. Um ano de educação custa 3,5 salários mínimos. É mais barato do que aposentadoria, carceragem, hospitalização ou seguro de desemprego em período correspondente. E reduz todos esses custos de forma claramente mensurável. Um menino delinqüente custa R\$ 1.600,00 por mês ao Estado; um aluno de primeiro grau custa R\$ 700,00 por ano. O Brasil já gasta 10% do PIB no campo da segurança – e com resultados desapontadores. (CNI, 2002, p. 140)

Portanto, trata-se, na visão burguesa, de inserir as pessoas no mercado de trabalho, agindo para isso desde a educação básica, que, conforme afirmado acima, é um bom antídoto contra as mazelas sociais como a violência. A ordem social dependeria do grau de educação da população, e os gastos com os resultados da desordem são altos e ineficazes. O pacto social depende da educação.

O último desafio é a mudança das leis brasileiras, que não favorecem aqueles que querem empreender no país. Estes agentes se vêem frente a uma legislação que protege demais os trabalhadores, como a Constituição Federal de 1988, que “[...]onerou o fator trabalho e remeteu para um limite extremo a complexidade burocrática para se contratar legalmente.” (CNI, 2002, p.141). O resultado é que ao tornar inviável economicamente a contratação o mercado informal de trabalho cresceu, ou seja, mais uma vez percebe-se a posição da burguesia industrial de não pactuar com a idéia da proteção social.

Sem dúvida, a Constituição Federal é uma importante fonte de desigualdade e exclusão sociais no Brasil, razão pela qual modificações conseqüentes no quadro atual exigem mudanças constitucionais nos campos dos direitos sociais, Previdência Social, seguro-desemprego, FGTS e vários outros. Ao lado da Constituição Federal, há um grande volume de leis complementares e ordinárias que reforçam esta distorção. (CNI, 2002, p. 141)

Aquela que foi denominada como “Constituição Cidadã” não recebe, dos empresários, este mesmo adjetivo, já que a enxergam como inimiga da inclusão social no país. O caminho proposto pela burguesia é a desoneração do fator trabalho. Quando se trata de manter e aprimorar a acumulação os trabalhadores não são vistos

como partes do pacto social, mas, ao contrário, a sua segurança social torna-se um obstáculo.

Para finalizar a análise do documento, é de se destacar o posicionamento dos empresários como parceiros do Estado na consecução das políticas de redução da exclusão social. Afirma-se que não é de interesse do capital a desigualdade e a pobreza, pois ambas geram frutos que fazem com que o sistema não se desenvolva: a desigualdade pode causar transtornos sociais, desequilíbrios que desfavorecem aqueles que precisam de estabilidade para investir no país; a pobreza retira do mercado de consumo milhões de brasileiros, o que reduz o consumo e, logo, a produção.

Tudo isso conspira contra o desenvolvimento econômico, cria desconfortos sociais e instiga conflitos. [...] Combater a exclusão é parte de uma política consciente de desenvolvimento econômico e social. (CNI, 2002, p. 141)

A visão social dos empresários, assim como a sua concepção de crescimento, é funcional ao projeto burguês de sociedade, uma sociedade equilibrada, baseada no trabalho, na inclusão dos mais pobres pelas políticas sociais, de modo que a produção da indústria possa encontrar o cenário social, político e econômico favorável à acumulação capitalista.

Da leitura acima, é possível destacar as três categorias mais reiteradas no documento, quais sejam: a categoria que chamaremos de “pacto social”; as concepções de educação básica para a burguesia industrial; e a teoria do capital humano e a relação entre educação básica e incremento da competitividade do capital nacional, em âmbito internacional.

A primeira categoria, cuja explicitação no texto é mais densa, faz parte da luta hegemônica do capital no “convencimento” da sociedade sobre a generalidade do seu próprio projeto. A todo o momento é colocada no documento a necessidade de que se afaste os riscos sociais, a desordem, causada pela miséria e desigualdade.

A segunda categoria, as concepções de educação básica, aparece no documento como base para a formação das competências necessárias para o trabalhador se adaptar ao mercado de trabalho altamente competitivo, em termos de sua própria empregabilidade e empreendedorismo.

A terceira categoria, que na verdade é a densa retomada da Teoria do Capital Humano presente não somente neste mas em todos os outros documentos da CNI, é interessante para realçar a presença, e subordinação, da educação básica aos interesses da burguesia industrial no incremento da competitividade em níveis

internacionais, que é o patamar exigido atualmente pela globalização da concorrência. A formação de trabalhadores qualificados, conforme a concepção dos empresários industriais, significa diretamente um aumento da produtividade, e justamente a situação histórica da má qualidade de nossa educação pública vem travando as possibilidades de competição da indústria brasileira. Há que se discutir esta assertiva dos empresários sob a ótica do materialismo histórico.

A discussão pormenorizada destas categorias será realizada no quinto capítulo.

4.3. O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015

O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005) é o mais importante documento da CNI nos anos 2000 e expressa também a maior ação articulada do sistema indústria e do Fórum Nacional da Indústria - FNI⁴⁰ nos anos 2000, visando ao projeto e ações estratégicas e pontuais para a realização de um cenário mais competitivo para a indústria em 2015.

No caso desta tese ressalta-se que os demais documentos que serão posteriormente analisados e produzidos pela CNI a partir do ano de 2006, são partes constitutivas do Mapa, e, portanto, representam esforços específicos da CNI em cada área, como será o caso dos documentos Crescimento: a visão da indústria (CNI, 2006) e Educação para a nova indústria (CNI, 2007).

Antes de abordarmos as temáticas contidas no Mapa é relevante, a título de elucidação do documento, trazer à baila a metodologia adotada para a sua construção, assim como os principais formuladores do documento.

A metodologia que referenciou a construção do Mapa é denominada *Balanced Scorecard* - BSC⁴¹, uma criação de Robert Kaplan, da *Harvard University*, e David Norton, consultor de empresas (CNI, 2005). O BSC traduz-se como um gestor de estratégia, definindo, em cada passo do projeto, os objetivos e as formas de avaliação do processo. As vantagens deste sistema, segundo é afirmado no documento, são

⁴⁰ Segundo consta no site da CNI (www.cni.org.br, Vários acessos) o FNI: "Trata-se de um órgão colegiado de natureza consultiva da Diretoria da CNI, atuante na **formulação de estratégias** sobre matérias de interesse da indústria e da economia brasileira. Criado em 2003, é formado por: • Cinquenta presidentes das principais associações nacionais setoriais; • Presidentes de Conselhos Temáticos Permanentes da CNI; • Sete membros, escolhidos pelo presidente da CNI, que podem ser presidentes de federações das indústrias, membros do Conselho de Representantes ou da Diretoria da CNI e empresários membros do Conselho Nacional de Política Industrial (CNPI)."

⁴¹ Para a construção do Mapa foi contratada a empresa **Symnetics** (www.symnetics.com.br). Em seu site o BSC é apresentado como metodologia em vários outros cases de sucesso, como o caso do governo gaúcho de Yeda Crusius, cujo programa estratégico foi contratado da mesma empresa, e lançado em maio de 2008, com ampla divulgação. Outro case de sucesso é a contratação desta empresa pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, especialmente para a Coordenadoria da Administração Tributária, visando o seu planejamento estratégico. A **Symnetics**, inclusive, apóia o movimento "Compromisso – Todos pela Educação", que auxiliou no processo de definição dos grandes objetivos a serem alcançados pelo movimento.

três: “a estratégia é descrita e comunicada de forma clara; viabiliza o foco na estratégia e na visão a longo prazo; cria um real sentido de organização, mobilizando para a ação”. (CNI, 2005, p.11) Baseado, portanto, na metodologia BSC, o Mapa apresenta a seguinte composição estrutural: Mapa Estratégico; Objetivos; Indicadores; Metas; e Programas. O Mapa pressupõe, ainda segundo esta metodologia, a constante avaliação e redefinição dos marcos originalmente construídos, refletindo um processo dinâmico.

Este Mapa torna-se relevante para esta e demais pesquisas que pretendam compreender a dinâmica do pensamento e ação da burguesia industrial brasileira, pois, reconhecidamente, é a partir dele que se darão as ações organizadas desta classe para os próximos anos, tanto em termos de ação empresarial quanto em termos de ação política e social. É o cumprimento das metas aqui delineadas que será o catalisador das ações da CNI.

A sua formulação foi feita ao longo de seis meses e seguiu as etapas do BSC, assim descritas:

traduzir a visão de futuro da organização, identificar os temas chave que compõem a estratégia da organização, construir os vínculos e objetivos estratégicos, determinar indicadores e metas, priorizar as iniciativas ou programas estratégicos e, finalmente, desenvolver o primeiro relato acerca da performance estratégica da organização. (CNI, 2005, p. 91)

É desta maneira que os empresários organizam-se para alcançar seus objetivos, e o BSC tem sido uma estratégia recorrente e de “sucesso”.

O percurso de construção deste documento iniciou-se em 09 de agosto de 2004 e findou-se em 06 de dezembro do mesmo ano. A primeira etapa de construção do Mapa se deu com uma reunião de 60 pessoas do FNI, da CNI e outras lideranças empresariais. Neste momento foi construída o que a CNI denomina de “Visão compartilhada do Futuro da Indústria Brasileira”, que podem ser resumidas em grandes objetivos, metas, indicadores e processos, enfim, uma análise histórica e prospectiva da indústria. Neste sentido foram tratados temas essenciais como Inovação, Educação, Ciência e Tecnologia, Gestão Empresarial Eficiente e Produtividade, Custo Brasil, Atratividade de Investimentos, Responsabilidade Social e Ambiental (CNI, 2005, p.91-92).

Em um segundo momento foi ampliada a participação do empresariado brasileiro visando uma melhor composição do Mapa. Foram mobilizadas mais de 250 pessoas e realizadas 41 reuniões e *workshops*, em um total de 86 entidades consultadas (CNI, 2005, p.92).

Em uma terceira etapa o FNI aprovou o trabalho até então realizado e deu novos direcionamentos, apresentando uma versão mais acabada do Mapa, contando com a participação dos Conselhos Temáticos da CNI⁴² na formulação dos indicadores, Metas e Programas Estratégicos (idem).

Um quarto encontro do FNI traçou as metas a longo prazo e os Programas Estratégicos a serem executados, assim como foi escolhido o modelo de gestão do Mapa, ficando o documento pronto para ser implementado.

No final do Mapa são apresentados os empresários que foram especialmente convidadas para a sua formulação: Jorge Gerdau Johannpetter – Grupo Gerdau; Roger Agnelli – Cia. Vale do Rio Doce; Eugênio Staub – Gradiente; David Feffer – Suzano; e Maurício Botelho – Embraer. Como consultores convidados o documento apresenta os seguintes nomes: José Roberto Mendonça de Barros; Carl Dahlman; Cláudio Roberto Frischstak; Eduardo Augusto Guimarães. Ainda pela empresa **Symnetics**, responsável pela metodologia BSC adotada no Mapa, participaram os seguintes consultores: André Ribeiro Coutinho; Antônio Sorbara Jr.; Maria Antônia Koury D’Arce; Mathias Peter Hermann Mangels; Pedro Coimbra Junqueira; Reinal Belickas Manzini; Roberto Campos de Lima⁴³.

Trazer estes nomes é relevante para a compreensão de que o Mapa é um resultado de esforços de pessoas “reais” que compõem a burguesia industrial brasileira, e, a partir daí, compreender melhor as ações destes atores, bem como sua visão sobre a sociedade, economia, o futuro, o governo etc., assim como a sua visão do papel que exercem os industriais na sociedade brasileira, o que é expresso no Mapa de forma transparente.

Passando para a descrição do documento como um todo, este é dividido em seis partes e um Anexo. A primeira parte denomina-se “Compromisso com o futuro”, em que é apresentado o Mapa, em forma de grandes objetivos e metas, assim como a apresentação sumária da metodologia adotada para a gestão da estratégia da CNI. A segunda parte do documento é denominada “A estratégia da indústria brasileira para os próximos dez anos”, em que a CNI já aponta as principais diretrizes norteadoras do documento, como a competitividade, a inovação, produtividade, eficiência e a educação e o conhecimento como fundamentos da visão da indústria para o crescimento sustentável do país. Neste momento são apresentados os principais

⁴² São os seguintes os CT’s da CNI: Assuntos Legislativos; Integração Nacional; Meio Ambiente; Política, Industrial e Desenvolvimento; Infra-estrutura; Política Econômica; Integração Internacional; Relações do Trabalho; Pequena e Média Empresa; Reforma Universitária. (www.cni.org.br)

⁴³ Ao enumerarmos os nomes destes consultores da CNI poderíamos levantar a discussão cara a Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, mas não o faremos pois foge aos limites desta exposição. São apresentados em Apêndice as biografias destes consultores, para que possamos dar uma dimensão real da posição de classe destes sujeitos.

problemas da agenda do crescimento brasileiro, especialmente no que se refere à questão da eficiência da ação estatal e a sobrecarga do Estado sobre a iniciativa privada. Esta crítica à ação estatal será uma constante no documento, sempre vinculada às demandas por “reformas”, como a tributária, a trabalhista, sindical, política etc.

Na terceira parte do documento, intitulada “As principais metas para o Brasil – 2007-2015”, o documento apresenta um quadro das metas a serem atingidas até 2015, segundo o que consta na metodologia BSC, em que cada indicador é acompanhado de uma ou mais metas. A tabela é apresentada na página 17 do documento e visa, entre outros indicadores, o crescimento do PIB de 5,5 a.a., taxa de 2007, para 7% a.a. Em 2015; o crescimento do PIB industrial de 7% para 8,5 a.a. no mesmo período; taxa de desemprego de 9% para 6%; taxa real de juros de 4% em 2015; 30% de domicílios com acesso à internet em 2015, contra apenas 18% em 2007; e um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de 0,86 em 2015, contra os atuais 0,80.

Após esta breve exposição das metas, é nesta terceira parte ainda que se desenrola o corpo do documento, dividido em 13 partes, cada qual tratando de um tema estratégico para a indústria. Como o panorama geral da visão de Brasil dos industriais já foi traçada anteriormente (ver. Item 4.1.), somente serão mencionadas estas 13, a título de descrição do documento: 1. Liderança Empresarial; 2. Ambiente Institucional e Regulatório; 3. Educação e Saúde; 4. Infra-estrutura; 5. Disponibilidade de Recursos; 6. Expansão da Base Industrial; 7. Inserção Internacional; 8. Gestão Empresarial e Produtividade; 9. Inovação; 10. Responsabilidade Social e Ambiental; 11. Posicionamento; 12. Resultados para o País; 13. Desenvolvimento Sustentável.

Concluindo o corpo das proposições do documento são apresentados “Os programas estratégicos”, cada qual referente a um dos itens assinalados acima. Trata-se de apontar, com detalhes, propostas práticas dos industriais para o alcance das metas propostas.

Ainda uma quinta parte do documento, intitulada “Um modelo de gestão da estratégia” traz detalhadamente a metodologia BSC, e a sexta parte, “O início de um processo” registra como foi construído o documento. Ambos já foram anteriormente tratados.

O Anexo, intitulado “Principais indicadores do Mapa Estratégico” delinea com detalhes, em forma de gráficos, os indicadores utilizados no Mapa, o que, para o leitor, é uma ótima oportunidade de visualizar a situação brasileira e as perspectivas dos empresários sobre os números da nossa economia, qualidade de vida, política, outros indicadores sociais como renda dos trabalhadores, desemprego etc.

Para concluir a análise deste documento levaremos em consideração sua terceira parte, que diz respeito à “Educação e Saúde”, que nos interessa de perto nesta constituição da visão de educação para o empresariado brasileiro.

A educação é apresentada como um pilar das propostas empresariais para o futuro do país por conta da ênfase deste projeto na necessidade da inovação e agregação de valor dos produtos como fatores de competitividade da indústria. Para que este cenário se realize, segundo o documento:

É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade. (CNI, 2005, p. 31)

Portanto, educação é entendida como instrumental para o aprimoramento dos processos produtivos, e, por isso, deve ser focada no acesso às tecnologias da informação - TI, o que evidencia a necessidade da “inclusão digital” (CNI, 2007) da população, pois segundo as configurações contemporâneas, a inovação e a agregação de valor dos produtos somente podem ser alcançadas por meio de sistemas informatizados. Ao mesmo tempo podemos dizer que não é somente neste terreno que o acesso às TI são orgânicas às necessidades da produção, mas sim que a disponibilidade de trabalhadores com conhecimentos nesta área possibilita aos empresários o acesso abundante a trabalhadores adaptados para os processos produtivos desenvolvidos nas fábricas.

Ao mesmo tempo a educação é vinculada ao desenvolvimento de competências adaptativas ao setor produtivo, o que é uma marca fundante da visão educacional dos empresários, visão esta presente em todos os documentos aqui analisados. A discussão das competências neste excerto se coloca claramente avessa à profissionalização, uma discussão ampla levada a efeito por autores que discutem criticamente a pedagogia das competências (DUBAR, 1997; HIRATA, 1994; RAMOS, 2001a; SILVA, 2007).

Outro item de destaque no documento é a ênfase na qualidade e universalização da educação básica, elementos fundamentais, na perspectiva dos empresários, para a formação dos trabalhadores, dada a pouca qualificação dos trabalhadores da indústria brasileira, que é detalhado no documento Educação para a nova indústria (CNI, 2007). Neste sentido os empresários afirmam como os principais desafios para a educação básica a necessidade de melhorar a qualidade do ensino fundamental e ampliar as vagas para o ensino médio (CNI, 2005).

Sinteticamente, o projeto para a educação básica dos empresários é assim apresentado:

Em um ambiente marcado pela crescente competição e por contínuas mudanças tecnológicas, a educação básica de qualidade assume um papel fundamental para o desenvolvimento das empresas e de uma economia competitiva. Para alcançar esse objetivo, é preciso implantar a gestão de qualidade nas escolas e melhorar a formação e remuneração do professor. Manter os alunos na escola por todo o período da educação básica é um importante desafio. A indústria conta com um contingente de trabalhadores com escolaridade média abaixo de cinco anos.

Elevar a qualidade da educação básica permitirá ao País aumentar o estoque de capital humano com efeitos diretos nas estratégias da indústria, de melhorar a produtividade e a qualidade e de estimular a atividade de inovação nas empresas. (CNI, 2005, p.31-32)

Em primeiro lugar é apresentado o cenário macrossocial em que se encontra a competição industrial, baseada nas inovações tecnológicas em escala mundial. A saída para que o país possa ser competitivo está na melhoria e universalização da educação básica, caminho que vários países seguiram, como os empresários sempre apontam como exemplos para o Brasil.

Sublinhe-se que os caminhos apontados estão baseados na gestão de qualidade das escolas, o que nos remete aos projetos de qualidade total implementados ao longo da década de 1990, tendo como grande ícone o Estado de Minas Gerais, quando esteve à frente da Secretaria Estadual de Educação Vilfredo Mares Guia, empresário (FIDALGO; MACHADO; 1994; OLIVEIRA, 1996).

O Mapa trata também do ensino superior e da educação profissional e tecnológica, ambas inclusas em um projeto de desenvolvimento do capital humano. Para exemplificar, transcrevemos o excerto sobre o ensino superior:

O ensino superior brasileiro precisa atender às necessidades da economia do conhecimento e do desenvolvimento industrial do País, promovendo a oferta de novos talentos e competências. Os conteúdos acadêmicos devem ser reformados para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados. (CNI, 2005, p.32)

Em primeiro lugar os empresários reforçam a idéia de que a sociedade caracteriza-se pela centralidade do conhecimento, no interior da qual a apropriação dos conhecimentos é essencial para o aprimoramento dos processos produtivos, sendo este o elo principal entre educação em geral e as demandas da produção, e especificamente o ensino superior. Em segundo lugar, concebem o ensino superior subordinado ao desenvolvimento industrial, fazendo isso por meio da formação de

talentos e competências. Assim, não escondem a defesa de uma formação superior pragmática, em que os conteúdos, cada vez mais genéricos, devem atender à necessidade de flexibilidade advinda dos processos produtivos dominados pelo incremento tecnológico e pelas formas flexíveis de gestão da produção. Todo conhecimento teórico e competências devem se subordinar à prática da produção, o que, então, seria a condição de garantir a empregabilidade dos profissionais.

Outra questão presente no documento, e que será melhor analisada no quinto capítulo, é a ênfase na centralidade das mudanças nos processos produtivos e sociais como base analítica e princípio formativo. Frente a um mundo em constante mutação, cabe a formação dos trabalhadores voltada para a flexibilidade para o enfrentamento destas situações. A consequência desta assertiva, e que deve ser entendida como uma consequência advinda da visão de mundo dos empresários, e não como algo natural, sem outra saída, é que se esvazia a formação de conteúdos científicos, teóricos, e centra-se em conteúdos pragmaticamente vinculados à produção, enfatizando também as competências, vinculadas, por sua vez, à criatividade, iniciativa, solução de problemas e autonomia, além da ética do trabalho e das relações sociais e da responsabilidade (CNI, 2005).

Para contemplar estas demandas, é necessário um processo contínuo de formação, que ultrapasse a formação inicial e se vincule a projetos de educação continuada e ao aprender por toda a vida, bem aos moldes propostos em Delors (1998). “A oferta de uma educação básica de qualidade, desenvolvida de forma articulada às modalidades acima mencionadas, representa um importante desafio”. (CNI, 2005, p. 32). A qualidade da educação inicial e continuada deve necessariamente passar pela inclusão digital, tendo em vista o reconhecimento dos empresários da centralidade das tecnologias como propulsora das transformações produtivas e competição em nível global. Neste quesito o Brasil ocupava a 39ª posição no *ranking* mundial de países mais preparados para receber os benefícios das TI, posição que já foi melhor (era o 29º antes de 2003).

Um último tema abordado no Mapa refere-se à educação empreendedora. Vejamos o que afirmam os empresários sobre isso:

A divulgação da cultura empreendedora e a valorização da atividade empresarial são essenciais para o crescimento do País. O elo de ligação é a interdependência entre empreendedorismo e inovação. A sua difusão requer processos educativos capazes de formar profissionais para empreender e inovar. Promover a cultura empreendedora na educação significa desenvolver valores para criar a prática de comportamentos individuais na busca de soluções e iniciativas na gestão do próprio negócio, na participação e organização das formas de geração de

renda e emprego e na condição de cidadão ativo, como empreendedor social. (CNI, 2005, p.34)

O empreendedorismo, sem dúvida, constitui-se em uma das mais relevantes categorias da pedagogia dos empresários brasileiros, e será mais bem trabalhada em seus fundamentos e consequências no quinto capítulo. No excerto acima os empresários afirmam o nexo entre empreendedorismo e inovação, o que requer um tipo de formação empreendedora, ou seja, uma formação vinculada à formação de competências direcionadas para a ação individual dos educandos no sentido de construir saídas profissionais, e, portanto, dando respostas sociais, a partir da própria iniciativa. Esta iniciativa, mais especificamente, estaria voltada para a construção do próprio negócio, ou, por outro lado, o empreendedorismo seria uma ação dos trabalhadores no interior das fábricas no sentido de auxiliarem no desenvolvimento de melhorias dos processos produtivos, na liderança e iniciativas de forma geral. De qualquer forma, o empreender, para os empresários, subordina-se a um projeto pragmaticamente voltado para a organicidade entre a atuação profissional e a competitividade industrial.

A partir do excerto acima apreende-se o movimento que leva a formação educativa para o âmbito das subjetividades, comportamentos e iniciativas individuais, o que dispensaria uma formação densa de conteúdos teóricos, os quais, segundo uma concepção de senso comum, seria simplesmente formas abstratas e descoladas de se relacionar com o mundo⁴⁴.

Portanto, as categorias que afloram da leitura do Mapa são o empreendedorismo, a educação como capital humano, a empregabilidade e a ênfase na educação básica como fundamento das ações sociais na educação, para garantir a qualidade que a classe burguesa espera ao subordinar a educação aos seus projetos.

4.4. Crescimento: a visão da indústria

Este documento produzido em 2006 traz um “Selo de Conformidade” com o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, da CNI. Como o próprio título aponta, este documento tem o objetivo de expor à opinião pública e ao governo o posicionamento da indústria brasileira sobre a questão do crescimento econômico. Nas palavras do presidente da CNI, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, o crescimento é entendido como a forma de “[...] o País gerar empregos e de criar uma sociedade mais justa” (CNI,

⁴⁴ Destaque-se que a concepção de teoria aqui adotada situa-se nas antípodas desta concepção que a descola das relações sociais. Segundo a concepção marxiana, teoria pode ser entendida como a reprodução ideal das relações reais, ou seja, é a apreensão intelectual do movimento real da sociedade, e, portanto, não se desvincula da prática social, mas, ao mesmo tempo, supera a concepção desta prática como apenas a prática da produção capitalista, ou a reprodução do cotidiano etc.

2006, p.15), e, alavancado pela iniciativa privada, gerar riquezas de forma sustentável. A agenda de crescimento da indústria está contida no Mapa Estratégico.

A proposta deste documento, como o anterior, tem também o objetivo de dialogar com as forças políticas no momento de transição, que foi a eleição de 2006. A agenda do crescimento, reconhecidamente, passa por este diálogo e pelas ações do poder público, liderado pelas forças governamentais. O desafio dos industriais continua sendo a necessidade de acelerar as reformas para que a economia possa deslanchar.

Ele é composto de quatro partes, além da Apresentação, da cunha do então presidente da CNI, Carlos Eduardo Moreira Ferreira. A primeira parte é um texto introdutório, que descreve brevemente o Mapa Estratégico da Indústria, no qual se baseiam as discussões aqui levantadas e aprofundadas; a segunda parte trata dos desafios da indústria para os próximos anos; a terceira parte intitula-se “Nova governança macroeconômica e o ambiente institucional pró-crescimento”. A quarta parte do documento é dedicada aos 10 desafios da indústria, dentre os quais está a educação, cujo capítulo será analisado aqui com mais profundidade.

Não será nosso objetivo trazer para o plano desta discussão todas as problemáticas macroeconômicas envolvidas nas concepções de crescimento pleiteadas pelos industriais, mas sim partir do suposto, já aventado no próprio documento à partida, do papel da educação para o crescimento econômico.

O País terá forçosamente que encarar questões já enfrentadas por economias que competem diretamente conosco. Além da agenda das reformas inconclusas, o País terá que dispor de uma política macroeconômica favorável ao crescimento. O perfil desejado da indústria brasileira requer a melhoria na educação e avanços na aquisição do conhecimento. (CNI, 2006, p. 17)

Há no discurso da CNI um apelo ao exemplário das nações que superaram suas condições históricas desfavoráveis e alcançaram uma posição privilegiada no mapa do desenvolvimento. E, pela colocação no conjunto da assertiva, no exemplário cabem também as experiências de políticas educacionais de sucesso advindas destes países, que, apesar de não serem citados neste momento, em outros documentos aparecem claramente apontados: Coréia do Sul, Cingapura, Irlanda, Finlândia etc.

Não se pode desprezar, a partir deste excerto do documento da CNI, o papel da educação no planejamento dos empresários brasileiros rumo ao crescimento econômico. Este papel justamente se relaciona com o fato de que os empresários definem a atual sociedade como a “sociedade do conhecimento”, e, por isso, como uma sociedade onde se exige dos países uma inserção criativa e inovadora,

características que levam à questão educacional, à formação de trabalhadores para as empresas, que são as instituições que alavancam o crescimento econômico, segundo afirma o presidente da CNI em 2006.

A CNI reconhece os avanços em termos de democratização do acesso à educação alcançada nas últimas décadas, além do crescimento da valorização dada à educação pela população. No entanto a qualidade da prestação dos serviços públicos em educação é questionado, o que parece um forte sinal da ineficácia das ações governamentais em geral, prejudicando um dos pilares do crescimento da indústria, a inovação.

O ambiente macro com baixo ritmo de crescimento, custos de capital elevados, forte tributação, obstáculos à operação ágil e flexível das empresas e educação de baixa qualidade não é propício à inovação. (CNI, 2006, p.123, negrito no original)

Apreende-se, pelo teor do excerto, que a educação, de uma forma direta, é colocada em condições de igualdade em relação aos demais fatores estruturantes da economia e política brasileiras, o que mais uma vez demonstra a relevância da educação no plano discursivo da CNI. E mais, como é o nosso objetivo tratar especificamente da educação básica, fica evidenciado que esta baixa qualidade da educação proclamada refere-se, sobretudo, a esta modalidade, vista como o pilar da formação de futuras competências, tal como já foi demonstrado na análise do documento da CNI de 1993.

Ao longo do texto as questões relativas à educação vão permeando de forma implícita o documento, mas é no marco das 10 prioridades da indústria (a Educação é a 8º prioridade) que ela ganha um capítulo especial, embora possamos afirmar que o conteúdo aqui é um aprofundamento das idéias veiculadas ao longo do documento. Também não se pode dizer que haja ali alguma concepção que já não esteja presente nos documentos anteriores da CNI desde os anos de 1990.

A questão da educação brasileira que interessa aos argumentos dos empresários pode ser resumida na clássica observação de que o país avançou em termos quantitativos, ou seja, no que se refere ao acesso à educação básica, mas está longe de contemplar juntamente com este processo a qualidade da educação oferecida. Esta má qualidade, como já observado atrás, causa um impasse ao crescimento econômico, pois a competitividade internacional baseia-se na inovação tecnológica. “Com a aceleração da taxa de inovação tecnológica mundial, possuir mão-de-obra educada – capaz de absorver e melhorar as novas tecnologias – é crucial para o desenvolvimento econômico do País.” (CNI, 2006, p.131).

Os desafios colocados pela indústria à educação brasileira são diversos: aumento de investimento na educação; universalização com qualidade da educação básica; eliminação do analfabetismo funcional; definição das políticas e dos instrumentos para melhoria da qualidade da educação; política de Estado, com metas a longo prazo; busca da educação continuada ao longo da vida.

Interessante notar que estes desafios, atualmente, são incorporados pelos trabalhadores em suas demandas por educação. Esta aproximação revela, antes de tudo, uma identidade entre os projetos do capital e do trabalho para a educação, o que revela o influxo do pensamento crítico por parte de certos setores organizados da classe trabalhadora, como as Centrais Sindicais, e a opção política e ideológica pelo pacto social, visando a garantia do emprego ou do poder.

Em seguida, o documento inicia a discussão sobre a educação com o título: “Educação: um dos principais combustíveis para o desenvolvimento econômico”, dando, assim, o teor da discussão. Ao encarar a educação como um “combustível”, a CNI claramente se posiciona em torno de uma agenda educacional voltada para a alavancagem da economia, subordinando a este objetivo o seu projeto educativo.

O argumento levantado é o de que os fatores produtivos, como o capital, o trabalho e os recursos naturais, têm o seu crescimento limitado, seja pela capacidade de investimento na produção, seja pela capacidade natural dos recursos disponíveis, seja pela mão-de-obra existente e a população economicamente ativa do país. A saída para o desenvolvimento econômico, portanto, passa a ser mesmo o investimento na produtividade destes fatores. Segundo a CNI (2006, p. 132):

O crescimento da produtividade dos fatores depende, por sua vez, do nível educacional da população. A educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação de trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias.

Portanto, a educação, para o empresariado, é um investimento que impacta em várias frentes, gerando uma maior produtividade dos trabalhadores, devido ao fato de melhorar a relação dos trabalhadores com as máquinas e com a produção em geral; mas ela gera, de forma mais mediata porém não menos importante, a capacidade de absorção de novas tecnologias, e, mais do que isso, a melhoria das tecnologias absorvidas, rumo à inovação tecnológica. Esta melhor absorção somente se torna possível quando os trabalhadores estão sintonizados com as tecnologias importadas, para, a partir delas, avançar. Sem esta primeira condição a inovação não alcança patamares competitivos para os empresários.

Do ponto de vista empresarial, portanto, a educação implica e interessa enquanto incremento de capital humano para a produção e para a competitividade do capital no mercado global. Este incremento se dá pela capacidade que tem a educação, especialmente no seu nível básico, de desenvolver nos futuros trabalhadores, a capacidade de “aprender a aprender”, competência que os empresários reputam como da maior importância, já que esta é a condição para que os trabalhadores possam aprender os métodos de trabalho de forma autônoma e possam também desenvolver formas mais eficientes de trabalho nas empresas.

O que está em jogo para o capital é o desenvolvimento de um trabalhador que possa se ajustar da melhor forma possível tanto para o que lhe é dado na produção quanto para os novos cenários que porventura venham a existir, na empresa ou no mercado em geral. Ajuste e adaptação continuados, ao longo da vida, a cenários mutantes são as maiores expectativas empresariais para a formação dos trabalhadores, e esta se torna, nos documentos da CNI, uma das suas principais categorias de análise.

Além do ajuste e adaptação, a educação é ferramenta, segundo a CNI, de inovação tecnológica.

A educação não só é importante para o uso de novas tecnologias como é insumo indispensável para sua criação. Sem uma população com alto nível de escolaridade, um país não consegue passar do estágio de apenas absorvedor de novas tecnologias para criador e, conseqüentemente, acelerar seu crescimento. (CNI, 2006, p. 132)

Apreende-se, assim, que a educação tem papel tanto de ajustar, de adaptar, quanto de ser uma ferramenta para criar novos padrões tecnológicos, ou seja, há também neste projeto um papel ativo para a educação no cenário econômico. Este papel ativo, ou seja, de criador de novos padrões tecnológicos, situa a educação em um marco instrumental para as engrenagens do capital em sua fase atual, em que a competitividade alcança patamares globais de forte concorrência e baseada na inovação.

Para a CNI não basta o país investir em educação, pois esta, automaticamente, não gera desenvolvimento econômico, como demonstram os exemplos de Cuba e Argentina, onde o investimento em educação não se reverteu em crescimento para estes países. Na verdade, afirmam os empresários, o investimento em capital humano é uma faceta do crescimento, mas não a única: é preciso gerar no país um ambiente macroeconômico favorável ao investimento em capital humano, mas também no capital físico, o que não foi o caso destes países citados, e deve servir de lição para o Brasil.

Mas não é somente isso. A CNI afirma categoricamente que este ambiente macroeconômico criado no país influencia o desenvolvimento do capital humano. Vejamos como isso ocorreria:

Educação é investimento e, como todo investimento, envolve custo e risco. Se o ambiente econômico-institucional for estimulante à educação, o trabalhador acreditará valer a pena investir no seu futuro, reservando parte de seu tempo ao aprendizado – período em que poderia exercer qualquer outra atividade e auferir renda – na certeza de que seu investimento resultará em ascensão social, obtenção de melhores empregos e conseqüente elevação de renda e poder aquisitivo. (CNI, 2006, p. 133)

Completando o argumento acima aventado, os empresários formulam uma análise de que o país deve gerar, e gerir também, um clima político, econômico e institucional, que faça com que as pessoas invistam em sua própria formação como uma “troca” de capital presente por capital futuro, ou seja, que invistam hoje para que tenham, futuramente, o retorno deste investimento na sua formação. Os empresários falam mesmo da necessidade de “[...] incutir na sociedade a idéia de crescimento individual, como resultante da busca pelo conhecimento.”

Desta forma, a educação deve estar conjugada com a economia no sentido de que as competências adquiridas na escola possam encontrar eco nas organizações, que serão os locais de trabalho daqueles que se formam. Somente neste sentido é que a educação gera retornos para a sociedade enquanto fator de produção, ou seja, é somente se for útil na “prática” da produção capitalista que a educação trará retornos significativos para a economia. Qualquer projeto educativo que vise outras questões que não o eco no mercado estará alienado dos objetivos do capital, postos a esta altura como os objetivos da sociedade como um todo.

De que serve qualificar um trabalhador se o mercado de trabalho não disponibiliza funções compatíveis com o nível adquirido? Nem o indivíduo conseguirá aumentar sua renda, nem a sociedade poderá beneficiar-se do investimento feito nesse trabalhador e assim tornar-se mais produtiva. (CNI, 2006, p.133)

Como resultado desta assertiva do capital sobre a educação deriva que também a política educacional deve se subordinar aos interesses da produção, ou melhor, como preferem os empresários, em um discurso visivelmente ideológico, somente assim a educação estará em sintonia com o desenvolvimento econômico, “necessidade do País”, conforme a CNI.

A próxima parte do texto é intitulada “Educação sem qualidade: pouco efeito sobre o crescimento econômico”. O argumento apresentado nesta parte do documento

é que nem todo o investimento quantitativo em educação gera impactos positivos no crescimento econômico do país, pois é preciso, conjuntamente a isso, investir em qualidade da educação. No caso brasileiro isso é verificado pelo fato de termos atingido em 2002, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 94% das matrículas na idade/série correspondentes. No entanto, esta quase universalização da educação básica não trouxe como consequência o aumento da produtividade do capital humano das empresas. Segundo aponta o documento, com base na pesquisa de Rodrigues (2004), entre 1980 e 1999, enquanto o “estoque de capital humano” (somatória entre níveis de escolaridade e tempo de experiência da mão-de-obra) dobrou, o Produto Interno Bruto – PIB, aumentou menos do que 50%, o que, para os empresários, pode ser debitado na conta da má qualidade da educação brasileira. Para ratificar sua posição, a CNI traz para o documento os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, em 2003, em que o país ficou em último lugar em matemática, penúltimo em ciências e antepenúltimo em leitura, entre 41 países avaliados.

O analfabetismo funcional também é um tema tocado pelos empresários, pois atinge tanto alunos da educação básica, conforme constatou o SAEB, quanto à população adulta, que, mesmo tendo frequentado a escola, não se apropriaram desta experiência para seu letramento. Seguindo a sua lógica, ratifica a CNI (2006, p. 135):

Assinar o nome e ler frases muito simples não impactam positivamente a produtividade da economia. O resultado de nosso baixo nível educacional faz com que a grande maioria da população economicamente ativa se veja inabilitada para operar em uma economia moderna, em que as competências de expressão escrita estão intimamente imbricadas com o desempenho profissional, mesmo em ocupações manuais. (grifos do original)

Para os empresários, portanto, as competências relativas ao letramento dos trabalhadores são mais complexas do que a capacidade de ler e escrever simplesmente. Este letramento, do ponto de vista empresarial, deve contemplar as situações pertinentes à produção e, nesta, os cenários produtivos caracterizados pela penetração das tecnologias no ambiente de trabalho.

Em relação à necessidade de investimento na educação, a CNI ressalta que o nível atual é maior do que a média mundial, mas, no entanto, torna-se pouco frente aos desafios educacionais resultantes da dívida do país neste setor. Além desses aspectos, o investimento em educação no país padece de dois problemas

fundamentais, na concepção empresarial: foco na quantidade e privilégio ao ensino superior.

O investimento deve estar voltado para a educação de qualidade – principalmente à educação básica de qualidade. Colocar mais recursos no sistema educacional brasileiro sem alterar substantivamente a destinação desses recursos é o mesmo que premiar a ineficiência e jogar dinheiro fora. (CNI, 2006, p.135, destaque no original)

Aparece nesta citação uma das características mais marcantes das propostas educacionais da burguesia industrial brasileira a partir dos anos de 1990, que é a ênfase na educação básica como foco dos investimentos prioritários para o capital. Inclusive é interessante notar que neste documento os empresários defendem abertamente a ampliação do então Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que estava em tramitação no Congresso Nacional, ampliando os investimentos do fundo para a educação infantil e ensino médio. A distribuição dos recursos deve atender ao mérito de cada escola e dos professores, implicando assim em um investimento com forte carga avaliativa sobre os resultados do trabalho educativo nas escolas e sistemas educacionais. Esta é uma política que, para os empresários, deve ganhar corpo como política de Estado, e não apenas de governo, implicando, portanto, em metas de longo prazo.

Uma das saídas para a crise educacional é o investimento em infra-estrutura física das escolas, que impacta positivamente no desempenho dos estudantes. Estes investimentos podem ser de pequena monta, como a simples limpeza das instalações escolares, até a montagem de laboratórios e bibliotecas escolares, que são ausentes em 73% das escolas brasileiras, mas que, sendo bem utilizada, é uma grande aliada para a qualidade da educação (CNI, 2006).

Outras questões relevantes levantadas pelos empresários referem-se à necessidade de incentivo à participação dos pais na escola, especialmente no que se refere aos investimentos e estratégias educacionais, e, também, à formação dos professores, que, segundo afirma o documento, padecem da precariedade educacional em que foram formados. Esta capacitação dos professores deve ser feita mediante avaliação de desempenho, de modo a premiar os melhores resultados.

Outra parte do documento relativo ao desafio educacional intitula-se “Educação bem distribuída favorece crescimento econômico”. O texto inicia dando o diagnóstico de que a nossa média de escolaridade é baixa, embora tenhamos quadros de bom

nível de formação. A média de escolaridade brasileira é inferior a sete anos, o que somado à baixa qualidade da educação torna o cenário um verdadeiro desastre. Uma das consequências apontadas pelos empresários é que a educação de má qualidade penaliza justamente aqueles que somente têm acesso a este tipo de educação, ou seja, os trabalhadores de baixa renda. “Baixa qualidade da educação exige mais tempo na escola, o que aumenta o custo de oportunidade da educação, desestimulando aqueles com menos recursos.” (CNI, 2006, p. 136).

O investimento em educação, visando à universalização e a qualidade, deve ser definido levando-se em conta a situação específica de cada Estado, dadas as desigualdades regionais brasileiras. A lógica é que nas regiões mais pobres o maior impacto econômico advém dos investimentos em educação básica, enquanto nas regiões mais desenvolvidas, e em que a universalização da educação básica já ocorreu, o maior impacto está nos investimentos em formação, como a pós-graduação.

Na verdade, o discurso empresarial, por este caminho, chega à dura crítica ao investimento na educação superior efetivada no Brasil, o que, segundo a CNI, estaria fora dos parâmetros da nossa realidade. O maior argumento é que este investimento atinge especialmente estudantes de maior renda, reproduzindo a desigualdade educacional e econômica do país. Os empresários pregam mesmo a extinção do sistema público de ensino superior: **“O fim da Educação Superior (ensino universitário) pública gratuita, com o repasse dos recursos poupados para a educação básica, é uma medida de justiça social e eficiência.”** (CNI, 2006, p. 138, destaque no original)⁴⁵. Para democratizar o acesso ao ensino superior, afirma o documento, deve-se, primeiramente, melhorar a educação básica para todos, e criar bolsas para os mais carentes, baseadas em critérios de renda e desempenho. Quanto à qualidade do ensino superior, caso este sistema viesse a ser implementado, afirma a CNI que a própria concorrência entre as instituições se encarregaria de transformá-las em instituições eficientes e com qualidade, atendendo às demandas do mercado.

Como não é o caso deste estudo, não aprofundaremos a discussão em torno da educação superior na concepção dos empresários, o que pode ser aprofundado a partir do estudo de Rodrigues (2007) entre outros. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que as diretrizes propostas pelos empresários não estão longe de direcionar a política de financiamento da educação superior no país, especialmente por conta da

⁴⁵ Esta radical proposição da CNI não entra em contradição com a sua proposição de que a pesquisa universitária deve ser voltada para a produção. Da mesma forma que os empresários reivindicam que são os atores sociais que mais conhecem as demandas da produção, e, por isso, deveriam orientar os projetos educativos das escolas para esse fim, no ensino superior não é diferente. Com universidades privadas, e subsidiadas com fundos públicos, como o BNDES ou editais do Ministério de Ciência e Tecnologia, as pesquisas poderiam ser mais diretamente orgânicas aos interesses do capital.

ênfase no desempenho e qualidade a partir de critérios avaliativos centralizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, do qual faz parte o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que é a avaliação mais ampla da educação superior brasileira. Um dos critérios adotados pelos empresários para este financiamento é, por exemplo, o número de matrículas e concluintes, base da expansão da oferta de ensino superior adotada recentemente pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Mais uma característica da educação superior proposta pelos empresários é a defesa do estreitamento das relações entre IES e empresas, especialmente para a pesquisa em colaboração. Por um lado as pesquisas deveriam voltar-se para o mercado, e, por outro, este retornaria com investimentos nas universidades para este fim específico. Neste sentido é que a CNI destaca, na educação superior, os cursos de Engenharia, que, para além do que é necessário aos demais trabalhadores, “[...]precisam ser capazes de promover profundas transformações em suas habilidades. Para enfrentar as seguidas mudanças tecnológicas, as empresas estão cada vez mais dependentes desses profissionais.” (CNI, 2006, p. 138-139). Tanto é assim que a CNI lançou um programa específico, denominado Inova Engenharia, “[...]que foca nos dois pontos críticos para a Educação Superior e o desenvolvimento tecnológico do País: a formação de engenheiros e a cooperação das empresas com as instituições de pesquisa e Educação Superior.” (CNI, 2006, p. 139).

O próximo item intitula-se Baixo incentivo à educação técnica profissionalizante gera distorção na oferta de capital humano, e visa à discussão da relevância da educação técnica para a economia, levando em conta a proximidade desta modalidade de ensino com as demandas da produção, ou seja, a preocupação dos empresários é que o conhecimento adquirido na escola possa ser efetivamente utilizado na prática, entendendo-se esta prática no sentido pragmatista, com o caráter de utilidade para o capital. E é justamente esta modalidade a mais secundarizada pelos governos ao longo da história educacional brasileira, segundo a CNI.

Outro aspecto é a baixa taxa de matriculados no ensino superior tecnológico ou sequencial, que, segundo o documento, não atinge 10%, o que, mais uma vez, faz deslocar o ensino universitário das demandas do mundo da produção. Os empresários chegam mesmo a culpabilizar o trinômio clássico definidor da universidade brasileira, ensino-pesquisa-extensão, como uma “camisa de força”, dificultando a expansão da oferta destas modalidades de cursos. Na verdade, o documento expressa uma crítica radical à modalidade mais comum de oferta de cursos superiores, ou seja, o bacharelado e a licenciatura de quatro anos. E completa: “Hoje, há um déficit de profissionais qualificados devido a incentivos culturais e econômicos artificiais em

favor do curso superior de quatro anos, o que tem levado um contingente elevado de estudantes para as áreas de ciências humanas e sociais.” (CNI, 2006, p. 139-140)

Este argumento, que beira o preconceito, demonstra a unilateralidade da visão de mundo da burguesia industrial brasileira, focada essencialmente na subordinação da educação aos desígnios do mercado, da produtividade e da inovação, com vistas à manutenção e aprimoramento da acumulação de capital. O problema, portanto, é o direcionamento equivocado de grande número de jovens que preferem cursos das ciências humanas e sociais, tornando-se apartados das demandas deste mercado, e, logo, supérfluos ou prejudiciais em termos de reprodução capitalista. O problema, ainda, é que mesmo assim os governos vêm investindo fortunas nestas escolhas profissionais, causando, para o capital, um retrocesso na capacidade de competir.

O tópico seguinte é o intitulado “A educação precisa tornar-se prioridade efetiva”, que trata da relação entre a relevância social da educação e o efetivo investimento para que esta relevância se concretize. Apesar de tão aceita pela sociedade em geral como fator fundamental, a educação não se encontra nas prioridades efetivas daqueles que a CNI denomina de “principais atores sociais”, a família, os empresários, os governos e os trabalhadores. Aqui é preciso parar para refletir sobre uma questão recorrente, e que, na verdade, surge como uma categoria fundante dos discursos da burguesia industrial, que é o pacto social. Ao enumerar empresários, trabalhadores, famílias e governos sob a mesma rubrica de “principais atores sociais”, coloca-se, ideologicamente, todos estes como igualmente responsáveis pelos encaminhamentos da política educacional, e, especialmente, pelo direcionamento desta política para a formação para o mercado de trabalho, em consonância com as demandas de produtividade advindas da produção.

Na continuidade desta colocação o documento afirma que falta “na sociedade brasileira ações de monitoramento e cobrança” (CNI, 2006, p. 140), ou seja, a responsabilização pela questão educacional é cobrada da sociedade em geral, o que mais uma vez demonstra a vontade de hegemonia do pensamento burguês, que, a partir destes documentos da CNI, e da intervenção desta organização frente ao governo e opinião pública, procura demonstrar a generalidade de suas demandas, como se estas fossem, verdadeiramente, demandas de toda a sociedade.

O foco das prioridades educacionais dos empresários é a educação básica, visando a sua universalização e melhoria da qualidade. Os exemplos de países como o Chile, Irlanda, Espanha e Coréia do Sul são trazidos à baila no documento como modelos a serem seguidos, especialmente por terem alçado a educação a um nível de política pública de Estado, para além das determinações passageiras das vontades de cada governo, como tem se caracterizado as políticas sociais no Brasil.

Interessante notar que o mesmo documento que defende a privatização do ensino superior admite que o mesmo possui, no país, ilhas de excelência, especialmente no nível da pós-graduação, e que, a partir do investimento na educação básica, poder-se-ia ampliar estas ilhas e o acesso à educação superior.

A partir da leitura deste documento algumas categorias ressaltam para a futura análise, categorias estas que se conjugam com as dos documentos anteriores, como a questão do capital humano, que aqui aparece vinculada diretamente com o crescimento econômico do país, propulsora de inovação e impulso tanto para a qualificação do capital humano quanto para a absorção e desenvolvimento das tecnologias da produção; outra categoria presente é a do pacto social, evidenciada pelo caráter generalizador do projeto educativo dos empresários como sendo um projeto de toda a sociedade, inclusive com o viés de igualar a responsabilidade dos grupos sociais e do Estado pelo desenvolvimento da educação; a concepção de educação básica nos marcos da sua universalização e qualidade, subordinadas à necessidade de formação de competências adaptativas para os trabalhadores, assim como para uma atuação proativa, no sentido de que seja qualificado para ampliar a sua atuação para a inovação e desenvolvimento de novas formas de produzir, visando o aumento da produtividade.

O projeto educativo dos empresários aparece nitidamente subordinado às demandas da produção, num ambiente de competitividade extremada, e esta não é uma questão secundária para o entendimento do cenário em que surge este projeto educativo. A partir destas demandas é que se verificaria a qualidade da educação oferecida, ou seja, ela terá tanto mais qualidade quanto possa ser instrumental à produção de mercadorias em escala ampliada e com eficiência.

4.5. A educação para a nova indústria

Educação para a Nova Indústria é o mais recente e o mais importante documento panorâmico da Confederação Nacional da Indústria nos anos 2000, no que se refere ao posicionamento da entidade sobre seu projeto educacional.

Ele é o guia das ações educacionais do SESI, que é a entidade do Sistema Indústria responsável pela educação básica em todo o país, e daí advém a relevância de sua análise para este estudo, pois insere o objeto específico, a educação básica, nas suas mediações macro-estruturais, como parte de uma totalidade correspondente ao pensamento e ação da burguesia industrial brasileira.

O documento em pauta é parte das ações do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que é resultado de um estudo sobre o futuro da indústria brasileira, cujo objetivo é transformar o Brasil em uma economia competitiva. Pretende-se, por meio

deste documento, mapear detalhadamente os objetivos a serem alcançados e os meios para que isso ocorra, pela execução de uma política de geração de empregos e do crescimento sustentável da economia (www.cni.org.br).

O documento está dividido em sete capítulos, sendo que o capítulo 1 é dedicado à explanação do Mapa e os capítulos 2 e 3 são dedicados a uma compreensão mais ampla da sociedade e das mudanças, e a necessária ação dos empresários no âmbito educacional. O capítulo 4 discorre sobre as ações da CNI no âmbito de dois de seus braços, o SENAI⁴⁶ e o Sesi. O capítulo 5 trata da importância da educação básica e profissional para o sistema indústria. O capítulo 6 é voltado para a prospecção de tendências e demandas da indústria por meio do SENAI e do Sesi. O último capítulo dedica-se a um raio-x do SENAI e do Sesi, apresentando todos os programas que cada entidade oferece. Devido ao fato de nos determos no estudo da educação básica, a análise do documento em pauta será realizada apenas nas partes em que toca na ação do Sesi.

O Sesi surgiu em 1946, pelo Decreto nº 9.403, assinado pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, com a estrutura de uma entidade de direito privado, mantida e administrada pela indústria (www.sesi.org.br). A sua missão é “promover a qualidade de vida do trabalhador, estimular a gestão socialmente responsável nas corporações industriais e contribuir para a competitividade e o desenvolvimento sustentável do país.” (CNI, 2007, p.45). A estrutura do Sesi é composta por 27 Departamentos Regionais e um Departamento Nacional e está presente em 2006 municípios brasileiros, empregando cerca de 50 mil profissionais. No ano de 2006 foram matriculados nas escolas do Sesi em todo o país cerca de 1.768.485 alunos.

Os programas desenvolvidos pelo Sesi para a educação básica e continuada são os seguintes: Programa Sesi Educação do Trabalhador; Programa Sesi por um Brasil Alfabetizado; Programa Sesi de Educação Continuada; Atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O primeiro programa objetiva elevar a escolaridade dos trabalhadores da indústria oferecendo educação no nível fundamental e médio, com metodologias adaptadas às diferentes situações. Já passaram pelo Programa mais de cinco milhões de alunos.

⁴⁶ O SENAI nasceu a 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas. Sua missão é a de “Promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira” (www.senai.br). A estrutura do SENAI fundado em 1942, constitui-se de 707 Unidades Operacionais, sendo 42 Centros Nacionais de de Tecnologia; 250 Centros de Educação Profissional, 114 Centros de Treinamento; e 301 Unidades Móveis, distribuídos nos 26 estados brasileiros (CNI, 2007, p.50).

O segundo programa é uma parceria com o Governo Federal para a erradicação do analfabetismo absoluto no país. O documento assinala o atendimento a mais de 900 mil pessoas.

O programa de Educação Continuada do Sesi é, na verdade, uma mediação com a educação profissional, visando à formação de técnicos conforme as necessidades das indústrias em seus diferentes setores. Somente em 2006 foram realizadas 729.788 matrículas.

A educação infantil e fundamental do sistema Sesi tem como meta a formação cidadã dos filhos dos trabalhadores da indústria. Somente em 2006 foram realizadas 211.868 matrículas em 6.576 turmas espalhadas pelo país.

Para não haver dúvidas de que os empresários reunidos na CNI acreditam na educação, o documento inicia com a seguinte passagem esclarecedora, escrita na Apresentação do documento pelo presidente da CNI, Armando de Queiroz Monteiro Neto:

Na concepção da indústria, a educação é um pilar para o desenvolvimento sustentável do Brasil, fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade – visão expressa no **Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015**. (CNI, 2007, p.7) (negrito do original)

Este posicionamento dos empresários será recorrente ao longo do documento, ou seja, a reiteração da relação entre educação e desenvolvimento econômico do país. Tal desenvolvimento depende da capacidade de o país concorrer a altura no cenário internacional, o que, por sua vez, depende da formação massiva de trabalhadores qualificados para a produção industrial. Esta formação, afirma Monteiro Neto, depende de forte investimento em recursos humanos e inovações na área da tecnologia da informação e comunicação, “[...] sintonizada com os novos paradigmas educacionais.” (idem).

O fato marcante assinalado no documento é que a produção industrial no mundo passa por transformações, especificamente na introdução de tecnologias, e o Brasil necessita se colocar competitivamente na disputa por mercados. Nas palavras de Monteiro Neto (CNI, 2007, p.8):

O setor produtivo requer trabalhadores cada vez mais capacitados e qualificados. Disso decorre a necessidade de identificar quais as competências dos perfis profissionais desenhados para atender às novas demandas da indústria. O processo não é estanque, mas de grande sinergia: assim como a educação contribui para o avanço da indústria, esta, por sua vez, retribui provocando mudanças no ambiente educativo.

Está posto, portanto, o posicionamento dos industriais a respeito da relação recíproca entre educação e as exigências da indústria e, por consequência, para a competitividade deste setor. A educação contribui para o desenvolvimento sustentável do país, meta deste programa da CNI.

Outro fator recorrente do documento da CNI é a insistência nas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e na produção, mudanças computadas mesmo como “revolucionárias” (CNI, 1993, p.14). Tal argumento, já analisou Duarte (2000), faz parte do universo ideológico neoliberal e pós-moderno, para o qual uma das características da sociedade é sua constante mobilidade e, como consequência, a difícil apreensão em sua totalidade e movimento. As mudanças, argumenta o documento, são decorrentes de quatro fatores: Novos Perfis Profissionais; Novas Regiões Industriais; Novas Tecnologias; Aceleração do ritmo de crescimento.

Quanto aos novos perfis profissionais, os industriais defendem que as mudanças tendem à incorporação de quadros na indústria com maior escolaridade, em especial de nível médio, superior e tecnólogos. Mas, reconhece o documento, ao contrário do que é desejado como perfil para o futuro da indústria competitiva, a realidade brasileira não corresponde a este perfil, pois grande parte da mão-de-obra na indústria não possui sequer o ensino fundamental. Segundo o documento:

Hoje, do total de 7,8 milhões de trabalhadores na indústria, 4,8 milhões – 61% – não têm a educação básica completa, sendo que 2,4 milhões não completaram o ensino fundamental (dados da RAIS 2005). (CNI, 2007, p. 13)

Esta baixa formação escolar dos trabalhadores da indústria brasileira, na concepção da CNI, se constitui em um entrave para o desenvolvimento do país e para a competitividade da indústria. Ocorre aqui o mesmo movimento típico da luta hegemônica, ou seja, as preocupações da burguesia se transformam nas preocupações de toda a sociedade, e, portanto, o entrave à competitividade da indústria vira, no discurso e no senso comum, um entrave ao país como um todo, um problema para toda a sociedade.

Claro está que a baixa competitividade da indústria brasileira não se deve a este fator, ou pelo menos não tem nele seu principal motivo. Este discurso camufla a dinâmica histórica do país, da sua formação autoritária, baseada no trabalho escravo e na agricultura de exportação. Esconde, ademais, que este país nunca investiu, de forma coerente, na formação cultural e educacional de seu povo, e que, ao contrário, a ignorância serviu de motor de exploração desta classe. Sendo assim, esta é uma

estratégia de culpabilizar aqueles que sempre foram as vítimas do processo sócio-histórico, e que sempre foram marginalizados, os trabalhadores.

As novas técnicas de produção estão expostas neste documento (CNI, 2007, p.14): automação industrial (*Computer Aided Design / Computer Aided Manufacturing* CAD/CAM –; Controlador Lógico Programável – CLP); sistema de manufatura integrada (*Computer Integrated Manufacturing* – CIM; Sistema Digital de Controle Distribuído – SDCD). Constata-se que as análises do cenário contemporâneo têm razão empírica em afirmar a centralidade da base microeletrônica da produção na acumulação flexível (HARVEY, 2002).

Da mesma forma os padrões de gestão estão articulados com o universo do chamado “toyotismo” (GOUNET, 1999; OLIVEIRA, E., 2004): qualidade total; segurança no trabalho; economia de tempo e de materiais; Gestão Ambiental e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além de uma maior preocupação das empresas em oferecerem treinamento e capacitação, o que, de certa forma, explica a tendência à centralidade da educação básica como paradigma formativo. Ainda segundo o documento da CNI (2002, p.14): “A educação básica é condição para o desenvolvimento das competências profissionais e para o aprendizado continuado”. Caberia, portanto, à escola formar com qualidade na educação básica e ao trabalhador se adaptar a cada estratégia formativa das empresas em que venham a trabalhar, seguindo, de forma flexível, a orientação particular de cada uma de forma competente e produtiva.

Mais um item que interessa a esta tese é o que se refere às novas tecnologias. Mais uma vez os industriais explicitam a relação de subordinação da escola às demandas produtivas, colocada discursivamente como uma necessidade premente da sociedade, ou seja, a adequação da escola às novas tecnologias, como no trecho a seguir:

A demanda por recursos humanos mais qualificados nas empresas tem impacto sobre o conteúdo da formação dos novos profissionais e requer a modernização da infra-estrutura tecnológica das escolas e dos seus laboratórios. Exige-se educação continuada – ou aprendizagem ao longo da vida – em ambiente cada vez mais flexível, no formato e nos conteúdos.

A tendência internacional é, inicialmente, priorizar os cursos de formação generalista, para, em seguida e no âmbito da empresa, se fazer o aprofundamento da especialização, de acordo com as exigências dos novos padrões tecnológicos. (CNI, 2007, p. 16)

Ressalte-se a transparência da posição assumida. Os próprios industriais dão a receita para o sucesso do sistema educacional: uma educação generalista. Entendida, porém, não com o caráter que lhe dá o marxismo, mas, ao contrário, na forma de um

projeto esvaziado de conteúdos, do mesmo modo como enxergam as análises críticas dos autores que apontam para a centralidade de uma pedagogia subjetivista, baseada nos princípios do “aprender a aprender”, como é o caso, por exemplo, do construtivismo e da pedagogia das competências (DUARTE, 2000; RAMOS, 2001a; 2001b; SILVA, 2007).

Outra questão importante a ser retirada do excerto é que realmente a tendência à especialização nas empresas vem se colocando como paradigma para a competitividade das organizações, que necessitam sempre atualizar seus quadros nas tecnologias que vão incorporando na produção, para que a sua mão-de-obra não esteja aquém do desafio concorrencial de âmbito global.

Deste paradigma da especialização nas empresas deriva um projeto de educação pública generalista, básica, que, como já foi comentado acima, possibilite a flexibilidade do trabalhador para que este possa “aprender a aprender” por toda a vida produtiva.

De acordo com este projeto educativo, torna-se descabida a formação proporcionada pela chamada “escola tradicional”, baseada nos conteúdos historicamente acumulados e sem vínculo pragmático com a produção, e também é descabida uma formação profissional que especializa o trabalhador em uma base técnica eletromecânica, e para uma gestão da produção fordista. Ambas, formação básica e profissional, devem atender aos quesitos de generalidade, e a qualidade de ambas pode ser verificada na capacidade de o trabalhador se adequar às especificidades de cada empresa.

Em resumo, afirma o documento que as bases para uma formação competente para as novas tecnologias leve em conta os seguintes itens (CNI, 2007, p.16): modernização das escolas; novos conteúdos de formação; educação à distância; aprendizagem flexível; educação empreendedora; educação na empresa. Quanto aos dois primeiros itens o documento é vago, porém, se levarmos em conta o que foi dito na citação anterior, a modernização da escola e os novos conteúdos direcionam-se para atender de qualquer maneira a uma formação generalista, portanto, a modernização e os conteúdos devem levar a este objetivo. Já a aprendizagem flexível está coerente com a premissa da generalidade da educação, posto que em um formato como este não é exigido do educando um esforço por internalizar conteúdos, mas sim de formas de “aprender a aprender”, numa relação subjetiva com o conhecimento. Para atender a tal cenário de flexibilidade e generalidade, a educação a

distância cai como uma luva para os desígnios da burguesia industrial, e vem sendo objeto privilegiado da política educacional contemporânea⁴⁷.

Para dar resposta aos desafios colocados ao capital neste cenário contemporâneo de acirrada competitividade internacional pautada pela introdução de novas tecnologias e de gestão da produção, os empresários propõem o Programa Educação para a Nova Indústria. Os principais elementos deste Programa são assim resumidos: expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria; modernização, otimização e adequação da infra-estrutura física das escolas e laboratórios; flexibilização no formato e metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria; capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais. (CNI, 2007, p. 19).

O programa da CNI tem grande ambição em termos de abrangência e resultados: pretende atingir 16,2 milhões de matrículas no Sistema SESI e SENAI no período de 2007-2010, sendo 7,1 milhões no SESI (educação básica e continuada) e 9,1 milhões no SENAI (educação profissional). No caso específico das matrículas na educação básica de crianças e jovens é de 848 mil matrículas.

O orçamento mobilizado para o Programa Educação para a Nova Indústria também é vultoso e demonstra a necessidade e vontade dos industriais para o incremento da educação dos trabalhadores da indústria brasileira por meio do Sistema CNI: serão R\$10.450 bilhões no período de 2007 a 2010.

Todas as ações acima previstas levam a um único objetivo geral, que é o atendimento, desde a educação básica, às demandas da indústria, o que exige desde a mudança na estrutura física das escolas, ou sua otimização, até a sua adequação aos novos cenários da indústria, na era da informação e da microeletrônica, além da flexibilidade para atender à produção de maneira rápida e eficiente – o que de modo algum é alcançado normalmente pelo sistema oficial de ensino brasileiro – terminando pela formação daqueles que estarão à frente desta formação, os docentes, técnicos e gestores.

O capítulo quatro, denominado Propostas de Ação, é o que trata mais de perto da questão da educação básica brasileira e sobre a proposta dos empresários sobre o tema. Até este momento os industriais mostraram os problemas a serem superados, e,

⁴⁷ Para esta constatação basta conhecer o crescimento do projeto da Universidade Aberta do Brasil – UAB, cujo objetivo é a formação de professores para a educação básica e administradores por meio da educação à distância. A UAB foi criada em 2005, visando interiorizar a oferta de ensino superior gratuito. Segundo o site do MEC, existem 742 pólos espalhados pelo país, que oferecem 576 cursos. (Fonte: <http://uab.capes.gov.br/>. Acesso em 8 abr. 2009). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, divulgados pela FolhaOnline em 19/12/2007, o senso da educação superior de 2007 aponta que a educação à distância no país cresceu 571% (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u356583.shtml>. Acesso em 08 abr. 2009).

agora, passam a propor soluções que se engajem às necessidades de continuidade e aperfeiçoamento da acumulação capitalista.

É aqui que fica clara a designação do SESI como a instituição responsável pelas ações em educação básica e continuada (CNI, 2007, p. 21). O principal argumento em relação à educação em toda a extensão do documento é o retirado da Teoria do Capital Humano, que se consagrou desde a década de 1960 como uma das principais teorias a resgatar a relação entre educação e desenvolvimento econômico. Isso fica claro no trecho a seguir:

O capital humano nas organizações, considerado na sociedade do conhecimento como o principal ativo das empresas, é formado pelo conjunto de habilidades que as pessoas detêm, adquiridas por meio de processos educativos, treinamento ou da experiência. As chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condição para o desenvolvimento das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida. Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria. A indústria competitiva depende de força de trabalho capacitada, o que implica melhorar os índices de escolaridade do trabalhador e garantir aos seus filhos educação de qualidade. O programa Educação para a Nova Indústria compreende todos esses temas (CNI, 2007, p. 21).

Este excerto é esclarecedor sobre vários aspectos. Em primeiro lugar porque novamente evidencia a adesão da CNI à teoria do capital humano, o qual é citado literalmente, e ainda com a ênfase de serem os trabalhadores o “principal ativo das empresas”, o que significa a necessidade de que este trabalhador como “ativo” precisa ser bem preparado para o exigente mercado internacional, extremamente competitivo. Quanto melhor preparados os trabalhadores da empresa, melhor esta se coloca na competição do mercado. Esta preparação, portanto, depende da qualidade da educação a que se sujeitam os trabalhadores.

Em segundo lugar expressa também o papel que a educação básica cumpre no tocante à formação de trabalhadores produtivos para o país, ou seja, a formação das chamadas competências básicas, que, por sua vez, possibilitam a continuidade do aprendizado dos trabalhadores, e abre o caminho para o desenvolvimento de novas competências demandadas pela indústria, seguindo o caminho já visto da necessária flexibilidade dos trabalhadores. Importante ressaltar que a todo o momento o discurso empresarial para a formação dos trabalhadores enfatiza a necessidade do aprendizado ao longo da vida, clássica receita presente nos documentos da UNESCO, desde a Declaração de Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, em 1990, passando pelo Relatório Delors (1998).

Para colocar em marcha os objetivos relativos à educação básica e continuada o Programa propõe dois objetivos:

O primeiro consiste na melhoria das condições técnico-pedagógicas, que compreende a ampliação do tempo de permanência de crianças e jovens na escola, a aquisição de recursos paradidáticos e a formação do educador. O segundo está voltado para a expansão da oferta de educação básica e continuada, com prioridade para o trabalhador da indústria. Estão também previstas ações com vistas à melhoria da educação básica do País. (CNI, 2007, p. 22)

O primeiro objetivo preocupa-se com as mudanças no campo técnico-pedagógico para adequar a educação oferecida no Sistema CNI aos novos paradigmas educacionais. Quanto à expansão da educação básica e continuada a meta para o período de 2007 a 2010 é realizar 7.154.000 matrículas, assim distribuídas: 848.000 na Educação Básica de Crianças e Jovens; 2.306.000 na modalidade de Educação Básica de Jovens e Adultos; e 4.000.000 na modalidade de Educação Continuada.

Por estes números percebe-se a necessidade premente da escolarização básica dos trabalhadores da indústria, dada a realidade anteriormente descrita da baixa escolaridade e, conseqüentemente, da baixa capacidade que tem os trabalhadores para trabalhar de forma produtiva nos termos colocados pela acirrada disputa intercapitalista na qual se envolve a burguesia industrial brasileira no cenário internacional. O Sistema CNI oferece a maior parte das matrículas na Educação Continuada, em parceria com as empresas para atender a exigências específicas da produção nos diversos setores que formam o Sistema CNI, ou como parte do Treinamento e Qualificação destas empresas, as quais se valem do aparato técnico oferecido pela CNI para sua realização.

Outra linha de ação proposta pelos industriais é a chamada Escola de Tempo Integral que, segundo o documento:

Visa melhorar a qualidade da educação, ampliando o tempo de permanência nas escolas do SESI de crianças e jovens da educação básica, articulando as ações de ensino-aprendizagem com ações de cultura, esporte e lazer e, no que concerne ao nível médio, com a educação profissional.

A escola de tempo integral atualiza o conceito de currículo, possibilitando ao aluno adquirir hábitos de vida saudável, ampliar o capital cultural, incentivar a leitura, conhecer novos idiomas, participar de processos de inclusão digital e de formação profissional. (CNI, 2007, p. 22)

Nesta proposta dos industriais para a educação integral no Sistema CNI apreende-se como os industriais encaram a formação educativa no nível básico, muito focado na ampliação do capital cultural geral, ou seja, na cultura, esporte, lazer, que são os fundamentos da ação do SESI desde a sua fundação. No nível médio o SESI tem como projeto a relação da educação básica e a formação profissional, para preparar, ainda que básica e genericamente, os futuros trabalhadores da indústria.

Na segunda parte da citação constata-se claramente a linha do projeto do SESI de educação do corpo e da mente, pelo lazer, esporte, cultura, hábitos de vida saudável etc. Este é o cenário em que se materializa o projeto de educação generalista já afirmado como objetivo educacional no Sistema CNI, uma educação voltada, pelo exposto acima, muito mais à aquisição de capital cultural em geral.

A meta do Sistema CNI até 2010 é que 40% das matrículas da Educação Básica sejam em período integral. Para o Ensino Médio a meta é ampliar as matrículas neste mesmo período em 93%, atingindo um total de 17.000 alunos, sendo que 75% das vagas serão oferecidas em articulação com a Educação Profissional.

Outra ação dos industriais para a educação básica é a necessidade de elevação da escolaridade da mão-de-obra da indústria. Mais de um milhão de trabalhadores da indústria brasileira, de acordo com os dados do documento da CNI são analfabetos ou possuem menos de oito anos de escolaridade. Cerca de 690 mil trabalhadores da indústria ainda não terminaram o ensino médio. São estes os desafios dos industriais para a superação do que chamam de “atraso” brasileiro em relação à obsolescência da formação dos trabalhadores, desqualificada para os desafios da produção e competitividade.

Conforme foi destacado anteriormente, os industriais acreditam na educação básica como o alicerce para a continuidade dos estudos e do aprimoramento dos conhecimentos. Desta forma, o forte investimento em educação básica tem razão de ser pela necessidade de flexibilidade da mão-de-obra na indústria com a implementação da base microeletrônica.

As metas para a elevação da escolaridade são as seguintes:

- Promover a conclusão do ensino fundamental de 40% da força de trabalho da indústria, que hoje é analfabeta ou tem menos de oito anos de escolaridade (1,02 milhões de trabalhadores).
- Promover a conclusão do ensino médio de 30% da demanda por esse nível de formação (690 mil trabalhadores). Para 50% dos trabalhadores da indústria atendidos pelo programa (850 mil alunos), serão oferecidos currículos articulados, voltados para o desenvolvimento de competências básicas e específicas do mundo do trabalho.

- Conclusão da educação básica de 600 mil jovens e adultos dependentes do trabalhador e comunidade. (CNI, 2007, p. 23)

O documento assinala que o cumprimento das metas acima expostas necessita de parcerias com o setor produtivo a fim de desenvolver currículos contextualizados com as necessidades deste setor, relacionadas com a educação básica e profissional. Significa que há neste projeto dos industriais para a educação básica uma subordinação em relação às demandas do setor produtivo industrial, e é deste que devem derivar os conteúdos curriculares para uma formação adaptada às necessidades da competitividade da indústria nacional.

Com relação à Educação Continuada, o projeto dos industriais incorpora o *slogan* “educação ao longo da vida”, o que se constitui na necessidade que o mercado apresenta ao trabalhador para que este atualize seu cabedal de conhecimentos em relação às tecnologias da produção, com relação à carreira e profissão, de modo que possa se colocar de forma a garantir sua “empregabilidade ao longo da vida”, tal como está presente no documento da CNI de 1993.

Abaixo estão relacionados o conceito e os conteúdos da Educação Continuada no SESI:

A educação continuada é um processo permanente de aprendizado e de incorporação de conhecimentos gerados pelo progresso científico e tecnológico, propiciando o desenvolvimento pessoal e profissional.

A educação ao longo da vida aplica-se a todos, a qualquer tempo e com motivações e objetivos os mais diversos: para ampliar ou aperfeiçoar conhecimentos; para aperfeiçoar a formação profissional; para dar resposta ao senso ético e estético; para desenvolver competências relacionadas à vida familiar e pessoal.

O programa tem, pois, como objetivo prover conhecimentos alinhados às necessidades da indústria com conteúdos típicos da Rede SESI de Educação (competências básicas, empreendedorismo, responsabilidade social, sustentabilidade ambiental, ética, inovação, educação alimentar, inclusão digital). (CNI, 2007, p. 23)

Apreende-se no último parágrafo que a Educação Continuada a ser desenvolvida no âmbito do SESI relaciona-se com a natureza desta entidade pertencente ao Sistema CNI, ou seja, com conteúdos genéricos, vinculados à educação e competências básicas, e ao empreendedorismo e outras de caráter subjetivo ou pessoal. Este projeto de Educação Continuada está em consonância com os objetivos do SESI de oferecer bem-estar aos trabalhadores, e educação básica para estes e seus filhos.

O Programa também se preocupa com a formação dos professores que atuam no Sistema CNI. Por meio do Programa de Formação dos Educadores, pretende-se oferecer 890 bolsas para a conclusão do ensino superior para professores e gestores; 700 bolsas para pós-graduação; e proporcionar 60 horas de formação continuada para todos os profissionais do SESI.

Outro tópico da linha de ação dos industriais para o projeto educacional se relaciona à infra-estrutura e aos recursos didáticos. No interior deste tópico o documento identifica três projetos: Inclusão Digital para Todos; Ciências na Escola; e Enriquecimento do Capital Cultural dos Alunos.

O primeiro projeto, de inclusão digital, surge, segundo o documento, da necessidade posta pela “sociedade do conhecimento”.

O conceito de inclusão digital emerge na sociedade do conhecimento como estratégia que possibilita às pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação, visto como condição para a inserção social e a competitividade das empresas e do País. (CNI, 2007, p.25)

Em primeiro lugar é importante identificar neste pequeno trecho a vinculação do pensamento educacional e social dos industriais com o ideário social que pleiteia que já não vivemos em uma sociedade de classes, e que passa a destacar a centralidade desta sociedade como sendo uma sociedade do conhecimento. Portanto, numa sociedade como esta, vista desta maneira, as diferenças existentes não se referem exatamente à classe social a que se pertence, mas sim pela posse ou não de conhecimento; pela possibilidade ou não de acesso a este conhecimento; pelo uso que se faz, ou se deixa de fazer, deste conhecimento, entendido como fundamental para o sucesso individual na sociedade.

Com base neste fundamento ideológico da sociedade do conhecimento⁴⁸, as ações empresariais de inclusão digital destinam-se a possibilitar para as pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação, pois se entende que o acesso à internet possibilita o acesso à informação, e que este acesso pode possibilitar a ascensão social dos trabalhadores.

Os industriais vão além e colocam como condição para a inserção social o acesso às tecnologias da informação e comunicação, numa clara alusão de que esta inserção ocorre pela via do acesso à tecnologia.

⁴⁸ Afirmamos ser ideológica esta posição que defende a centralidade do conhecimento como caracterizador da sociedade, pois claramente esta é ainda uma sociedade de classes, cuja centralidade está na produção material da vida social, que é realizada segundo os princípios da propriedade privada. A caracterização de “sociedade da informação” retira do centro do debate as lutas reais que nela ocorrem, e que são lutas de classes.

Mas no final do texto evidencia-se nitidamente o real objetivo dos industriais, ou seja, que ter uma população minimamente educada, com acesso à informação e às tecnologias, que tenha posse de conhecimentos mínimos para lidar com este suporte, é uma condição *sine qua non* para o país promover-se competitivamente no cenário internacional. Resume-se a isso a preocupação dos industriais, nada mais.

No nível do discurso percebe-se que o texto se constrói com os argumentos numa linearidade, para, no final, ajuizar aquilo que realmente é o fulcro da mensagem: uma população com acesso às tecnologias da informação e comunicação faz parte do aporte de capital humano necessário para a competitividade da indústria.

O objetivo do projeto Inclusão Digital para todos é assim expresso:

O Programa de Inclusão Digital para Todos tem como objetivo facilitar o acesso aos meios de comunicação e o desenvolvimento de competências para o uso da tecnologia de informação para alunos e professores da Rede SESI de Educação. Propõe-se atuar no desenvolvimento de comunidades por meio das unidades SESI Indústria do Conhecimento. (CNI, 2007, p. 25)

As competências para o uso da tecnologia da informação pelos alunos garantiriam, no futuro, uma massa de trabalhadores aptos a, minimamente, utilizar estes meios com competência, algo necessário devido à mediação microeletrônica da produção industrial. No entanto, nas metas do programa constam apenas a aquisição de computadores tipo PC e laptop para escolas e professores da rede SESI, o que reduz esta formação ao acesso a programas de computadores ou à internet, reduzindo as possibilidades que a tecnologia da informação possui atualmente.

O projeto Ciências na Escola visa à instalação de 510 laboratórios de ciências nas escolas da rede SESI, objetivando melhorar a qualidade na educação básica pelo acesso dos alunos a práticas científicas, procurando com isso desenvolver competências na apropriação dos conhecimentos da física, química e biologia.

O terceiro projeto, o Enriquecimento do Capital Cultural dos Alunos, parte do pressuposto já clássico desde as pesquisas realizadas por Pierre Bourdieu na França, nos anos 60 (BOURDIEU, 1992), de que a aquisição de capital cultural pelos alunos é diretamente proporcional ao sucesso destes na aprendizagem. Como já foi dito, grande parte dos trabalhadores da indústria brasileira possui baixa escolaridade, o que pressupõe que também possuam pouco capital cultural.

O objetivo deste projeto é desenvolver as competências lingüísticas dos alunos e sua visão de mundo, utilizando-se para isso de livros didáticos, jornais, revistas, cinema, teatro e museus. Fazem parte das metas deste projeto a atualização de 234 bibliotecas e salas de leitura; organização de quatro mil “minibibliotecas” nas

empresas; e vinte mil assinaturas de jornais e revistas para as unidades escolares e outras do SESI.

A quarta linha de ação dos empresários relaciona-se com a Inovação, dentro da qual se inserem três projetos: Sesi Indústria do Conhecimento, Prêmio Sesi Qualidade da Educação e Consultoria para Educação de Qualidade.

O primeiro projeto constitui-se pela parceria com os Ministérios da Educação e Comunicações, além das parcerias locais com as prefeituras e empresas. Refere-se à construção de unidades multimeios com computadores, Gibiteca, Biblioteca e DVDteca. O argumento em favor do projeto é apresentado a seguir:

Na sociedade do conhecimento, a produção industrial pode ser associada a um conjunto de subsetores nos quais se destacam a indústria da informação, composta por jornais, editoras, agências de notícias, produtores de *hardware* e *software*; a indústria do conhecimento que envolve escolas, bibliotecas; a indústria das artes, na qual atuam empresas de cinema, vídeo e gravadoras; e a indústria da ética relacionada a igrejas e associações profissionais. (CNI, 2007, p. 27)

Após isso o documento afirma o objetivo do projeto, que é proporcionar o acesso às informações em comunidades carentes, de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Juntando-se os argumentos do excerto acima e dos objetivos, patenteia-se a intenção nada escondida que têm os empresários sobre a formação de consumidores das diversas indústrias da “sociedade do conhecimento”, ou seja, outra forma de produzir consumidores. Isso porque os empresários procuram transformar todas as atividades em atividades lucrativas, típicas da indústria. Mas também é interessante notar que, na prática, o projeto Sesi Indústria do Conhecimento, pretende apenas construir unidades multimeios, e nas metas somente estão listados a aquisição de computadores e livros, o que, de fato, é coerente com o objetivo da CNI, proposto desde o documento de 1993, que é garantir competências básicas aos trabalhadores, o que pode ser alcançado por projetos de inserção no mundo da informática em unidades como as descritas neste projeto.

O Prêmio Sesi Qualidade da Educação é uma parceria da CNI com a UNESCO, Movimento Todos pela Educação e apoio do Ministério da Educação, e premia as melhores escolas da educação básica no país. Há, pois, um movimento de generalização do modelo proposto pelos industriais para toda a educação básica do país, para além da rede SESI. O reforço das parcerias neste projeto sem dúvida constitui-se na luta hegemônica pelo projeto de educação básica no país.

O terceiro projeto demonstra a vontade da burguesia industrial de penetrar na educação básica pública e ali inserir seu modelo de “qualidade”.

Enquanto que o Prêmio SESI Qualidade da Educação induz processo de avaliação, identifica e reconhece boas práticas, a **Consultoria para Educação de Qualidade** apóia processos de melhoria, qualificando gestores e promovendo o intercâmbio de experiências. O Programa tem como objetivo assessorar escolas e redes de ensino estaduais e municipais, para a elaboração de planos de melhoria. (CNI, 2007, p.28)

As consultorias, tão aclamadas no movimento da Qualidade Total na Educação, iniciada em Minas Gerais justamente quando lá a Secretaria Estadual de Educação estava sob o comando de um industrial, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, Valfrido dos Mares Guia, objetivam transformar a escola pública em empresa, e assim modificar seu projeto de formação humana para um projeto mais pragmático de formação de trabalhadores para a indústria, utilizando-se do artifício de que a escola estaria funcionando adequadamente em relação às necessidades reais da sociedade brasileira.

No entanto estas não se referem senão a uma classe específica, a burguesia industrial, e este movimento é mais uma tarefa ideológica de transformar em generalidade o que é especificidade, ou seja, de transformar em demanda social o que é demanda de uma classe.

O quinto capítulo do documento Educação para a Nova Indústria intitula-se A importância da educação básica para o Sistema Indústria. Aqui, de maneira geral, os industriais constroem rapidamente os argumentos em favor da sua atuação na educação básica, visando à formação do capital humano para a indústria. Neste sentido afirma o documento: “A formação de recursos humanos capazes de sustentar o progresso da indústria foi a razão que levou os próprios industriais a investir de forma maciça na formação de capital humano. (CNI, 2007, p. 37).

O documento faz uma breve retomada da ação de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen ao criarem o SENAI, em 1942, e o SESI, em 1946. E é justamente na argumentação sobre a criação do SESI que toma materialidade a análise gramsciana do Americanismo e Fordismo (GRAMSCI, 1988), ou seja, de que a formação dos trabalhadores vai além da formação técnica, mas abrange toda a vida do trabalhador, como fica explícito abaixo.

Formar capital humano significa não apenas preparar as pessoas nas respectivas profissões, mas também investir na formação de hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho, à vida comunitária e ao regime democrático. (CNI, 2007, p.37)

Ao trabalhador não basta a formação técnica, mas é preciso que se criem hábitos saudáveis e favoráveis ao trabalho, à comunidade e à democracia, o que nos remete à necessidade de controle social do trabalhador pela burguesia, que no período de constituição do SESI atendia à necessidade da própria constituição do proletariado industrial brasileiro. No entanto esta demanda de controle nunca será saciada pelo capital, e os mecanismos de controle estão em constante aperfeiçoamento, como é fácil verificar pelo investimento maciço em educação pela CNI, por exemplo.

A formação dos quadros para a indústria, constatam os empresários, é uma necessidade premente para o desenvolvimento do país, e não pode ficar à mercê das pressões políticas e as conseqüentes descontinuidades que tanto caracterizam nossa vida política nacional. É por isso que os industriais devem tomar para si a formação de seus recursos humanos, pois esta formação necessita de foco. No entanto, a contradição é que não é possível aos industriais a formação de toda a sua mão-de-obra, e, portanto, dependem da escola pública para isso, o que faz entender a necessidade de interferir também nesta esfera, e não somente na rede SESI-SENAI.

O atraso do Brasil na formação dos recursos humanos se constitui num entrave para a inserção competitiva da burguesia industrial brasileira no cenário mundial, altamente competitivo. As diferenças educacionais entre o Brasil e países desenvolvidos, ou mesmo outros do mesmo nível é gritante, e, segundo o documento, interfere definitivamente na posição ocupada pelo país no que chamam da sociedade do conhecimento, que determina a forma da produção contemporânea da indústria no mundo.

Outra preocupação dos industriais é que “o país” não consiga superar o atraso econômico, superação esta que depende da existência de recursos humanos qualificados no país. Volta-se, aqui, à argumentação de que o capital humano é o bem mais precioso das empresas e do país e, portanto, exige uma atenção especial para a sua formação básica, que é um processo demorado e complexo (CNI, 2007, p.38). Mais uma vez culpabiliza-se os trabalhadores pelo atraso do país, desconsiderando outros fatores que determinaram e determinam esta situação.

O documento dialoga com os próprios industriais em favor da contribuição compulsória destes para a manutenção do Sistema CNI, que, desta forma, pode garantir para as empresas a formação e qualificação que estas, isoladamente, não poderiam alcançar. Este é o modelo adotado em diversos países europeus, inclusive a Alemanha, e tem demonstrado sucesso. A contribuição compulsória dos industriais para a CNI fortalece suas ações e lhes garante a continuidade inexistente no sistema público, por conta das pressões políticas. Deste modo a contribuição compulsória é

ideal para a formação básica na rede SESI, enquanto a formação profissional é majoritariamente oferecida nas empresas, com o apoio do SENAI. Em resumo:

Por isso, não basta ser compulsório. O financiamento precisa contar com a participação ativa dos empresários. Esse sistema é complementar à rede pública para a capacitação profissional, com a vantagem de possuir maior velocidade de ajuste às mudanças, em função de retratar a cultura da indústria. Com mais agilidade e com melhores canais para troca de informações, a gestão empresarial consegue manter o *timing* do sucesso. (CNI, 207, p.39) (negrito do original)

Está exposto neste excerto o fulcro da ação industrial na formação dos recursos humanos para a indústria, ou seja, a flexibilidade para o atendimento das necessidades da produção e competitividade internacionais, algo atualmente inconcebível no sistema público de educação. Explicita-se que a formação básica e profissional na rede SESI-SENAI subordina-se às necessidades de manutenção e desenvolvimento do lucro capitalista, que se transforma ideologicamente em necessidade de toda sociedade.

É necessário comentar que ao mesmo tempo em que criticam o sistema público pela defasagem na formação dos trabalhadores, os industriais também vêm agindo para generalizar o modelo do sistema SESI-SENAI para a educação pública, por meio das consultorias ou do movimento da qualidade total.

A partir da leitura deste importante documento da CNI, a categoria que mais se destaca é a concepção de educação básica para os empresários e a sua relação estreita com a produtividade, sob o viés da Teoria do Capital Humano. Retorna-se, neste documento, à relação entre a formação em nível básico e a formação de competências para a empregabilidade e para o empreendedorismo.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA CNI

5.1. O cenário macrossocial em que se situa a proposta educacional da CNI

Após explicitarmos as principais categorias presentes no projeto de educação básica da CNI, ou seja, de cumprirmos um primeiro passo metodológico de análise e abstração do empírico, partimos agora para uma segunda etapa metodológica, em um esforço de construção de categorias ainda mais amplas, que não se referem aos documentos da CNI, mas sim do cenário macrossocial em que se encontra o projeto de educação básica desta entidade. Afinal de contas, não podemos compreendê-lo como um projeto isolado, primeiro, das concepções gerais dos empresários industriais, e, em segundo lugar, das determinações sociais em que estes atores sociais se encontram, ou seja, as determinações econômicas em âmbito nacional e internacional.

Deste modo, este capítulo buscará, em primeiro lugar, trazer à tona um panorama mais amplo do cenário capitalista contemporâneo, tendo como fundamento as discussões em torno do neoliberalismo, não como ponto de chegada explicativo, mas sim como mediador para a compreensão da proposta educacional dos empresários. Entendemos que, de fato, há um vínculo direto entre o neoliberalismo, seus princípios e práticas, e uma educação baseada nas categorias apreendidas nos documentos, conforme já exposto anteriormente. Tal proposta, do ponto de vista aqui defendido, contempla o enviesamento individualista para o qual a ideologia neoliberal aponta de forma clara.

Num segundo momento procuramos trazer à tona os limites reais da consecução das propostas educacionais presentes no discurso empresarial, procurando evidenciar a contradição do discurso que afirma a inclusão de todos por meio da educação, prometendo, a partir da “sedução” ressignificada da Teoria do Capital Humano, que o investimento em educação, seja no âmbito individual, familiar ou do país, traria a melhoria da qualidade de vida de todos, por meio do aumento da produtividade, que, conseqüentemente, geraria um maior acúmulo, e, logo, melhor redistribuição da renda.

Para fazer isso será realizada a crítica ao posicionamento dos empresários em favor das reformas, especialmente, da reforma trabalhista, a qual, como já se evidenciou a partir dos anos de 1990 com as micro-reformas empreendidas ao longo dos governos de FHC, trouxeram para a classe trabalhadora nada mais que maior insegurança, instabilidade e precarização no trabalho.

Uma terceira parte discutirá especificamente a categoria de “Pacto Social” presente nos documentos da CNI, tendo em vista que é esta a categoria que fundamenta a busca pela hegemonia da burguesia industrial por meio, entre outras, de

suas propostas de educação básica para o país. A questão da hegemonia, por sua vez, será tratada na última parte deste capítulo, retomando o conceito gramsciano e procurando sintetizar, a partir dela, como a proposta de educação básica da CNI faz parte da luta constantemente travada na sociedade pela manutenção do poder pela classe dominante.

Sendo este o capítulo final da tese, espera-se, nele, ter alcançado uma explicação razoável para a tese colocada no início deste texto, a qual se retoma agora: no contexto da globalização e diante da crise gerada pelo acirramento da concorrência entre capitais, a burguesia industrial brasileira se vê obrigada a produzir recursos que garantam suas condições de competitividade no mercado mundial, em especial o desenvolvimento técnico-científico de seu parque produtivo, bem como compatível formação de quadros de trabalhadores. Daí o interesse da CNI em assumir diretamente para si, mais explicitamente, o controle da educação, redirecionando-a para seus novos interesses, construindo, para isso, uma proposta pedagógica que se imponha hegemonicamente ao conjunto da sociedade. No entanto, a proposta da CNI, nos anos 2000, representa uma continuidade do processo histórico de formação alienada e subordinada da classe trabalhadora aos interesses do capital, adaptada ao período atual de crise concorrencial. Ressalva-se, neste quadro, as novidades impostas à educação pela especificidade da articulação entre formação dos trabalhadores e desenvolvimento científico-tecnológico, o que se apreende pelo esvaziamento da formação geral e profissional pelas pedagogias subjetivistas. Estas, por sua vez, expressam-se nos documentos da CNI especialmente por meio das categorias de empreendedorismo, empregabilidade, capital humano, saber ser e polivalência.

5.1.1. O neoliberalismo como categoria sintetizadora do capitalismo contemporâneo

As discussões mais recentes acerca do tema neoliberalismo fundamentam-se, em grande parte, no clássico texto de Perry Anderson, denominado *Um balanço do neoliberalismo* (ANDERSON, 2003). Pretendemos também retomar as principais ideias deste autor, formulando, com elas, um panorama mundial do neoliberalismo, desde seu marco fundador até as principais estratégias políticas e econômicas contidas neste ideário.

No entanto, a nossa discussão vai além e busca trazer contribuições de autores brasileiros acerca da penetração do neoliberalismo no país a partir dos fins dos anos de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, marcando profundamente as políticas econômicas e sociais do Estado brasileiro, e, também, a atuação empresarial,

que é nosso interesse mais direto (DINIZ, 1992; BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009; DINIZ; BOSCHI, 2003; MANCUSO; OLIVEIRA, 2006; BOITO Jr, 2003; 2005; 2007; RUMMERT, 2000; HOLANDA, 2001).

Parece ser unanimidade entre os pesquisadores que se dedicaram ao estudo do neoliberalismo que o documento de origem desta corrente político-econômica é o livro *O caminho da servidão*, publicado em 1944, de autoria do economista austríaco Friederich August Von Hayek (1899-1922). Este livro, nas palavras de Anderson (2003, p.09):

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 2003, p.09)

Realmente, a obra de Hayek é um verdadeiro hino à liberdade individual e do mercado como mecanismo regulatório das relações sociais, único *lócus* em que a livre ação pode desenvolver as potencialidades dos indivíduos e, por consequência, da sociedade como um todo. O diálogo que travava, então, era com os regimes que, por várias formas, restringiam a liberdade individual, como o nazismo alemão (ou suas versões italiana e espanhola), o socialismo soviético ou os regimes capitalistas baseados na intervenção estatal, conforme os postulados keynesianos.

Para ele, estes regimes políticos de alta intervenção estatal iam contra este princípio básico da humanidade que é a liberdade. Ao terem como meta uma uniformização das pessoas, ou pela força, pelo extermínio, ou pela extrema regulação estatal, estes regimes também iam contra outra tendência “natural” da humanidade, que é a desigualdade, uma característica saudável da sociedade. A ação estatal pela busca de uma igualdade artificial acabava com a liberdade dos indivíduos e a vitalidade da economia, movida pela concorrência.

Três anos depois do lançamento do seu livro, em 1947, Hayek lidera uma reunião com proeminentes economistas que compartilhavam de ideias semelhantes às suas, na estação de Mont Pélerin, Suíça. Compareceram à reunião nomes como Milton Friedman, Karl Popper, Leonel Robbins, Walter Lipman entre outros. A partir desta reunião foi fundada a Sociedade de Mont Pélerin, “[...] uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 2003, p.10).

Os ideais propostos pelos adeptos da teoria neoliberal somente começaram a aparecer como propostas de políticas efetivamente implementadas a partir da década de 1970, devido ao fato de que justamente o período pós 2ª Guerra Mundial foi o de

maior crescimento do capitalismo mundial, uma verdadeira “época de ouro”, e alcançada por um modelo de parceria entre Estado e mercado, as chamadas economias do *welfare state*.

A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, no governo de Augusto Pinochet (1915-2006), logo após o golpe sobre o socialista Salvador Allende (1908-1973).

O fato é que, a partir da crise vivida nos anos de 1970, abriram-se as portas para a crítica do modelo econômico e de Estado até então vigente, e cujo paradigma via-se esgotar naquela crise. A ascensão das idéias neoliberais se deu sobre a hegemonia da explicação de que a crise era devida ao poder “excessivo e nefasto” dos sindicatos, que, pela sua ação, amparada pelo Estado até então, ou pelo menos não coibida por este, acabou por resultar em gastos sociais inapropriados a um Estado eficiente. (ANDERSON, 2003)

Perante a explicação da crise, o receituário neoliberal era simples: forte atuação do Estado para coibir o poder dos trabalhadores, e uma ação parca nos gastos sociais, que, por consequência da concepção de liberdade, deveria ser executado pelas próprias famílias, como gastos com educação, saúde, habitação etc. A ação estatal também deveria servir para a estabilidade monetária, disciplina orçamentária, especialmente pela contenção dos gastos públicos, e ainda realizar reformas fiscais. Além disso, e como estratégia de romper com o poder dos sindicatos, o Estado deveria trabalhar no sentido de manter razoáveis taxas de desemprego, gerando assim a instabilidade e insegurança para os trabalhadores, dividindo a classe trabalhadora, e, por consequência, reduzindo a adesão destes aos sindicatos.

A ascensão da “dama de ferro” Margareth Thatcher, em 1979, como Primeira-Ministra inglesa, Ronald Reagan, em 1980, como presidente dos Estados Unidos, e uma série de outras vitórias a governos europeus, como na Alemanha e na Dinamarca, foi a oportunidade das idéias neoliberais prosperarem de forma hegemônica no mundo, tornando-se, então, fonte explicativa do cenário político e econômico mundial.

Foram consolidados praticamente dois modelos distintos e marcantes do neoliberalismo: o modelo americano (Ronald Reagan) e o modelo inglês (Thatcher). Na Inglaterra, o modelo neoliberal foi implementado por um conjunto de reformas implantadas por Thatcher, que objetivaram a redução da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, a queda dos impostos sobre os rendimentos altos, a geração de níveis de desemprego massivos, o esmagamento de greves, imposição de uma nova legislação anti-sindical, corte dos gastos sociais e um amplo programa de privatização.

Nos EUA a vertente neoliberal foi marcada pela guerra-fria com a União Soviética e o seu modelo econômico, principalmente pela via da competição militar-armamentista. Houve também uma reforma interna, como na Inglaterra, sem, no entanto, respeitar a política orçamentária, já que esta deveria servir aos interesses da política anti-soviética, que envolveu gastos militares enormes que geraram um déficit público sem igual na história daquele país.

Uma terceira via de implementação do neoliberalismo ocorreu no continente europeu, de forma mais comedida, não chegando a cortar drasticamente os gastos sociais. Os governos europeus enfatizaram mais a reforma tributária e a disciplina orçamentária. Além do mais, estes governos se localizavam no norte da Europa (Alemanha, Dinamarca). No sul da Europa elegiam-se neste período governos de esquerda, chamados socialistas: Mitterand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia (ANDERSON, 2003).

Quais os êxitos que podemos invocar ao programa neoliberal? Deter a grande inflação dos anos 70; deflação com a recuperação dos lucros, com a derrota do movimento sindical, com a notável contenção dos salários; crescimento das taxas de desemprego, que duplicou nos anos 80, concebido como mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente; aumento do grau de desigualdade. Enfim, segundo Anderson (2003, p.15):

todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. (ANDERSON, 2003 p.15)

Neste quesito o programa neoliberal não teve êxito. Os países da OCDE não apresentavam mudanças nas taxas de crescimento, e os índices estavam longe dos alcançados nos anos 50 e 60. Apesar deste fracasso enquanto política de Estado para o desenvolvimento e crescimento econômico, o programa neoliberal chega à década de 90 mais vivo que nunca, e é neste período que estas políticas são implementadas na América Latina, contexto em que será analisado o caso brasileiro.

Na América Latina o modelo neoliberal por excelência foi o Chile, de Augusto Pinochet. Ali, segundo Anderson (2003, p.19), se deu o primeiro ciclo neoliberal do mundo, com um duro programa de “[...] desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”. O mesmo autor afirma que a inspiração chilena eram os Estados Unidos de Milton Friedman, mais que Hayek.

No Chile, sobretudo, tornou-se evidente que a democracia não é o principal

valor do neoliberalismo, pois tais reformas neoliberais ali implementadas conviveram com uma das mais cruéis ditaduras da América Latina.

Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. (ANDERSON, 2003, p.19-20).

A forte crise que assolou a América Latina nos anos de 1980, especialmente a crise da dívida externa, trouxe como herança a perspectiva de que a sua superação somente ocorreria com a superação do modelo político-econômico até então hegemônico, ou seja, o modelo desenvolvimentista, cuja base era a industrialização por substituição de importações, fortemente influenciadas pela ação estatal. “De agente promotor do desenvolvimento, o Estado passou a ser encarado como o principal entrave para o desencadeamento de um novo ciclo de crescimento.” (DINIZ, 1992). Foi com tal programa, declaradamente ou não, que se elegeram Salinas, em 1988 no México, Carlos Menen, em 1989 na Argentina, bem como garantiu o segundo mandato de Carlos Andrés Perez, em 1989 na Venezuela e de Alberto Fujimori, em 1990 no Peru.

Agências internacionais como o FMI, e os credores dos países latino-americanos, sobretudo os EUA, passam a deter poder político para impor suas idéias econômicas ortodoxas à região, denominadas *Consenso de Washington*, e baseadas em uma tríade de ações a serem tomadas: privatização, austeridade fiscal, e liberalização comercial e financeira (DE ZAGOTTIS, 2007).

No Brasil a penetração do modelo neoliberal ocorreu com a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, eleito no ano anterior como resultado da crise econômica, de governabilidade e de representatividade política instauradas após o fracasso do Plano Cruzado, no governo de José Sarney (1985-1990). Sua ascensão política foi comparada por Antunes (2004) com o fenômeno “bonapartista”, entre outras razões pela propaganda de uma pretensa relação pessoal do presidente com “os pobres”, na defesa de quem jurou dar a vida.

A campanha de Collor, cuja identidade era a “caça aos marajás”, foi também marcada pelo rompimento com o regime desenvolvimentista implementado desde a ditadura militar de 1964. Ao contrário, defendia-se então a abertura da economia brasileira ao exterior, atacando as chamadas “velhas elites” empresariais, improdutivas e acostumadas com a intervenção do Estado, e proclamando a necessidade de uma

nova elite empresarial, mais dinâmica, autônoma e adequada ao novo cenário capitalista em curso.

Retomando a ideia já exposta sobre a não vinculação entre os preceitos neoliberais e a democracia, podemos retomar uma característica do governo Collor, que foi o seu desprezo pelo Congresso Nacional (ANTUNES, 2004), que já sofria, por si mesmo, de uma crise de representação. A atuação de Collor por medidas provisórias e os vetos presidenciais às ações do Congresso expressam mais uma aproximação ao bonapartismo.

Segundo Bresser-Pereira e Diniz (2009), a adesão brasileira ao *Consenso de Washington* se deu pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, pela crise da dívida externa, e também pela pressão externa ocasionada pela hegemonia, em âmbito mundial, do receituário neoliberal. Consequência disso é que o país, à mercê deste “consenso” internacional, deixa de produzir uma estratégia própria de desenvolvimento.

Voltando à questão central que deve nos ocupar aqui, ou seja, a relação dos industriais com o neoliberalismo, Diniz (1992) afirma que os empresários foram um grande aliado na difusão do ideário neoliberal no país. Defendiam pontos como as privatizações e a instauração de uma verdadeira economia de mercado, que, no período desenvolvimentista, estava ofuscado pela forte atuação estatal na economia. A autora, no entanto, acredita que, apesar de ser parceiro neste projeto, os empresários não lograram êxito na condução do processo, devido à desarticulação advinda do corporativismo no qual foi fundada a sua organização desde Vargas.

Não é o caso de aprofundar o tema aqui, mas esta autora nos alerta para que a consideração da introdução do neoliberalismo no país deve ser mediada pela compreensão desta herança histórica, que comprometeu inclusive o desenvolvimento de relações democráticas entre a sociedade civil e o Estado, cuja articulação, como bem sabemos, passa a ser mediada pelas ações em torno de interesses pontuais, setoriais, tópicos e imediatistas (DINIZ, 1992).

Antes de prosseguirmos com as considerações a respeito da atuação empresarial, é imperioso demonstrar que a introdução da pauta neoliberal no governo Collor não foi rompida pelos governos posteriores, FHC e Lula. Cada qual com suas características, mantiveram, em suas bases fundamentais, o projeto então em germe no início dos anos 90 (BOITO Jr.; MANCUSO; OLIVEIRA, 2006).

Podemos sintetizar, em alguns tópicos, os resultados da aplicação do receituário neoliberal no Brasil ao longo da década de 1990:

- declínio do papel do Estado como empresário e provedor de serviços;

- Abertura comercial, com o predomínio do capital estrangeiro sobre o capital nacional (desnacionalização da economia);
- Baixo ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto ao longo da década, com média de apenas 1,6% ao ano;
- Centralidade do capital financeiro sobre a produção industrial. “Depois de quatro anos de vácuo político (1987-1990), forma-se, em 1991, nova coalizão que desde então se tornou dominante no Brasil, formada por rentistas que vivem de juros, pelo setor financeiro e pelos interesses estrangeiros no Brasil.” (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p.86);
- Fechamento de empresas, como indício de um fenômeno maior, a desindustrialização do país, com muitas falências e a derrocada das médias e pequenas empresas;
- Predomínio de conglomerados industriais derivados de fusões e aquisições, sob comando do capital internacional;
- Queda no nível de emprego na indústria, mais um fenômeno da desindustrialização;
- Arrocho salarial, o que viria a ser revertido apenas sob o segundo governo Lula, dezessete anos depois;
- Desarticulação da representação dos trabalhadores, com a consequente cooptação dos sindicatos, federações e confederações, aos seqüentes governos;
- precarização, flexibilização e redução de direitos dos trabalhadores.

Com relação à atuação do empresariado neste processo de implementação do neoliberalismo no Brasil, como se pode perceber acabou significando uma co-participação na sua própria perda de poder (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p.86). Segundo estes autores, a adesão do país à ortodoxia neoliberal vinda do Consenso de Washington resultou em perda de poder político, que viria a ser recuperado apenas no governo Lula, e sob condições determinadas de hegemonia (BOITO Jr., 2007), das quais trataremos adiante.

A partir da reestruturação ministerial realizada no governo Collor, nitidamente a política de Estado passou a privilegiar o capital financeiro, em detrimento da indústria, e tal arranjo político e econômico não sofreria mudanças consideráveis ao longo da década de 1990. Mesmo assim, o empresariado foi um dos atores políticos a apoiar a agenda de reformas orientadas para o mercado, acerca da qual se criou um consenso empresarial de difícil rompimento, mesmo que tenha havido, de fato, desacordo com relação “à dose” em que se efetivavam as reformas.

Tais reformas foram implementadas de forma radical, especialmente a partir de

1995, já sob a gerência de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Bresser-Pereira e Diniz (2009, p. 87)

Sustentado por uma ampla coalizão de centro-direita, a partir de 1995, o governo adotou a agenda das reformas econômicas e constitucionais neoliberais. Por outro lado, o uso de uma âncora cambial, não obstante a inércia inflacionária houvesse sido neutralizada pela URV, provocou, entre 1994 e 1998, brutal apreciação da taxa de câmbio. Essa apreciação, combinada com a abertura comercial e a liberalização dos fluxos financeiros, levou o setor empresarial a uma profunda reestruturação que mudou drasticamente o perfil da indústria brasileira.

Os resultados deste programa neoliberal já foram assinalados, e sem dúvida constituem um indício do que os mesmos autores já afirmaram sobre a derrota política do setor industrial nos anos de 1990. O estrago só não foi maior, segundo os autores, porque o modelo de industrialização brasileiro foi diversificado, e foi forjado um parque com capacidade de absorção das tecnologias, e uma alta capacidade industrial de superação da crise. A reação da indústria se deu na forma de conglomerados, fusões, aquisições etc., capitaneados pelo capital internacional. “A desnacionalização da economia alcançou proporções inéditas, na medida em que se consolidava a primazia da grande empresa transnacional, comprimindo-se paralelamente o espaço da empresa privada nacional.” (idem, p.87)

Apesar desta leitura de uma derrota política, do ponto de vista empresarial não se tratava de romper com o projeto implementado no país, quando muito reformá-lo em alguns pontos divergentes. Houve, ao contrário disso, um movimento de defesa deste programa neoliberal, evidenciado na criação da “Ação Empresarial”, grupo de influência da indústria dentro do Congresso Nacional em defesa destes interesses.

Nesta mesma direção, a CNI, sendo a entidade de cúpula do empresariado brasileiro, exerceu grande influência na adesão do empresariado ao programa então implementado. Exemplo desta ação foi o *Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional*, realizado em maio de 1995, considerado um marco no sentido de colocar frente a frente congressistas e empresários, com a meta de discutir as decisões que o Congresso Nacional poderia tomar para que se efetivasse no país a possibilidade de que sua indústria se tornasse competitiva internacionalmente.

Nasce, a partir deste Seminário, uma das mais importantes e duradouras iniciativas da CNI em relação ao seu papel de grupo de pressão política, que é o acompanhamento sistemático das ações legislativas, concretizada na chamada *Agenda Legislativa da Indústria*, que vem sendo publicada de forma ininterrupta desde 1996, e pode ser consultada no site da entidade (www.cni.org.br). Esta *Agenda*, é

importante ressaltar, passou a ser efetivada por todas as 27 Federações vinculadas à CNI, a partir de 1997 (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006).

O tema prioritário de acompanhamento das ações parlamentares diz respeito a todas as matérias que, direta ou indiretamente, possam afetar a competitividade da indústria. Esta iniciativa, segundo os autores acima mencionados, torna a CNI uma entidade com papel de “empreendedor político”, no sentido de assumir para si os custos de uma iniciativa que visa o alcance de melhorias para toda a classe, no caso, a classe dos industriais brasileiros.

Antes de entrarmos na discussão acerca do colapso deste “pacto” entre empresários e Estado, que ocorreu com o fim da década de 1990, impõe-se ainda aprofundar a discussão acerca das ações da CNI neste período, entendendo que esta ação nos ajuda a apreender a atuação da entidade na construção de seu projeto de educação básica, incorporado que está no âmbito geral das ações da entidade.

Mancuso e Oliveira (2006) trazem um interessante ponto de vista, que é a visão de que o empresariado brasileiro não pode ser compreendido como um grupo frágil, mas sim altamente organizado, e que tem na CNI sua grande liderança. Como já foi tratado anteriormente da ação desta entidade no âmbito nacional, em relação ao *Custo Brasil*, trata-se agora de verificar a ação empresarial no âmbito internacional.

Neste caso destaca-se a criação da Coalizão Empresarial Brasileira – CEB, em 1996, responsável pela representação empresarial nas negociações internacionais, em que a CNI teve papel de destaque na criação e manutenção. Isso se deu nos embates sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em que os empresários brasileiros se depararam com o alto grau de organização dos empresários norte-americanos.

A CEB atuava como mediadora entre as demandas da indústria e o governo, a partir da formulação de sínteses das posições adotadas no seio do empresariado brasileiro, que eram levadas ao governo, subsidiando-o nas rodadas de negociações internacionais. Seu papel se orientava em torno de três eixos de ação: representação e coordenação dos interesses empresariais; formulação dos posicionamentos da classe industrial; influência sobre o governo. Segundo Mancuso e Oliveira (2006, p.161):

Foi nesse contexto que a CNI passou a atuar como empreendedor político também na área internacional. O diagnóstico de que era necessário o empresariado brasileiro estruturar sua representação e promover o divórcio da tutela do governo em termos de organização empresarial partiu não apenas de representantes da CNI, mas também de várias lideranças empresariais mais ativas no campo internacional e que estavam presentes no caso da Alca. Mas o corpo

técnico da CNI foi fundamental no sentido de articular e levar adiante a proposta de estruturação da participação do setor privado.

Houve, nos meados dos anos de 1990, portanto, uma ação efetiva dos empresários no sentido de se desvincular do passado, em que o Estado tutelava a representação empresarial. No entanto, a CEB, afirmam os mesmos autores, foi consolidada com as mesmas bases corporativas da CNI, o que, para eles, significa mais um indício de que a estrutura corporativa não gera empecilhos para ação política organizada dos empresários, tese muito em voga, e inclusive defendida por Diniz (1992), e Bresser-Pereira e Diniz (2009).

A ocasião das rodadas da ALCA e o avanço da organização empresarial resultaram em aberturas institucionais no interior do governo, cujos consecutivos Ministérios de Relações Internacionais tinham, até então, uma postura impermeável, resultando em um insulamento das decisões em relação às negociações internacionais, sob o poder da cúpula burocrática. Esta abertura do governo ao setor privado será fortemente consolidada no governo Lula.

Voltando à questão da implementação do modelo neoliberal, este francamente promoveu a ascensão do capital internacional no país, o qual teve grande impulso com os processos de privatizações, levados a cabo especialmente pelo governo FHC.

Interessante a observação feita por Bresser-Pereira e Diniz (2009, p.89), em relação ao processo de desnacionalização da economia brasileira, e seu fulcro ideológico:

Neste modelo, deslegitimou-se a clivagem empresa nacional *versus* empresa estrangeira, que era central na fase desenvolvimentista. E adotou-se um conceito de “empresa brasileira” caracterizada por ser aquela que se instala no país, investe no país, nele produz e nele cria empregos. Em consonância com essa mesma lógica, perdia visibilidade a clivagem centro *versus* periferia, e os países hegemônicos passam a ser vistos como colaboradores do desenvolvimento econômico brasileiro em vez de seus concorrentes: não se fala mais em imperialismo e nacionalismo, mas em integração a uma rede transnacional de interesses diferenciados.

Essa clivagem ideológica que retira do cenário a diferença entre capital nacional e internacional, palco inclusive das disputas entre os projetos nacionalistas e de abertura econômica, que caracterizaram o desenvolvimento industrial brasileiro a partir dos anos de 1950, exerceu forte papel ideológico no âmbito da legitimação da venda das empresas estatais no processo de privatização ao capital internacional. Não se tratava, portanto, de vender a nação ao exterior, mas sim de tornar as empresas mais eficientes, o que era favorecido pelo capital privado, não importando sua origem,

o que, ademais, é característica do capitalismo, e apontado por Marx e Engels desde o Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1982).

Neste mesmo mote, e sob os auspícios do programa neoliberal, a década de 1990 viu o país se subordinar à ordem econômica mundial, e, como consequência, abrir mão de uma bandeira histórica, a do desenvolvimento com bases nacionalistas. Venceu o liberalismo! E com ele uma lógica darwinista, que mesmo no seio da classe empresarial, relegava grande parcela à ruína. “Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, tem condições de aceder e participar desta estrutura. Os demais segmentos operam sob condições altamente desfavoráveis, no limite da sobrevivência.” (idem, p.89)

No entanto, não podemos deixar de mencionar que, no âmbito macroeconômico, o Plano Real garantiu a estabilização econômica a partir do controle da inflação e dos preços, algo que foi sentido positivamente pelo setor empresarial, e, em geral, pela sociedade. Afinal de contas foi o sucesso relativo deste plano que garantiu a reeleição de FHC, além, claro, de outros artifícios, como um empréstimo do FMI às vésperas da eleição⁴⁹.

O final da década de 1990 presenciou o esgotamento das esperanças no modelo de desenvolvimento prometido pelo *Consenso de Washington*. Setores políticos, empresariais e a sociedade em geral percebia que este modelo vinha radicalizando a miséria, desindustrializando o país, desnacionalizando as riquezas, por meio da venda do patrimônio público pelas privatizações, sobre cujo processo até hoje pairam dúvidas quanto à sua transparência. Havia a clareza, na América Latina como um todo, e no Brasil também, de que as reformas causavam a vulnerabilidade externa dos países e a concentração de renda, beneficiando o setor financeiro.

Alguns dados, extraídos do estudo de Diniz e Boschi (2003), apresentam a dimensão da crise para a sociedade e para o setor industrial brasileiro. As fusões e aquisições atingiram um total de 2353 ocorrências, no período entre 1992 e 2000, beneficiando o capital estrangeiro e forçando uma reestruturação no quadro da propriedade do capital, que, como já foi dito, passa a ser excludente até mesmo para os padrões da burguesia industrial. Neste processo de reestruturação, as privatizações foram muito expressivas, somando um montante de arrecadação de U\$100.388 bilhões, sendo o setor das telecomunicações o mais expressivo.

⁴⁹ A notícia foi amplamente divulgada na imprensa. Ver, por exemplo: “FHC fechou três acordos com o FMI; confira o histórico”, de Sandra Manfrini. Folha Online, 07 agosto de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fohla/dinheiro/ult91u53074.shtml>. Acesso em 29 dez. 2009.

Em 1999 o capital estrangeiro passou a deter 45% do capital das indústrias, contra os 37,5 que detinha em 1989. Os anos 90 vêm o PIB reduzir seu aumento de forma drástica, a taxa média de apenas 1,6% ao ano.

A participação da indústria na formação do PIB declinou relativamente de 38,68%, em 1990, para 33,95%, em 1998, sendo que a indústria de transformação foi a mais atingida (de 26,54% para 20,29% no período).

As entidades que primeiramente se levantaram contra tal estado de coisas foram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI e o Movimento Compete Brasil. A única demanda que continuava a dar unidade era o controle inflacionário, mas as críticas recaíam sobre os demais itens da pauta econômica do governo, especialmente aqueles que estagnavam o crescimento, como a alta dos juros, a burocratização, a ausência das reformas demandadas, como a reforma tributária, a trabalhista, sindical, política e do governo.

Como prova de que tais críticas não vinham apenas do empresariado brasileiro, mas passavam a expressar consensos no continente latino-americano, neste período se iniciou o ciclo de vitórias presidenciais de candidatos claramente contrários ao Consenso de Washington. Vejam-se os casos de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998; Lula, em 2002; Nestor Kirchner, na Argentina, em 2003; Evo Morales, na Bolívia, em 2005; Rafael Correa, no Equador, em 2007; Tabaré Vasquez, no Uruguai; Daniel Ortega, na Nicarágua; e Fernando Lugo, no Paraguai, todos em 2008; e Mauricio Funes, em El Salvador, em 2009 (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 90-91).

Claro está que entre estes governos acima listados há todo um leque de diferenças, no entanto, como afirmam os autores, baseados em expressão de Celso Furtado, eles têm em comum a estratégia de “trazer para dentro do país as decisões fundamentais” (idem, p.91). Destaque-se como isso vem repercutindo, por exemplo, na Bolívia, nas questões vinculadas à nacionalização do gás e do petróleo, caso que envolve diretamente os interesses do Brasil; ou na questão da Hidroelétrica de Itaipu, cuja revisão da cláusula de venda de energia vem sendo demandada por Lugo; isso sem contar os casos mais clássicos do “calote” argentino, em 2003, sobre o FMI, bem como o caso da Venezuela, a qual já se tornou inimiga pública dos Estados Unidos da América⁵⁰.

Bresser-Pereira e Diniz (2009) argumentam que as mudanças que ocorriam na política nacional e internacional com relação ao enfrentamento da crise do modelo

⁵⁰ Bresser-Pereira (2006) denomina este movimento como um “novo desenvolvimentismo”. A sua discussão, no entanto, extrapolaria os objetivos deste trabalho.

neoliberal tinha reflexos na organização empresarial. A FIESP elege Horácio Lafer Piva, em 1998, que seria, posteriormente, uma das únicas vozes a apoiar a eleição de Lula durante a campanha. Outro fator importante que se refere à FIESP foi a união com o IEDI, no mesmo período da eleição de Lula.

As mudanças na CNI foram de grande estatura, conforme estes autores, com a presidência, desde 2002, de Armando Monteiro Netto. “A CNI foi a primeira organização dos empresários industriais a montar uma assessoria econômica com efetiva competência para discutir as questões macroeconômicas.” (idem, p.94).

Como já foi afirmado anteriormente, a eleição de Lula, em 2002, derrotando o candidato que defendia o programa que vinha sendo implementado desde 1994, significou, para o empresariado, um novo patamar de participação política, desconhecido na década anterior. Os empresários industriais voltam a ter voz na cena política, tendo vários mecanismos abertos de diálogo com o governo federal, inclusive, e muito fortemente, com influências nas políticas de negociações bilaterais. Bresser-Pereira e Diniz (2009) destacam a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (www.cdes.gov.br), em 2003, que conta com substancial número de empresários como conselheiros.

Sobre esta questão, não podemos deixar de voltar ao estudo realizado por Boito Jr. (2007), no qual, partindo do conceito de Poulantzas de “bloco no poder”, traz uma importante reflexão a respeito do governo Lula⁵¹ e sua relação com as frações da classe burguesa, especialmente as ligadas ao agronegócio, ao setor industrial em geral, ao capital financeiro e aos pequenos e médios empresários. A tese do autor é que, para se evidenciar estas posições, é necessário localizar, nas ações do governo, a defesa dos interesses de cada uma destas frações.

Suas hipóteses de trabalho, com as quais temos concordância, podem ser assim resumidas: hipótese 1: haveria, no período neoliberal iniciado com Collor e que se estende até o atual governo, uma hegemonia do capital financeiro internacional, tendo nos grandes bancos o braço local de dependência, o que Boito Jr. denomina de “burguesia compradora”; hipótese 2: o governo Lula apresenta continuidades com o governo de FHC, mas, sobretudo, ressalta uma novidade, que é um jogo político de manutenção da hegemonia do capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que uma estratégia de ascensão política da fração industrial e do agronegócio no bloco de poder (BOITO Jr, 2007).

⁵¹ Claro está que a complexidade de tratar de um tema “a quente”, como é o caso do governo Lula, traz complexidades que não poderão ser contempladas neste estudo. Mesmo consciente deste limite, pensamos ser importante realizar a crítica da política econômica de Lula, sua vinculação com o ideário neoliberal, e, sobretudo, as posições das classes burguesas e os papéis por elas desempenhadas no seu governo.

Deste modo, podemos afirmar que a análise de Bresser-Pereira e Diniz (2009) encontram eco nas hipóteses de Boito Jr. (2007), sem que aquelas incorporem esta carga crítica sobre o governo Lula, ressaltando apenas a ascensão do empresariado no bloco do poder.

De forma sintética, Boito Jr.(2007) demonstra que as políticas de Lula mantiveram, no essencial, o programa neoliberal, inclusive buscando, sem grande sucesso, reformas mais radicais que o seu antecessor, como a trabalhista e a sindical, fortemente criticada por setores do movimento sindical organizado⁵².

Outra linha do governo Lula que indica continuidade foi a manutenção das privatizações já operadas, e, mais, a resistência em investigar as possíveis, e prováveis, fraudes ocorridas nesse processo. Quanto a este tema, não podemos deixar de lembrar que, apesar de proclamar que não privatizou mais nada no país, o governo Lula levou adiante uma idéia surgida no Ministério de Bresser-Pereira, quando este foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, na primeira gestão de FHC, que são as Parcerias-Público-Privadas – PPP's. Pode-se dizer que é esta a proposta privatizante de Lula (BOITO Jr., 2007).

Outros elementos da política neoliberal, apontados pelo autor, são a abertura comercial e a desregulamentação do mercado financeiro, ambos atendendo aos interesses do capital financeiro internacional, em detrimento da indústria. “Esta perdeu o mercado cativo para seus produtos, passou a pagar muito mais caro pelo capital que toma emprestado para investimentos e sofreu a redução da parte da receita do Estado destinada à infra-estrutura e ao fomento da produção.” (idem, p.63). Conclui o autor:

Concluindo, podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. (idem, p. 63-64)

A partir das suas conclusões, que não cabe aqui reproduzir na íntegra, podemos apreender o movimento real em que as ações do Estado neoliberal, de Collor a Lula, com suas rupturas e continuidades, privilegiam uma determinada fração da classe burguesa. A fração hegemônica neste período tem sido aquela representante do capital financeiro internacional, mas, como aponta o autor, o segundo mandato de Lula, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento

⁵² Importante salientar que a respeito deste tema, o governo Lula trouxe consigo uma forte repercussão no movimento sindical. A CUT, ao aderir ao governo, inclusive com postos de comando em Ministério e outros cargos, fez resultar uma cisão no seu interior, gerando a criação de outra central sindical, a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, a partir de 2004.

– PAC, assim como a ênfase na agroindústria, que é a líder na pauta exportadora, pode abrir brechas para uma nova configuração de forças no país.

Este é um movimento dinâmico e de fundamental importância para a compreensão do panorama em que se situam as propostas educativas dos empresários brasileiros.

Como já foi visto na análise do documento Mapa Estratégico da Indústria, a pauta de reivindicações empresariais nos anos 2000, em pleno exercício do governo Lula, é a possibilidade de competir nos mercados globalizados. Para isso demanda do governo forte atuação no sentido de liberalizar as ações da indústria, tornando-as mais eficientes, reduzindo ao máximo os fatores do *Custo Brasil*. A demanda da indústria para o Estado é que este tenha condições de criar um clima seguro, estável e eficiente, inclusive agindo em prol de um clima econômico competitivo (CNI, 2005).

No entanto, fora esta premissa de forte atuação do Estado, as metas dos empresários dispostas neste documento arraigam suas idéias àquelas que compõem o ideário neoliberal, que pressupõe a forte atuação empresarial nas discussões e implementação de políticas macroeconômicas e sociais, incluindo a educação. Neste sentido, podemos afirmar que a proposta de uma educação básica de qualidade, desde o ponto de vista da CNI, representa uma proposta educacional nos quadros do neoliberalismo. O empresariado continua defendendo um pacote de reformas orientadas para o mercado, posto que, na concepção desta classe, nenhum dos governos conseguiu alcançar completo êxito neste campo.

A próxima discussão a ser realizada aqui é especialmente dedicada à proposta de reforma trabalhista, o que, acreditamos, é um limite real que é imposto à classe trabalhadora, e, portanto, coloca em xeque a transparência das propostas educacionais do empresariado.

5.1.2. A reforma trabalhista como limite prático da proposta empresarial para a educação dos trabalhadores

Como já foi adiantado anteriormente, o propósito deste item da nossa discussão é o de confrontar o posicionamento do empresariado em relação à reforma trabalhista como limite real das ideias de inclusão, qualidade e democracia do seu discurso educacional. Com efeito, se, por um lado, proclama-se nos documentos analisados uma proposta de educação de qualidade, inclusiva, e que tem a pretensão de formar para as demandas produtivas no atual estágio da competitividade capitalista, o qual se baseia, entre outros fatores, na apropriação pelo capital das mais avançadas tecnologias na produção, por outro lado, o mercado de trabalho brasileiro

impõe limites reais para que tal proposta educacional se concretize nos limites proclamados pelos empresários.

A estes limites reais soma-se a proposta de reforma trabalhista, encabeçada desde os anos de 1990, a partir do governo FHC, a qual traria um agravamento da situação já precária e flexibilizada da maioria da classe trabalhadora brasileira. No momento em que ascendeu o governo Lula, a pretensão de se instaurar uma radical reforma trabalhista foi colocada à prova, e parte do movimento sindical, junto de suas bases, proferiram publicamente suas posições contrárias⁵³.

Propõe-se, em primeiro lugar, levantar as pautas do empresariado e do governo Lula para a reforma trabalhista; em seguida, pretende-se mostrar dados do mundo do trabalho brasileiro. Por fim, com base nestes dados, será possível realizar a crítica da proposta da CNI demonstrando a sua faceta ideológica, no sentido dado por Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1984). O ponto de partida aqui já foi dado no item 4.1 deste trabalho, em que apontamos o conjunto de leis aprovadas ao longo do governo FHC e que deram início às reformas no direito do trabalho na década de 1990, no sentido de sua precarização.

Para alcançar o primeiro objetivo traçado acima será utilizado o documento *Conclusões do 3º Encontro Nacional da Indústria 2008* (CNI, 2008)⁵⁴, onde os empresários brasileiros, após o maior evento realizado pela indústria anualmente, profere extenso panorama e recomendações ao Estado brasileiro sobre diversos temas, como tributação, inserção internacional da economia brasileira, infra-estrutura, inovação e produtividade da indústria e meio ambiente. Dados os limites do tema deste trabalho será analisada a parte do documento dedicada ao *Sistema trabalhista e impactos na competitividade industrial*, que é dividido em cinco partes, assim designadas: terceirização; despesas de contratação; conflito e insegurança jurídica nas relações do trabalho; rotatividade; e questões de saúde e segurança do trabalho.

O marco fundante do discurso da CNI sobre as relações de trabalho é que estas relações se tornaram defasadas frente às mudanças ocorridas no mundo da produção. Por um lado, as mudanças na base técnica e no nível da competitividade da indústria em termos mundiais exige, do ponto de vista empresarial, que as relações

⁵³ Um dos movimentos surgidos neste momento, e vivenciado pelo autor, é o referente à construção da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, surgida em 2004, após o Encontro Nacional Sindical, em Luziânia-GO. Em 16 de junho de 2004 este movimento organizou a primeira marcha contra a reforma sindical e trabalhista do governo Lula, com aproximadamente 20 mil manifestantes em Brasília. Sua oficialização, porém, se deu apenas em maio de 2006, no Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado em Sumaré-SP. Importante ressaltar que a CONLUTAS nasce como dissidência no interior da Central Única dos Trabalhadores – CUT, a qual, segundo esta nova entidade, aliou-se ao governo Lula e às suas reformas, inclusive participando das discussões sobre a reforma sindical e trabalhista. Para maiores informações conferir o site da CONLUTAS (www.conlutas.org.br).

⁵⁴ Além deste documento, utilizaremos como subsídio o trabalho de Saisse (2005) e CNI (2009c) para o caso da terceirização.

trabalhistas sejam flexíveis e que a resolução de problemas entre as partes envolvidas nesta relação capital e trabalho seja efetivada no âmbito interno das empresas ou, no máximo, em sistemas mediadores públicos que intentem a negociação, evitando conflitos de ordem trabalhista. Por outro lado, reclamam os industriais, as relações trabalhistas no Brasil sofrem do seu mal de origem, ou seja, de uma legislação trabalhista baseada na ação de um Estado paternalista, o qual proporciona mecanismos que seriam exagerados na defesa dos trabalhadores, tornando excessivamente dispendiosa a contratação regular de mão-de-obra, além de ser um sistema rígido e que está centrado na lógica do conflito entre capital e trabalho, algo que, como já foi visto nos documentos, a CNI procura negar. O resultado deste tipo de relações trabalhistas, segundo a ótica do empresariado, é o enorme contingente de desempregados ou de trabalhadores vinculados informalmente no mundo do trabalho. Saisse (2007) coloca os problemas relativos à regulação do trabalho, e a crítica da CLT, da seguinte forma:

Todos os aspectos das relações de trabalho são contemplados: fixação do salário, condições de trabalho, contratação e demissão. Trabalhadores e empregadores não podem negociar, por exemplo, tempo de férias, aviso prévio ou o pagamento do 13º salário, mesmo que isso interesse a ambas as partes para evitar alternativa pior. A lei desce a detalhes como impedir que trabalhadores com mais de 50 anos dividam em dois o período de férias a que têm direito (Art.134, § 2º da CLT).

A lei retira dos trabalhadores e empregadores a capacidade de decidirem o que é melhor para eles. Desse modo, desestimula a negociação e convida ao litígio. Quando as negociações acontecem, suas disposições podem ser contestadas nos tribunais (que, no Brasil, têm o poder não apenas de arbitrar, mas também de fixar normas), mesmo quando resultantes do entendimento entre as partes diretamente envolvidas. O quadro legal impõe ao custo de contratação mais de 100% do salário direto sob a forma de encargos compulsórios e inegociáveis. (SAISSE, 2007, p.06)

A crítica efetuada pela autora do relatório técnico encomendado pela CNI, e que de fato é a reprodução do pensamento dos empresários brasileiros, é que a legislação trabalhista é rígida justamente pelo fato de prever, ou assim pretender, todas as situações possíveis na relação entre capital e trabalho. Isso, no entendimento da autora, impossibilita o livre diálogo e acordos mais flexíveis entre as partes, além de colocar o Estado como mediador.

A lógica da reforma trabalhista, portanto, é atacar o cerne rígido das relações de trabalho existente no país e, para isso, tem na pauta presente nas *Conclusões* (CNI, 2008) os pontos a serem atacados. Importante lembrar que a CNI, por meio da

Agenda Legislativa da Indústria, vem acompanhando de perto a tramitação dos principais projetos relativos a este tema (CNI, 2009).

Antes de entrar nos destaques da reforma, como a terceirização, custos e flexibilização dos contratos, podemos destacar do texto de Sáiße (2007) outros elementos que subsidiam a crítica dos empresários à regulação das relações de trabalho e as propostas para a superação de sua rigidez e atraso. A autora, em seu relatório técnico, destaca que o Banco Mundial realizou, em 2004, uma pesquisa no mundo inteiro visando verificar o ambiente regulatório do trabalho em 145 países⁵⁵. Uma parte dos resultados são assim descritos pela autora:

Para o conjunto de 145 países considerados no levantamento, o Brasil fica em 26º lugar (junto a outros 5 países) dentre aqueles onde é mais difícil contratar, em 13º lugar (com outros 12) dentre os países onde as empresas têm mais dificuldades para demitir e em 12º lugar (junto com o México) dentre os de regulação do mercado de trabalho mais rígida. (idem, p. 07)

Os pontos que levaram o Brasil a esta posição são listados a seguir:

Os contratos por prazo determinado podem ser aplicados apenas para trabalhos temporários.
O prazo máximo legal de duração desses contratos é inferior a três anos (o Art.445 estipula o prazo máximo de dois anos).
Há restrições ao trabalho noturno, que é remunerado 20% acima do diurno;
Há várias restrições ao trabalho aos domingos;
O dia de trabalho, incluindo as horas extras, não chega a 12 horas (é de, no máximo, 10, segundo os Art. 58 e 59)
As férias anuais pagas são superiores a 21 dias (o Art. 130 fixa em 30 dias corridos);
Toda demissão precisa ser notificada;
A redundância não é considerada causa justa para demissão;
Toda demissão sem justa causa implica pagamento de multa pela empresa. (ibidem)

A listagem destes itens é interessante para observarmos que os critérios adotados mundialmente para avaliar a rigidez do marco regulatório do trabalho, e, ao mesmo tempo, para subsidiar os argumentos em favor da reforma trabalhista, parecem apontar para algo importante no que se refere ao posicionamento dos empresários: se são estes os fatores que levam o Brasil a ser rígido na manutenção da regulação do trabalho, ao mesmo tempo estes são fatores que garantem aos trabalhadores um mínimo de dignidade no trabalho, logo, a manifestação da necessidade de flexibilizar estes itens, ou romper definitivamente com eles, leva, do nosso ponto de vista, ao entendimento de que o objetivo dos empresários é a

⁵⁵ Trata-se do “*World Development Report 2005: a better investment climate for everyone*. Washington, DC: World Bank and Oxford University Press, 2004”.

perpetuação de um trabalho precário, e, portanto, isso é de fato um limite às boas intenções disparadas em seus discursos sobre educação de qualidade, formação dos trabalhadores etc. Podemos perguntar: que tipo de projeto educativo deriva desta proposição de um trabalhador que cumpra jornada aos domingos, com contrato de trabalho temporário, que possa trabalhar à noite sem benefícios por isso, que trabalhe 10 a 12 horas por dia (ou mais), que tenha menos de 20 dias de férias ao ano, e que se for demitido esse fato seja desconhecido pelo Estado, e que, mesmo assim, possa ser mandado embora sem justa causa, sem que isso cause problemas de multa ao empregador? Claro está que este é um projeto de integração subordinada dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o que vamos discutir no último capítulo deste texto.

Prosseguindo nos seus argumentos em favor da reforma, a autora coloca como diretriz básica para que esta reforma seja envidada com sucesso a redução dos custos do trabalho formal para as empresas, ou seja, de fato não é mascarado pelo empresariado que o objetivo das reformas é reduzir o custo com os trabalhadores, e, com isso, aumentar a apropriação do resultado do trabalho. Não se pode esquecer que, somados a este mecanismo, existem atualmente várias formas de exploração da mais-valia relativa e absoluta: incremento de tecnologia, intensificação do trabalho, com a redução de trabalhadores, aumento da jornada de trabalho (inclusive aos domingos), redução de salários, banco de horas entre outros.

Dentre as pautas que parecem ser mais relevantes, no último período, destaca-se a terceirização, que é o tema do Projeto de Lei – PL 4302/1998, que está há onze anos tramitando no Congresso sem ser aprovado. A ação da CNI junto ao Congresso é pela defesa da terceirização tanto das atividades meio quanto das atividades fim da empresa (CNI, 2009), ou seja, a CNI propõe a possibilidade de flexibilizar as relações trabalhistas em todo o âmbito da empresa, o que hoje é permitido apenas para atividades-meio, ou seja, aquelas atividades que não constituem o objetivo primeiro da empresa⁵⁶.

A terceirização é entendida pela CNI como sendo a “[...] contratação de serviços e não de recursos humanos” (CNI, 2008, p.55), diferenciando-se, portanto, da intermediação de mão-de-obra. Este tipo de contratação, argumenta a CNI, gera maior eficiência e empregos, por ser mais rápida e barata para as empresas, além de reduzir a carga dos tributos trabalhistas das empresas, que repassam esta incumbência para as empresas terceirizadoras. A questão posta pela CNI é a necessidade de

⁵⁶ Ver Lei 6019, de 03/01/1974; Súmula TST n. 331. Na verdade, embora haja na lei a diferenciação entre atividades meio e atividades fim de uma empresa, estas não estão completamente definidas, gerando discussões, resoluções e jurisprudências variadas.

regulamentar este tipo de contratação, dando “[...] proteção aos trabalhadores e segurança jurídica para as empresas”. (ibidem). Entretanto, no próprio âmbito da CNI (CNI, 2009c), o viés principal da terceirização é a redução de custos, como pode se constatar a seguir:

Os empresários que terceirizam foram solicitados a definir o grau de importância de três possíveis razões para a terceirização: aumento da qualidade do serviço, redução de custos e uso de novas tecnologias de produção ou gestão. Dentre as opções apresentadas, a redução de custos apresenta-se como o principal motivo para a decisão de terceirizar. 47% dos empresários consideram essa opção muito importante e 44% importante. Apenas 9% a considera não importante. (CNI, 2009c, p.03)

Além disso, a literatura crítica (ALVES, 2000; 2007; ANTUNES, 2005; COSTA, 2005; MARCELINO, 2006) e os movimentos dos trabalhadores indicam que a terceirização, na verdade, acaba por ocasionar problemas de várias ordens no seio da classe trabalhadora brasileira e mundial (para o caso da França, MARCELINO, 2006). Um dos problemas é a inequívoca degradação salarial para os trabalhadores terceirizados. Este fato é inequívoco, pois é da própria natureza do processo de terceirização, surgido no âmbito da reestruturação produtiva a partir dos anos de 1970, sob a hegemonia do toyotismo. As empresas terceirizadas devem se mostrar como alternativas viáveis (mais baratas) para as empresas que as contratam, havendo nesta transação, portanto, vantagens competitivas. O foco principal da terceirização, do ponto de vista das empresas contratantes dos serviços terceirizados, é justamente o fato de que estas contratam mão-de-obra mais barata, recaindo este barateamento em cascata para a empresa principal, que, com isso, além de economizar nos custos administrativos inerentes à contratação direta, economiza também com pagamentos menores devidos a cada trabalhador.

Tal estratégia constitui-se, de fato, em uma das principais características do toyotismo no que se refere ao reposicionamento do capital para a acumulação em tempos de crise estrutural do capitalismo. Todo o ônus da operação de contratação é terceirizado para outras empresas, e, no fim das contas, é a classe trabalhadora, cada vez mais precarizada, que acaba por pagar esta conta.

Mas a terceirização constitui-se, também, em mecanismo de dominação de classe adaptada aos tempos de desemprego estrutural e alta competitividade capitalista. A terceirização causa uma divisão entre os trabalhadores que são contratados pela empresa principal e aqueles contratados pelas terceirizadas. Esta divisão ocorre pela diferença salarial e pela forma de contratação.

A *Sondagem* da CNI mostra ainda outra problemática, que é a diferenciação entre as terceirizações que ocorrem nas micro e pequenas empresas e nas grandes empresas. Apesar de afirmar que a grande maioria das empresas de todos os portes se asseguram dos direitos trabalhistas de seus terceirizados, um dado demonstra que a situação é grave para os trabalhadores terceirizados nas micro e pequenas empresas, pois apenas 51% delas direciona o mesmo tratamento aos terceirizados e aos efetivos (CNI, 2009c, p.07).

Desta forma, a divisão interna na classe trabalhadora tende, e de fato isso ocorre, a desmobilizar boa parte dos trabalhadores, que, pressionada pelo desemprego e pelo precário vínculo terceirizado, não busca a luta orgânica como classe para alcançar as suas demandas. Assim, a terceirização, além de ser uma economia de gastos com a força de trabalho, é também mecanismo de manipulação e de hegemonia da classe dominante. O capital, assim, pode produzir sem grandes perigos de lutas por parte da classe trabalhadora.

A terceirização, ainda, é um mecanismo de ampliação da produtividade e competitividade das empresas. Estas, despreocupadas com parte da carga trabalhista e tudo o que dela deriva, passa a se concentrar no foco principal, podendo investir mais recursos, por exemplo, em inovação, que é um fator de fundamental importância para a competitividade.

Desta forma, conclui-se que o processo de terceirização defendido pela CNI, embora apareça revestido de uma preocupação com a proteção dos trabalhadores, na verdade é um fator de desintegração de classe, de precarização e flexibilização das relações trabalhistas no país.

O próximo item da pauta das relações de trabalho da CNI vincula-se aos custos com contratação de força de trabalho. Para a entidade, o custo de contratação no país é muito elevado, e a legislação pertinente é complexa e gera distorções de entendimento. Além disso, a legislação atual não permite a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica, trabalho cooperado, trabalho por tarefa, o que é uma demanda da CNI (CNI, 2008).

Perante estas demandas, a CNI recomenda ao governo a redução nos gastos da Folha de Pagamentos, especialmente para as pequenas e micro empresas, criando um “Simples Trabalhista”, semelhante ao Simples Nacional, forma simplificada de tributação para estes tipos de empresas.

A CNI, ao defender a flexibilização das formas de contratação de trabalhadores, inclusive como cooperados, por tarefa ou como pessoa jurídica, abre mais brechas para a fragmentação da classe trabalhadora, além de demonstrar claramente que a competitividade industrial em pleno capitalismo no século XXI,

convive harmoniosamente com formas de relações trabalhistas antigas, como o trabalho por tarefa. Tal forma de contratação cria um vínculo precário entre empresas e trabalhadores, dando àquelas os bônus de um trabalhador dedicado a uma tarefa específica, remunerado conforme o cumprimento de tarefas e a sua agilidade neste cumprimento.

Com relação ao trabalho cooperado, este é resultado de um contrato entre uma empresa e uma cooperativa de trabalhadores para o cumprimento de tarefas específicas por tempo determinado. Neste caso, por tratar-se de trabalhadores cooperados, a empresa não necessita pagar as contribuições trabalhistas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, a multa de 40% do FGTS em caso de demissão entre outros encargos sociais para com os trabalhadores. A contratação de uma cooperativa de trabalho não deixa de ter as vantagens, para as empresas, do processo de terceirização, constituindo-se, para a classe trabalhadora, um engodo.

No caso do trabalho cooperativo, é importante salientar que sobre ele recai, ainda, uma ideologia da autonomia, do trabalho em grupo, da capacidade de empreender, da união dos trabalhadores em torno de um ideal, enfim, idéias vinculadas ao cooperativismo, mas que, na verdade, escondem a real situação de precarização que significa esta modalidade de vínculo trabalhista.

O terceiro item da pauta da CNI é a questão do conflito e da insegurança jurídica nas relações de trabalho. Os empresários afirmam, baseados na CLT, que a legislação trabalhista no país estimula o conflito entre capital e trabalho, aumentando as despesas das empresas. Além disso, a CLT é acusada de não acompanhar “[...] o avanço dos processos produtivos e a dinâmica tecnológica, fazendo com que os novos modelos de organização da produção sujeitem as empresas à insegurança jurídica e os trabalhadores à falta de proteção.” (CNI, 2008, p. 56).

As recomendações da CNI giram em torno da simplificação da legislação trabalhista, eliminando possíveis ambigüidades e distorções; evitar a todo custo o papel do Judiciário como legislador de causas trabalhistas; atuação educativa do fiscal do trabalho, ao invés de uma atuação punitiva; “aperfeiçoar” a legislação, para permitir novas formas de contratação; estimular o acordo entre capital e trabalho; ampliar as possibilidades da negociação coletiva, de forma a que esta possa se sobrepor à lei; criação e implementação de Comissões de Conciliação Prévia – CCP; regulamentar a contratação de aprendizes; inclusão de deficientes, com políticas de incentivos e formação profissional entre outros.

Estes itens acima enumerados, em conjunto, perfazem o caminho até aqui apontado de flexibilização das relações de trabalho, mas de uma forma a aparecer para a sociedade como demandas sociais em geral, com alto poder de sedução sobre

o senso comum e a opinião pública. Tanto é assim que podemos ver na grande imprensa um consenso a respeito da necessidade de melhoramento das leis trabalhistas, a crítica à rigidez caracterizadora da CLT, o vínculo entre aumento do emprego e redução dos encargos sociais etc.

Claro está que a simplificação da legislação é uma demanda não apenas do empresariado, mas de todos os trabalhadores, afinal de contas as ambigüidades nas interpretações da lei podem favorecer o capital. Uma legislação clara, portanto, é uma reivindicação sobre a qual existe um consenso, mas, no entanto, não se pode afirmar o mesmo em relação ao conteúdo desta legislação trabalhista, afinal de contas, para o capital interessa realizar pressão aberta para que tal legislação favoreça a economia de gastos com os trabalhadores, inclusive com formas particulares de arrocho salarial, como o caso das terceirizações. Por outro lado, para a classe trabalhadora, o interesse imediato é cada vez obter melhores salários e melhores condições de trabalho, com certa segurança.

Interessante notar que no caso das recomendações acima mencionadas, os empresários enfatizam a necessidade de se evitar conflitos entre capital e trabalho, mas, neste sentido, insistem em priorizar reformas de cunho precarizador das condições de trabalho, ou seja, constitui-se, esta demanda, como verdadeira imposição de uma visão de mundo burguesa, no interior da qual a classe trabalhadora deve apenas se adaptar.

A ênfase na conciliação prévia, dentro da empresa mesmo, antes de se dirigir ao Poder Judiciário, nada mais significa, ideologicamente, que apontar a relação entre capital e trabalho como uma relação de fato entre iguais, o que não pode ser entendido a não ser por um mecanismo ideológico, no sentido de falseamento da realidade concreta, em que há uma hegemonia da burguesia sobre a classe trabalhadora.

O quarto item das *Conclusões* denomina-se “Rotatividade”, e é assim enunciada no documento: “A combinação das regras do FGTS com as do seguro-desemprego tem induzido à elevação da rotatividade. Isso tem gerado perda de produtividade e despesas para as empresas e para o erário público.” (CNI, 2008, p. 58).

Na verdade, a CNI quer nos fazer crer que a rotatividade dos trabalhadores é causada pela existência de uma rede de seguridade social, FGTS e Seguro Desemprego, que estimula os trabalhadores a saírem do emprego constantemente. Ao sacramentar tal discurso a CNI não esconde seu viés ideológico ao falsear o entendimento da concretude das relações sociais e de trabalho.

A rotatividade dos trabalhadores, de fato, gera um custo para as empresas, devido ao fato de estas terem como obrigação o pagamento dos encargos sociais devidos a esta rotatividade e à contratação de pessoal para substituição. No entanto, é contestável afirmar que a motivação da rotatividade é devida ao fato de o trabalhador encontrar, fora do emprego, um sistema de seguridade que o ampare, ao contrário, os indícios apontam para um desejo de se manter empregado, devido ao grande número de desempregados e à dificuldade de retornar ao mercado de trabalho após uma demissão.

Uma análise minimamente coerente afirma (IEDI, 2005), do ponto de vista empresarial, que o fluxo de pessoal na indústria atende a ciclos econômicos: em um período de aquecimento da atividade industrial percebe-se um maior movimento nas demissões voluntárias dos trabalhadores, almejando melhores colocações na indústria. Em épocas de crise, ao contrário, este tipo de demissões diminui consideravelmente, ao passo que as demissões por parte das empresas cresce.

Outra característica da rotatividade, apontada pelo IEDI, é que esta é maior nos setores de produtividade sazonal e nos setores que exigem menos formação especializada dos trabalhadores, e, portanto, é possível desfazer-se dela e encontrar facilmente substituição no mercado de trabalho. “Inversamente, os setores mais modernos tecnologicamente tendem a ter menor rotatividade, pois empregam mão-de-obra mais qualificada, pagam melhores salários e oferecem um atrativo mercado de trabalho interno a seus empregados.” (IEDI, 2005) Em termos regionais, aponta o IEDI, as regiões Norte e Sul despontam com maiores taxas de rotatividade, a primeira pela sua condição de atraso tecnológico, e a segunda pela presença da agroindústria, caracteristicamente sazonal.

Na verdade, a proposta dos empresários sobre Rotatividade centra-se na questão de uma melhor regulação do pagamento do seguro-desemprego, tendo como proposta a vinculação deste seguro a um processo de formação continuada dos trabalhadores. A proposta da CNI também se refere a mudanças no Aviso-Prévio, proporcional ao tempo de empresa, limitado a 30 dias (atualmente, este Aviso-Prévio é, indistintamente, de 30 dias ou a critério de uma negociação entre trabalhador e empregador). A revisão do pagamento da multa de 40% do FGTS em caso de demissão é outro alvo dos empresários. Nas propostas de reforma trabalhista este sempre foi um ponto nevrálgico que contrapôs trabalhadores e empresários. A proposta aqui é a flexibilização do pagamento desta multa, tendo em vista a proporcionalidade em relação ao tempo de serviço na empresa, e extinguir o adicional de 10% atualmente existente (CNI, 2008).

Mais uma vez apreendemos nestas propostas a intenção deliberada da burguesia industrial de redução dos custos com a mão-de-obra a partir da extinção ou flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Tal intenção, no entanto, vem acobertada por um discurso cujo endereçamento é para toda a sociedade, criando um clima de consenso social em torno destas propostas, com fundamento na falsa ideia de que estas poderiam, futuramente, gerar mais e melhores empregos barateando os custos de contratação.

O último item da pauta da CNI refere-se à gestão da saúde e segurança do trabalho – SST. Mais uma vez a crítica dos empresários é quanto à complexidade e dubiedade da legislação referente ao tema, que causa insegurança para os empresários e trabalhadores. A proteção ao trabalhador, que, na visão da CNI, deveria ser o objetivo último das políticas de SST, passa a ser substituída por um modelo punitivo para os empresários (CNI, 2008).

Sendo assim as recomendações remetem-se ao aprimoramento da comunicação das leis de SST, tanto para empresários quanto para os trabalhadores, simplificar as Normas Regulamentadoras – NR`s, criar uma cultura da educação e não da punição, como é hoje, criação de políticas para a redução dos custos com SST entre outras.

Aqui, há de se compreender, como já foi afirmado anteriormente, que a insistência do empresariado em substituir a “cultura da punição” pela educação (como querem que seja também a fiscalização do trabalho), na verdade, nada mais é que a expressão da vontade da classe burguesa de que as mediações das relações trabalhistas saiam da esfera de ação estatal e se figurem como expressões das relações privadas entre capital e trabalho. Deste modo, estas relações seriam mais vantajosas para o capital, considerando o processo histórico de dominação de classe no capitalismo.

Além destes itens constantes no documento final do ENAI de 2008, existem na pauta desta entidade ainda outros dois que também aparecem no *CNI em Ação*, Edição Especial de dezembro de 2009 (CNI, 2009): a questão da dispensa imotivada e a redução da jornada de trabalho. Neste documento constam os Projetos de Lei que estão tramitando na Câmara, e, juntamente com a Terceirização, estes dois completam a pauta das relações de trabalho da *Agenda Legislativa* da CNI.

A dispensa imotivada é tema do Projeto de Lei Complementar proposto desde 18 de fevereiro de 2003 pelo deputado do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco – PT-PE, Maurício Rands⁵⁷. O Projeto encontra-se, atualmente, pronto para entrar na

⁵⁷ Trata-se, na verdade, da ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual a CNI se posiciona contrária (CNI, 2008b)

Pauta da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos – CTASP, sendo que já foi rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC⁵⁸. Trata-se de uma proposta de garantir o que consta no Inciso I do Art. 7 da Constituição Federal de 1988, que diz que são direitos dos trabalhadores, entre outros itens: “I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”. (BRASIL, 1988). Este Inciso, como se lê, necessita de uma lei complementar para que possa vigorar, e é este o objetivo do deputado petista.

Consta no projeto que a demissão do trabalhador somente poderá ser realizada por motivos objetivos e subjetivos devidamente esclarecidos pelo empregador. Como motivos objetivos o deputado aponta os motivados pelas questões de ordem econômica que atingem as empresas, como dificuldades econômicas e financeiras ou reestruturação produtiva; por motivos subjetivos se entende aqueles que se relacionam à indisciplina ou insuficiência de desempenho. Em caso de demissão sem que o empregador possa provar quaisquer destas motivações para a justiça, o trabalhador poderá ser ressarcido de duas formas, à sua escolha: ou ser readmitido ou ser pago por meio de indenização, para cujo conteúdo o projeto é vago.

A posição da CNI é a de que tal projeto deve ser barrado por cercear a liberdade de empreendimento e gestão dos recursos humanos pelas empresas, inclusive, afirma a CNI, inviabilizando estes empreendimentos com tamanha rigidez e reduzindo o emprego formal. Além do mais, argumenta a CNI, os trabalhadores já contam com diversas leis que o protegem em caso de demissão imotivada, como o aviso prévio de 30 dias, férias, 13º salário proporcional, multa de 40% do FGTS. Portanto, garante a CNI, seria descabida uma legislação que aprofundasse ainda mais esta rede de proteção aos trabalhadores.

Claro está que tal proposta seria frontalmente atacada pelo empresariado, pois mexe em um dos núcleos da sua liberdade de ação, que é a gestão dos seus recursos humanos. No entanto, tal projeto não se vincula à livre criação do deputado pernambucano, mas é um direito expresso na Constituição Federal de 1988, a qual, apesar de ter sido denominada de “Constituição cidadã” pelos políticos e movimentos sociais, foi rejeitada pela CNI como uma “[...] importante fonte de desigualdade e exclusão sociais no Brasil”. (CNI, 2002, p. 141), apontando justamente as questões das relações de trabalho aprovadas nesta Carta.

Portanto, sem rodeios, podemos afirmar categoricamente que a CNI descarta como princípio que haja intervenções nas relações entre capital e trabalho no que

⁵⁸ Para o levantamento destas informações foi consultado o site da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br.

tange a gestão dos recursos humanos, expressando, assim, a idéia de que a regulação das relações capital e trabalho deve ocorrer no âmbito da própria empresa, entre aqueles que, “livremente”, assinam o contrato de trabalho como “iguais”, embora com direitos e deveres diferenciados. Esta posição denota uma visão de mundo, que podemos afirmar como hegemônica, que defende esta paridade entre capital e trabalho, mistificando o que, na realidade, constituiu-se historicamente como uma relação de dominação. Afirmar que trabalhadores e empregadores possam dialogar e acordar sobre os mais diversos pontos das suas relações, sem a mediação do Estado, no atual momento em que a disputa de classes é desfavorável aos trabalhadores, significa defender uma mistificação, e é isso que faz a CNI.

Há de se discutir, do ponto de vista da classe trabalhadora, se esta manutenção do emprego pela burguesia, orientada por uma obrigação legal, constitui numa saída estratégica, do ponto de vista revolucionário. No entanto, tal discussão extrapolaria os objetivos deste trabalho, mas com certeza poderá ser pauta para muitas discussões.

Outra pauta da CNI refere-se à redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais atuais para 40 horas semanais, e o aumento da Hora Extra de 50% para 75%, que é o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 231/1995, da lavra do deputado Inácio Arruda, do Partido Comunista do Brasil do Ceará – PCdoB-CE. Sobre isso tratam dois documentos da CNI (CNI, 2009a; 2009d).

O argumento central dos empresários é que a aprovação de uma lei que trate deste tema não pode, por si mesma, gerar mais e melhores empregos, e que são os acordos entre as partes (capital e trabalho) o que tem evitado a elevação do número de desempregos no país. “Eles indicam que a livre negociação é o caminho para a preservação das necessidades dos trabalhadores e das empresas.” (CNI, 2009d, p.02). Na verdade, afirma este documento, é o crescimento econômico a alavanca para a geração de empregos. “Ou seja, a criação de empregos depende, basicamente, de investimentos na produção, crescimento econômico sustentado e garantia de educação básica e profissional de boa qualidade.” (idem, p.03)

Em outro documento (CNI, 2009a), está expressa a grande mobilização efetuada pelo empresariado juntamente com os parlamentares com o intuito de demonstrar que, do ponto de vista desta classe, a redução da jornada poderia gerar o aumento dos custos com a mão-de-obra, e, conseqüentemente, a redução dos empregos formais na indústria. Com este entendimento, foi elaborada cartilha para as empresas, sindicatos e associações. A avaliação da entidade é que sua mobilização alcançou êxito contra a mobilização das centrais sindicais que, historicamente, defendem esta pauta para a classe trabalhadora. Como parte da pressão no

Congresso, os empresários reuniram-se com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer – PMDB-SP, que criou uma comissão para a discussão do tema.

Ao longo da tramitação do projeto houve a criação de uma Comissão Especial para a análise da PEC 231, instituída em 08 de dezembro de 2008, cujo relator foi o deputado Vicentinho – PT-SP. Ao longo do ano de 2009, e com vistas a melhor executar seu relatório, este deputado convidou representantes dos trabalhadores, deputados, juízes, representantes do empresariado, economistas entre outros, que apontaram as positivities de uma eventual redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. A grande maioria dos palestrantes ao longo das jornadas de debate sobre a PEC 231 foi de parecer favorável à redução da jornada, tendo como argumentos várias motivações, aqui sintetizadas: geração de empregos; redução da incidência de doenças e acidentes de trabalho; a produtividade alcançada pela indústria justificaria a redução da jornada sem prejuízo para o setor produtivo; a jornada média dos trabalhadores brasileiros já é próxima de 40 horas semanais, o que não traria grande impacto caso fosse aprovada a PEC 231; o caso dos trabalhadores do comércio, cuja jornada é muito superior a 44 horas semanais; a redução da jornada significaria o alcance de um novo patamar civilizatório para o país; a medida reduziria o uso e abuso das horas extras; a redução da jornada significaria melhorar as condições de cidadania, dando aos trabalhadores possibilidade de se dedicar mais a outras atividades familiares, sociais, culturais etc.

Por outro lado, aqueles que se posicionaram contrariamente à aprovação da PEC 231 argumentaram que a redução da jornada por si não garantiria o aumento dos empregos; que, ao invés dessa medida, o governo deveria simplificar a contratação de trabalhadores (o Simples Trabalhista, como já foi tratado anteriormente); que a jornada de trabalho no Brasil já é menor que 44 horas semanais, e que esta questão deveria ser resolvida no âmbito das negociações coletivas. Houve ainda uma colocação interessante do representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Roberto Henrique Gonzalez, para quem, apesar de ser favorável à redução da jornada, esta poderia gerar outro efeito sobre a classe trabalhadora, qual seja, o aumento da intensidade do trabalho, ou seja, a cobrança da mesma produtividade em menor tempo de trabalho, o que classicamente significa a maior exploração da mais-valia relativa⁵⁹.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (DIEESE, 2007) apontou, em seu estudo, algumas condições que estão

⁵⁹ Tanto o deputado Vicentinho quanto a Comissão aprovaram a PEC 231.

dadas atualmente na economia brasileira e que possibilitam a redução da jornada sem redução de salários:

- a produtividade do trabalho mais que dobrou nos anos 90;
- o custo com salários é um dos mais baixos no mundo;
- o peso dos salários no custo total de produção é baixo;
- o processo de flexibilização da legislação trabalhista, ocorrido ao longo da década de 90, intensificou, significativamente, o ritmo do trabalho. (DIEESE, 2007, p.03)

Ou seja, apesar de não podermos deixar de lembrar que o DIEESE é uma entidade vinculada à classe trabalhadora, as suas análises, detalhadas nesta Nota Técnica, demonstram a possibilidade real de que a redução da jornada de trabalho ocorra, o que, do ponto de vista do capital, seria uma medida antieconômica, no sentido de interferir e reduzir parte de sua mais-valia absoluta.

Para os empresários, no entanto, a questão percorre outras sendas. Ao contrário da geração de novos empregos, a redução da jornada sem a redução de salários aumentará os custos de contratação e, com isso, os empresários buscarão alternativas, que assinalam: compra de máquinas para automação; redução da produção; e intensificação do trabalho no quadro de empregados existentes. (CNI, 2009d, p. 05). As micro e pequenas empresas sofrerão as maiores consequências se essa medida for implementada, e, haja vista o alcance destas na geração de empregos, o impacto para os trabalhadores não seria desprezível.

Mas, ainda na contracorrente da argumentação empresarial, vemos que a redução da jornada de trabalho ocorreu ao longo do século XX no mundo inteiro, e no Brasil ela baixou de 48 horas semanais, estipulados na década de 30, para 44 horas semanais, na Constituição de 1988, devido a muitas lutas. Algumas categorias, devido à sua organização mais desenvolvida, alcançaram a jornada de 40 horas semanais, como os metalúrgicos. No entanto, a estas conquistas, afirma o DIEESE, o capital vem revidando com alternativas de exploração da classe trabalhadora, como o incentivo à hora extra⁶⁰, intensificação da produtividade com a reestruturação produtiva, incrementos tecnológicos ou mesmo reduções de pausas na linha de produção. Outra forma é a flexibilização do tempo de trabalho, como, por exemplo, ocorre em épocas de crise econômica, em que os trabalhadores são chamados a trabalhar menos, ou a se afastar da produção, e em outros tempos, de aquecimento, em que são chamados a recomporem o tempo parado com jornadas mais longas, para que a empresa possa atender às demandas da produção. Um exemplo disso é o chamado “banco de horas”.

⁶⁰ Segundo o mesmo documento são realizadas no país cerca de 52.800.000 horas extras por semana (DIEESE, 2007, p. 06).

“Por esse motivo, a luta pela redução da jornada abrange não só uma jornada menor, mas também a limitação da hora extra, bem como a revogação da lei sobre o banco de horas e o trabalho aos domingos.” (DIEESE, 2007, p. 04)

Claro está que os argumentos em favor da redução da jornada de trabalho são muito mais extensos, porém, entendemos que os aqui apresentados já constituem suficiente argumentação e traçam um panorama razoável para as reflexões que aqui pretendemos desenvolver. Nesse quadro, parece ser razoável afirmar, novamente, que as demandas do empresariado para a reforma trabalhista colocam em xeque as propostas educacionais deste mesmo empresariado, que, no fim das contas, luta insistentemente pela perpetuação de condições precárias de trabalho, além da redução dos custos referentes aos trabalhadores, o que geralmente significa a redução relativa de salários, maiores jornadas para grande parte da classe trabalhadora, vínculos mais precários de trabalho, que geram insegurança, desestabilização familiar, desemprego, empregos informais etc.

Outro item que tem repercutido nos fóruns de crítica à reforma trabalhista⁶¹, e também na pauta da CNI⁶², refere-se à implementação do chamado *Super Simples Nacional*, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que está tramitando no Congresso Nacional (Projeto de Lei Complementar n. 123/2004).

Segundo consta na Seção II do Projeto, intitulada Das Obrigações Trabalhistas, parte do Capítulo VI, intitulado Da Simplificação das Relações de Trabalho, uma série de direitos trabalhistas historicamente conquistados e já plenamente implementados são ou flexibilizados ou extintos para as micro e pequenas empresas. Para não restar dúvidas, trazemos para o debate o Art. 51 do Projeto:

Seção II

Das Obrigações Trabalhistas

Art. 51. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

⁶¹ O FÓRUM-FISCO NACIONAL, que reúne a UNAFISCO-SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, a ANFIP – Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, a FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual, a FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais, a FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, a FENAFISP – Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social e o SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho constitui-se no maior articulador das críticas ao Projeto.

⁶² Desde 2004 a CNI vem acompanhando no Congresso o desenrolar da PLP123. Neste ano a Agenda Legislativa traz a preocupação com o encaminhamento da lei, apoiando-a em geral, e apenas apresentando algumas questões relativas à definição de alíquotas e divisão da arrecadação entre os entes da federação. No link do site da CNI, denominado *CNI EM AÇÃO* (www.cni.org.br), consta a entrada para a discussão da entidade sobre as micro e pequenas empresas, e, especificamente, sobre o Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas. Neste são apresentadas as ações da CNI em 2007 em que efetivou discussões com o Congresso e com o empresariado em geral sobre a necessidade da legislação e a efetivação de pequenas mudanças no projeto. Em 2009 (CNI, 2009b) continua presente a preocupação da entidade com esta questão.

- I – da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- IV – da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”; e
- V – de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas. (Disponível no site: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/427877.pdf>. Acesso em 12 jan. 2010).

Como 95% das empresas constituídas no Brasil são microempresas, e empregam cerca de 50% da força de trabalho brasileira (PASTORE, 2005), percebe-se por aí o alcance destas medidas para a classe trabalhadora. Em termos de flexibilidade das relações trabalhistas, são contempladas plenamente as demandas da CNI, pois eliminam boa parte da burocracia e dos custos envolvidos na contratação e demissão de mão-de-obra, que, como já foi visto, constitui-se em um dos impeditivos, do ponto de vista empresarial, para a ampliação das contratações e, logo, da redução do desemprego no país.

No entanto, no que se refere aos trabalhadores, esta legislação deteriora ainda mais as condições de trabalho, reduzindo garantias e mesmo elementos de composição salarial. Sobre isso a leitura do Art. 51 do PLP fala por si mesma. Mas, além das perdas de direitos de 50% da força de trabalho brasileira, a PLP ainda traz como prejuízo para a sociedade a precarização da fiscalização trabalhista, que pode garantir direitos aos trabalhadores, e, por outro lado, punir a má conduta, omissão ou mesmo crimes patronais em relação aos direitos trabalhistas, previdenciários e relativos à SST. Os itens do Art. 51 demonstram a fragilidade do próprio Estado em fiscalizar as empresas, já que estas não são mais obrigadas a apresentar uma série de documentos que garantem uma boa qualidade no trabalho. Ao não exigir a documentação de forma ostensiva, o Estado abre brecha para que as empresas não cumpram deveres para com o trabalhador, reduzindo as relações trabalhistas a confrontos pessoais (lembrando que a média de trabalhadores destas micro e pequenas empresas é de 1 a 4 funcionários), nos quais o empresário, devido à sua posição na relação de forças, pode oprimir o trabalhador com a ameaça do desemprego e, por pressão, deixar de cumprir aquilo que a própria lei flexibiliza. Até mesmo direitos históricos como o 13º salário, pagamento de férias entre outros podem ser descumpridos já que a fiscalização não mais teria poder efetivo de punição.

Ainda o Art. 53 traz outras formas de flexibilizar e melhorar a condição do empresário, dispensando-o de pagamentos de contribuições sociais instituídas, por exemplo, na Lei Complementar n. 101, de 29 de junho de 2001, que *Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em*

contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. O Inciso IV, por exemplo, “dispensa do pagamento das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001”. Estas contribuições sociais referem-se ao pagamento da alíquota de 10% de FGTS ao trabalhador. Desta forma, a PLP traz uma grande vitória do capital sobre o trabalho, ao reduzir a carga que se agrega ao custo da força de trabalho e, além disso, desprotege o trabalhador de demissões arbitrárias, que era justamente o objetivo da multa de 40% do FGTS. Com esta brecha, obviamente que os empresários terão maiores estímulos de demitir os trabalhadores, podendo, com isso, oferecer pressão de todos os tipos sobre os trabalhadores: horas extras, intensificação do trabalho, polivalência e multifuncionalidade, redução de salário e outros benefícios.

Frente a tais questões sumariamente levantadas das propostas empresariais, podemos questionar, e será somente em forma de questionamento que o faremos aqui, qual a verdadeira “pedagogia” que advém da CNI? Ela realmente coaduna com uma “educação de qualidade”, como sempre está presente nos documentos dessa instituição?

Pensamos que neste cenário ganham importância as reflexões de duas das principais categorias levantadas nos documentos da CNI, quais sejam, a empregabilidade e o empreendedorismo. Ambos, a nosso ver, são construções da burguesia em geral, e também da burguesia industrial, para a educação contemporânea, que se vinculam às demandas dos empresários para um mundo do trabalho precarizado, como analisado acima. As reflexões sobre tais categorias serão feitas a seguir, acompanhadas das categorias igualmente orgânicas ao projeto burguês de educação: a polivalência e a teoria do capital humano.

5.2. As principais categorias do projeto de educação básica da CNI

As análises realizadas anteriormente permitem a construção das principais categorias do projeto de educação básica da CNI, isto porque colocam este projeto no interior da concretude das relações sociais atualmente existentes, assim como referenciam, de forma crítica, este projeto a outros propostos pelo empresariado, de modo a melhor localizar, no todo, a especificidade da educação básica para a burguesia industrial brasileira.

As quatro categorias que serão desenvolvidas na sequência, empregabilidade, empreendedorismo, polivalência e teoria do capital humano, dão um panorama geral deste projeto educacional, embora não o esgote, abrindo a possibilidade da crítica da presença dos empresários na educação brasileira, dada a sua relevância e penetração, inclusive nas proposições oficiais do Estado brasileiro a partir dos anos de

1990 (DELUIZ, 1993; KUENZER, 2006; MELO, 2009; OLIVEIRA, R. 2003a; 2003b; OLIVEIRA, D.A. 2006; RAMOS, 2001 entre outros).

5.2.1. Empregabilidade

Como já vimos tratando em vários momentos deste texto, a questão da empregabilidade, constante presença nos textos da CNI, representa uma forma ideológica das relações do mundo do trabalho contemporânea que, no entanto, nos remete a um processo histórico característico do capitalismo, ou seja, a relação entre capital variável e capital constante, já analisado por Marx (1998), e que determina o número de trabalhadores empregados (idem, p.465). Esta consideração inicial nos leva a compreender este como um processo que, ao mesmo tempo, apresenta novos elementos, mediados pelas condições atuais das relações de produção capitalista, e características já clássicas, pois o processo de trabalho capitalista sempre se caracterizou pela exclusão de boa parte da força de trabalho, que constitui o exército de reserva, auxiliando, com isso, a reprodução do próprio sistema de exploração da mais-valia da força de trabalho. Desta forma, um elemento a ser levado em conta é este: não há vagas de emprego para todos os trabalhadores. A partir desta consideração inicial a empregabilidade ganha vida real no movimento contraditório do capitalismo.

Ser empregável significa, literalmente, a probabilidade ou capacidade do trabalhador para ter sucesso na busca e/ou manutenção do emprego, ou seja, nos termos acima referidos, empregável é aquele que está entre os trabalhadores empregados e luta para permanecer nesta situação, o que, devido à crise estrutural do emprego, exige grande soma de investimentos em formação continuada segundo a lógica do mercado; por outro lado, luta pela empregabilidade aquele que, mesmo estando desempregado, financia sua formação continuada, visando atender às demandas do mercado de trabalho, criadas ideologicamente ou reais, direcionando suas ações formativas para este intuito.

Segundo as pesquisas desenvolvidas por Reis (1998), o perfil do profissional característico da empregabilidade é assim constituído:

- que seja um profissional com objetivos, que saiba aonde quer chegar, invista em si mesmo, disposto a trabalhar arduamente;
- que tenha boa rede de relacionamentos, que saiba se relacionar bem com as pessoas, que participe ativamente em sua comunidade, saiba conviver com diferenças, tenha bom convívio familiar, seja flexível e aceite novas maneiras de fazer as coisas;
- que tenha coragem para enfrentar mudanças, que saiba lidar com pressões, que tenha bom senso, que tenha intuição, que saiba solucionar rapidamente problemas e tomar decisões;
- que seja polivalente, que adquira experiência internacional, que

tenha bom nível cultural e seja ligado ao mundo e às suas tendências;
- que seja ético, criativo, curioso, que tenha visão ampla, seja auto-motivado, tenha boa capacidade crítica, comprometimento e responsabilidade.

Apreende-se do perfil do profissional requerido pelas empresas, e de fato a CNI, pelo exame dos documentos, corrobora com esta formulação, que este profissional empregável deve desenvolver características muito vinculadas à personalidade, ao modo pessoal de relacionamento com o mundo, e ser flexível para enfrentar situações diversas e não identificáveis *a priori*, ou seja, situações estáveis. É, inclusive, este fator da flexibilidade que leva à necessidade da experiência internacional e bom nível cultural, pois, para uma pequena parcela de trabalhadores altamente especializados, exige-se o domínio de uma língua estrangeira, e um nível de cultura geral mínimo, para relações interpessoais. Ademais, do perfil acima podemos apreender realmente a subordinação objetiva e subjetiva do trabalhador às demandas da empresa. De um lado, seu perfil psicológico está em jogo, assim como sua personalidade; por outro lado, o que está em jogo é sua disponibilidade de horário e de mudança geográfica, desde que esta atenda às necessidades de manutenção do emprego.

Apesar desta construção, de base claramente idealista, as análises críticas em torno da empregabilidade apontam-na como elemento ideológico que mascara a dinâmica real do trabalho no capitalismo. Tal dinâmica baseia-se na exploração e exclusão dos trabalhadores, legitimada pelo individualismo meritocrático, que explica a realidade e as condições materiais dos indivíduos pelo resultado das ações individuais, que, neste caso, podem ou não resultar em sucesso no campo profissional.

Como o objetivo aqui é o de analisar criticamente a inserção da empregabilidade no contexto do projeto formativo da CNI, esta categoria se apresenta, para o empresariado, como uma necessidade de adaptação dos trabalhadores sob dois aspectos: em primeiro lugar, afirmam os empresários, ser empregável é positivo para os trabalhadores, que, com isso, podem galgar sucesso no mercado de trabalho; em segundo lugar, é bom para as empresas, porque o trabalhador que tem esta “consciência” da necessidade da empregabilidade é aquele que realiza um esforço de adaptação às demandas das empresas, sendo, portanto, essencial para o sucesso destas na luta concorrencial capitalista, pois quanto mais qualificados os trabalhadores, melhores serão os índices de produtividade das empresas.

A constatação de que não há vagas de emprego para todos os trabalhadores podemos retirar da própria dinâmica da produção capitalista, e, especialmente, com a introdução da maquinaria na indústria moderna. Segundo Marx, a introdução da maquinaria teve como objetivo não a redução do tempo de trabalho necessário (embora isso fosse possível, abstraindo-se as condições reais em que estas são incorporadas na produção), mas sim a maior e mais eficiente exploração da mais-valia (MARX, 1998, p.427). Em um primeiro momento, a implementação da maquinaria resultou na utilização ampliada de contingentes da força de trabalho feminina e das crianças, pela simplificação do trabalho e o baixo custo desta força de trabalho, que, ademais, era vendida em família, reduzindo ainda mais o custo para o capitalista⁶³. Neste período, inclusive, os fabricantes preferiam crianças que não tinham vínculos com a escola, demonstrando que a formação necessária para o trabalho com a maquinaria era mínima para a grande massa dos trabalhadores.

Há que se considerar, ainda, que a maquinaria se relaciona com o trabalhador de forma quase “despótica”, produzindo mais-valia relativa sob três aspectos: “[...] diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas[...]” (idem, p.464). Além da exploração de mais-valia, a maquinaria, nas mãos do capital, produz sobre os trabalhadores uma determinada forma de controle, dado pela sua forma de movimento e atividade, que ocorre independentemente do trabalhador, e sob um ritmo muito além das possibilidades humanas. A introdução da maquinaria, sob a lógica capitalista, gerou a intensificação do trabalho, ou seja, maior dispêndio de trabalho em um período menor de jornada, reduzindo ao mínimo os poros da produção, utilizando ao máximo a força de trabalho⁶⁴. Marx ainda fala sobre os resultados da intensificação do trabalho:

A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetivo e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho. (idem, p.468)

⁶³ No mesmo texto, Marx fala que o uso de mulheres e crianças somente deixou de ser regra quando uma legislação específica a proibiu, ou seja, não foi nenhum apelo moral que o fez parar, pelo menos diretamente.

⁶⁴ Não podemos deixar de relacionar esta análise marxiana ao período contemporâneo, em que o toyotismo caracteriza-se justamente pela intensificação do trabalho, de forma a reduzir os gargalos da produção, exigindo dos trabalhadores uma dedicação objetiva e subjetiva ao trabalho. Mais uma vez podemos verificar o brilhantismo da análise de Marx, e o motivo pelo qual ela é clássica.

Desta forma, vemos que a introdução da maquinaria, ao invés de significar liberdade para os trabalhadores, em termos de redução do tempo de trabalho necessário, significou sua mais completa subordinação ao capital, na forma de intensificação do trabalho. Desta forma, os trabalhadores tiveram, e ainda têm, que se adequar ao ritmo acelerado das máquinas, determinado pela lógica concorrencial (produzir mais, melhor, mais barato e com qualidade no menor tempo), e, conjuntamente, ampliar seu campo de trabalho com o aumento das máquinas sob sua responsabilidade. Este último fenômeno, aliás, está na base de algumas argumentações sobre as razões do aumento do desemprego atualmente, ou seja, quanto mais máquinas menos empregos, o que, apenas formalmente, não é uma análise equivocada, mas, dialeticamente, é inconsistente, pois a implementação da maquinaria não ocorre de *per se*, mas sim inserida num contexto de relações de produção no qual seu uso é determinado pela maximização da exploração da mais-valia.

De fato, Marx aponta esta como uma contradição da exploração da mais-valia pela introdução da maquinaria, ou seja, ela somente pode ocorrer com a redução do número de trabalhadores:

Dada a jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada se reparte em trabalho necessário e trabalho excedente. O número de trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre capital variável e capital constante. É claro que a produção mecanizada, por mais que amplie, aumentando a produtividade do trabalho, o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só obtém esse resultado diminuindo o número dos trabalhadores ocupados por dado montante de capital. (idem, p.465)

Ou seja, se é do trabalho vivo que é retirada a mais-valia, fonte da acumulação, este, por sua vez, tende a se reduzir com a introdução da maquinaria, reduzindo a possibilidade de extração da mais-valia. Este fenômeno, somado ao da concorrência e o barateamento dos produtos, acaba reduzindo a margem de lucro dos capitalistas, além, claro, de reduzir a proporção de trabalhadores ocupados na produção.

E tem mais uma questão importante a ser destacada, e que tem eco nas análises contemporâneas sobre o trabalho: a introdução da maquinaria exige por parte dos capitalistas o investimento no controle dos trabalhadores, pois qualquer prejuízo advindo da desqualificação ou “capricho” (Marx, 1998) dos trabalhadores é sempre proporcional ao investimento na maquinaria, cujo custo é muito superior ao dos investimentos nas antigas ferramentas manuais da manufatura. Hoje, com a maquinaria microeletrônica, esta questão se amplifica, pelas mesmas razões.

A partir desta pequena introdução à tese marxiana acerca da introdução da maquinaria e sua relação com o número de trabalhadores, podemos analisar a empregabilidade como um fenômeno ideológico que encobre este movimento real e contraditório do capitalismo, em que o processo de produção gera a exclusão de boa parte da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que necessita a sua presença na produção para gerar mais-valia. Esta contradição, por um lado, se explica no movimento real da economia capitalista que gera, entre outras conseqüências, o desemprego, por outro lado, ideologicamente cria socialmente a ilusão da possibilidade da inclusão no mercado de trabalho, já que é necessidade do capital empregar determinado número de trabalhadores. E é justamente neste movimento que a empregabilidade se assenta como a ideologia da inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, explicando, ao mesmo tempo, a sua exclusão, legitimando-a.

O modo como isso ocorre no contexto da empregabilidade está em conformidade com a característica mais marcante dos tempos ditos “neoliberais”, ou seja, o individualismo meritocrático. O que legitima a empregabilidade como característica do trabalhador é sua competência individual na promoção de sua carreira, o que equivale a dizer que na luta pelas poucas vagas de emprego, somente terão sucesso aqueles que melhor se prepararem para enfrentar a concorrência e se adaptarem para as demandas do mercado. Portanto, e o senso comum comprova isso, ter ou não sucesso no mercado de trabalho é questão de competência pessoal, ou seja, há de fato um processo de psicologização de uma questão eminentemente social, e, por isso, histórica, do capitalismo.

Da mesma maneira se expressa Leite (1997, p.64, apud INVERNIZZI, 2000, p.65): “O princípio que está por trás do conceito é de que o desemprego tem como causa a baixa ‘empregabilidade’ da mão-de-obra, ou seja, sua inadequação em face das exigências do mercado”. Desta forma, culpabilizados os trabalhadores, fica redimido o capital e sua contradição histórica e social, pois, segundo Invernizzi (idem, ibidem), inspirada em Leite, a ideologia da empregabilidade “[...] entende o problema do desemprego como resultado de uma inadequação da população às novas exigências da produção e joga sobre o trabalhador a responsabilidade pelo desemprego [...]”.

Para que os trabalhadores sejam empregáveis existem receitas veiculadas amplamente, e com tal força que se impõem como verdadeiras chaves do tesouro. As mesmas se apresentam por meio da imprensa diária; de livros de auto-ajuda para o trabalho, motivacionais e de gestão de carreira; nos programas de televisão; palestras ou mini cursos etc. Para as carreiras que exigem maior escolaridade e especialização, o receituário prevê a necessidade de se constituírem grupos de contatos (*network*),

aprender línguas estrangeiras, para além do inglês, cursar especializações tipo MBA, desenvolver, com gurus reconhecidos, técnicas para falar em público ou de desenvolvimento de liderança. Já para os trabalhos menos valorizados, o receituário prevê cursos profissionalizantes, cursos de informática, a conclusão da educação básica. Há que se ressaltar que existem, em termos de certificação, uma grande diversidade entre ambos os casos: empresas sérias e que se esmeram na qualidade dos cursos, e empresas que visam somente o retorno financeiro de suas atividades. Todas elas, no entanto, sobrevivem graças à necessidade, imposta socialmente, da formação continuada e da ideologia da inclusão de todos no mercado de trabalho, desde que estejam preparados para isso.

Pode-se citar novamente aqui o grande investimento estatal em qualificação da classe trabalhadora, a partir do PLANFOR e outras políticas de educação profissional adotadas a partir dos anos de 1990. A precariedade dos cursos de qualificação destinados aos trabalhadores com menos formação demonstra a pouca importância de que se generalize para a população uma especialização mais densa em termos científicos e tecnológicos, até porque, pela lógica real do capital, isto seria contraditório com o processo histórico de formação dos trabalhadores.

Para a CNI a empregabilidade é condição da auto-formação dos trabalhadores, no sentido de que estes desenvolvam competências básicas e específicas para o trabalho, o que é garantido pela educação básica e profissional. No entanto, como abordamos anteriormente, podemos colocar em dúvida o real significado da qualificação do ponto de vista do empresariado, pois para este o projeto é a continuidade do processo de precarização do trabalho para a massa dos trabalhadores, a partir de uma reforma trabalhista que reduza os custos gerados pela “estabilidade” historicamente garantida pela CLT. Sendo assim, qualificar os trabalhadores, torná-los “empregáveis” é um processo interessante para a reprodução ampliada do capital, tendo em vista a importância assumida pelos trabalhadores para a produtividade das empresas. Como já foi anteriormente afirmado, tal processo de formação não deve se generalizar, ao contrário da ilusão da inclusão, esta sim algo a ser alimentado ideologicamente pelo capital⁶⁵.

Outro fato que nos remete à discussão clássica de Marx, é que a exclusão do mercado de trabalho⁶⁶ de grande parte dos trabalhadores garante ao capital uma

⁶⁵ Giovanni Alves afirma, a este respeito, que a empregabilidade, como ideologia da formação profissional sob o toyotismo: “[...] traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social.” (ALVES, 2007)

⁶⁶ Não queremos dizer com isso que estar excluído do mercado de trabalho é estar “excluído” da sociedade, ao contrário, a presença dos desempregados é, de certa forma, elemento orgânico ao capital,

condição subjetiva dos trabalhadores que os leva a aceitar as mais flexíveis e precárias condições de trabalho, ou seja, a intensificação do trabalho. A empregabilidade, neste sentido, ganha vida como uma plataforma de sobrevivência dos trabalhadores, dispostos a quase tudo para garantir seu lugar no mercado de trabalho. Ser empregável é aceitar estas condições, adaptando-se a elas objetiva e subjetivamente. Portanto, a flexibilidade de que tanto se fala como característica requerida dos trabalhadores na fábrica toyotizada é apenas uma parcela da realidade: ser flexível é suportar as mais adversas condições de trabalho e salário, tudo isso para garantir a sobrevivência pessoal e da família.

Claro está que o apelo à empregabilidade, neste contexto em que ela se insere, é mais uma forma eficiente de explorar a força de trabalho. Faz isso tanto pela extração da mais-valia relativa (intensificação gerada pela incorporação das tecnologias na produção), quanto pela mais-valia absoluta (com a ampliação da jornada de trabalho, do trabalho aos domingos, flexibilização das férias e folgas, horas extras pagas pelo sistema do banco de horas etc.). Indo além disso, porém, a empregabilidade se coloca no movimento real do capitalismo contemporâneo, como mais uma forma de reforçar ideologicamente os fundamentos do sistema capitalista, cuja competição no interior da classe trabalhadora, é uma das suas facetas conservadoras mais relevantes, que desvia a luta desta classe da transformação social para a luta por um “lugar ao sol” no próprio sistema.

5.2.2. Empreendedorismo

O empreendedorismo tem ganhado fama no senso comum da sociedade contemporânea a partir de projetos sociais que o focalizam, pela publicação de livros, pela mídia, em programas dedicados a propagandear iniciativas empreendedoras, revistas especializadas ou sites da internet. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE tem sido uma entidade líder na divulgação e propaganda do empreendedorismo, inclusive oferecendo cursos *on-line* gratuitamente a partir do seu site (www.sebrae.com.br), e oferecendo consultorias e outras modalidades de apoio aos pequenos e médios empreendimentos. O SEBRAE também

e, inclusive, serve como pretexto para a ação do Estado, que age no sentido de minimizar os efeitos da miséria social, por exemplo, pela distribuição de benefícios sociais ou de outras oportunidades direcionadas para a população mais carente. Podemos, inclusive, afirmar que a própria presença do crime organizado é elemento orgânico deste sistema, pois alimenta grande indústria no mundo inteiro, como a das armas e das drogas. Continua exata a ideia de que o capitalismo é um sistema que se caracteriza pela superação e incorporação de todos os elementos que lhes possam ser orgânicos. E isso é válido até mesmo para os casos em que o senso comum aponta como desarticuladores da sociedade. Outra questão que podemos levantar acerca disso é a miséria generalizada no mundo não significa o enfraquecimento do sistema capitalista, mas, ao contrário, este se mostra tal como o urubu, alimentando-se das carcaças de milhões de pessoas, financiando guerras, explorando diamantes, desenvolvendo medicamentos etc.

vem atuando juntamente com as universidades por meio do *Desafio Sebrae* (www.desafio.sebrae.com.br).

Na educação, o empreendedorismo tem sido objeto de políticas públicas, sendo que o estado do Paraná foi um dos que primeiramente implementaram este projeto, a partir da consultoria de Fernando Dolabela, autor de famosos livros sobre empreendedorismo e educação.⁶⁷

A análise que aqui será realizada parte da presença do empreendedorismo como categoria do projeto educacional da CNI. Nos documentos desta entidade o empreendedorismo é concebido como incentivo à inovação, como característica formativa para a educação básica e como fator de desenvolvimento econômico para o país. Desta forma, podemos afirmar que o empreendedorismo, para a CNI, abrange a concepção econômica e comportamental desta categoria⁶⁸.

A concepção econômica está fundamentada na obra clássica do economista austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), autor da tese da “destruição criativa”, que caracteriza o capitalismo como um sistema de constante construção e destruição por meio das ações empresariais empreendedoras. Estaria no núcleo da ação deste empreendedor a busca da inovação de processos e produtos, tendo na vantagem comparativa desta inovação o seu benefício, ou seja, o empreendedor, por meio da inovação, teria, por algum tempo, a vantagem competitiva da exclusividade da sua inovação, e isso daria a ele o impulso para essa busca (SCHUMPETER, 1982). O economista ainda vai além: a partir do momento em que o empresário deixar de lado este caráter inovador, e passar a administrar o negócio de forma tradicional, ele deixará de ser um empreendedor.

Em Schumpeter, portanto, encontramos algumas características que viriam a se concretizar como adequadas ao empreendedor: oposição ao gerenciamento tradicional dos negócios, derivando daí, nas concepções contemporâneas que o empregado empreendedor é aquele que teria aversão ao tipo formal de emprego, o qual se caracteriza pela rotina, por procedimentos burocráticos, inclusive pela obediência às hierarquias rígidas. Ao contrário, o trabalhador empreendedor, cujo modelo nasce desta teoria schumpeteriana, é aquele que acredita na sua autonomia, no uso da criatividade como fonte do trabalho, que, enfim, tem sonho de um futuro promissor para si e para os seus negócios, tendo visão de futuro e de mercado, no

⁶⁷ Educação empreendedora. Cultura Editores, 2003.; Empreendedorismo – a viagem do sonho. Cultura Editores, EAD, 2002; Oficina do empreendedor. Cultura Editores, 1999; O segredo de Luisa. Cultura Editores, 1999. Para uma breve análise deste autor, ver CÊA; LUZ, 2006.

⁶⁸ Há de se destacar, apenas a título de esclarecimento, que não trataremos neste texto do empreendedorismo, tal como ele é trabalhado pela indústria na educação de jovens do campo, como é o caso da Fundação Souza Cruz e sua parceria com o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR. Sobre este tema, que será a pauta de nossas pesquisas após o doutorado, já escrevemos um pequeno artigo (MELO, 2009a).

qual procura se colocar de maneira a criar um diferencial que o destaque e o faça obter lucros.

A estas características soma-se o fato de que o empreendedor não acredita mais no tipo de emprego por toda a vida, ao contrário, este busca incessantemente melhorar sua posição no mercado, ou por meio de negócio próprio ou por meio de melhorias no seu próprio capital, ou seja, apostando nos elementos de sua empregabilidade. De fato, esta é uma característica que surge organicamente às condições do mundo do trabalho na contemporaneidade, caracterizado pela precarização dos postos e vínculos de trabalho, em que o desemprego, ou o receio dele, permeia a classe trabalhadora. Portanto, a superação do tipo de emprego por toda a vida, que ora se coloca como característica empreendedora, na verdade, é um fato concreto, derivado das condições que advieram da superação do modelo fordista para o toyotismo. Tal mudança na organização fabril se reproduziu, mediatamente, como parte do caráter que deve ter o trabalhador no atual estágio da sociedade capitalista, em que a competitividade se alarga não apenas para o mundo dos negócios, mas também para a classe trabalhadora, em busca de emprego ou de melhores colocações no mercado de trabalho.

Nesta abordagem é clássico o exemplo daquele empreendedor que quer abrir seu próprio negócio, que, também, tem sido um discurso bastante difundido pela dificuldade de se encontrar empregos ou bons empregos. Ao invés de se conformar em ser empregado, a idéia é se transformar em seu próprio chefe. Para isso o empreendedor deve ousar, racionalizar recursos, investimentos, planejar cada passo com cuidado, verificar o mercado para o produto ou serviço que pretende desenvolver ou prestar entre outras características.

Outra linha de abordagem do empreendedorismo é a comportamentalista, a qual se fundamenta na análise comportamental do “ser empreendedor”, algo que vai além dos negócios e transcende como paradigma formativo para a classe trabalhadora. O que importa nesta abordagem são os graus de motivação do empreendedor, que podem ser medidos por testes de avaliação motivacional – TAT (*Thematic Aperception Test*), entre outros (LEITE; MELO, 2008). São comportamentos empreendedores: a vontade de realização dos sonhos; a busca pela realização pessoal e financeira; aperfeiçoamento constante; sentimento positivo quanto ao êxito da tarefa.

Por esta via comportamentalista é que caminha a vasta literatura considerada de “auto-ajuda” existente no mercado editorial, cujo objetivo pode ser resumido da seguinte forma: fornecem receituário de como ser um empreendedor, com dicas práticas para isso; fornecem dicas de auto-educação para o empreendedorismo, que,

afinal de contas, é um tipo de comportamento a ser aprendido, e, portanto, treinável; fornecem histórias, parábolas, a partir das quais procuram motivar as pessoas a agirem de forma empreendedora; ou, por fim, fornecem exemplos concretos de pessoas conhecidas, como empresários, atletas, treinadores ou outras personalidades, ou exemplos de pessoas desconhecidas, cujas histórias procuram emocionar pela superação, alcançando, com isso, o intento da motivação.

Nos documentos da CNI o empreendedorismo é tomado sob as duas concepções, que, por sinal, não são excludentes. Para os empresários interessa que os trabalhadores atuem para uma adaptação constante, visando sua empregabilidade, pois isso se reflete em maior produtividade; mas também interessa a estes empresários que os trabalhadores, nas empresas, sejam empreendedores no sentido de não se acomodar com as situações dadas e buscar constantemente melhorias nos processos de trabalho, liderança nas equipes entre outras características do “intra-empreendedor”, ou seja, do trabalhador empregado empreendedor. Há ainda, na concepção da CNI, a necessidade de que o Estado incentive a criação de empreendimentos, sejam pequenos, médios ou grandes, vendo nessa uma atividade que eleva o desenvolvimento do país.

Após apresentadas as proposições iniciais sobre empreendedorismo, far-se-á, em seguida, uma breve análise crítica, contextualizando esta categoria como advinda das mudanças concretas no mundo do trabalho a partir da década de 1970. O intuito, mais uma vez, é demonstrar a materialidade das categorias do projeto educacional da CNI, e, assim, apontar as suas contradições. Para isso serão retomadas algumas passagens dos documentos da CNI que tratam do tema.

A partir da crise capitalista dos anos de 1970 configurou-se um novo cenário no mundo do trabalho, com a implementação em nível hegemônico de uma administração baseada nos princípios toyotistas de produção flexível. Esta discussão está amplamente acessível (HARVEY, 2002; GOUNET, 1999; KUENZER, 2007; 2006; 2004; 2003; 2002; ALVES, 2007; ANTUNES, 2005 entre outros). Dentre as mudanças ocorridas estão aquelas que dizem respeito ao perfil do trabalhador em geral que, a partir de então, passava a ser desejado pelas empresas, e é neste caso que entra a característica empreendedora do trabalhador.

A chamada produção pós-fordista/taylorista, o toyotismo, passa a demandar do trabalhador a capacidade de gerir seu próprio trabalho, o tempo e os relacionamentos dentro da empresa, em um cenário flexibilizado e precarizado, já analisado anteriormente. Para os empresários brasileiros: “O próprio conceito de ‘gerenciar’ também muda, pois se desloca do espaço privilegiado do ‘posto de mando’ e passa a

ser requisito de todos os níveis da produção e da prestação de serviços.” (CNI, 1993, p.21).

Estas são as chamadas “habilidades de gestão” (CNI, 1993) e encontram-se no âmbito do que insistentemente os empresários tentam denominar como o fim da luta de classes, da rivalidade entre capital e trabalho. Na empresa moderna, o trabalhador, mais do que obedecer a ordens, deve ele mesmo se gerenciar, gerenciar seu trabalho, seu comportamento, enfim, deve por si tomar decisões pertinentes à empresa, resolver os problemas advindos da produção, encontrar novas e criativas saídas para melhorar a produtividade. Seu envolvimento com a empresa, desta forma, passa a ser mais denso e comprometido com os resultados (OLIVEIRA, E., 2004).

Em termos educacionais, esta nova forma da relação capital e trabalho exige, como pressuposto formativo para os trabalhadores, o “aprender a ser”, que está presente nos quatro pilares da educação (DELORS, 1998), e que significa, neste caso, aprender a ser um trabalhador autônomo tanto na empresa quanto fora dela, ao aprender a gerenciar a própria carreira.

Pode-se dizer que o conceito de empreendedorismo desloca para o indivíduo a responsabilidade pela construção de sua carreira dentro e fora das empresas, dependendo das iniciativas e condições individuais para fazer acontecer o sucesso e realização profissional.

Evidente que este apelo à subjetividade como chave para o sucesso profissional é uma demanda orgânica num cenário mundial de crise do emprego, em um mercado de trabalho altamente excludente, e que, portanto, promove por si mesmo uma corrida desenfreada pelo emprego, levando cada indivíduo a uma “necessidade” de formação constante, visando à empregabilidade.

Em documento mais recente, a CNI aborda os principais conteúdos da sua rede de educação básica, oferecida pelo SESI, dentre os quais se encontra o empreendedorismo, considerado como uma das “[...] competências fundamentais no trabalhador da sociedade do conhecimento”. (CNI, 2007, p. 46). O mesmo ocorre para o SENAI, em que o empreendedorismo aparece como uma das competências transversais para a formação profissional (CNI, 2007).

Outro exemplo de inserção do empreendedorismo na oferta de educação básica da indústria é a rede do Colégio SESI Paraná, sob a direção da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, uma das federações mais ativas no que se refere a projetos educacionais no país.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Sesi Paraná contempla o empreendedorismo e a empregabilidade como os fundamentos da formação oferecida, em consonância com as demandas mais atuais da indústria. No caso do

empreendedorismo, pretende-se que o adolescente possa construir as características de uma pessoa autônoma para gerir seu próprio negócio. A partir da análise do documento orientador do Colégio Sesi Paraná pode-se observar alguns posicionamentos da burguesia industrial para a formação dos trabalhadores para a indústria. Como não é nosso objetivo fazer uma análise do projeto deste Colégio, o que, no entanto, seria um objeto interessante para outras pesquisas, basta apontarmos o que se entende por empreendedorismo.

Empreender é ser autônomo, gerir seus planos de vida, de trabalho, de estudo. Por isso o Colégio Sesi desenvolve o ser empreendedor, a fim de garantir a inserção do aluno no mercado de trabalho. Este conceito de empreendedorismo é aplicado no Colégio Sesi Paraná, onde o aluno passa a gerir a sua aprendizagem, por meio das diferentes Oficinas de Aprendizagem, que ele mesmo escolhe. Este é o grande diferencial do Colégio Sesi Paraná (RIGON, s/d, p.20).

Pela apresentação acima, o empreendedorismo do Colégio Sesi Paraná revela-se pela necessidade imposta aos indivíduos no mundo contemporâneo em constante mudança, como explicita a autora do projeto em outro momento (idem, p.05). Este novo cenário passa a exigir de cada um uma ação autônoma, sem a qual os indivíduos podem não alcançar seus objetivos, que, no caso, é o ingresso no mercado de trabalho. Esta autonomia que o mercado exige o Colégio Sesi Paraná procura reproduzir na sua metodologia de *Oficinas de Aprendizagem*, baseadas em princípios também encontrados no mundo da produção, que é o trabalho em equipes e todos os desdobramentos dele advindos, e já comentados em outro momento deste trabalho.

Ao mesmo tempo, as características que aparecem neste excerto demonstram a adesão do Colégio Sesi Paraná aos princípios comportamentais do empreendedor, como a autonomia de gerir sua própria vida, o que, mais uma vez, a metodologia adotada pelo colégio proporcionaria.

Cêa (2007), em inspirada síntese, demonstra sob duas perspectivas a relação da ideologia do empreendedorismo com a realidade concreta colocada pela crise do capital na contemporaneidade. Nas suas palavras:

Primeiro, o enfrentamento da problemática do desemprego, no atual contexto das relações capitalistas de produção, requer uma dupla condição: que os sujeitos busquem, deliberadamente, formas próprias e autônomas de sobrevivência, e que os mesmos se proponham a tomar a iniciativa de empresariar suas individualidades. Segundo, na medida em que a pobreza e a miséria se aprofundam como elementos estruturais do movimento econômico e político em curso, é necessário que sejam administradas, papel que cabe ao Estado, uma vez que o mercado se constitui no espaço, por excelência, do *laissez faire*. (idem, p.313)

Não parece ser difícil, portanto, relacionarmos este projeto como sendo orgânico às demandas existentes na estrutura econômica da sociedade capitalista contemporânea, em que a precarização e flexibilização do mercado de trabalho legitimam, socialmente, o indivíduo como palco do sucesso ou do fracasso pessoal e profissional. Desta forma, seguindo o raciocínio da autora acima citada, a noção de empreendedorismo auxilia para o “governo da miséria” e para a administração, no nível ideológico e com alta eficácia, dos conflitos sociais.

Porém, é preciso lembrar que esta organicidade com o capitalismo contemporâneo não pode nos levar a considerá-la como algo novo, mas sim como uma tendência que consolida um movimento histórico do capitalismo, desde, pelo menos, o século XIX (veja que Schumpeter nasce em 1883!). A retomada do empreendedorismo atualmente, no entanto, ganha sentido devido ao acirramento da crise do capitalismo, que leva à construção, no nível ideológico, de soluções individualistas, tendendo, com isso, resolver neste nível os problemas estruturais do sistema capitalista.

5.2.3. Polivalência

A categoria polivalência surge nos discursos da CNI como demanda formativa para a classe trabalhadora advinda do processo de implementação na indústria de mecanismos de flexibilização da produção, conforme o receituário toyotista. Entretanto há de se apreender que a indústria brasileira se configura como um terreno onde convivem de forma orgânica tanto elementos e setores de ponta quanto setores e elementos de continuidade com o modelo fordista-taylorista, e, muitas vezes, esta convivência ocorre na mesma cadeia produtiva. Neste sentido falar em polivalência não é algo simples, e nem ao menos se trata de falar de uma realidade única, mas sim de um complexo de novas relações de trabalho implementadas, no Brasil, a partir dos anos 80 principalmente, em que, no geral, o capital, para valorizar ainda mais o investimento em tecnologias avançadas, de base microeletrônica, ou simplesmente para intensificar o uso da mão-de-obra, lança mão da polivalência.

Não obstante a polivalência poder ser definida de várias formas, o uso que aqui lhe será atribuído deve-se ao estudo de Invernizzi (2000), que, em sua tese de doutorado, realizou uma ampla revisão de literatura de diversos ramos industriais brasileiros, desde os mais avançados, como a indústria automobilística, até setores mais tradicionais, como a indústria calçadista. A autora não se vale de uma definição a priori de polivalência, mas sim apresenta a sua concretização na especificidade de cada um destes setores industriais. Como não interessa a esta tese estas

especificidades, tomaremos da autora a síntese das várias formas de concretização da polivalência que ocorrem na indústria automobilística, por se tratar do setor paradigmático de implementação das novas formas de organização do trabalho⁶⁹.

Ao discutir a nova relação entre homens e máquinas no paradigma da produção flexível, Invernizzi (2000) destaca que as novas tecnologias possuem duas características fundamentais, as quais, do nosso ponto de vista, definem o perfil dos trabalhadores polivalentes: a integração e a flexibilidade. Ambas são respostas do capital à concorrência cada vez mais acirrada nos mercados mundiais, que, a partir da década de 1970, com a crise do capitalismo, vem exigindo que a produção cada vez se torne mais eficiente, no sentido de atendimento a demandas diferenciadas qualitativa e quantitativamente.

A integração inerente a estas tecnologias tem como objetivo acabar com os chamados “tempos mortos” da produção, ou seja, os gargalos que ocorriam entre uma e outra operação na produção de base fordista/taylorista. As tecnologias eletromecânicas já não davam conta de assegurar esta eficiência, prejudicando a produtividade. As tecnologias microeletrônicas tornam o uso das máquinas mais intensivo e o relacionamento entre as partes da produção mais orgânicos, reduzindo inclusive, para os trabalhadores, a operação direta com materiais.

A outra característica, a flexibilidade, advém da capacidade de programação das novas tecnologias, podendo “memorizar” vários ciclos de operações, retroalimentar e autocorrigir-se, o que constituiu em um grande salto de produtividade e uma mudança de paradigma técnico, científico e político. As máquinas passaram a internalizar complexas operações cerebrais, com reflexos em toda a formatação das relações de trabalho, o que nos coloca na posição diametralmente oposta em relação à defesa de uma neutralidade da tecnologia.

A flexibilidade possibilita que uma mesma planta de fábrica possa produzir vários produtos, modificá-los ou flexibilizar o volume de produção, tudo isso de forma rápida e programável pela mediação eletrônica.

Estas duas características geram outras mudanças na relação entre homens e máquinas: o deslocamento das funções manuais e de execução para funções polivalentes de controle de processos e de previsão e diagnósticos de falhas e solução de problemas, visando a máxima eficiência do processo de produção e do uso das máquinas automatizadas, que, assim, devolverão rapidamente os custos do investimento às mercadorias produzidas. “Esse tipo de trabalho envolve uma certa

⁶⁹ A importância desta tese está justamente na amplitude desta revisão das pesquisas até os anos de 1990, assim como a forma extremamente competente de sintetização dos dados realizada pela autora, a quem, sem dúvida, devemos as reflexões aqui realizadas.

autonomia, à qual se relaciona o aspecto subjetivo do trabalhador – sua responsabilidade e cooperação.” (INVERNIZZI, 2000, p.31). Outra novidade é que os operários passam a manipular símbolos, informações geradas nas máquinas automatizadas, e não mais materiais, deslocando-se o trabalho para o domínio abstrato da produção. Demanda-se a capacidade de receber, interpretar e reagir às informações emanadas da produção.

Dados os altos custos relativos a panes e paradas, por conta da alta tecnologia, a ênfase do controle do trabalho passa a ser na “confiabilidade” no trabalhador, entendida esta como a “[...] combinação de envolvimento, atenção e vontade de melhorar o trabalho [...]” (idem, p.152). Para isso o envolvimento do trabalhador é essencial, derivando desta exigência as políticas gerenciais de envolvimento das empresas, com reflexos inclusive nas políticas públicas de formação do trabalhador e nas propostas de educação básica, como a apresentada pela CNI. No entanto, alerta a autora que o controle também ocorre por meio do gerenciamento das tecnologias na produção, que possuem a capacidade de memorizar as operações realizadas pelos trabalhadores, podendo rastrear o desempenho de cada trabalhador, o que significa um incremento do controle do capital sobre o trabalho⁷⁰.

Partindo destes parâmetros da inserção das novas formas de gerenciamento da produção e do uso da tecnologia microeletrônica com as características de integração e flexibilidade, podemos analisar o caso estudado pela autora na indústria automobilística brasileira, que passou a implementar, a partir da década de 80, formas polivalentes de trabalho.

A forma mais comum de polivalência encontrada neste setor, e que, na verdade, se reproduz em outros, como o da indústria de eletrodomésticos de linha branca (INVERNIZZI, 2000), é o que a autora denomina como “adição de atividades indiretas às atividades de produção” (idem, p.130), também designada como “ampliação vertical de tarefas”. Neste caso, a implementação de técnicas de gestão da qualidade como o Controle Estatístico de Processo - CEP, é um importante auxiliar, pois é por este mecanismo, o mais difundido na indústria automobilística, que ocorre o autocontrole da qualidade da produção pelos trabalhadores. Outra atividade acrescida é a de manutenção, com ênfase na manutenção preventiva, e, por fim, a transferência

⁷⁰ Claro está que toda esta questão do controle não prescinde de seu terreno fundamental, que é a necessidade do capital em explorar mais trabalho da força de trabalho em um determinado tempo. O controle, portanto, sugere a máxima utilização da força de trabalho para a valorização do capital por meio da produção de valores de uso. Para esta discussão ver, por exemplo, SHIROMA (1993), que retoma Marx para fundamentar sua tese.

para os trabalhadores de processos de controle da produção, cujo modelo do *kanban*⁷¹ e os Programas de Qualidade Total - PQT são paradigmáticos.

Os modelos expressos acima em que se manifestam a polivalência não significaram, para a classe trabalhadora em geral, uma melhor qualificação no e para o trabalho, ao contrário, muitas vezes o acréscimo de atividades diferenciadas resulta na intensificação do trabalho, resultando em maior comprometimento da saúde do trabalhador. Ademais, contribui para isso o fato de a automação ter simplificado boa parte dos trabalhos até então realizados com certa complexidade, e os PQT terem uniformizado e simplificado várias operações, envidando esforços para a conquista da eficiência na produção.

A tese da autora é que existe, em termos de polivalência, uma diferenciação ao longo das cadeias produtivas, que reúne formas polivalentes qualificadas e outras multifuncionais. Segundo ela, existem duas linhas de polivalência na indústria automobilística brasileira:

Uma, qualificante, corresponde ao *trabalho multiqualificado*, onde a reunião de atividades implica um aumento da complexidade do trabalho e a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos sobre a produção e do grau de autonomia. Outra é a versão do trabalho polivalente *multifuncional*, que representa uma reformulação muito mais tímida da divisão do trabalho e cujos impactos sobre as demandas de novos conhecimentos são, no geral, mais modestos. (INVERNIZZI, 2000, p.139)

Embora esta divisão possa parecer um tanto esquemática, o fato é que, a partir dela, podemos olhar a realidade e apreender o movimento real da incorporação da polivalência nas indústrias, e, o que nos interessa mais de perto, perceber os limites do discurso educacional da CNI, que ignora estas diferenciações, demonstrando que o acréscimo educacional favoreceria a todos de forma equânime. A polivalência, em geral, tem remetido ao incremento de escolaridade, dada a necessidade surgida na produção de os trabalhadores mediarem suas relações com máquinas eletrônicas e com os grupos de trabalho, cuja exigência de abstração e comunicação é maior e mais complexa que as das tecnologias e formas de gerenciamento fordistas. No entanto, é preciso considerar que o mundo do trabalho contemporâneo convive com formas precarizadas de trabalho, em que a qualificação é restrita, a oferta de formação é precária, as relações trabalhistas são tênues e flexibilizadas, as condições ambientais

⁷¹ Kanban trata-se de dispositivos de sinalização por cartões com instruções para a produção. Por meio dele controla-se o fluxo da produção no interior da empresa, relacionando os vários "clientes internos", ou seja, os vários momentos da produção que necessitam ora repassar ora receber produtos. Este modelo pressupõe o autocontrole dos trabalhadores com relação ao fluxo, ao mesmo tempo em que anima entre os setores um intercontrole, devido à interdependência que existe entre eles.

de trabalho promovem o mal-estar no trabalho, relações de assédio se ampliam com a competitividade dentro das empresas, o receio do desemprego gera formas mais alienadas de relação com o trabalho etc. Este nada encantador cenário do trabalho não nos pode deixar de considerar que a introdução de formas de polivalência causa uma diferenciação na classe trabalhadora, embora essa diferenciação, como afirma Invernizzi (2000), em nada se pareça com a clássica dualidade estrutural (KUENZER 2002; 2007).

Há ainda que se considerar que a apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos pela classe trabalhadora, que foi um dos lemas das bandeiras de uma educação politécnica desde os anos 80 (RODRIGUES; 1998; MACHADO, 1989 entre outros), está longe dos horizontes da polivalência para a maioria da classe trabalhadora. Para esta grande parcela a polivalência aparece como *multifuncionalidade*, ou seja, como acréscimo sem qualidade de tarefas, que geram a intensificação do trabalho. Por outro lado, a polivalência que leva à multiquificação (INVERNIZZI, 2000), é destinada a um “núcleo central” de trabalhadores⁷². As empresas estabilizam um núcleo qualificado e flexível de trabalhadores, que detém tanto conhecimentos quanto atitudes flexíveis, adequadas aos processos produtivos com eficiência. Nas palavras da autora:

Esses núcleos principais, ou força de trabalho “central”, são trabalhadores multiquificados e mais escolarizados, garantia fundamental da empresa para enfrentar as mudanças de produtos, os desafios do mercado, a introdução de novas tecnologias e formas organizacionais, isto é, são trabalhadores mais preparados para enfrentar a inovação em sentido mais amplo. (idem, p.149)

Claro está que o número destes trabalhadores é diminuto em relação ao total da classe trabalhadora. Se, como já foi visto, a metade dos trabalhadores encontram-se nas micro e pequenas empresas, e outra grande parcela está na agricultura e no comércio, em que tal divisão se dá de forma diferenciada e mais precária, percebe-se que estes trabalhadores do núcleo central são poucos e seus cargos são altamente cobiçados⁷³.

Portanto, pode-se afirmar que a introdução da polivalência pode significar a multiquificação a uma pequena parcela dos trabalhadores, aos quais os capitalistas obrigatoriamente devem confiar para a produção e reprodução do capital. Invernizzi (2000) denomina estes como “força de trabalho ‘central’” (p.149). Sobre este mesmo

⁷² Vale lembrar novamente que não podemos confundir multiquificação com trabalho não alienado, que, de resto, é uma situação impossível nos marcos capitalistas de produção.

⁷³ Vale novamente lembrar que, apesar de considerar este “núcleo central” altamente qualificado, esta qualificação, apesar de ampla, não se confunde com uma formação omnilateral.

grupo, e em posição diferente da autora, Harvey (2002) denomina como *centro*. Nas suas palavras:

O *centro* – grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (HARVEY, 2002, p.144)

Na verdade, Invernizzi (2000) demonstra nas suas pesquisas que este pessoal do núcleo central é quem verdadeiramente foi impactado pelas políticas de qualificação das empresas, sobrando pouco para os trabalhadores operacionais.

Mas a polivalência pode também significar uma forma de precarização do trabalho, que, fora não contribuir para a qualificação dos trabalhadores, por apenas somar novas atividades de forma horizontal, sem novas perspectivas sobre a produção, fazem com que haja a intensificação do trabalho, ou seja, uma forma de explorar a mais-valia relativa dos trabalhadores. Nestes casos, que se constituem a maior parte conforme podemos apreender das pesquisas de Invernizzi (2000), a polivalência não passa de uma forma aprimorada do paradigma produtivo taylorista-fordista, constituindo-se, portanto, em um “neofordismo” (SANTOS, 2009).

Claro está que entre estas duas formas convivem outras intermediárias, e que é justamente esta convivência nas cadeias produtivas entre formas mais desenvolvidas e especializadas e formas mais precarizadas, inclusive com elementos medievais de trabalho, como o trabalho doméstico (KUENZER, 2006; LOURENÇO; BERTANI, 2009), que caracterizam a forma contemporânea de acumulação capitalista. E é nesse contexto que devemos apreender a inclusão da polivalência como manifestação das formas de trabalho adequadas à superexploração da maior parte da classe trabalhadora, e, também, como forma ideológica de envolvimento dos trabalhadores à produção, centrado na questão atitudinal e comportamental, como veremos a seguir.

5.2.4. O “saber ser” como conteúdo comum às categorias do projeto educacional da CNI

Um dos pilares da educação exultados pela ideologia neoliberal é o “saber ser” (DUARTE, 2000; INVERNIZZI, 2000) que, além de se constituir em um paradigma da formação escolar, como analisou o primeiro autor, é também a ênfase da formação

dos trabalhadores, como apontou em suas pesquisas a segunda autora. A CNI traz estes elementos do “saber ser” em vários momentos de seus documentos, direta ou indiretamente citados, demonstrando sua inteira compatibilidade com esta proposição, tanto que ela é uma das principais categorias de seu projeto educacional. Para efeitos de exposição iremos, em primeiro lugar, analisar brevemente o “saber ser” e os demais pilares presentes em Delors (1998), e, posteriormente, traremos as contribuições de Invernizzi (2000) sobre o “saber ser” e a questão do envolvimento do trabalhador como condição do empreendedorismo dos trabalhadores bem como de sua empregabilidade.

O conhecido documento Educação: um tesouro a descobrir (DELORS, 1998), resultado do Relatório de Jacques Delors para a UNESCO da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI, produzido a partir de 1993, traz como resultado quatro pilares para a educação no século XXI, quais sejam: aprender a conhecer; aprender a fazer, aprender a viver juntos e o aprender a ser. Não é nosso interesse aprofundar a discussão sobre todos os pilares, mas sem dúvida que todos eles são, direta ou indiretamente, vinculados ao projeto educacional da CNI, e, portanto, serão aqui mencionados. Para o “aprender a ser”, entretanto, a ênfase será maior⁷⁴.

O primeiro pilar, “aprender a conhecer”, é o que celebra o “aprender a aprender” como estratégia de formação flexível e adequada ao mundo do trabalho contemporâneo, como mencionado em documentos da CNI (1993; 2007), e reafirmado na análise de Rodrigues (1998) já mencionada neste trabalho. O próprio Relatório Delors (1998, p.92-93) afirma isso:

O processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência. Neste sentido, liga-se cada vez mais à experiência do trabalho, à medida que este se torna menos rotineiro. A educação primária pode ser considerada bem sucedida se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele.

No excerto acima está caracterizado o vínculo entre “aprender a aprender” e as mudanças no mundo do trabalho, que tornam o trabalho “menos rotineiro”, ou, como já afirmado no capítulo anterior, menos estável, menos qualificado, menos garantido, menos amparado pelo Estado etc. Percebe-se que esta avaliação do Relatório sobre o mundo do trabalho não traz as contradições inerentes ao processo histórico destas

⁷⁴ Apenas a título de referência e para futuras pesquisas, Nicolescu (1999) faz uma análise dos quatro pilares da educação partindo dos pressupostos da “transdisciplinaridade”, dando a estes pilares, segundo entendemos, um caráter ainda mais idealista do que o presente no Relatório. O quarto pilar, “aprender a ser”, é o que mais aproxima a visão de Delors com a transdisciplinaridade. Para uma discussão inicial conferir Melo (2008).

mudanças, optando, ideologicamente por trazer seu caráter de positividade, ao referir-se a ele como “menos rotineiro”, que, implicitamente significa “mais interessante”.

Este “aprender a conhecer”, da forma como é exposta, também é orgânico às necessidades da produção flexível, pois permite ao trabalhador que se conscientize da necessidade de constantemente se aperfeiçoar pela pesquisa pessoal, pelo aprimoramento que se deve à sua iniciativa, e não aquela derivada de transmissão por parte de outros, como professores ou profissionais mais experientes (embora esta forma de aprendizado na prática esteja ainda em vigor em alguns setores produtivos). Desta forma, este pilar da educação legitima as estratégias individualistas das empresas, inclusive em relação ao envolvimento, que deve ser também com relação ao aprendizado constante, independente das condições concretas para que isso aconteça de forma efetiva e com qualidade.

O segundo pilar, o aprender a fazer, constitui interessante mecanismo de vinculação da formação ao mercado de trabalho contemporâneo. Vejamos como o Relatório expressa isso:

Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução? É a esta última questão que a Comissão tentará dar resposta mais particularmente. (DELORS, 1998, p.93)

O Relatório Delors pontua como característica do trabalho contemporâneo sua imprevisibilidade, devido ao reconhecimento de que vivemos em um mundo em eterna mudança, e as pessoas devem se preparar para cenários não previsíveis, o que é também uma demanda do capital para o trabalho, pois a mediação microeletrônica e a competitividade em nível mundial ampliam cenários imprevisíveis e cujas respostas devem ser rápidas e eficientes, pois do contrário o prejuízo à produção e ao lucro capitalista torna-se insuportável. O que resta ao capital é se tornar o mais eficiente possível, o que significa ser o mais produtivo possível, e isso depende do bom funcionamento da maquinaria microeletrônica posta em funcionamento. Como já foi apresentado anteriormente, a capacidade de fazer e de ser flexível é o que compõe, para Invernizzi (2000) a qualificação do trabalhador, e, para isso, o aprender a fazer é essencial.

Uma das expressões discursivas do aprender a fazer, e somente neste âmbito ela é efetiva, é a superação da fragmentação das tarefas. Aprender a fazer não significa apenas, segundo o Relatório Delors, aprender uma tarefa determinada e rotineira. Assim, o documento da UNESCO traz consigo a discussão da superação da

qualificação pelo paradigma da competência, apresentada como o suporte formativo adequado ao momento atual da produção capitalista. Esta competência, afirma o documento, é algo pessoal a ser desenvolvido pelos trabalhadores, e a qual se coaduna com a flexibilidade das tarefas na produção, que se tornam também individualizadas. Somado a isso, afirma o Relatório:

Se juntarmos a estas novas exigências a busca de um compromisso pessoal do trabalhador, considerado como agente de mudança, torna-se evidente que as qualidades muito subjetivas, inatas ou adquiridas, muitas vezes denominadas “saber-ser” pelos dirigentes empresariais, se juntam ao saber e ao saber-fazer para compor a competência exigida — o que mostra bem a ligação que a educação deve manter, como aliás sublinhou a Comissão, entre os diversos aspectos da aprendizagem. Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos, tornam-se cada vez mais importantes (DELORS, 1998, p. 94).

Este trecho expressa a materialidade das relações do mundo do trabalho tal como já foi analisada anteriormente, ou seja, a competência ascende como paradigma juntamente com a hegemonia do modelo de produção flexível, o qual se caracteriza pela demanda do envolvimento do trabalhador para com a empresa, sendo que a este envolvimento, que se vincula a atitudes e comportamentos, soma-se também a necessidade de certo cabedal de conhecimentos, sem o qual apenas o “saber ser” fica esvaziado. Por exemplo, dada a imprevisibilidade dos sistemas microeletrônicos, em caso de uma pane do sistema, o trabalhador não pode realizar uma intervenção bem sucedida se, além desta disposição pessoal, não possuir determinados conhecimentos que possam colocar o sistema em funcionamento normal novamente. Da mesma forma, a demanda por atitudes, por exemplo, nos CCQ's, ou seja, o envolvimento pela contínua melhora da produção (*kaizen*), só terá efetividade se o trabalhador também possuir competência técnica para que suas idéias tenham consistência e efetividade para a promoção de melhorias na produção. Desta forma fica claro o vínculo entre o saber fazer e os demais pilares, e destes pilares com as categorias do projeto educacional da CNI, o empreendedorismo e a empregabilidade: todas elas se vinculam pela ênfase na individualização dos processos formativos, da responsabilização e do relacionamento com o capital. Saber fazer, portanto, pode ser resumido, quando inserido no contexto capitalista, ao saber fazer bem feito, com eficiência e qualidade para a valorização permanente e ampliada do capital.

O terceiro pilar, o aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, traz como eixo norteador a idéia de “alteridade”, ou seja, o respeito pela diversidade, a tolerância na convivência, e a resolução de diferenças por meio de diálogo e não de

violência e/ou opressão. Trata-se, na verdade, de uma relação que a UNESCO promove entre a não-conflitividade na sociedade e sua reprodução no mundo da produção, o que, ademais, é o cenário perfeito para o desenvolvimento da produção capitalista. Para a análise aqui defendida, este pilar é o que, ideologicamente, transmite a idéia do “pacto social”, que está bastante presente nos documentos da CNI.

Após se referir ao desporto como meio importante para se dirimir conflitos, o Relatório trata, com o mesmo teor, das relações de trabalho: “E no setor laboral quantas realizações teriam chegado a bom termo se os conflitos habituais em organizações hierarquizadas tivessem sido transcendidos por um projeto comum!” (DELORS, 1998, p.99) Ou seja, segundo o Relatório, os conflitos entre capital e trabalho, tão numerosos na história do capitalismo, poderiam ser evitados ou resolvidos pela aliança entre as classes para projetos comuns, para os quais seriam canalizadas as energias. Ao invés de brigar contra, lutar em conjunto visando um só objetivo, eis o lema deste pilar da educação, o qual é defendido plenamente nos documentos da CNI.

O quarto pilar, o aprender a ser, refere-se à formação para a autonomia dos seres humanos, assim como a uma educação que vise um “desenvolvimento total da pessoa” (idem, p.99). Neste sentido, o Relatório afirma a necessidade de uma formação para o espírito crítico, autônomo e cujo direcionamento, tanto dos pensamentos quanto da vida da pessoa, sejam tomados por cada um como algo de responsabilidade individual, e que leve à ação consciente nas mais imprevisíveis situações da vida. Este princípio se coloca contrário a “uniformizações” sociais das pessoas, numa alusão indireta aos regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo, que procuravam uniformizar mentes e corpos, num direcionamento centralizador. Trata-se, na verdade, de um pilar moral:

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos (DELORS, 1998, p.100).

Apreende-se neste trecho do Relatório que o aprender a ser encaminha-se para um arcabouço de condutas moralizantes, como fica evidenciado na proposição de que as pessoas devem ser “atores responsáveis e justos”, de um ponto de vista claramente liberal destes termos, ou seja, responsáveis perante as regras sociais e justos conforme a designação ética e moral de cada sociedade. Nada mais nada

menos que um retorno ao fato social durkheimiano (DURKHEIM, 1975; 1984), ou seja, o aprender a ser designa como meta uma adaptação das pessoas às regras socialmente instituídas, ainda que, no interior destas regras, possam agir com autonomia e serem “responsáveis e justas”.

A responsabilidade de que se fala no Relatório também encontra eco no mundo da produção flexível, e é um requisito que se coaduna com o envolvimento, e dele não se separa. A eficiência da produção em busca da produtividade e da competitividade, que é o que os empresários pleiteiam, somente é possível se na produção os trabalhadores agirem com responsabilidade perante o maquinário microeletrônico cuja pane causa enormes prejuízos.

Outro elemento que se destaca deste trecho é uma formação flexível para o mundo em mudança. Como afirma o Relatório, não se trata de formar para uma sociedade, considerando esta como uma unidade estável e inerte, mas sim para um mundo em constante mutação, o qual exige uma postura igualmente dinâmica. E, mesmo em meio a um mundo em mutação, os indivíduos devem, segundo o Relatório, “[...] permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino.” (idem, p.100). Ser dono do próprio destino parece um mantra neoliberal recorrente nos discursos dos empresários: ser dono da própria carreira; ser responsável pela própria formação; ser responsável pela sua empregabilidade; ser empreendedor (seu próprio patrão); ser seu próprio gestor no trabalho entre outros. Entretanto, além do aspecto individualista, o Relatório afirma a presença de outros elementos neste discurso:

Este imperativo não é apenas de natureza individualista: a experiência recente mostra que o que poderia aparecer, somente, como uma forma de defesa do indivíduo perante um sistema alienante ou tido como hostil, é também, por vezes, a melhor oportunidade de progresso para as sociedades. A diversidade das personalidades, a autonomia e o espírito de iniciativa, até mesmo o gosto pela provocação, são os suportes da criatividade e da inovação. (idem)

Por esta via chega-se a uma conclusão de que o espírito autônomo, livre, criativo, serve aos imperativos do capital, por meio do discurso da inovação, o que é reforçado pela CNI ao afirmar a positividade da proatividade dos trabalhadores no âmbito produtivo, utilizando-se destes mecanismos subjetivos para sugerir, implementar e gerir novos e mais eficientes processos, garantindo, assim, a sua empregabilidade, e, ao mesmo tempo, maior eficiência na extração da mais-valia relativa e absoluta⁷⁵.

⁷⁵ Por vezes todo este envolvimento significa aumento de carga horária dos trabalhadores, como horas-extras, e, como já foi aqui apontado, estas no Brasil passam da casa das dezenas de milhões por semana.

Interessante notar que todo este discurso do aprender a ser encontra-se pautado ideologicamente pela valorização do ser humano em sua plenitude, conforme os parâmetros defendidos desde 1972 por Faure, no Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação UNESCO, denominado Aprender a Ser (DELORS, 1998, p. 99-100). No entanto, não é preciso ir muito longe para apreender a contradição deste pilar, pois há uma vinculação dos quatro pilares da educação às demandas do mundo da produção, e, portanto, do sistema desumanizador e alienante do capital, que se desenvolveu promovendo a unilateralidade do homem.

Após esta breve análise do saber ser e dos demais pilares da educação para o século XXI, e suas vinculações com as demandas do mundo da produção flexível, trataremos agora de trazer à tona como o “saber ser” se encontra empiricamente nas indústrias brasileiras, analisando parte do trabalho de Invernizzi (2000), referente à indústria em geral e à indústria automobilística brasileira em particular. Desta forma podemos apreender como uma proposição que se constata como política educacional em nível internacional, como é o Relatório de Delors, na verdade é um reflexo, mais ou menos direto, de mudanças que ocorrem no âmbito da infraestrutura produtiva.

A autora, na verdade, procura analisar, e o faz com competência ímpar, as formas como se manifestam o controle do capital sobre o trabalho desde o fordismo-taylorismo até a produção flexível. A idéia geral é que as mudanças na base técnica da produção, com a implementação de novas tecnologias e formas de gestão da produção, sejam elas de base eletromecânica, como foi com o fordismo-taylorismo, seja com as tecnologias de base microeletrônica, na ascensão do toyotismo, exigem do capital formas diferenciadas de controle do trabalho. O que queremos ressaltar a partir desta análise é que a ênfase no aprender a ser, no sentido do desenvolvimento comportamental dos trabalhadores e seu envolvimento/comprometimento com a produção, é uma forma de controle sobre o trabalho e, ao mesmo tempo, uma forma de o capital auferir maior exploração do trabalho vivo e do trabalho morto.

Em primeiro lugar é preciso afirmar que o aprender a ser, quando proclamado desde o ponto de vista do capital, não se desvincula, na produção flexível, da disponibilidade do trabalhador em assumir formas poliaventes de trabalho, assim como formas precarizadas, com direitos trabalhistas flexibilizados ou anulados. Desta forma, o aprender a ser na produção flexível é um aprender a ser adaptável às cruéis condições impostas no âmbito da crise capitalista, cujos prejuízos acabam por se remeter à classe trabalhadora. Invernizzi (2000), inclusive, remete a discussão da ascensão da produção flexível comparando-a com a ascensão do taylorismo-fordismo, sendo que ambos ascenderam em períodos de grave crise capitalista. No entanto,

esta similitude não pode deixar de revelar as diferenças existentes nas formas de controle do capital sobre o trabalho em ambos modelos produtivos, e suas consequências políticas e de formação para os trabalhadores.

Ao analisar a questão do aprender a ser, ou seja, da grande ênfase na constituição de um novo trabalhador na produção flexível, devemos estar atentos ao fato de que esta não é uma novidade no capitalismo, afinal de contas Ford envergou grande preocupação com os comportamentos de seus trabalhadores, inclusive fora da fábrica, como bem analisou Gramsci (1988). O reconhecimento histórico de que o comportamento do trabalhador sempre foi alvo do capital (voltando mais no tempo temos as leis contra a vadiagem na Inglaterra, o espírito capitalista dos protestantes, analisado por Weber (1992), e que se constitui em caso clássico de comportamentos adequados à produção capitalista), não nos pode tornar cegos à especificidade que emerge da produção flexível. De fato, afirma Invernizzi (2000, p.29) que a produção flexível “[...] *configura um novo sistema de controle capitalista sobre o trabalho.*” (p.29. grifo do original).

Com o intuito de entender como o envolvimento, ou mais amplamente, as formas de produção das subjetividades do trabalhador na contemporaneidade, vinculam-se ao controle, podemos dizer que existe uma relação de reciprocidade entre o controle pretendido pelo capital e o envolvimento dos trabalhadores na medida em que existe na produção uma relativa autonomia para a ação dos trabalhadores em gerir seu trabalho, assim como para tomar certas decisões sem se dirigir para as hierarquias superiores. Uma forma de manifestação desta relação se dá nas formas de controle intertrabalhadores na produção, gerando a competitividade entre eles, minando assim as possibilidades de uma organização coletiva, que fica subsumida a formas individualistas de relação capital e trabalho. Outra forma se dá na apropriação do conhecimento tácito pelos trabalhadores, os quais possibilitam a estes certa autonomia frente a imprevistos na produção, que exigem ação imediata, sem a possibilidade de passar por instâncias superiores (STEIN, 2007).

Invernizzi (2000) destaca duas formas com que ocorre o controle capitalista da produção: de um lado o controle a partir das relações técnicas de produção que valorizam o capital; de outro lado, e o que interessa a este trabalho, o que a autora denomina como “[...] adequação subjetiva da força de trabalho e do relacionamento político-ideológico entre as classes [...]” (idem, p.24). Esta adequação subjetiva ocorre de forma diferenciada sob uma base técnica eletromecânica e numa base microeletrônica, que é a base técnica assumida na produção flexível⁷⁶.

⁷⁶ Stein (2007) afirma que a apropriação pelo capital do saber tácito dos trabalhadores está na base das formas de organização do trabalho, que visam o comprometimento do trabalhador na produção. No

O perfil do trabalhador adequado aos novos tempos, assim como a tecnologia microeletrônica, deve ser caracterizado pela flexibilidade e integração à produção, ou seja, de um lado demanda-se um trabalhador que possa ser eficiente em vários âmbitos da produção (trabalhador polivalente), e que possa agir de forma a garantir que o processo produtivo seja contínuo e que utilize a máxima capacidade instalada, conforme os planos da empresa. É neste contexto que o aprender a ser torna-se tão ou mais importante do que a formação técnica e científica do trabalhador.

Esta conduta proativa por parte dos trabalhadores é canalizada para as demandas da empresa, e, portanto, a criatividade, os conhecimentos, a autonomia etc., passam a ser outros elementos do domínio do capital sobre o trabalho, uma vez que estes passam a servir aos objetivos do lucro capitalista. Além disso, a introdução dos CCQ's, por exemplo, mina a criatividade, retirando-lhe o elemento de liberdade e tornando-a um instrumento pragmático de inovação para a empresa. "Ao incorporar as pequenas inovações práticas dos trabalhadores, padronizando-as, a *gerência reforça seu controle sobre o processo de trabalho* ao mesmo tempo em que garante aumentos de produtividade." (INVERNIZZI, 2000, p.35, grifo do original).

Os CCQ's servem como estímulo à sistematização dos conhecimentos e das inovações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que as domestica, no sentido de evitar que estas idéias surgidas no seio da produção questionem as normas da empresa. "A contradição entre participação do trabalhador e comando do processo produtivo pela gerência se resolve confinando a iniciativa dos trabalhadores a limites predefinidos, ao serviço de finalidades predeterminadas." (idem, p.36)

Um indício da centralidade do aprender a ser é que a secundarização da demanda por trabalhadores experientes e com conhecimentos sistematizados leva a uma nova dinâmica de contratação de pessoal pelas empresas. Este processo tende a privilegiar trabalhadores jovens, sem experiência de trabalho e de organização sindical, visando com isso a presença na produção de um quadro de trabalhadores mais facilmente enquadráveis e adaptáveis aos esquemas definidos pela empresa. Evitam-se, com isso, os conflitos e os prejuízos derivados de movimentos paredistas, por exemplo, ou de outras formas de resistência no próprio trabalho, como danos às máquinas, operação padrão entre outras. São outros processos de envolvimento a busca de áreas sem experiência industrial, e, portanto, cuja força de trabalho não está organizada para combater o capital; a demissão seletiva, "[...] em que trabalhadores

entanto, este autor não aprofunda esta discussão, deixando de trazer os elementos aqui discutidos com inspiração no trabalho de Invernizzi (2000). Shiroma (1993) já apontava que no taylorismo o saber tácito era secundarizado pela presença de equipes especializadas na manutenção, e que nos esquemas toyotistas de produção, há uma valorização deste saber tácito, tendo em vista a responsabilização invocada aos trabalhadores para dirimir eventuais problemas que possam surgir na produção microeletrônica.

potencialmente hostis são dispensados, processo que se justifica tecnicamente pelo excesso de trabalhadores resultante da maior eficiência tecnológica e organizacional.” (idem, p.37), ao mesmo tempo em que são dispensados benefícios especiais para promover trabalhadores alinhados à filosofia da empresa. A avaliação de desempenho e incentivos pessoais, “[...] atrelando parte significativa dos salários e as promoções a uma avaliação sistemática de desempenho, é outro item no processo de construção do envolvimento.” (idem, p.38). São realizados ainda treinamentos comportamentais, que buscam homogeneizar a interiorização dos valores da empresa. “Completa esse processo de adequação subjetiva da força de trabalho às novas condições produtivas a *atitude visivelmente anti-sindical* das empresas. [...] A própria individualização do trabalho, presente nesse enfoque, desfavorece a ação coletiva.” (idem, p. 39, grifo do original).

No entanto, não se pode descartar o uso da coerção por parte da gerência e do poder desta no envolvimento dos trabalhadores. Até mesmo a participação dos trabalhadores nos CCQ's é direta ou indiretamente imposta, a partir do modo como a empresa trata de forma diferenciada aqueles que participam, dando-lhes benefícios requeridos por todos. Há ainda outro elemento característico do envolvimento: os trabalhadores passam a exercer funções patronais, como o controle sobre o próprio trabalho e dos colegas, assim como o envolvimento com as metas de produção. Desta forma são vinculadas a tecnologia e o controle:

Como o sistema de produção CQT é vulnerável a qualquer deficiência de qualidade, necessita-se de um sistema de rastreamento dos defeitos e fiscalização contínua da qualidade. Isso se faz através do controle pelo próprio operador e da pressão sobre os colegas de trabalho. Esquemas como as células e os “clientes internos” tornam forçoso esse tipo de controle intertrabalhadores. (INVERNIZZI, 2000, p.41)

Ocorre aí uma mudança significativa do controle da produção flexível em relação ao controle fordista-taylorista: este passa a ser exercido a partir da própria organização da produção, e não mais pela coerção ao trabalho individual, padronizado e estritamente prescrito. Ao mesmo tempo, o controle ganha capilaridade ao longo do processo produtivo, dentro da fábrica, a partir dos “clientes internos” ou ao longo das cadeias produtivas, em que a empresa fornecedora se subordina à empresa compradora, como ocorre na indústria automobilística entre as empresas de autopeças e as empresas montadoras.

Um elemento que não podemos subestimar, e que se relaciona ao controle e ao desenvolvimento de atitudes favoráveis ao envolvimento do trabalhador com a

produção é a existência de um exército de desempregados. Dada a crise estrutural do capitalismo, e a fragilização da classe trabalhadora, que claramente oferece hoje no Brasil uma parca resistência ao capital, tanto o medo do desemprego quanto a própria condição de desempregado de fato, impõem uma série de atitudes e comportamentos que, sinteticamente, são definidas pelas categorias já analisadas de empreendedorismo e empregabilidade.

A mudança que ocorre atualmente com o desemprego, afirma Invernizzi (2000), é que este, além de ser alto, o que não é novidade, é também de longa duração, ou seja, ao sair do mercado de trabalho, o retorno imediato ou a curto prazo não é garantido, seja pela grande oferta de mão-de-obra (concorrência intertrabalhadores) seja pela parca oferta de postos de trabalho, especialmente em tempos de crise. Outro elemento que impacta substantivamente a classe trabalhadora é o receio de ver precarizado seu posto de trabalho, ou de, ao ser demitido, ter como horizonte de reinserção no mercado apenas postos já anteriormente precarizados. Para muitos trabalhadores, a demissão significa mesmo a exclusão definitiva do mercado de trabalho. Resume a autora:

De fato, podemos considerar que o recurso à subcontratação e a contratação de trabalho temporário, e não unicamente a existência de desemprego, representam uma nova forma de controle capitalista baseada no mercado de trabalho. (INVERNIZZI, 2000, p.49, grifos do original)

Na própria empresa flexibilizada passam a se diferenciar as situações dos trabalhadores, gerando concorrência intraclasse, dificultando a identidade de interesses e a organização classista. Há uma luta individualista por manter o emprego, apoiada por uma política gerencial individualista, como o incremento salarial por produtividade, horas-extras, rodízios, folgas entre outros. A questão posta ao capital, sem que isso, evidentemente, venha à tona como tal, é a desarticulação dos trabalhadores, promovendo o individualismo a partir de recompensas individualizadas e requeridas por todos. É mais uma manifestação e legitimação de um modelo darwinista na sociedade capitalista.

Invernizzi (2000) destaca em seu trabalho o novo enfoque das competências, relacionando-o ao enfoque da qualificação. Mesmo que a sua conclusão seja a de que este enfoque da competência não supera o da qualificação, o que interessa para esta análise é que a hegemonia do modelo das competências, também presente nos discursos educacionais da CNI, leva à constituição de um novo perfil dos trabalhadores requeridos pela produção. O que marca a competência em relação à qualificação, do ponto de vista daqueles que defendem este enfoque, é que a

característica de imprevisibilidade dos sistemas produtivos baseados na microeletrônica passa a exigir dos trabalhadores não uma especialização, mas habilidades gerais e flexíveis, dinâmicas, além dos componentes subjetivos do envolvimento já vistos acima. É sobre esta plataforma que ascendem as três exigências que a noção de competência deriva dos processos produtivos flexibilizados:

- o “saber”, envolvendo as dimensões práticas, técnicas e científicas, adquirido formalmente ou através da experiência profissional;
- o “saber agir” (também designado como “saber fazer”), que implica a capacidade de transpor os conhecimentos para situações concretas, tomadas de decisões, resolução de problemas e enfrentamento de situações novas;
- o “saber ser”, que inclui traços de personalidade e caráter adequados aos comportamentos requeridos nas relações sociais de trabalho, tais como envolvimento, responsabilidade, disponibilidade para inovação e a mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade, etc.(Cariola e Quiroz, 1997: 61, 63; Stroombants, 1997: 142; Manfredi, 1998: 27-28). (INVERNIZZI, 2000, p.62)

A autora levanta uma interessante relação entre a competência e os pilares da educação já analisados. O “saber ser” ganha predominância na aquisição das competências, segundo alguns autores estudados por Invernizzi, haja vista a pouca prescrição formal contida nas atividades. No entanto, como já foi afirmado anteriormente, esta autora não acredita que a competência seja derivada exclusivamente do saber ser. Para esta autora existem três tipos de atitudes e comportamentos: os diretamente vinculados ou exigidos pelas características técnicas do processo de trabalho; os direcionados a maximizar a utilização da força de trabalho; e os direcionados a minimizar as contradições entre capital e trabalho, buscando a cooperação e o consenso.

Para finalizar esta breve análise, vamos retomar a diferenciação realizada por Invernizzi (2000) acerca da diferença entre o modelo de qualificação e da competência em relação ao aspecto político, que interfere diretamente na formação dos trabalhadores. Na qualificação a questão política para a classe trabalhadora é clara: para tomar a direção do processo de trabalho é necessária a apropriação dos conhecimentos envolvidos no processo de trabalho. Na competência essa questão é diluída no “saber ser”, marcado por uma pretensa neutralidade e universalidade da “formação do homem completo” (DELORS, 1998). Segundo o modelo de competências, o saber ser prevalece sobre o fazer e o saber fazer. Na produção, portanto, importam mais comportamentos e o envolvimento dos trabalhadores, do que um cabedal de conhecimentos técnicos e científicos. A Toyota, por exemplo, contrata

trabalhadores jovens, sem experiência prática, científica e organizacional (sindical), e, mesmo assim, produz carros mais eficientemente que os trabalhadores alemães, mais experientes e formados e, ainda, com maior poder de organização. “Esse exemplo reflete claramente a diferença entre um trabalhador “qualificado” e um trabalhador “competente”; é a proporção relativa entre saber e alienação, entre domínio técnico do processo produtivo e simples envolvimento.” (INVERNIZZI, 2000, p.73).

5.2.5. O Capital Humano

Os documentos relativos ao projeto educacional da CNI trazem à tona a vitalidade da Teoria do Capital Humano - TCH como ideologia que fundamenta os projetos educacionais da burguesia para a classe trabalhadora. Este movimento de retomada (embora saibamos que a CNI, ao longo de sua história, nunca abandonou esta perspectiva) da TCH pelos empresários possui dois eixos: há uma continuidade em relação às proposições clássicas desta teoria e, por outro, uma ressemantização, adequando-a aos novos tempos. Nesta parte do texto buscaremos compreender este movimento, realizando uma análise da TCH nos documentos da CNI.

O documento Educação Básica e Formação Profissional (CNI, 1993), traz uma definição clara do que a CNI compreende como capital humano nas empresas. Estes são “[...] bens a serem incrementados para que se lhes possa adicionar valor, em oposição a custos que devem ser reduzidos.” (CNI, 1993, p.13).

Já no documento A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento (CNI, 2002), a questão do capital humano é trabalhada de forma mais aprofundada. Como no capítulo em que foi discutido este documento o foco não foi aprofundar esta questão em específico, vale a pena fazer isso agora. O desenvolvimento do capital humano dos trabalhadores brasileiros é considerado pelos industriais como a via fundante para o projeto de crescimento do país, pois depende do desenvolvimento educacional a inovação que a indústria brasileira necessita como “variável estratégica”. A educação, nesta perspectiva empresarial, passaria a ser “[...] o ponto central da agenda de desenvolvimento social e de redução das desigualdades.” (idem, p. 12)⁷⁷

Uma questão interessante surgida no bojo da introdução do capital humano nos documentos da CNI é que juntamente com ela emerge a explicação social da desigualdade entre as pessoas, na qual a apropriação ou não do capital humano pelas

⁷⁷ Esta tese que relaciona educação e desenvolvimento, e o seu corolário inverso, a deficiência educacional e subdesenvolvimento e desigualdade social, nos remete ao pensamento clássico da TCH (SCHULTZ, 1973) e, no Brasil, às idéias de Mário Henrique Simonsen (1976), que em texto clássico desta corrente, afirmava a necessidade do investimento na educação para a superação do nosso atraso econômico e social.

peças é o centro. Os empresários referem-se aos trabalhadores da base da pirâmide de salários, e explicam desta forma esta condição salarial: “Por que essas pessoas ganham pouco? Porque produzem pouco. E produzem pouco porque suas “ferramentas” são insuficientes ou deficientes. (CNI, 2002, p. 136). Ou seja, a explicação da política salarial das empresas em relação aos baixos salários pagos à mão-de-obra redireciona-se à responsabilização dos próprios trabalhadores, que não desenvolvem “ferramentas” adequadas a uma produtividade com eficiência instrumental à necessidade da apropriação da mais-valia. Tratar os conhecimentos dos homens como “ferramentas” e, ainda mais, como “ferramentas inadequadas” a um determinado objetivo que lhes é alheio individualmente, ou seja, o objetivo do lucro, nada mais é que propagar uma visão instrumental do ser humano, tanto no sentido de sua definição como capital, mas também como definidor da atividade do homem enquanto ser que trabalha para o capital.

As ferramentas mais importantes que os homens podem dispor para a produção são as ferramentas intelectuais⁷⁸, sobre as quais estes devem investir para se adequar às demandas do mercado de trabalho. “Quem não o tem – e de boa qualidade – é como o operário que necessita serrar uma tábua com um velho serrote desdentado, ao invés de usar uma serra circular afiada.” (CNI, 2002, p.136). Nesta explicação da CNI para o baixo incremento do capital humano nos trabalhadores fica evidente o grau de alienação imposta à condição do trabalhador, instrumentalmente concebido como item da produção, em que seu grau intelectual pode ser comparado a uma situação rotineira e degradante de condição de trabalho.

Com relação à educação, o documento traz, sinteticamente, a sua concepção, a qual não é diferente da clássica proposição da TCH.

A correlação entre educação e rendimento pessoal é estreita. Quanto menor a escolarização, menor é a renda das pessoas. Além disso, para uma boa integração no mercado de trabalho, não basta contar os anos passados na escola. É preciso ter recebido uma educação de qualidade, bem superior à que é hoje oferecida, sobretudo a que recebem os mais pobres. (CNI, 2002, p. 137)

Aparece neste trecho articulada à necessidade de maior escolarização da mão-de-obra a necessidade de qualidade desta escolaridade, o que os documentos da CNI ressaltam insistentemente não ser o caso da educação pública fornecida pelo Estado brasileiro. No entanto, como fez Santos (2004) e Enguita (2001), entre outros, há que

⁷⁸ SANTOS (2004) faz uma distinção entre a teoria do capital humano, que seria adequada ao padrão fordista e ao *welfare state* e a teoria do capital intelectual, que emerge nas condições da acumulação flexível e no modelo neoliberal de Estado. Esta distinção, porém, não aparece nos documentos da CNI, e, do nosso ponto de vista, esta separação não é tão evidente nem mesmo na acumulação flexível. Os empresários utilizam-nas numa espécie de ecletismo teórico, já aqui denunciado.

se discutir sobre qual qualidade se está tratando, pois o mundo do trabalho atual não abriga a necessidade nem a exigência real de uma maior qualificação de toda a força de trabalho, pois evidentemente formas avançadas de relação do trabalhador com suas atividades convivem com a existência e aumento do trabalho precário, especialmente nas pequenas empresas ou nas empresas subsidiárias no âmbito das cadeias produtivas (INVERNIZZI, 2000). Não poderemos aqui investir nesta discussão, mas somente apontar que o ponto de vista que defendemos é que tal qualidade pleiteada pela CNI nos documentos não se coaduna com a qualidade pleiteada historicamente pelos educadores socialistas ou mesmo os defensores da educação pública brasileira. A razão instrumental que guia a qualidade no discurso da CNI reduz esta concepção e a torna “menor” que aquela da defesa de uma escola pública de qualidade pleiteada nas lutas históricas travadas no país, como nos anos 30, 50 e 80-90 (SAVIANI, 2007 entre outros).

No documento intitulado Crescimento: a visão da indústria (CNI, 2006), articulado aos temas do documento anterior, aparece a relação entre educação e produtividade da indústria brasileira, somando-se ao capital físico das empresas um capital humano capacitado para lidar com a maquinaria microeletrônica e, além disso, promover inovações. “Para crescer, não basta capital físico; é preciso que haja pessoas qualificadas para operá-lo e desenvolver novas soluções e idéias.” (CNI, 2006, p. 39). Os industriais pleiteiam, como se apreende deste discurso, o que a literatura acadêmica aqui estudada denomina como envolvimento dos trabalhadores na produção, ou seja, não basta que os trabalhadores produzam mas que, além disso, possam inovar no ambiente de trabalho. Isso exige a somatória de conhecimentos formalmente apropriados, técnico-científicos, mas também, e de uma maneira preponderante, atitudes e comportamentos proativos no sentido de buscar alternativas ao que é dado cotidianamente na produção, no sentido de ampliar a capacidade produtiva do capital instalado.

O grande empecilho encontrado pelos industriais para que isso ocorra é a baixa qualidade da educação pública brasileira, que não prepara as novas gerações para a adequação aos novos padrões tecnológicos da indústria e para o desenvolvimento do perfil comportamental ideal para a indústria competitiva, que, segundo o documento, é aquela que é “[...] capaz de absorver e melhorar as novas tecnologias [...]” (idem, p.131). A CNI aponta que a melhora, que é significativa de fato, da inserção das crianças e jovens na escola, não resultou na igual melhoria da produtividade.

Estudo recente (Rodrigues, 2004) estima que, entre 1980 e 1999, o estoque de capital humano – construído com base no nível de escolaridade e nos anos de experiência da força de trabalho – mais que dobrou, enquanto o produto interno bruto aumentou em menos de 50%. Esse pífio resultado pode ser atribuído à má qualidade da educação. (CNI, 2006, p.134)

Claro está que este discurso da CNI, no mínimo, pode ser tomado como ideológico, mas, de fato, trata-se de uma leitura equivocada, e talvez até propositalmente, dos fatos econômicos e políticos que levaram o desenvolvimento brasileiro a índices tão medíocres desde a década de 1980. A baixa produtividade da indústria brasileira pode ser motivada por vários elementos, inclusive a crise econômica por que passou o país na década de 80 e 90, a própria posição marginal do país no contexto do capitalismo global, sendo que tal posicionamento dificulta a penetração e desenvolvimento das tecnologias, a própria política pública de inovação brasileira, a falta de uma política industrial e, também, a má qualidade da educação.

A respeito das exigências da produção em termos de conhecimento, o documento da CNI afirma a necessidade de superar a condição precária de apenas “saber ler e escrever”, que, como consta no documento, “[...] **não impactam positivamente a produtividade da economia**”. (CNI, 2006, p.135, grifo do original). Isso vem de acordo com o que já foi anteriormente estudado acerca da ampliação da gama de conhecimentos e atitudes/comportamentos que a nova base técnica pressupõe. Frente a tecnologias avançadas em termos microeletrônicos, dado o alto custo da maquinaria e os riscos do capital em caso de pães ou erros na produção, a mera alfabetização dos trabalhadores não impacta na produtividade e competitividade da indústria. Na continuidade deste discurso, a CNI afirma que na chamada “economia moderna” “[...] as competências de expressão escrita estão intimamente imbricadas com o desempenho profissional, mesmo em ocupações manuais.” (p.135) Nos casos em que o trabalho é organizado em células de produção, ou em sistemas de Grupos Semi-Autônomos –GSA, em que os trabalhadores precisam expressar claramente em relatórios tanto as ocorrências quanto as necessidades cotidianas, ou então, em momentos especiais da produção, autorizar ou emitir ordens de serviço ou outras operações que demandam comunicação oficial, a capacidade de escrever é exigida e, inclusive, pode se transformar em pivô de problemas e soluções para a empresa⁷⁹.

⁷⁹ Neste caso apreende-se uma forma de apropriação do capital de uma competência básica para a sociabilidade burguesa, o “domínio” da expressão escrita. Ocorre que este nunca é “o” domínio, mas um domínio conforme o contexto de uso e de apropriação desse instrumento. Assim, o domínio da escrita, em contexto de alienação, tem como corolário uma aquisição parcial, nunca chegando a uma leitura de conformidade com a omnilateralidade, que então permitiria uma capacidade de fluência no escrever/ler em qualquer discurso e em qualquer circunstância de produção do discurso. Em outros termos, não há “domínio da escrita competente” no âmbito do trabalho alienado. Agradeço a observação de nossa orientadora, professora Ligia Regina Klein.

A presença da TCH no documento Educação para a nova indústria (CNI, 2007), é bastante significativa, e contempla o que consta no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 (CNI, 2005), que, portanto, não será analisado particularmente. Neste documento aparece a TCH inserida na concepção de “sociedade do conhecimento”, em que a necessidade de formação intelectual se torna mais necessária que nunca para a competitividade da indústria. O documento explora duas vertentes do capital humano para a indústria e para o país: para a indústria o desenvolvimento do capital humano representa melhoria de produtividade, enquanto para o país o conjunto do capital humano qualificado permite a absorção e desenvolvimento de novas tecnologias (CNI, 2007, p.09). Tanto é assim que um dos eixos do Mapa Estratégico da Indústria, no qual o documento de 2007 representa o projeto educacional, aponta a necessidade de direcionar a educação básica, continuada e profissional para os objetivos da indústria (idem, p.19).

Ao tratar das diferentes competências na formação do capital humano, o documento afirma a diferenciação entre a função da educação básica e da educação profissional, remetendo à discussão já feita pela entidade no documento de 1993, ou seja, que caberia à educação básica e continuada desenvolver as competências básicas, que são suporte para as demais competências técnicas. Neste sentido, podemos afirmar que a importância que a educação básica ganha, a partir dos anos 90 para a classe dominante, se vincula diretamente com este objetivo de formação das competências básicas, de cunho comportamental muito mais que de conhecimentos, que na produção flexível ganham prioridade frente à formação técnico-científico, dadas as características da mediação presente nas tecnologias microeletrônicas. Não é sem razão que a CNI, por meio do SESI investe anualmente milhões de reais em um grande sistema de educação básica em todo o país.⁸⁰

Os empresários, neste documento, trazem um importante elemento do projeto hegemônico da burguesia brasileira, que é a necessidade de que os rumos da educação para a indústria sejam pautadas por critérios técnicos definidos pela própria indústria, evitando com isso os desmandos e a instabilidade política. Afirma o documento que tanto o foco, qualificação e diretrizes do processo não podem ser vítimas de pressões ou descontinuidades (CNI, 2007, p.37). Continuando nesta linha de argumento, afirma a CNI que:

⁸⁰ A este respeito fazemos a crítica da apropriação de fundos públicos de financiamento do Sistema S, por meio de descontos nas folhas de pagamento da indústria, objeto que em sendo pauta de discussões atuais entre a CNI e o governo, por ocasião da implementação do Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional – FUNTEP (CNI, 2008a), algo aliás que merece atenção de futuras pesquisas.

Na maioria dos países, a formação básica é realizada com forte participação dos empresários. São eles que conhecem as tendências do mercado e as tecnologias. A questão da "pontaria" é essencial. São os empresários que mais conhecem o tipo de profissional que necessitam. Tudo deve ser feito com estabilidade e agilidade. (idem, p.38-39)

A estabilidade de que tratam os empresários em termos de política significa a estabilidade de um consenso nacional em torno dos investimentos em educação para que sejam direcionados à indústria, e, portanto, para o desenvolvimento do país como um todo, como garante tal discurso ideológico recorrente nos documentos da CNI. Ganham os industriais, ganham os trabalhadores, ganha, enfim, a sociedade como um todo com a qualidade da educação e o seu foco direcionado à produção de trabalhadores adaptados à produção. Esta perspectiva, ao que podemos apreender na simples experiência cotidiana, tem cativado o senso comum a partir dos vários meios disponíveis para a classe dominante difundir suas idéias, inclusive os meios de comunicação, em que cotidianamente vemos dicas de como se comportar em entrevistas, como manter o emprego, como e onde se qualificar para o trabalho, que, apesar de ainda não se ter, é o alvo futuro a ser conquistado etc. Os jornais impressos também possuem colunistas e espaços dedicados a isso, especialmente aos domingos, dia em que os trabalhadores em busca de emprego (afinal aqueles que desistiram nem buscam mais esta alternativa) folheiam com gana as páginas de oferta de emprego, para que na segunda-feira possam comparecer e pleitear novo emprego. Na internet existem sites especializados em consultorias de empregos, que, por meio de assinaturas, traz diretamente aos emails, ofertas de emprego segundo o perfil cadastrado e na região de localização pretendida. Além destes meios, a própria realidade empírica vivenciada pelas pessoas, em que o desemprego é visível, faz com que elas apontem seus esforços formativos nesta direção, e, logo, uma proposta educacional como a da CNI ganha amplo respaldo social.

Com relação à agilidade, esta se coaduna com uma das grandes características do mundo da produção, advinda da forma de desenvolvimento da competição capitalista após os anos de 1970, que passou a se dar não pelo paradigma da produção em massa, de forma estável e por meio de uma tecnologia rígida. As tecnologias microeletrônicas são ágeis no sentido de modificar, por meio de programas e memórias, as características da produção, tanto quantitativa quanto qualitativamente, com agilidade. Esta agilidade exige dos trabalhadores certa agilidade nas respostas a eventuais problemas que possam ocorrer na produção, imponderabilidade que aumentou significativamente com as novas tecnologias e que demandam, além de conhecimentos técnicos, o conhecimento tácito e um perfil

comportamental e ético adequados à filosofia da empresa. Este cenário designa a necessidade de políticas de formação e atitudes ágeis no sentido de modificar os rumos da formação conforme as necessidades, e com flexibilidade para atender os diferentes ramos produtivos com as suas especificidades. Claramente o Estado em geral não possui esta possibilidade de agilidade, por força das implicações sociais e do comprometimento com a sociedade como um todo na implementação de políticas educacionais. Este desvínculo com a produção gera conflitos, como este relativo ao FUNTEP e às severas críticas da CNI à qualidade da educação brasileira. Por outro lado, é este desnível de ações entre estas esferas, Estado e empresários, que gera, por parte destes últimos, ações relativas ao enfrentamento de políticas contrárias aos seus objetivos, bem como ações de pressão junto aos poderes públicos para a aprovação de projetos de interesse da indústria. Nesta relação entre o Estado e a burguesia, que é parte da luta hegemônica entre capital e trabalho, expressa-se posições da luta pela hegemonia no campo educacional, na qual a defesa da educação básica é parte importante⁸¹.

Além destes documentos, que foram alvos de análise pormenorizada em outros momentos deste trabalho, serão agora analisados outros dois documentos recentes da CNI que ressaltam o tema do capital humano (CNI, 2005a; CNI, 2007a).

O primeiro documento intitula-se Indicadores de competitividade na indústria (CNI, 2005a), e é composto de duas partes principais seguidas de Apêndices. Na primeira parte são apresentados sumariamente os principais resultados obtidos na pesquisa, de modo a guiar o leitor para a segunda parte, em que são apresentados os dados mais detalhadamente, por meio de análises e gráficos. Os elementos que indicam a competitividade da indústria são os seguintes: qualidade, design, tecnologia, recursos humanos e infra-estrutura. Para os objetivos aqui pretendidos a análise ficará focada nos recursos humanos, que é onde estão expostas as concepções e dados relativos aos trabalhadores, sua formação e os impactos nos diversos setores da indústria, da produção e por porte da indústria (micro e pequeno, médio e grande). O Apêndice denominado Sumário metodológico (idem, p. 101-105) apresenta a metodologia e o histórico desta pesquisa, que se iniciou em 1995 e teve edições em 1997, 1998, 2000 e esta de 2005, que traz os dados de 2003.

⁸¹ Como já foi salientado neste trabalho, apenas a título de apresentação do problema, os empresários, na década de 90, realmente conquistaram posições na luta hegemônica no campo educacional, ao se inserirem como gestores das escolas, em programas de Qualidade Total, como no caso de Minas Gerais (OLIVEIRA, D.A.A., 1996; FIDALGO; MACHADO, 1994).

Esta pesquisa, que é designada como qualitativa, foi realizada pelo envio de questionário por correio e emails, entre outubro de 2004 e março de 2005 (CNI, 2005, p.102), atingindo uma amostra efetiva de 743 empresas com cinco ou mais empregados⁸². A amostra foi composta tendo como base o Cadastro de Estabelecimentos Empregadores – CEE, do Ministério do Trabalho e Emprego, e a divisão por atividades seguiu o padrão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. O método qualitativo utilizado denomina-se “amostragem probabilística de proporções” (idem, p.103). O questionário foi composto de 26 questões mais um espaço para comentários, abrangendo as seguintes áreas: desempenho produtivo (questões 01 a 08), qualidade (questões 09 a 13), design (questões 14 a 16), tecnologia (questões 17 a 21), recursos humanos (questões 22 a 25), e infra-estrutura (questão 26).

As questões relativas aos recursos humanos foram as seguintes: Questão 22. “Qual foi o número total de empregados no estabelecimento em 31 de dezembro de 2003?” (foram apresentadas cinco alternativas entre “abaixo de 5 e acima de 499); Questão 23. “Qual foi o percentual médio de empregados ligados diretamente à produção, no estabelecimento, em 2003?” (foram apresentadas seis alternativas contemplando a gama de “até 30% e acima de 90%”); Questão 24. “Qual foi o número médio de horas de treinamento por empregado, em 2003?” (foram apresentadas cinco alternativas entre “0 e acima de 40 horas”, no estabelecimento e/ou fora do estabelecimento); Questão 25. “Qual foi o número de acidentes de trabalho com afastamento no ano de 2003?” (foram apresentadas oito alternativas entre “0 e acima de 100”).

Os dados foram analisados por Paulo Augusto Pettenuzzo⁸³ de Britto e Luiz Guilherme de Oliveira⁸⁴, ambos economistas vinculados à CNI. Antes dos dados quantitativos, a análise traz os mesmos elementos já anteriormente estudados da

⁸² “Nesta pesquisa são denominadas como microempresas aquelas com 5 ou mais empregados e menos de 20 empregados; pequenas empresas aquelas com 20 ou mais empregados e menos de 100 empregados; médias, as com 100 ou mais empregados e menos do que 500 empregados; e como grandes, as empresas com 500 ou mais empregados.” (CNI, 2005a, p. 104)

⁸³ Paulo Augusto é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tem Mestrado em Economia na Universidade de Brasília - UNB e na University of Illinois e é Doutor em Economia pela mesma universidade americana. Trabalhou na CNI entre os anos de 2004 e 2006, como “Economista Sênior” na Unidade de Competitividade Industrial. Atualmente é professor de Economia da Universidade de Brasília e como Economista-Chefe da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. No seu período na CNI publicou cinco documentos analisando a economia brasileira, como subsídio para a entidade. Estes dados constam de seu Curriculum Lattes (<http://lattes.cnpq.br/8801317938905787>).

⁸⁴ Luiz Guilherme de Oliveira é graduado em Ciências Econômicas pela Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor da UNB. Trabalho na CNI entre os anos de 2004 e 2006, atuando como Representante Titular da entidade em vários órgãos e Comitês, além de atuar como Consultor na Unidade de Competitividade Industrial da CNI. Estes dados constam de seu Curriculum Lattes (<http://lattes.cnpq.br/8270727532393747>).

teoria do capital humano, ou seja, trata da importância que tem os recursos humanos para o crescimento e competitividade da indústria. O que é interessante analisar é que o estudo caracteriza claramente a empresa como instituição formadora, investindo parte dos seus lucros nesta atividade de capacitação dos trabalhadores. Segundo foi constatado na pesquisa, 86% das empresas industriais realizaram atividades de treinamento, número muito superior aos 50% retirado da pesquisa de 1999, e destas, 86,3% realizaram este treinamento também na própria empresa (CNI, 2005, p.31), demonstrando o caráter pedagógico da empresa. A carga horária média de treinamento da maioria das empresas de médio e grande porte (40%) estava entre 1 e 8 horas (na escala que vai de 0 a acima de 40 horas), praticamente o mesmo número das micro e pequenas empresas.

Outros dados são apresentados, como o crescimento de acidentes de trabalho com afastamento, e a redução global de acidentes de trabalho, e a elevação do número de empregados por empresa. Mas um dado é interessante para a argumentação aqui desenvolvida, que é o percentual de despesas das empresas com empregados.

Para dois terços das empresas, a participação das despesas com empregados (salários, encargos e benefícios) no custo total situa-se entre 15% e 45%. Para as demais, esse custo é inferior a 15%. Considerando-se apenas os estabelecimentos de menor porte, observa-se que 28,7% das micro e pequenas empresas apresentaram despesas com empregados de até 15% de seu custo total. Esse percentual se eleva para 38% entre as médias e grandes. Nas micro e pequenas, 63,7% indicaram, ainda, que suas despesas com pessoal representam entre 15% e 45% do custo total, contra 57,8% nas médias e grandes.

Estes números são, por um lado, a base dos argumentos dos empresários nas suas demandas pela “simplificação” das relações de trabalho, buscando a redução da carga sobre os trabalhadores. De fato, as despesas com este fator na empresa brasileira é alto, como mostram os números, porém, a sua redução significa, para a classe trabalhadora, a radicalização da precariedade do trabalho, enquanto para os empresários isso significa apenas redução de custos, e, logo, maior aferimento de lucratividade. Por outro lado, estes números dão a dimensão da importância da formação dos trabalhadores para as empresas. Seu fator de maior custo exige um tratamento considerável do ponto de vista da apropriação máxima de suas potencialidades no trabalho, e daí os investimentos em formação continuada na própria empresa ou fora dela, e, dadas as características da demanda contemporânea, o alto investimento do Sistema Indústria na educação básica, por meio do SESI.

O segundo documento a ser analisado denomina-se Falta de mão-de-obra qualificada dificulta aumento da competitividade da indústria (CNI, 2007a), e traz dados mais detalhados acerca da qualificação da mão-de-obra da indústria, assim como repete o discurso do capital humano. A *Sondagem* foi produzida com a colaboração de 22 Federações Estaduais da Indústria, contando com a participação de 949 pequenas empresas, 507 médias e 258 grandes. O período de coleta se deu entre junho e julho de 2007 (idem, p.08).

O documento constata que a desqualificação da mão-de-obra atinge diferentemente os setores internos da empresa e as empresas de diferentes portes. No interior da empresa o setor de produção é o mais atingido, o que, segundo o documento, restringe a competitividade da indústria e as obriga a investir em programas de qualificação e em políticas de incentivo e retenção de mão-de-obra qualificada. As micro e pequenas empresas são as que mais apresentam queixas sobre a má qualidade de sua mão-de-obra.

As queixas dos empresários, segundo consta no documento, são direcionadas à má qualidade da educação básica no país, que dificulta que os trabalhadores aprendam, mesmo nos setores que exigem baixa complexidade nas operações (idem, p.03). O documento ainda afirma que o desempenho da indústria é prejudicado com a falta de qualificação da mão-de-obra, sendo a busca pela eficiência e redução de desperdícios as categorias mais apontadas, seguida da qualidade, aquisição de novas tecnologias e desenvolvimento de novos produtos. Estas queixas dos empresários, e a constatação do prejuízo para as empresas da má qualidade da mão-de-obra, dá o caminho empírico para a constatação do que diz a literatura sobre o papel da força de trabalho no âmbito da produção contemporânea. De fato, os setores mais prejudicados pela má formação dos trabalhadores corresponde àqueles em que se congregam as necessidades de uma atitude proativa dos trabalhadores (eficiência, desperdício e qualidade) com a apropriação de conhecimentos (novos produtos, novas tecnologias)⁸⁵.

Outro dado apresentado é sobre a contratação de trabalhadores qualificados.

Apenas 30% das empresas industriais se utilizam da contratação direta no mercado como principal opção para se obter mão-de-obra qualificada. O restante, ou seja, 70% das empresas, procura suprir esse problema capacitando os trabalhadores após sua contratação. Para a grande maioria das empresas, a capacitação da mão-de-obra é realizada na própria empresa. Entre as empresas que utilizam a capacitação como principal opção de se obter mão-de-obra qualificada, apenas 12% o faz fora da empresa. (CNI, 2007a, p.04).

⁸⁵ Esta divisão aqui feita é claramente arbitrária. Em todas as operações são exigidos ambos, de maneiras diferentes e com papéis diferenciados.

Estes dados são a prova empírica de que é coerente a demanda da indústria por uma educação básica de qualidade por parte do Estado. O fundamento desta demanda se dá pela constatação de que a própria empresa se torna um ambiente pedagógico no sentido de oferecer, dentro ou fora do próprio ambiente, oportunidades de formação específica para os seus objetivos. A questão que se coloca é a necessidade de que os trabalhadores entrem no mercado com domínio de conhecimentos básicos e com competências e habilidades também básicas, favoráveis ao trabalho e ao empenho em melhorar constantemente, participando destes cursos oferecidos pelas empresas e se qualificando segundo os seus objetivos. Desta forma os trabalhadores galgariam níveis de empregabilidade que os fariam se manter no emprego, ainda que isto não seja garantia de estabilidade.

Esta adesão do trabalhador à filosofia da empresa não é alcançada de forma linear, ao contrário, é objeto de permutas diretas ou indiretas, de considerações pessoais sobre as condições de trabalho ou de futuro profissional pelos trabalhadores. Investir em cursos de qualificação, segundo apontou a *Sondagem* é mais interessante nas grandes empresas do que nas pequenas empresas.

Na análise por porte de empresa, chama atenção o fato de que o pouco interesse dos trabalhadores não é uma dificuldade relevante entre as grandes empresas (9%), mas foi uma opção assinalada por 19% das médias empresas e 31% das pequenas. (idem, p.05)

Apesar de não estar dito no documento, parece claro que as condições de trabalho nas pequenas e médias empresas são mais precárias, os salários são menores e a instabilidade no emprego aumenta, o que gera, por parte dos trabalhadores, uma resistência a se qualificar no interior destas empresas. Mas, mesmo assim, os números apresentados, se são díspares internamente, ou seja, entre os portes das empresas, pode ser considerado baixo, afinal de contas, nas pequenas empresas, onde o desinteresse por qualificação é maior, ainda assim aproximadamente dois terços dos trabalhadores se interessam pela qualificação. Isso pode ser analisado, pelo menos previamente, pela concorrência intertrabalhadores no mercado de trabalho, que impõe aos empregados o recurso a todos os meios de garantir empregabilidade e se manter no emprego, mesmo sabendo dos riscos cotidianos de corte.

De outro lado, para as empresas existe uma necessidade de implementar políticas de retenção e incentivo de seus trabalhadores especializados. Esta forma de incentivo é realizada, na maioria dos casos, pela oferta de benefícios adicionais ao

salário. As pequenas empresas oferecem menos benefícios extra-salariais que as grandes, e possuem menos políticas de retenção dos trabalhadores que as grandes (idem, p. 06). No entanto, é preciso destacar que a oferta desses incentivos não abarcam igualmente a todos na empresa, mas sim preferencialmente, de forma mais sistemática, ao seu grupo central, àqueles trabalhadores que ocupam espaços estratégicos na empresa.

Desta forma, conclui-se que a retomada da teoria do capital humano pelos empresários é uma expressão do papel da educação para o alcance de maior produtividade do capital, e demonstra o papel relevante da educação básica como fundamento da formação para a classe trabalhadora, cuja centralidade (e não exclusividade) se encontra na necessidade de comportamentos e atitudes dos trabalhadores no sentido de que estes valorizem o capital segundo as suas características de base microeletrônica e conforme as demandas da competitividade industrial contemporânea.

5.3 Breves considerações sobre a integração subordinada dos trabalhadores no projeto educacional da CNI

Após o estudo realizado acerca do projeto educacional da CNI, enfatizando a educação básica, podemos chegar, neste momento, a uma síntese que nos permita construir um quadro mais amplo em que se localize este projeto em meio ao projeto maior de hegemonia da classe dominante no Brasil contemporâneo. Faremos isso em forma de breves considerações, que se organizam em duas partes principais. Na primeira traçamos um perfil do educando proveniente do projeto educacional da CNI e, fazendo isso, proporcionamos uma visão sobre o real horizonte deste projeto burguês de educação. Para isso faremos uma breve síntese sobre a história da formação do trabalhador no capitalismo, e, principalmente, o perfil demandado na acumulação flexível, a partir das categorias de empreendedorismo, empregabilidade, polivalência e teoria do capital humano, as quais trataremos em conjunto, e, ao mesmo tempo, inserindo esta discussão no marco político-econômico neoliberal. Numa segunda parte argumentaremos a respeito do papel da educação na luta hegemônica, e, para isso, exploramos a idéia de “pacto social”, presente nos documentos da CNI e também nas categorias apresentadas.

Espera-se ter alcançado, com isso, o intuito presente no método marxiano de análise do movimento real, no qual o uso das categorias transforma-se em instrumento de apreensão deste movimento, e, portanto, constituem-se muito mais que meras teorias (no sentido idealista deste termo), mas Teoria, no sentido dado por Marx e Engels, ou seja, como reprodução ideal do movimento real (MARX; ENGELS, 1984).

Além disso, espera-se também que este estudo possa contribuir para novas pesquisas pertinentes ao universo do pensamento/ação da classe burguesa industrial brasileira, provocando, a partir da análise aqui realizada, um exame que leve em consideração tanto o discurso emitido por esta classe em seus documentos, quanto à prática desta frente ao Estado e à sociedade em geral.

Todo projeto pedagógico é também, em última instância, um projeto formativo, seja a socialização da nova geração que entra na sociedade, seja de educação continuada, pertinente à adequação dos homens adultos às mudanças que nela ocorrem, seja uma formação que reivindique a transformação social. A história da educação moderna e contemporânea crítica tem certa unanimidade em assumir que a educação pública tem sido conduzida pelos ventos da luta de classes, e, portanto, seu projeto tem sido sujeito ao domínio das classes dominantes em cada período e lugar, orientando por isso o projeto formativo. No Brasil, há atualmente a demanda para que o Estado garanta, minimamente, nove anos de escolarização básica (ensino fundamental), e seguindo para a expansão, ainda tímida, da educação infantil e do ensino médio. Esta ampla oferta de escolarização pública atende, de certa forma, tanto aos projetos emancipatórios de educação pleiteados por parte da esquerda brasileira, especialmente aqueles vinculados à Pedagogia Histórico-Crítica e aos grupos de estudo em Trabalho e Educação⁸⁶, quanto ao projeto burguês de escolarização das massas, algo que na Europa foi realizado com um século de antecedência em relação ao Brasil.

Esta oferta atende parcialmente aos anseios da esquerda citada acima, devido à convicção desta corrente no papel que a apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, e transmitidos pela escola, pode ter na luta pela emancipação dos trabalhadores. Esta apropriação, segundo estas correntes, é imperativa para a formação da consciência dos trabalhadores, que, por sua vez, pode se reverter em ação transformadora. Entretanto, alguns autores desta corrente apontam a histórica impossibilidade implantada pela configuração do sistema de ensino em proporcionar esta formação humanizadora, especialmente pela chamada “dualidade estrutural”⁸⁷, que divide o sistema de ensino entre aqueles que seguirão estudos e se encaminharão para postos de comando (por formação técnica superior ou por herança), e a grande maioria, para a qual é destinada a luta no mercado de trabalho para postos de execução em geral, desde os mais especializados (gerência, manutenção, postos técnicos) até os postos que exigem menos formação. A partir da

⁸⁶ Também pode ser estendido para a chamada “Pedagogia do Movimento” (CALDART, 2009; 2000). Por outro lado, existem autores da esquerda marxista com uma visão mais cética sobre as possibilidades da escola (TONET, 2005).

⁸⁷ Kuenzer (2007).

massificação da escola pública básica, desde os anos 70, ela tem servido muito mais à formação para esta última; por outro lado, a universidade pública, e algumas ilhas de excelência nas universidades particulares, são pólos de formação da classe dominante brasileira⁸⁸.

Por outro lado, a mesma escola pública é parcialmente orgânica aos interesses da burguesia industrial brasileira, o que foi nosso interesse investigar neste trabalho. Por que a escola é orgânica aos interesses dos industriais brasileiros? E por que é apenas parcialmente?

Para responder à primeira questão temos que fazer uma breve retrospectiva histórica acerca da formação dos trabalhadores e, em seguida, analisar a demanda contemporânea para os trabalhadores na acumulação flexível, utilizando as categorias aqui levantadas. Entendemos que ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, desde a cooperação, passando pela manufatura, maquinaria e grande indústria, o fordismo/taylorismo e a acumulação flexível, houve um processo duplo e contraditório com relação à formação da classe trabalhadora⁸⁹. De um lado, houve sem dúvida um avanço nas possibilidades produtivas do trabalhador coletivo, ou seja, por meio da incorporação da ciência e tecnologia na produção foi possível chegar à construção de mercadorias de grande valor social, de tecnologias que possibilitam a melhoria da qualidade de vida, de processos de produção de alimentos que possuem potencial de fornecer alimentação para todos etc. Este avanço não deixou de trazer consigo, devido à sua inserção no modo capitalista de produção, a contradições tais como a falência do ambiente, a falta de alimentos para boa parte da população, a morte por doenças banais ou por fome, a endemia estadunidense de gordura da população, que causa grande mortalidade por infarto etc.⁹⁰, e, enfim, à desigualdade econômico-financeira, da qual o Brasil é um dos maiores exemplos.

Esta evolução das possibilidades do trabalhador coletivo não gerou a emancipação do trabalhador, ao contrário, o processo de especialização trouxe o esvaziamento da formação destes trabalhadores. Este processo é discutido pelos autores, que trazem várias hipóteses, como a da desqualificação tendencial (Braverman), da requalificação, da polarização das qualificações e uma última da

⁸⁸ Podemos lembrar-nos do estudo de Nogueira, em sua tese para professora livre-docente (NOGUEIRA, 2002), em que estudou a escolarização de um grupo de famílias de empresários mineiros, inspirada em Bourdieu e na sociologia da educação francesa.

⁸⁹ Estas idéias se baseiam nos estudos de Braverman (1977); Gramsci (1988); Klein (2003); KUENZER (2007; 2006; 2003; 2002); INVERNIZZI (2000); Harvey (2002) entre outros.

⁹⁰ Sobre esta última questão o documentário *Super size-me* (Direção de Morgan Spurlock. EUA, 2004) fulminante. Sobre o consumismo ver *Surplus: Terrorized Into Being Consumers* (Direção de Erik Gandini. Suécia, 2003). Sobre a violência da indústria farmacêutica ver *O jardineiro fiel* (Direção de Fernando Meirelles. EUA, 2005). Sobre o desemprego estrutural ver *O corte* (Direção de Costa-Gravas. Bélgica-França-Espanha, 2005).

qualificação absoluta e da desqualificação relativa⁹¹. Para esta tese, o capitalismo necessita do agrupamento orgânico de um conjunto pequeno de trabalhadores altamente qualificados, que são disputados pelas empresas e que recebem altos salários e outros benefícios a fim de nelas se manterem, e que produzem resultados altamente eficientes em termos de produtividade, lucratividade e que possuem flexibilidade lingüística e geográfica, tendo em vista a posição global das empresas, com um conjunto de trabalhadores de nível técnico, os quais possuem conhecimentos e técnicas que possibilitam maior flexibilidade e estabilidade no mercado, e, por fim, uma grande maioria dos trabalhadores cuja qualificação não permite estratégias de permuta com o capital, e que sofrem as maiores consequências da desestabilização econômica e precarização do trabalho. Esta organicidade chega ao ponto de unir, em uma mesma cadeia produtiva, formas de trabalho altamente complexas com modos de trabalho que remetem ao feudalismo, como o trabalho em casa⁹², ou, como no caso do agronegócio, que une trabalhos técnicos altamente especializados nos laboratórios das multinacionais, com trabalho escravo ou altamente precarizado, como no corte da cana⁹³.

É frente a este cenário concreto das relações entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo, especificamente no que se refere à formação dos trabalhadores, que podemos apreender o perfil formativo do trabalhador no projeto educativo da CNI e o papel da educação básica para a constituição deste perfil⁹⁴.

A especificidade concreta das tecnologias de base microeletrônica e as formas de gerenciamento da produção flexível, juntamente com o cenário mundial de crise do capitalismo, demandam, do ponto de vista da manutenção da acumulação de capital, a formação de novas formas de ser da classe trabalhadora que, em partes, são continuidade das formas anteriores, basicamente fordistas/tayloristas, e, em parte, são novas formas de avanço das possibilidades produtivas do trabalhador coletivo.

Parece ser justo afirmar que o capital sempre se esforçou por domesticar a força de trabalho das mais variadas formas, sobretudo por meio da coerção e do convencimento. São famosas as medidas tomadas pelo governo Thatcher contra os trabalhadores mineiros em greve em 1985, impondo à classe trabalhadora inglesa uma derrota da qual nunca iria se recuperar, fragilizando a organização sindical e abrindo brechas para as reformas trabalhistas que visaram precarizar direitos

⁹¹ Paiva (1989, apud RODRIGUES, 1998).

⁹² Kuenzer (2006), com farta pesquisa de campo, afirma esta realidade na cadeia coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul.

⁹³ Em 2005 foram 416 mortes somente na região de Ribeirão Preto-SP, considerada a "Califórnia Brasileira" (notícia disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/Mortes-no-campo-sao-416.html>). Acesso em 18 jan. 2010).

⁹⁴ Nesta discussão levo em conta especialmente Invernizzi (2000), além dos outros anteriormente assinalados.

trabalhistas históricos naquele país, servindo de paradigma para o retrocesso mundial da luta da classe trabalhadora contra o capital.

Sendo assim não podemos imputar como novidade que na acumulação flexível haja uma vontade inerente e consciente do capital em se apropriar da subjetividade dos trabalhadores. Isso Henry Ford já o havia feito no início do século XX. Isso, de certa forma, o cercamento das terras já havia imposto, conforme a análise de Marx no texto *A acumulação primitiva do capital* (MARX, 1998) e com uma perversidade talvez ainda hoje não superada, em termos relativos. Entretanto, também é justo afirmarmos novas categorias que explicam esta fase da acumulação capitalista, quer a chamemos de acumulação flexível⁹⁵, dando ênfase às novidades, em relação à rigidez fordista, quer a chamemos de “neofordismo”, ressaltando elementos de continuidade.

Com relação à base técnica microeletrônica, vimos que esta se caracteriza por dois elementos: integração e flexibilidade. Integração no sentido de não abrir brechas, ou pontos mortos na produção, tornando o processo mais eficiente ao utilizar toda a capacidade produtiva das máquinas e dos trabalhadores; flexibilidade por conta da capacidade instalada neste maquinário de memorização de várias operações, de correções ao longo do processo, de intercalar diversos ciclos, com quantidade e qualidade diferenciadas etc. Claro está que tais formas técnicas incorporadas no maquinário microeletrônico atendem aos preceitos básicos da acumulação capitalista, quais sejam, incorporar inovações à produção com o intuito de melhorar a produtividade, enfrentar a concorrência e explorar da forma mais eficiente possível a mais-valia no processo de trabalho. As novas formas de extração da mais-valia, no caso da incorporação das tecnologias a mais-valia relativa, alteram a *quantidade* da exploração, no entanto, a *qualidade*, ou seja, o núcleo do processo de produção capitalista, não se alterou.

Com relação às formas de gerenciamento da produção, estas se caracterizariam, segundo o discurso ideológico do empresariado, pela aproximação das hierarquias entre execução e planejamento, que no fordismo eram quase sempre estanques. Como já foi afirmado, esta superação não ocorreu de fato, pois a propriedade privada dos meios de produção ainda dão ao capitalista o poder de decisão sobre a produção.

⁹⁵ Indo à raiz do pensamento marxiano, não encontramos a expressão “flexível” para a acumulação capitalista. A acumulação capitalista é movida pela expropriação da mais-valia absoluta ou relativa. Portanto, o uso do termo “acumulação flexível”, colocado em voga por Harvey, e amplamente utilizado, merece, no entanto, esta ressalva. Procuramos mostrar como a acumulação capitalista atualmente carrega traços da expropriação da mais-valia relativa, com o incremento das tecnologias microeletrônicas, e, ao mesmo tempo, como a precarização das relações trabalhistas tem levado à apropriação da mais-valia absoluta.

A superação das linhas de montagem por células de produção ou grupos de trabalho dão certa autonomia de trabalho e decisão, proporcionando aos trabalhadores tarefas antes exclusivas da gerência ou do corpo técnico especializado. São exemplos dessa mudança a responsabilidade pelo controle da qualidade e manutenção preventiva das máquinas e pequenas decisões administrativas a respeito da produção na célula e do relacionamento de cada uma entre si (relação entre “clientes internos”). Há ainda que destacar a presença de elementos coercitivos e/ou de convencimento advindos das empresas em torno da idéia de melhoramentos contínuos da produção (*kaizen*), a qual procura envolver os trabalhadores por meio dos CCQ’s, nos quais são premiados os trabalhadores que, por seu próprio esforço, criatividade e conhecimentos, proporcionam ideias que possam melhorar a produtividade da empresa. Foi dito acima “elementos coercitivos e/ou de convencimento”, e isso se justifica pela aparente voluntariedade da participação nos CCQ’s e as provas empíricas que as pesquisas trazem da coerção para a participação⁹⁶.

Destas demandas advindas da produção produz-se necessariamente um perfil de trabalhadores que sejam adequados às formas técnicas e gerenciais na produção/acumulação flexível. O trabalhador que o capital almeja, em primeiro lugar, deve ter um perfil ético (“aprender a ser” e “aprender a viver juntos”) em relação ao trabalho, o que engloba o seu envolvimento em prol da melhoria constante da produção, procurando resolver problemas advindos do cotidiano, isoladamente ou em grupo, com espírito de liderança e empreendedorismo, e a partir de um cabedal de conhecimentos (“aprender a fazer”) que, se por um lado não precisa ser altamente especializado, por outro, precisa ser disponível ao aprendizado constante (“aprender a aprender”).

Ainda em relação a este trabalhador, o capital procura se apropriar do seu conhecimento tácito, ou seja, aqueles conhecimentos que os trabalhadores adquirem na experiência da produção, no contato com as máquinas, com os problemas, com as ferramentas, e que dificilmente podem ser sistematizados para serem transmitidos aos demais. Este conhecimento tácito, pouco valorizado no fordismo/taylorismo por conta da extrema divisão entre trabalho, manutenção e planejamento, volta a ser valorizado justamente pela aproximação entre os fazeres do trabalho e da gerência, que inclui o trabalho de fazer e pensar sobre o trabalho. No entanto, o processo histórico descrito e analisado por Marx, que compreende o desenvolvimento da produção capitalista desde a Cooperação, passando pela Manufatura e Grande Indústria, nos revela que as formas de apropriação do conhecimento tácito do trabalhador não constitui

⁹⁶ Reporto-me ao trabalho de Oliveira, E. (2004).

novidade histórica. Esta questão pode ser observada sobretudo na manufatura, em que o capitalista dependia sobremaneira dos conhecimentos e habilidades tácitas do trabalhador em relação à sua ferramenta.

Percebe-se, a partir disso, que há uma complexidade nas questões relativas à formação dos trabalhadores, já que esta formação afirma, inclusive, o conhecimento tácito, juntamente com certo conhecimento científico e um conjunto de atitudes e comportamentos resumidos nos pilares da educação já citados.

A partir dos dados expostos acima, podemos inserir aqui a discussão das principais categorias do projeto educacional da CNI: empreendedorismo, empregabilidade, polivalência e teoria do capital humano. Como cada uma delas foi trabalhada individualmente, mesmo que sem a pretensão de abarcar toda a carga de complexidade que trazem, teórica e praticamente, cabe nesta parte realizar uma síntese integradora das categorias, a fim de, com isso, construir o perfil do trabalhador a partir do projeto educativo dos empresários. Cada categoria destas tem uma presença e penetração diferenciada na realidade e na formação de certo senso comum na sociedade acerca do mercado de trabalho, do ideal de formação e, sobretudo, de legitimação do *status quo* que, quanto mais desigual se apresenta realmente, mais ensaja da classe dominante o esforço para encobrir ideologicamente esta realidade, mostrando-a como resultado das ações individuais⁹⁷. É neste contexto que podemos explicitar a congruência das categorias listadas neste trabalho.

O empreendedor no sentido dado pela CNI nada mais é do que o sujeito que diante da crise do emprego, da dita “sociedade da informação”, em freqüente mudança e, cada vez mais exigente e concorrida, procura saídas próprias tanto para se encaminhar no sentido de enquadramento no mercado de trabalho, adequando-se às demandas, quanto pela saída empreendedora típica, vale dizer, pela formação do próprio negócio, que seria então uma válvula de escape para a falta de postos de trabalho. Apesar desta última característica, o projeto educativo da CNI parece apontar muito mais para o tipo de intraempreendedor, ou seja, aquele trabalhador que empreende a sua própria carreira, muito mais munido de disposição para os enfrentamentos que a produção exige do que munido de conhecimentos sistematizados. O intraempreendedor é aquele que veste a camisa da empresa, doa seu tempo para se formar e melhorar seu desempenho na produção, e, fazendo isso, alcança novos patamares de empregabilidade, ou seja, amplia sua possibilidade de se manter no emprego, algo cada vez mais instável. Desta forma, empreendedorismo e

⁹⁷ A ideologia individualista, cujo movimento real analisamos, encontra eco na teoria weberiana da ação social, especialmente da ação social com relação a fins (WEBER, 1977). Outra interpretação pode ser retirada da epistemologia de F. Hayek (DUARTE, 2000).

empregabilidade não podem ser desmembrados enquanto elementos da realidade, afinal de contas a empregabilidade é condição que se alcança com características empreendedoras.

O intraempreendedor é também um trabalhador “ético”, afinal está disposto a trabalhar em benefício da melhoria contínua da produção, sendo esta atitude tomada por convicção ou por necessidade de manter o posto⁹⁸. Desta forma, o capital conta com um trabalhador que foge dos conflitos, que não se sindicaliza, e, por outro lado, está disposto a negociar posições salariais e outros benefícios, independente de acordos coletivos, reforçando a proposição empresarial da livre negociação entre as partes.

O capital, desta forma, pode entregar nas mãos destes trabalhadores os altos investimentos revertidos na compra e manutenção do maquinário microeletrônico, o qual, apesar da maior produtividade, flexibilidade e integração na produção, trazem consigo um alto risco de problemas, retrabalhos, panes etc., os quais os trabalhadores comprometidos poderão evitar, se for o caso.

Estes mesmos trabalhadores com tais características se vêem frente a um cenário produtivo que exige uma atuação mais efetiva, já não mais fragmentada, mas polivalente. Na produção de base toyotista, os trabalhadores operam várias máquinas ao mesmo tempo, realizando uma série de tarefas combinadas de forma vertical, ou seja, mais especializadas, ou de forma horizontal, sem que haja uma especialização. Depoimentos de trabalhadores afirmam a sobrecarga de trabalho que a polivalência trouxe, sem que isso se revertesse em benefícios salariais⁹⁹.

Integrando as categorias até aqui citadas, apreende-se um perfil de trabalhador empreendedor, que busca a empregabilidade (aprender a empreender para ser empregável) e que, na produção, é polivalente. Este perfil é colocado para a sociedade não da forma como aqui está sendo estudada, mas ao contrário, criou-se nas últimas décadas (a partir dos anos de 1990) um senso comum sobre a intrínseca necessidade da constante qualificação, do vestir a camisa da empresa, do saber fazer mais que uma única tarefa (daí uma das severas críticas ao fordismo/taylorismo). Ser empreendedor torna-se a maior das virtudes, reforçada constantemente pelos meios de comunicação, que realçam a presença de pessoas que, a partir de idéias originais

⁹⁸ Claramente nos referimos à ética do ponto de vista do capital, o que a aproxima da formação cidadã do trabalhador. Desta forma, o trabalhador apresenta-se, para o capital, como um sujeito coerente com as demandas do trabalho e da vida social em geral, reproduzindo os valores conservadores da sociedade. O capitalismo, na verdade, constitui-se como um sistema em que a ética, entendida como bem comum, é reduzida à ética dos interesses, cujo alcance não vê limites, acarretando como consequência a destruição do meio ambiente, a mortandade pela fome, pela guerra etc. A ética no capitalismo é tão impossível como a sua constituição como sistema emancipatório. Ivo Tonet (2002) traça sumariamente e nestes termos uma discussão interessante entre ética e capitalismo.

⁹⁹ Ao contrário, as empresas toyotizadas pagam menos, como é o caso da Fiat em Minas Gerais e a Toyota em Indaiatuba (INVERNIZZI, 2000; OLIVEIRA, E. 2004).

saíram da condição subalterna em que se encontravam e criaram o próprio negócio¹⁰⁰. Ser empreendedor se torna a condição de sucesso para encontrar trabalho e se manter nele, ou seja, é condição de empregabilidade.

A partir do senso comum social em torno do tema, os empresários podem então, mais favoravelmente, incutir a teoria do capital humano e, com isso, agregar ao seu projeto a necessidade de que toda a sociedade se envolva no desenvolvimento da força de trabalho como condição de desenvolvimento do país, e, por isso, melhora das condições de vida de todos os brasileiros. Desta forma as políticas públicas de educação, especialmente as de educação profissional, passam a se coadunar com tais objetivos, como foi o caso aqui analisado do PLANFOR, focalizando uma formação precária para a classe trabalhadora, bem à medida de uma necessidade que, por um lado é real, ou seja, a produção exige de fato uma determinada formação, mas, por outro lado, é ideológica, no sentido de que é uma promessa integradora, quando na verdade é, no máximo, uma integração subordinada de parte da classe trabalhadora na produção.

Esta subordinação, se não aparece no discurso dos empresários, e evidentemente não houvera mesmo de aparecer, ela se concretiza a partir da análise do perfil de trabalhador que emana da concepção burguesa de reforma trabalhista, que é, no nosso entender, a dimensão pertinente à superestrutura que faz a mediação entre a formação dos trabalhadores, a sua prática laboral, sua qualificação e a qualidade de vida dos trabalhadores. A partir das propostas de regulação do trabalho, ou de sua desregulamentação em nome da flexibilidade, da manutenção dos postos de trabalho ou do desenvolvimento do país, podemos inferir um projeto de qualidade e quantidade no perfil do trabalhador, funcional ao capital. Podemos, por exemplo, questionar: o que é qualidade frente a um mercado de trabalho em que direitos trabalhistas estão sendo minados? Qual qualidade formativa para um trabalho cada vez mais precário? Qual qualidade para um emprego em tempo parcial ou por tempo determinado? Qual qualidade para um emprego tipo “estágio”? Qual qualidade se o “simples trabalhista” proposto pelos empresários, na verdade significa a retirada de

¹⁰⁰ O programa Glogo Repórter, da TV Globo, é especialista neste tipo de programa, como o veiculado no dia 06/02/2009 com o título “Cocadas rendem R\$700 por dia a doceira baiana”; e, no mesmo dia, outra matéria intitulada “Nordestinos atravessam o país para vender redes no litoral sul”; e, ainda no mesmo dia, outra matéria intitulada “Professores trocam férias por trabalho em São Paulo”; e, ainda outra deste dia intitulada “Famílias pagam contas alugando a propria casa para turistas”; ou no dia 01/05/2009 com o título “as lições do ex-feirante que virou o homem de mil negócios”; e, no mesmo dia, outra matéria com o título “Paulista cria empresa milionária vendendo marmitas”; e outra do mesmo dia intitulada “Irmos vendem camarão na praia para driblar o desemprego”; ou no dia 05/05/2009 com o título “Repórteres acompanham superação de brasileiros durante a crise”; ou como o veiculado no dia 23/10/2009 com o título “Criatividade vence a crise em cidade no interior de Minas Gerais”; e, no mesmo dia outra matéria com o título “Mineiro ensina como se aposentar ganhando bem”; ainda no mesmo dia outra matéria intitulada “Brasileiros ensinam a gastar bem cada centavo ganho”. Todos estes vídeos e textos estão disponíveis no site da TV Globo (www.globo.com/globoreporter). Vários acessos).

direitos trabalhistas? Qual qualidade para um trabalhador que é obrigado a doar seus domingos à produção? Qual qualidade para um trabalho que será remunerado em “banco de horas”, à disposição da melhor conveniência da empresa?

Estas e outras questões nos colocam frente ao desafio de compreender que o movimento real não está contemplado nos discursos do empresariado, a não ser de forma tangencial, ou seja, atendendo aos interesses da acumulação do capital, da extração da mais-valia dos trabalhadores, seja pela sua formação adequada ao mundo da produção contemporânea, seja pela superexploração advinda das propostas de reforma, que retira dos empresários parte dos custos com a mão-de-obra, possibilitando maior eficiência na exploração da mais-valia, que já é ampliada com a introdução da tecnologia microeletrônica¹⁰¹.

A relevância da educação básica neste projeto faz sentido, pois ela, via de regra, é condição de partida para a formação de um futuro trabalhador moldado às necessidades de uma produção que exige cada vez mais um conjunto de competências e habilidades básicas, favoráveis ao trabalho, ao mesmo tempo em que exigem um maior cabedal de conhecimentos genéricos, como ler e escrever corretamente. Tarefa da educação básica, portanto, é a formação deste sujeito para o trabalho, que tenha internalizada a necessidade de aprender sempre mais e sempre aprender o que é necessário para melhorar as chances de colocação no mercado de trabalho. A educação básica, por isso, é apenas a porta de entrada, pois, como já foi visto, as próprias empresas se responsabilizam pela formação específica para a sua atividade, mas, no entanto, reclamam da má qualidade da formação básica de seus trabalhadores, que sem uma base adequada não conseguem usufruir dos treinamentos oferecidos pela empresa e, portanto, não retornam este investimento em produtividade, gerando um círculo vicioso em que a má qualidade da educação básica leva o país ao subdesenvolvimento, e este tende a ser um operador da manutenção desta má qualidade.

Sobre estas questões podemos sinalizar alguns posicionamentos. Ao mesmo tempo em que a maior escolarização básica da população (hoje, de nove anos) é salutar em termos de um projeto emancipatório que dependa da apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, afinal é a escola pública hegemonicamente a instituição responsável pela transmissão destes conhecimentos; por outro lado, esta mesma escola pública, ao ser alvo desta ideologia produtivista

¹⁰¹ Embora haja, neste sentido, o impasse do capital de explorar cada vez mais mais-valia de cada vez menos trabalhadores. Não cremos, porém, que este é o grande dilema que levará à ruína o sistema capitalista, afinal o capital possui outras formas de exploração, como evidencia a reestruturação produtiva, as reformas nas leis trabalhistas, a incorporação na produção de formas de trabalho pré-capitalistas, o capital financeiro etc.

advinda da classe dominante, passa a ser uma instituição meramente reprodutora, e, portanto, distanciando-se dos ideais transformadores.

Mas a realidade da escola pública contemporânea no Brasil não pode ser encarada como uma instituição meramente a serviço do capital, afinal de contas os próprios empresários a criticam severamente de não preparar com qualidade os futuros trabalhadores, reclamando que os problemas educacionais se refletem na baixa produtividade da indústria brasileira. Mesmo sabendo que este último argumento não se sustenta, como já foi analisado no quinto capítulo, a má qualidade da educação pública é um fato que é difícil negar, haja vista a constatação cotidiana do fracasso dos nossos educandos na compreensão de textos, na produção escrita, na apropriação de conhecimentos históricos etc¹⁰². Sendo de má qualidade a transmissão/apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados pela população em geral, a escola pública também deixa de cumprir seu papel de elemento mediador na transformação social. Daí ser ela um campo de disputas entre as classes sociais em presença na sociedade. Daí o interesse da CNI pela educação básica e a pressão que exerce perante o Estado para a aprovação de leis que atendam seus interesses neste campo¹⁰³.

No entanto, apesar de afirmarmos que a escola pública não é diretamente orgânica à acumulação, não podemos deixar de mencionar o fato indiscutível de que a própria má qualidade da educação pública, trabalha em favor do capital, ao não exercer de forma eficiente o papel de conscientizadora. Ela é, desta forma, um mecanismo de adequação por meio da massificação de uma “semiformação”, que se torna orgânica à necessidade de controle social e do próprio mercado, afinal de contas não é de se desprezar o poder que milhões de desempregados surte psicológica e fisicamente nos trabalhadores empregados, sendo um eficiente mecanismo de envolvimento e cooptação para o empreendedorismo, a empregabilidade e a polivalência.

Para finalizar estas reflexões, abordaremos a questão sob o ponto de vista da colocação da educação como parte da luta hegemônica empreendida pela classe dominante, explorando para isso a idéia de “pacto social” presente nos textos da CNI e, ao mesmo tempo, vinculando estes conteúdos às categorias já trabalhadas até aqui.

¹⁰² O documentário *Pro dia nascer feliz* (Direção de João Jardim. Brasil, 2006) traz depoimentos, cenas e fatos de várias escolas e regiões do país que demonstram a complexidade desta questão.

¹⁰³ A CNI possui em seu organograma o Conselho Temático Permanente de Educação – COED, que é o responsável pelas formulações/ações da indústria para a educação. Participam do COED, entre outros, políticos como o Senador Cristóvam Buarque, o economista Cláudio de Moura Castro, o ex-Ministro da Educação e atual deputado federal Paulo Renato de Souza, professores como Celso Antunes e José Pastore, ambos da Universidade de São Paulo – USP, representante do Movimento Todos pela Educação, da Fundação Ayrton Senna, membros do SESI, do SENAI e do IEL. Além disso o próprio SESI e sua grande estrutura demonstra a preocupação dos industriais com a educação básica.

Antes de qualquer coisa é preciso sinalizar que o “pacto social” é uma concepção do fim dos antagonismos sociais (burguesia e proletariado), que é superado por um novo paradigma, o do diálogo entre as classes, o do reconhecimento de que a sociedade deve seguir um rumo comum, e que esse rumo é o do desenvolvimento econômico, para o qual devem convergir os objetivos e as ações dos trabalhadores, empresários, Estado e toda a sociedade. Este discurso alcançou hegemonia no período histórico em que o projeto socialista soviético ruiu e, com isso, impôs-se na sociedade a vitória, para alguns final, como exposto na famosa tese de Fukuyama (1992), do capitalismo, perante o qual a melhor forma de viver é se adequar, e esta exige acordos e não radicalização. É neste cenário que o discurso da CNI de pacto social será aqui encarado.

A noção de sociedade presente nos textos da CNI denota um posicionamento que é historicamente coerente com a posição de classe da burguesia, ou seja, uma concepção ideológica e eclética, baseada, por um lado, nos preceitos clássicos do funcionalismo/positivismo, e, por outro lado, incluindo neste ideário a novilíngua neoliberal, de base individualista. No documento da CNI de 2002, *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento*, por exemplo, a primeira noção aparece claramente no discurso que defende a ordem social frente a uma sociedade instável pela desigualdade, na qual crescem sentimentos como os de injustiça e as respostas a ele, como o aumento da violência. Parece evidente para os empresários que o pacto social é necessário para o crescimento, até porque a pobreza de grande parte da população reduz o poder de consumo e, logo, não é funcional ao desenvolvimento do sistema. Até mesmo a pobreza deve ter limites!

Por outro lado, esta ordem social é garantida por meio do apelo ideológico ao individualismo, às saídas criativas das pessoas, ao empreendedorismo que cada um deve ter para se constituir em um cidadão com lugar no mercado etc. Este recurso ao individualismo significa uma “psicologização” das questões sociais (RAMOS, 2001b), na qual toda a estrutura do sistema é liberada a funcionar às custas da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso, típico do pensamento neoliberal. O mérito, base deste pensamento, é hoje entendido no senso comum como algo natural, com o qual o sujeito ou nasce ou luta para alcançar, e o resultado, positivo ou negativo, é de inteira responsabilidade subjetiva¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Tal é o recurso ideológico à subjetivação que o consultor Max Gheringer, em seu quadro do programa Fantástico, da Rede Globo, chamado “Emprego de A a Z”, cujo objetivo é fornecer, gratuitamente e para todos, uma assessoria nas relações de trabalho, chega a afirmar que “ser empregado ou ser dono não é uma questão de escolha. É uma questão de vocação.” E continua neste discurso afirmando características comportamentais de quem nasceu para ser empregado e quem nasceu para ser dono, como se estas fossem “escolhas genéticas”. (Este programa foi ao ar dia 10 de junho de 2007). O texto do programa e o vídeo estão disponíveis no site: www.globo.com/fantastico. Vários acessos.

No caso da CNI o pacto social está presente em vários âmbitos de sua ação. Existe, por exemplo, a conclamação para um pacto entre setor público e privado em nome do desenvolvimento de políticas e investimentos maciços em inovação, que por seu lado necessita da oferta pública de uma educação básica e profissional de qualidade por parte do Estado, e que tem nas empresas o *lócus* principal de investimento. A inovação parece ser um dos principais apelos para o modelo de desenvolvimento econômico que abarcaria todas as classes em torno dela.

Outra forma de os empresários nutrirem proativamente a idéia de pacto social é por meio da participação efetiva em movimentos da sociedade civil organizada em torno de questões socialmente relevantes, como a cidadania e a educação. A CNI participa, por exemplo, do *Movimento Todos Pela Educação*, que teve como primeiro presidente Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente do Grupo Gerdau¹⁰⁵, o qual tem como pressuposto a idéia de que é por meio da educação de qualidade para todos que o Brasil pode se tornar verdadeiramente independente. Trata-se de uma iniciativa que envolve empresas, instituições públicas e privadas, ONG's, fundações, educadores e outros envolvidos. Segundo o Relatório de Atividades de 2008, foi a partir de 2006 que o Movimento passou a se articular com diversos setores da sociedade e com a mídia, ganhando, com isso, grande visibilidade para o Movimento, tornando-se, por isso, importante elemento de pressão sobre o Estado e suas políticas públicas de educação.

Baseando-se em cinco metas¹⁰⁶, o Movimento congrega várias empresas como patrocinadoras, entre indústrias, bancos, construtora e fundações. Para o empresariado em geral, estas cinco metas são orgânicas às necessidades de educação básica para a classe trabalhadora, e, portanto, são metas orgânicas ao movimento de acumulação do capital no atual momento de crise do capital. Não se pode desprezar, contudo, o peso social do investimento em educação para a coesão e pacto social, que é o que o Movimento congrega sobre si. É a educação o mote do desenvolvimento e paz social, uma causa da outra.

¹⁰⁵ Atualmente o Movimento Todos pela Educação é presidido por Mozart Neves Ramos, que já foi Presidente da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

¹⁰⁶ São elas: Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido. (www.todospelaeducacao.org.br). Não podemos esquecer que o PDE do governo Lula (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007) é designado como “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, o qual até mesmo na designação traz a aproximação com este movimento do empresariado. O sucesso desta iniciativa, segundo o Relatório, é o impacto direto sobre 74.907 pessoas formadoras de opinião, como governadores, representantes do poder público, jornalistas, comunicadores populares, sites etc; e 1.697 instituições impactadas, sendo elas governos, institutos, fundações e empresas e a mídia em geral.

Este Movimento é paradigmático para esta confirmação de nossa tese acerca da necessidade do empresariado trazer para si um projeto educacional, dado o seu alcance e prioridades, que se encaixam perfeitamente nas necessidades formativas dos trabalhadores da indústria.

Ainda no âmbito da educação e cidadania, a CNI passa a apoiar outro movimento da sociedade civil, denominado *Instituto Cidadania Brasil*, que tem o objetivo de disseminar conceitos de cidadania para todos no país. Mais uma vez a meta apresenta-se em consonância com a idéia de pacto social, neste caso presente na intenção de apresentar a responsabilidade de toda a sociedade pela construção de um país melhor, tendo na educação uma base fundamental¹⁰⁷. A manutenção do Estado de direito e da democracia, afirma o Instituto, é responsabilidade da ação de todos os membros da sociedade e esta ação depende da garantia de educação para todos, entre outros direitos necessários.

Depreende-se, pois, que ao lado da educação básica, a promoção da cidadania é imperiosa para a construção de um cenário macrossocial propício para o capital, afinal de contas é a própria CNI que afirma que a desigualdade e os seus resultados são contraproducentes em termos de produtividade e competitividade para a indústria. Além disso, a cidadania aparece nos discursos empresariais como de natureza universalista, válida igualmente para todos, desde que o Estado ofereça serviços básicos como educação e saúde, garantindo, com isso, a “dignidade humana”. Ou então, de outra forma, ela aparece em projetos de “cidadania corporativa”, em que a empresa se torna “cidadã” ao empreender ou entrar em parcerias em projetos sociais.

Sendo assim, a cidadania é encarada como o horizonte formativo da educação burguesa, ou seja, de uma educação que visa a conformação da universalidade nos limites legais do Estado de Direito, em que são garantidas, e mesmo assim de forma bastante controversa, a igualdade civil, de caráter formal. Desta forma, abandona-se outros horizontes de formação mais crítica, como a omnilateralidade, em nome de uma educação cidadã, voltada para o empreendedorismo e a empregabilidade, adequadas à subordinação dos trabalhadores ao capital.

Outro exemplo paradigmático da promoção do pacto social nas ações da CNI é sua presença no Movimento Brasil Competitivo – MBC¹⁰⁸, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, fundada em 2001. Este é um movimento que congrega várias empresas, confederações, estatais, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Força Sindical entre outros, ou seja, é um movimento de

¹⁰⁷ Conferir [www. http://www.institutocidadania.org.br](http://www.institutocidadania.org.br). Vários acessos.

¹⁰⁸ Ver site do MBC: <http://www.mbc.org.br>. Vários acessos.

largo alcance social, incluindo aí a presença de representantes do trabalho e do capital em prol da questão da competitividade, visando, com isso, a melhoria da qualidade de vida da população. O mesmo presidente do Movimento Todos pela Educação preside e é o fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, da Gerdau.

O MBC possui um Comitê Temático intitulado “O papel da educação para a competitividade”, que tem o papel de trabalhar a relação entre educação e competitividade. Os pontos de trabalho deste Comitê, especialmente a questão do analfabetismo funcional e a participação dos empresários no desenvolvimento da educação, são orgânicos, mais uma vez, aos predicativos de uma educação subordinada aos interesses da indústria brasileira, daí a parceria institucional da CNI com o MBC.

Um pleito importante da CNI, e para cuja execução a entidade investe grande capital, é a não ratificação pelo Estado brasileiro da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que é mais uma estratégia de pressão desta classe em relação ao Estado pela reforma das leis trabalhistas. Segundo consta em documento da CNI especificamente produzido para esclarecer sua posição em relação à Convenção 158¹⁰⁹, esta acaba impondo entraves burocráticos e aumentando os custos da força de trabalho. A Convenção tem como finalidade a proteção dos trabalhadores contra a dispensa imotivada, a não ser por motivos de ordem econômica, tecnológica, estruturais ou análogos e por comportamentos inadequados do empregado.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a Convenção 158 significa uma proteção, um elemento estabilizador em meio a um quadro social e de emprego instável. O DIEESE, em estudo feito especialmente sobre a Convenção e a proteção contra a dispensa imotivada¹¹⁰ enxerga na retomada do crescimento econômico brasileiro a partir de 2004 uma possibilidade real para que esta proteção contra a dispensa imotivada seja implementada no país, ainda mais se levarmos em conta que os trabalhadores foram altamente prejudicados ao longo da década de 90, com as crises e instabilidades.

Do ponto de vista empresarial a Convenção 158 geraria uma relação conflituosa entre empresários e trabalhadores, o que ocasionaria, se implementada, em um clima instável na produção, prejudicando inclusive a competitividade ao afetar a produtividade. Segundo a CNI, esta Convenção cria um “clima” organizacional conflitivo¹¹¹, e é justamente para preservar um bom clima organizacional, que propicie a continuidade da produção sem querelas paralelas com os trabalhadores, que a CNI

¹⁰⁹ CNI (2008b).

¹¹⁰ DIEESE (2008).

¹¹¹ “Não é possível ganhar a guerra externa num clima de guerra interna.” (CNI, 2008b, p. 03).

adota uma postura de apoiar a política de acordos prévios nas relações trabalhistas, ao invés de se manter um sistema em que estas relações vão para a justiça do trabalho.

De certa forma, a crise do sindicalismo brasileiro, o receio de grande parte dos trabalhadores em se organizar, ou mesmo o receio da denúncia à Justiça do Trabalho em casos de omissão ou descumprimento da lei, demonstram que esta noção de pacto social nas relações trabalhistas tem imperado como hegemônica. A sua inculcação se de um lado é gerada por convencimento de que somente assim é possível a geração de mais e melhores empregos, de outro lado é resultado de uma realidade desfavorável à luta da classe trabalhadora. O silêncio dos trabalhadores nas relações trabalhistas é também resultado do medo, forma eficiente de “convencimento”. O pacto social aqui é desmascarado enquanto projeto verdadeiramente universalista, e mostra sua faceta de imposição de uma classe dominante sobre a classe dominada. E há quem diga que a luta de classes já não existe entre nós¹¹²!

Para finalizar estas reflexões acerca do pacto social e a educação básica no discurso da CNI, impõe-se trazer à tona a principal entidade do Sistema Indústria voltada para a educação, lazer e saúde, o SESI. Não cabe retomar aqui a história do SESI nem ao menos analisar pormenorizadamente sua atuação, o que seria interessante objeto de outra tese, mas cabe ao menos apontar que a centralidade da ação do SESI, desde seu início na década de 40, foi o de amenizar os conflitos entre capital e trabalho.

Euvaldo Lodi, fundador da CNI, como já tivemos a oportunidade de expor¹¹³, foi um grande defensor da necessidade de formação moral da classe trabalhadora, no sentido de que esta, por inexistir até então em massa no Brasil, deveria ser formada com valores positivos em relação ao trabalho, tomando como princípio a valorização do diálogo e colaboração, bem no espírito do “todos precisamos de todos”. Coube ao SESI realizar este papel de atenuador dos conflitos por meio da oferta de lazer, saúde e educação para os trabalhadores da indústria. Assim, estes trabalhadores possuíam, no interior do sistema, formas de melhorar a qualidade de vida por meio de outras atividades que os distraíssem do trabalho (ao mesmo tempo, claro, que os preparava), por meio da oferta de programas de saúde e qualidade de vida no trabalho e pela educação dos futuros trabalhadores, bem como formação continuada para adultos trabalhadores. O SESI atua como um círculo que procura delimitar todas as

¹¹² Este é um discurso que nunca vem sozinho. O fim das lutas de classes é impregnado da crise do marxismo e da centralidade do trabalho. Famosos são os trabalhos de Clauss Offe (1989) e André Gorz (1987). Ver crítica contundente a esse respeito em Evangelista (1997) entre outros.

¹¹³ Fizemos isso a partir da obra de Rodrigues (1998).

possibilidades de vida e ação dos trabalhadores, integrando-os às necessidades da indústria e isolando-os o quanto possível de outros círculos sociais.

O investimento nesta perspectiva pode ser avaliado pela substancial quantidade de dinheiro aplicado anualmente no SESI. Somente o sistema educacional do SESI abrange em todo o país 4.432 escolas e unidades de ensino e 3457 salas de ensino a distância. A receita total em 2008 foi de R\$2.943.559.801 e uma despesa de R\$2.653.506.572 (SESI, 2007). A meta para 2015, do Mapa Estratégico da Indústria (CNI, 2005) é que a rede SESI matricule 7,1 milhões de pessoas na educação básica e continuada (CNI, 2007).

Este investimento no bem-estar e na formação da atual e futura classe trabalhadora tem como objetivo a melhoria da competitividade das empresas. Em interessante e recente estudo, o SESI, em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde – NuPAF da Universidade Federal de Santa Catarina, analisou a qualidade e estilo de vida de 47.886 trabalhadores em 2.775 empresas do Brasil, procurando viabilizar com isso investimentos eficazes em atividades saudáveis, beneficiando-os bem como à indústria com o aumento da produtividade (SESI, 2009). Interessante que este estudo, abrangendo o comportamento dos trabalhadores, desde uso de álcool e drogas, atividades esportivas, alimentação, formas de lazer etc., parece uma atualização do que Ford já fazia no serviço social de suas fábricas, buscando o envolvimento completo dos trabalhadores na produção, o que incluía o domínio da vida privada, pois claramente esta impacta no cotidiano da produção.

Como já analisamos em outro capítulo, a educação oferecida pelo SESI, segundo a sua própria perspectiva, tem o caráter de desenvolver o capital humano dos futuros trabalhadores, pela educação básica, e o aprimoramento do capital humano dos trabalhadores da indústria, por meio da educação continuada. O objetivo da educação básica para isso é o desenvolvimento das competências básicas, que são de cunho centralmente comportamental e moral, no sentido da valorização do trabalho e na geração da capacidade de “aprender a aprender”, visando a formação flexível dos trabalhadores, adequando-os às necessidades contemporâneas do capital.

Ainda com relação ao pacto social, o projeto educativo do SESI para a educação básica, que é o da CNI, caracteriza-se pela proposta de “escola de tempo integral”. Esta é uma proposta valorizada na sociedade por várias razões, entre elas pela problemática da violência que sofrem os jovens, ou porque os pais não disponibilizam tempo para a convivência com os filhos, e, por isso, precisam que a escola os detenha por mais tempo. A escola de tempo integral é uma meta do SESI para 40% das suas matrículas em educação básica. Desta forma, o SESI se qualifica como modelo de escolarização básica, servindo como modelo para a pressão dos

empresários na construção e execução de políticas públicas de educação. Ao mesmo tempo traz para si grande parte da população com a idéia de escola de tempo integral e para a formação para o trabalho.

Enfim, como deve ter ficado claro, a CNI não poupa esforços em fazer valer sua ideologia de pacto social. Por vários meios aqui apenas mencionados (e que demandariam novos estudos para o aprofundamento que o tema merece), os empresários tornam-se líderes sociais em proposições e ações que procuram convergir com interesses comuns na sociedade, tornando-se parceiros da sociedade civil organizada e auxiliando na criação e manutenção de um senso comum educacional voltado para a formação de um perfil empreendedor, polivalente, e com características de capital humano, visando à empregabilidade dos trabalhadores.

Também como vimos, a adesão social aos seus projetos macrossociais se deve em muito não ao convencimento puro e simples, mas com o concurso da necessidade imposta pela realidade concreta, perante a qual a rebeldia cede lugar à adaptação. Voltamos a um projeto educativo de caráter positivista/funcionalista, mas com toques cruéis da sociedade neoliberal.

CONCLUSÕES

As análises dos documentos produzidos pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, levou-nos à compreensão do seu projeto de educação básica e de como este projeto é orgânico às necessidades de reprodução do capital na contemporaneidade, já que o recorte adotado foi os anos 2000.

Podemos afirmar com segurança que de fato a tese de que o empresariado, como ator político e econômico, toma para si o projeto de educação básica, se comprova e é reforçada pela relevância da organicidade entre formação geral, competência da educação básica, e os requisitos para a força de trabalhadores adequados à produção capitalista em um momento de crise estrutural do capitalismo.

O vínculo da educação básica com a formação para o trabalho, como afirmamos ao longo do texto, baseia-se, em primeiro lugar, na formação de competências básicas, que a CNI designa como a “elaboração crítica, a independência e a capacidade de organização do próprio trabalho” (1993, p. 14), ou como “conjunto de habilidades que as pessoas detêm, adquiridas por meio de processos educativos, treinamento ou da experiência” (CNI, 2007, p.21), que proporcionam a base para a formação continuada.

As pesquisas que traçam o perfil do trabalhador demandado pelo capital demonstram, por outro ângulo, a aproximação com os objetivos da educação básica, já enumerados, ou seja, de fato o capital demanda trabalhadores com uma formação básica e de qualidade, já que esta formação é o principal ponto de apoio para a flexibilização dos trabalhadores. Tal flexibilização, por um lado, é requerida no interior das empresas, em que os trabalhadores são chamados a atuarem nas mais diversas funções, com diversas máquinas etc.; mas também ela é um requisito básico para aqueles trabalhadores que estão desempregados, pois para estes a receita é se adaptar às necessidades impostas pelo mercado de trabalho, o que lhe garante a empregabilidade. Para este segundo tipo de flexibilidade, diz a CNI, é essencial uma formação básica sólida, que garante uma posterior inserção do trabalhador em ramos especializados, educação profissional, ou estar à disposição para o trabalho em vários ramos. Além disso, não podemos esquecer de mencionar a adequação dos trabalhadores às novas tecnologias implementadas no processo produtivo, de base microeletrônica.

No entanto, esta qualidade de que fala o empresariado não pode ser considerada do mesmo ponto de vista defendido historicamente pela esquerda educacional. Esta entende a qualidade vinculada com uma formação humano-genérica e pela apropriação de uma base sólida de conhecimentos historicamente construídos,

entendendo que esta apropriação se conforme como elemento da conscientização e ação transformadora, e, ao mesmo tempo, possibilitar que os trabalhadores possam conhecer os fundamentos dos processos produtivos, e não apenas se colocar como 'apêndice'. Além destes aspectos técnicos, o próprio horizonte social visado é o de uma sociedade na qual não haverá a apropriação privada dos meios de produção, e, logo, o trabalhador não será 'explorado', nos termos em que esta exploração ocorre no capitalismo.

Para o capital, a qualidade formativa para os trabalhadores vincula-se, e não poderia ser de outra forma, aos resultados em termos de produtividade e qualidade da produção das mercadorias, assim como pela capacidade de incorporar e produzir inovações nos processos produtivos. Desta forma, por mais que os autores afirmem a presença de uma 'elite' de trabalhadores, altamente especializados, estes, em última instância, têm a sua atividade laboral destinada à produção da mais-valia para o capitalista, e, portanto, não é possível se pensar fora dos limites da alienação.

Desta forma, afirmamos a nossa composição com a teoria de que a qualificação, nestes limites acima expostos, é restrita a um pequeno grupo de trabalhadores, e que para a massa desta classe o trabalho se desqualificou, impondo inclusive, a uma parcela considerável de trabalhadores, o desemprego. Essa posição se faz importante para a análise das teses atuais sobre a questão da qualificação/desqualificação, requalificação da força de trabalho sob o modelo toyotista de gerenciamento da produção, afinal de contas há uma crença disseminada, inclusive pela CNI, de que as novas tecnologias teriam o efeito de qualificar os trabalhadores, o que tem se transformado em uma forma de legitimar a exclusão de grande parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho.

Esta tese do esvaziamento da formação dos trabalhadores individuais não pode ser empobrecida ao se esquecer que, ao mesmo tempo em que de fato isso ocorre para uma maioria esmagadora dos trabalhadores, a forma da acumulação flexível não prescinde, ao contrário, reforça, a necessidade de um grupo de trabalhadores altamente qualificados, os quais detêm os conhecimentos das tecnologias de base microeletrônica ou de gerenciamento da produção ou de outras áreas da indústria. Embasados nesta compreensão, analisamos as formas posteriores com que se realizou o trabalho no capitalismo, o fordismo/taylorismo e o toyotismo ou produção flexível.

Nestes termos, o projeto de educação básica do empresariado se coloca frente a uma contradição com a situação real, o que demonstra que este projeto somente pode se afirmar como ideológico. Por um lado é ideológico por trazer como fundamento a 'esperança' da inclusão dos trabalhadores pela empregabilidade e

empreendedorismo. Por outro lado, é ideológico no sentido de afirmar a possibilidade de que haja um projeto conjunto entre capital e trabalho, na verdade um pacto social, objetivo do Serviço Social da Indústria – SESI, o que, de fato, não corresponde à realidade histórica do capitalismo.

Uma das contradições que apontamos em relação às propostas educacionais do empresariado é a vinculação deste grupo com as demandas pela reforma trabalhista, o que, de fato, representa precarização e flexibilidade para a classe trabalhadora. Por um lado os empresários insistem na universalização e qualidade da educação básica e profissional, mas, por outro lado, as suas proposições para a relação trabalhista denotam claramente o seu viés pragmático, ou seja, o que interessa de fato ao empresariado é a mais eficiente exploração da mais-valia, seja ela por meio do incremento tecnológico, e daí a necessidade da inovação presente nos textos (exploração da mais-valia relativa), seja por meio da expansão e flexibilização da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), e, coadunada com ambas, a redução do pagamento de direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira.

Por um lado, esta proposta de reforma está de acordo com as categorias por nós delimitada, posto que elas se adequam a cenários instáveis e precarizados. Por outro lado, esta reforma demonstra a verdadeira face do projeto formativo para a classe trabalhadora advinda do empresariado, qual seja, a formação de um trabalhador polivalente, empreendedor, que lute individualmente pela sua empregabilidade e, ainda, esteja preparado para as ondulações e instabilidades do mercado de trabalho, que a qualquer momento pode excluir os trabalhadores ou incluí-los de forma precarizada (KUENZER, 2002), ou seja, com poucos ou sem direitos trabalhistas garantidos, com pouca ou nenhuma estabilidade no emprego, com jornadas de trabalho flexíveis tanto ao longo do ano quanto na semana etc. Desta forma, questionamos: que qualidade para um trabalho tão precarizado? Para que qualidade, se a proposta é que se realize um trabalho tão flexível e instável?

É vinculado a esta questão que tratamos o neoliberalismo como categoria sintetizadora para explicar o capitalismo contemporâneo, pois as chamadas ‘reformas estruturais’, incluindo a trabalhista, encontram-se neste universo político-ideológico. O paradigma neoliberal tem no individualismo radical a sua base, e na liberdade individual sua filosofia, e, com isso, nos leva a compreender a adoção, pelos empresários, de propostas como esta da reforma trabalhista. Além disso, o individualismo neoliberal é uma das marcas fundantes das categorias encontradas na proposta educacional dos empresários.

Também, a partir da leitura dos principais documentos da CNI nos anos 2000, delineamos as principais categorias do projeto educativo da CNI, quais sejam: empreendedorismo, empregabilidade, polivalência e teoria do capital humano.

A primeira das categorias trabalhadas foi a empregabilidade, entendida como a capacidade individual (ou responsabilidade individual) de obter sucesso ou fracasso na busca e permanência no emprego. Esta categoria, que é central no projeto empresarial de formação dos trabalhadores, é significativa na compreensão das mudanças ocorridas no período de transição do taylorismo/fordismo para o da produção flexível ou toyotismo, já que existe a compreensão de que os trabalhadores na contemporaneidade devem ser formados a partir de princípios que privilegiem o desenvolvimento de atitudes, habilidades, competências, disponibilidades, e de um cabedal básico de conhecimentos, sobre os quais as empresas possam realizar com sucesso um processo especializado de formação. A formação para a empregabilidade, conforme apontaram Shiroma (1998) e Kuenzer (1999b), é centrada na existência destas habilidades básicas, que, além de tudo, torna o trabalhador capaz de atuar em diversas funções diferentes, na mesma empresa ou como mão-de-obra disponível no mercado de trabalho.

Questionamos a proposição de qualidade relativa à formação escolar para a empregabilidade, tendo em vista o esvaziamento dos conteúdos científicos exigidos em uma formação voltada centralmente para o “aprender a ser”. Claro está que tal qualidade significa, do ponto de vista do capital, uma formação dos trabalhadores adequada às demandas da produção em seu cenário de alta competição internacional e de crise estrutural. Este cenário de concorrência exige do capital investimento constante em produtividade, e este movimento leva à eliminação daqueles trabalhadores que não respondem com eficiência às demandas da produção, fazendo com que os trabalhadores se vejam necessitados de constante formação geral e ampliada. Ao mesmo tempo o cenário de crise, que gera o desemprego em grandes proporções, além da informalidade, faz com que os trabalhadores lutem constantemente contra outros trabalhadores por um lugar no mercado de trabalho, o que, mais uma vez, leva à constante formação.

Kuenzer (1999b) sintetiza a empregabilidade como “adequação aos postos ainda existentes”, e ainda alude ao fato da característica de instabilidade do cenário do trabalho, o que exige do trabalhador flexibilidade para encarar esta situação, tanto no interior das empresas quanto fora delas. Esta flexibilidade, como podemos constatar na pesquisa, está atrelada também à flexibilidade para encarar situações de trabalho instáveis e precarizadas, e muitas vezes aceitar a intensificação das tarefas cotidianas, em nome da produtividade, da alta concorrência, da implantação de novas

tecnologias ou mesmo por conta dos milhares de desempregados que estão à espera, muitas vezes desesperada, por uma vaga.

Portanto, educar para a empregabilidade é uma forma de educar para a subordinação dos trabalhadores ao capital, é uma educação orgânica à subsunção real dos trabalhadores. A empregabilidade torna-se como a alegoria do burro e da cenoura, já destacada por Shiroma (1998).

A outra categoria trabalhada foi o empreendedorismo, que os empresários entendem sobre três vieses: como incentivo à inovação, como característica formativa para a educação básica e como fator de desenvolvimento para o país. Ao mesmo tempo, vimos que os empresários entendem esta categoria por dois parâmetros: o econômico e o comportamental. Para a CNI (2007, p.46), o empreendedorismo é uma das “[...] competências fundamentais no trabalhador da sociedade do conhecimento.”

O empreendedorismo incentiva a inovação, conforme a teoria econômica de Schumpeter, por ser esta a característica do empreendedor, ou seja, aquele que inova nos negócios. Daí que incentivar o empreendedorismo é incentivar a inovação, o que, como consequência, traria desenvolvimento econômico para o país, por meio da criação de novas empresas ou por conta do aprimoramento da produção, que geraria mais empregos e melhores condições de negócios do Brasil no exterior, com a agregação de valor às mercadorias. São características comportamentais do empreendedor, segundo o ponto de vista econômico, a oposição à gerência tradicional, a aversão ao emprego tradicional, rotineiro, burocrático, no emprego para toda a vida, no qual passa a existir o comodismo. O trabalhador empreendedor, como o empresário empreendedor, busca sempre melhores condições no mercado, o primeiro no mercado de trabalho e o segundo no mercado da concorrência capitalista. A análise comportamental soma a estas outras características do empreendedor: a realização ou busca da realização dos sonhos, a busca da realização financeira pessoal, aperfeiçoamento constante e sentimento positivo quanto ao êxito.

Apreende-se que tais características, na teoria do empreendedorismo, aparecem como algo que se constitui naturalmente nas pessoas, e, portanto, são como genéticas, levando a uma compreensão que o fracasso se dá pela falta destas características “naturais”, ou seja, impõe-se socialmente a biologização ou psicologização dos problemas (RAMOS, 2001b). Para legitimar esta ideologia existem no mercado editorial os livros de auto-ajuda empreendedora, que se soma à ação da mídia na elaboração da meritocracia como o meio de se alcançar o sucesso pessoal.

Esta categoria é orgânica aos interesses da burguesia industrial porque para os empresários é importante que os trabalhadores entendam o seu papel como responsáveis pela auto-formação e pela colaboração empreendedora na produção,

que faz com que a atuação dos trabalhadores ganhe em eficiência. O intraempreendedor, ou seja, o trabalhador empreendedor, é aquele que não se acomoda, que lidera mudanças positivas na produção (ou seja, não os que lideram greves ou outras formas de resistência), que lideram equipes, que vestem a camisa da empresa, entendendo que o seu sucesso depende do sucesso da empresa, e luta para que isso ocorra. O intraempreendedor é também aquele que aprende a gerenciar com qualidade seu próprio trabalho, bem aos moldes do que o modelo de produção flexível exige ao transferir certas tarefas da gerência para os próprios trabalhadores.

Mais uma vez, o empreendedorismo é uma forma de manifestação do “aprender a ser”, como também é a empregabilidade. No caso, aprender a ser empreendedor, que também significa aprender a ser um trabalhador autônomo, que gerencie sua própria carreira, que busque formação continuada, que se responsabilize individualmente pelo sucesso ou fracasso no âmbito profissional. De fato apreende-se a formulação de uma subjetividade característica da acumulação flexível, adequada organicamente aos interesses do capital.

A terceira categoria é a polivalência, integrada igualmente às novas demandas da produção flexível. Ser polivalente significa, minimamente, realizar várias tarefas diferentes na produção, sendo presenciada sob a forma de adaptação à implementação de novas tecnologias ou pela simples intensificação do trabalho. Também pode ser entendida a polivalência como ampliação vertical e horizontal das tarefas.

Com relação às tecnologias, estas contêm duas características: integração e flexibilidade (INVERNIZZI, 2000). A primeira tem como objetivo eliminar os “tempos mortos” da produção, ou seja, visa o uso intensivo das máquinas. A flexibilidade é característica da programação das máquinas microeletrônicas, que memorizam várias operações e, inclusive, as ações dos trabalhadores, sendo, portanto, uma forma de controle do trabalho. Por esta característica, a planta da fábrica se flexibiliza e possibilita a produção integrada de vários produtos, cuja variação depende de programas de *software*. Esta última característica exige dos trabalhadores a flexibilidade de se adaptarem rapidamente aos diferentes cenários produtivos da empresa, nestas mudanças produtivas.

A partir da incorporação deste maquinário microeletrônico, a relação entre homens e máquinas, como apontou Invernizzi (2000) se modifica: desloca-se os trabalhadores da centralidade das funções manuais para o controle dos processos, previsão e diagnósticos de falhas e solução de problemas. Esta mudança, conforme alertou a autora, demanda a responsabilidade e cooperação dos trabalhadores com a empresa. Outra mudança ocorrida é a interação entre homens e máquinas mediada

pelos signos, sinais, fórmulas etc., o que produz uma relação mais abstrata de trabalho, exigindo outras competências genéricas, como a linguagem oral, escrita e cálculo.

A polivalência, ao longo das cadeias produtivas, não acontece da mesma forma. Convivem formas de polivalência que especializam o trabalhador com formas de polivalência que se resumem à multifuncionalidade esvaziadora, mas que gera uma intensificação do trabalho, causando aumento de doenças no trabalhador. Claro está que para a maioria dos trabalhadores a forma de polivalência que predomina é esta última, que, além de tudo, não leva à melhoria salarial ou outros benefícios, constituindo-se como uma das formas predominantes de extração da mais-valia relativa dos trabalhadores.

Como categoria que unifica as três anteriormente delineadas, apreendemos a presença do “aprender a ser”, que se trata, da parte do capital, de se apropriar do trabalhador não apenas no seu aspecto produtivo estrito, mas de seu envolvimento, que pressupõe uma subjetividade formada para o trabalho produtivo nas condições em que ele existe na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, envolvimento no trabalho não se dilui da necessidade que tem o capital de controlar os trabalhadores. Concluímos que as três categorias, empregabilidade, empreendedorismo e polivalência, constituem, em grupo, a forma contemporânea de exploração do trabalho, sendo ao mesmo tempo bases de uma ideologia positiva em relação à formação dos trabalhadores, que gera, no senso comum, a noção de que o mercado é naturalmente competitivo, que os empregos estão cada vez mais escassos e que para se alcançar êxito no mercado de trabalho deve haver uma preparação constante por parte dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que este deve aceitar as oportunidades que surgirem, assim como os custos laterais. Ou seja, as três categorias, de alguma forma, vinculam-se a uma nova forma de ser do trabalhador, que ao mesmo tempo possui continuidades e rupturas em relação ao fordismo/taylorismo.

Esta nova forma de ser tem como centralidade a formação de habilidades, atitudes, competências, disponibilidades, que se encontram legitimadas nos pilares da educação para o século XXI (DELORS, 1998), que, por sua vez, tem ampla aceitação nos meios educacionais brasileiros. Dentre os pilares destaca-se o “aprender a ser” como foco da formação para os trabalhadores, que apóia-se no fato de que o trabalho na produção flexível já não é tanto prescrito quanto no modelo anterior, mas, ao contrário, exige dos trabalhadores um lastro maior de possibilidades de atuação e autonomia. Claro está que apenas o aprender a ser não constitui a base formativa, como afirmou Invernizzi (2000), com a qual temos concordância. É preciso sim um

arcabouço de conhecimentos, sejam eles científicos, estruturados, ou o lastro dos conhecimentos tácitos que os trabalhadores adquirem na experiência da produção.

Concomitante a estas mudanças, ascende o modelo das competências, o qual rompe com o modelo da profissionalização e os laços de solidariedade de classe, transformando em subjetiva a relação capital e trabalho. Não é sem razão que ascende socialmente a positividade da negociação coletiva, da arbitragem no âmbito da empresa, da negociação individual, do desestímulo ou coerção contra as ações judiciais entre outros.

Apreende-se, assim, que de fato as mudanças estruturais da produção, que gera um novo perfil de trabalhador, com uma subjetividade flexibilizada, têm reflexos na superestrutura ideológica na sociedade como um todo, que passa a valorizar como ideal o trabalhador flexível, que busca sua constante formação e adaptação à instabilidade naturalizada do mundo contemporâneo, e que tem na meritocracia a ideologia do êxito. O envolvimento dos trabalhadores na produção é concomitante à ascensão contemporânea da cidadania, que demanda de todos a participação e responsabilização das/nas questões sociais. Ambos, no entanto, vêm significando para a classe trabalhadora a inserção subordinada e adaptada aos ditames do capital na fase atual de crise estrutural.

Prova desta subordinação, no caso em que nos interessa aqui, é a (re)tomada da teoria do capital humano como ideologia dominante da relação entre educação e produção. O caminho escolhido para tratar deste tema foi analisar a presença desta teoria nos próprios documentos da CNI, o que nos levou a algumas considerações. Em primeiro lugar, a formação do capital humano é considerado de suma importância para os empresários, devido à direta proporcionalidade existente entre a formação da mão-de-obra e a produtividade dos trabalhadores resultante deste investimento. Por outro lado, como afirmam as pesquisas sobre a reestruturação produtiva e a produção flexível, a incorporação de maquinário com alta tecnologia traz a necessidade de uma melhor preparação dos trabalhadores que com elas trabalham, tendo em vista o alto custo advindo de erros, panes, retrabalhos etc. Desde o documento de 1993 a CNI considera que investir em capital humano não é o mesmo que redução de custos, como se pensava no paradigma anterior.

A partir dos documentos dos anos 2000, a educação e a formação do capital humano são tidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento social e redução das desigualdades sociais no país, o que leva a um dos mais interessantes capítulos dos discursos ideológicos da CNI, qual seja, a partir da posse ou não de formação adequada para o mercado de trabalho, se explica as desigualdades existentes na sociedade (CNI, 2002, p.136). Este discurso vai além, não basta que os

trabalhadores tenham escolaridade, mas esta deve ser de qualidade, que, claro, está vinculada à adequação da formação aos ditames da produção.

O capital humano é ainda considerado elemento fundamental para a inovação nas empresas, não somente para que os trabalhadores possam se adequar às tecnologias, mas também que possam criar novas tecnologias ou novas formas de produzir de forma mais eficiente. Para isso é preciso que o trabalhador possua conhecimentos que vão além do “saber ler e escrever”, já que a mediação mais abstrata advinda das tecnologias microeletrônicas, que exigem competências de expressão lingüística, especialmente escrita e leitura.

Para finalizar, afirmamos que o projeto de educação da CNI se insere no jogo da luta hegemônica do capital pela perpetuação da acumulação por meio da extração cada vez mais eficiente da mais-valia em suas várias formas, relativa e absoluta, sendo que ambas convivem organicamente para o alcance deste objetivo. Afirmamos também que atualmente vivenciamos uma vitória acachapante da ideologia burguesa de educação para o trabalho por meio da educação básica como formadora de competências e habilidades, embora esta vitória se dê no campo ideológico e não necessariamente no campo da prática educativa e formativa, o que, claramente, não poderíamos aqui comprovar. De qualquer forma, não vemos por parte dos trabalhadores organizados um projeto alternativo de massa para a formação de trabalhadores segundo outro paradigma.

Afirmamos ainda que para alcançar seus objetivos com relação à educação dos trabalhadores, os empresários vêm investindo muitos esforços na disseminação, convencimento e pressão para que o projeto de educação básica do país se ancore na formação de competências e atitudes favoráveis ao trabalho, isso porque esta formação é orgânica às novas formas de produzir mercadorias de forma competitiva. Estes esforços estão sintetizados nos documentos aqui analisados e no movimento de pressão dos empresários no Congresso Nacional, tanto para assuntos genéricos quanto para as questões educacionais.

Afirmamos, por fim, que o projeto de educação dos empresários para os trabalhadores pode ser resumido em um projeto que subordina a formação humana à formação laboral mais estrita, unilateral, e isso desde a educação básica. O perfil de um trabalhador competitivo, empregável, empreendedor, polivalente não é mais que uma forma ideológica de formação unilateral adequada ao momento contemporâneo da crise do capital, em que o desemprego é maciço, em que a miséria bate nas portas de grande parte dos trabalhadores, e, entretanto, que o mérito é naturalizado como a forma mais adequada de “seleção” social dos “melhores”.

A partir do exposto, apreendemos que o empresariado industrial é uma fração da classe burguesa que demonstra clareza do seu papel nas lutas de classes que tem que empreender a todo instante na sociedade, com o intuito de se reproduzir amplamente e de acumular capital, por meio da produção e exploração da mais-valia. Desta forma, faz-se relevante o estudo do pensamento empresarial em geral, e em relação à educação, em particular, pois a partir dele se delinea o movimento destas lutas de classes que, apesar de miopia de muitos, sempre existiram e continuam a provar, ainda hoje, que o capitalismo é um sistema dinâmico e sujeito às alterações históricas empreendidas pelas classes sociais organizadas.

A tese aqui exposta abre caminhos para outras pesquisas derivadas das questões levantadas, como, por exemplo, o estudo mais aprofundado da relação entre a CNI e as políticas educacionais; e a educação profissional na concepção da CNI. As categorias aqui apresentadas também merecem aprofundamento em estudos posteriores, pois, em seu conjunto, são importantes para a compreensão da dinâmica social, e especificamente educacional, da contemporaneidade. Outro estudo que merece destaque, e que aqui apenas foi repetidamente mencionado, é a questão da continuidade e ruptura dos atuais paradigmas de produção com o clássico processo de extração da mais-valia e da relação entre trabalho vivo e trabalho morto. Tal discussão seria relevante para compreendermos, de fato, o caráter do movimento histórico, e, assim, apreender como o capitalismo supera e/ou incorpora elementos passados, desde que sejam orgânicos ao processo de acumulação.

Com este trabalho, enfim, pretendemos também ter auxiliado para a construção de um projeto alternativo de formação para a classe trabalhadora, com base nos princípios de uma formação humano-genérica. Como parte desta tarefa, faz-se necessário conhecer a fundo o projeto da classe dominante e opositora, e foi esta a nossa intenção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.R. de. *A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: uma avaliação econômica e política da era neoliberal*. Espaço Acadêmico, ano 1, n. 10, março 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>. Acesso em: 01 março 2009.

ALVES, G. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007. Disponível em: www.giovannialves.org. Vários acessos.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, G.L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande: UFMT; Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. Repensando a questão da qualificação profissional. Colóquio Internacional Trabalho e Trabalhador no Século XXI. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Texto enviado por email.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, pp. 09-23.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10.ed. São Paulo: Cortez; Ed. Unicamp, 2005.

_____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo: Ed. Unicamp: Ensaio, 1988.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Campinas: Autores Associados, 2004.

BOITO JR, A. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77, 2005.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 10-36, 2003.

_____. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 12, maio/ 2001, pp. 77-104.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.28, 2007, p.57-73.

BOITO Jr., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun. 2007.

- BORDIEU, P. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília, SEFOR, 1995.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 84, julho 2009. p. 83-99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a06.pdf>. Acesso em 28/12/2009.
- BULHÕES, M.G.P. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, ano 18, n.4, p. 39-49, 2004.
- CALDART, R.S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, mar-jun, 2009, p.35-64.
- CÊA, G.S.S. Planfor: reforma do estado e acumulação flexível: tecendo fios invisíveis. *Educere et Educare*, Cascavel, v.1, n.2, jul-dez 2006, p. 229-244.
- CÊA, G.S.S. Fundamentos da idéia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores. In: _____ (org.). *O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil*: Cascavel: Edunioeste, 2007. p.307-325.
- CÊA, G.S.S.; LUZ, A.S. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>. Acesso em 06 jan. 2010.
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários*. Rio de Janeiro, CNI, 1993.
- _____. *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento*. Brasília, 2002.
- _____. *Mapa estratégico da indústria: 2007-2015*. Brasília: CNI, 2005.
- _____. *Indicadores de competitividade na indústria brasileira*. 2.ed. rev. ampl. Brasília: CNI, 2005a.
- _____. *Crescimento: a visão da indústria*. Brasília: CNI, 2006.
- _____. *Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil*. Brasília: CNI, 2007.
- _____. Falta de mão-de-obra qualificada dificulta aumento da competitividade da indústria. *Sondagem Especial*, ano 5, n.3, setembro de 2007a.

_____. *Conclusões do 3º Encontro Nacional da Indústria 2008: recomendações e propostas*. Brasília: CNI, 2008.

_____. *Proposta do MEC põe em risco a competitividade da indústria: posicionamento do Sistema Indústria sobre proposta do MEC de criação do FUNTEP – Fundo Nacional de Formação Técnica e Profissional*. Brasília: CNI, 2008a. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF8080812629CD5F01262DCFFF61624D.htm>. Vários acessos.

_____. *Convenção 158 da OIT: tema importante para as empresas e para o país*. Brasília: CNI, 2008b. Disponível em: www.cni.org.br. Acesso em 19 jan. 2010.

_____. *CNI em ação: edição especial*. Ano II, n.1. 18 dez. 2009a. Disponível em: www.cni.org.br. Vários acessos.

_____. *Informe Legislativo*. Ano 17, n28, 11 de novembro de 2009b. Disponível em: www.cni.org.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId.... Acesso em 12 jan. 2010.

_____. *Terceirização. Sondagem Especial*, ano 7, n. 02, abril de 2009c. Disponível em: www.cni.org.br. Vários acessos.

_____. *Redução da jornada de trabalho: mitos e verdades*. Brasília: CNI, 2009d. Disponível em: www.cni.org.br. Acesso em 19 jan. 2010.

DELGADO, I. J. G. *Os empresários e o Governo Lula*. In: XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 27, 2003, Caxambu, *Anais...* Caxambu, 2003.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.

DELUIZ, N. O PLANFOR em ação: entidades executoras, cursos e formadores. In: *Seminário Nacional Sobre Avaliação do Planfor – uma política pública de educação profissional em debate*. São Carlos, 1999. *Anais...* São Paulo: UNITRABALHO, 1999. p. 115-125.

_____. *A globalização econômica e os desafios à formação profissional*. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.15-21, maio/ago. 1996.

_____. *Formação profissional no Brasil: enfoques e perspectivas*. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 34-44, 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade*. *Nota Técnica*, n.57, Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57JornadaTrabalho.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2010.

_____. *A Convenção 158 da OIT e a garantia contra a dispensa imotivada*. *Nota Técnica*, n.61, março 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec61RatificacaoConvencao158rev.pdf>. Acesso em 20 jan. 2010.

- DE ZAGOTTIS, A. *A Globalização e as Estratégias de Desenvolvimento do Estado Nação*. 2007. Tese (Doutorado) FGV. Escola de Economia, 2007. São Paulo. 249p. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1780/AlexandreDeZagottis30072007.pdf?sequence=1>. Acesso em 28/12/2009.
- DINIZ, E. Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 31-46, 1992. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/content/view/full/122/54/. Acesso em 28 dez. 2009.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R.R. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.52, jun. 2003. p. 15-33.
- DUARTE, N. A contradição entre universalidade da cultura humana e o esvaziamento das relações sociais: por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo ou relativismo cultural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 3, dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 07 abr. 2009.
- _____. *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e a competência. *Educação e Sociedade*. n.18, v. 64., set. 1998.p.87-103. Disponível em [:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300004&lng=pt&nrm=iso). Vários acessos.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.
- ENGUITA, M.F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P.A.A.; SILVA, T.T. (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- EVANGELISTA, J.E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, IEA, v.6, n.14, jun/abril, 1992.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERRETTI, C. et. al. Escola e fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta. *Cadernos de Pesquisa*, n.118, São Paulo, mar. 2003.
- _____. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, Claudinei; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p.97-118.
- FIDALGO, F.S.; MACHADO, L.R.S. (orgs.). *Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital*. . Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Americanismo e fordismo*. In: _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988. p. 375-413.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Concepção dialética da história*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C.J. et all (orgs.). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOBBSAWM, E.J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.
- HOLANDA, F.U.X. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- IANNI, O. *Ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- INVERNIZZI, N. *Novos rumos do trabalho*. Mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2000. 470p.
- KLEIN, L.R. Trabalho, educação e linguagem. Curitiba. *Educar em Revista*, Especial, 2003, p. 15-42.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Campinas, *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100, Out. 2007.
- _____. A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e Sociedade*. Campinas. v.27, n.96, p.877-910, out. 2006.
- _____. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. *Boletim técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 81-93, 2004.

_____. As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações. Curitiba. *Educar em Revista*, Especial, 2003, p. 43-69.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, Claudinei; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, p. 77-96, 2002.

_____. O ensino médio agora é para a vida. *Educação e Sociedade*. v. 21, n. 70, abril 2000.

_____. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n. 96-Especial, p.877-910, out. 2006.

_____. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JR., J. R. OLIVEIRA, Maria Rita N. S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999a. P.121-140.

_____. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. *Boletim Técnico do Senac*, v.25, n.2, maio-ago. 1999b. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>. Vários acessos.

_____. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1985.

LEITE, E.S.; MELO, N.M. Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor". *Revista de Sociologia e Política*, vol.16, n.31, 2008. p. 35-47. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n31/v16n31a05.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2010.

LODI, L.H. *Avaliação do PLANFOR: uma política pública de educação profissional em debate*. São Paulo: UNITRABALHO, 1999.

LOURENÇO, E.A.S.; BERTANI, I.F. A fábrica em casa: precarização do trabalho no setor calçadista em Franca e os reflexos para a saúde dos trabalhadores. *Anais... 6º Seminário do Trabalho*. UNESP-Marília, 2008.

MANCUSO, W.P.; OLIVEIRA, A.J. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, São Paulo, n.69, 2006. p.147-172

MACHADO, Lucília R. de Souza. *Politécnica, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MARCELINO, P. R. P. Terceirização do Trabalho no Brasil e na França. In: II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina. Crise das Democracias Latino-americanas: dilemas e contradições, 2006, Londrina. Anais do II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina. Crise das Democracias Latino-americanas: dilemas e contradições, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/g e p a l / s e g u n d o g e p a l / P A U L A % 2 0 R E G I N A - % 2 0 P E R E I R A % 2 0 M A R C E L I N O . p d f>. Acesso em 04 jan. 2010.

- MARX, K. *O Capital*, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1982.
- _____. *A ideologia alemã*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MELO, A. Educação básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 893-914, out. 2009.
- MELO, A. . O campo em disputa: projetos empreendedores para a juventude rural. In: *Anais... I Seminário de Pesquisa em Educação do Campo*, 2009, Florianópolis. I Seminário de Pesquisa em Educação do Campo, 2009a.
- _____. Uma introdução crítica ao estudo da transdisciplinaridade na educação. *Anais... Semana da Pedagogia Guarapuava*, 2008.
- NICOLESCU, B. *Manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- NOGUEIRA, M.A. *Elites econômicas e escolarização – um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais*. Tese (Professor Titular), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, A.R. *Marx e a exclusão*. Pelotas: Seiva, 2004.
- OLIVEIRA, D.A. A qualidade total na educação: os critérios da economia privada na gestão da escola pública. In: BRUNO, Lúcia (org). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo – leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- OLIVEIRA, R. de. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.2, p.249-263, jul-dez., 2003a.
- _____. O empresariado industrial e a educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. n. 22, jan-abr., 2003b.
- PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. *História da filosofia*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- PASTORE, J. *Perspectivas e problemas do emprego no Brasil*. Seminário Brasil-Canadá: desafios para a criação de empregos. Brasília, 2005. Disponível em: www.cebri.org.br/pdf/232_pdf.pdf. Acesso em 12 jan. 2010.
- PLANFOR. BRASIL. MTE. Avaliação gerencial 1995/98: balanço de um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1999.

PRADO JR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, M.N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. *A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais*. São Paulo. *Boletim Técnico do SENAC*. Vol.27, n.3, Set/Dez 2001b.

RANIERI, J. *Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital*. In: IV Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI. Disponível em:

http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_ranieri.pdf. Acesso em: 27 março de 2009.

REIS, V.P.F. O perfil da empregabilidade: o desafio do autodesenvolvimento. *Boletim Técnico do Senac*, v.24, n.1, jan-abr. 1998. Disponível em:

<http://www.senac.br/informativo/bts/241/boltec241c.htm>. Vários acessos.

RODRIGUES, I.J. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, J. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAISSE, S. *A regulação do trabalho no Brasil: obstáculo ao aumento da renda e do emprego*. Brasília: CNI, 2005. (Nota Técnica CNI, n.4).

SALM, C.; FOGAÇA, A. *Estudo da competitividade da indústria brasileira: condicionantes sociais da competitividade: educação básica e competitividade*. Campinas: UNICAMP/UFRJ, 1993.

SANTOS, A. O. dos. A ideologia do capital na educação do trabalhador: Taylor, Ford, Ohno. *Anais...6º Colóquio Internacional Marx Engels*. Anais..., Campinas, 2009. Disponível em: www.unicamp.br/cemarx/.../comunica%E7%F5es/.../gt3m3c2.pdf. Acesso em 11 jan. 2010.

SANTOS, A.F.T. Teoria do capital humano e teoria do capital intelectual: estado, capital e trabalho na política. *Anais... 27ª Reunião Anual da ANPEd*, 2004, Caxambu. Anais da 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf>. Acesso em 14 jan. 2010.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes*. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p.223-274.

_____. *A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas*. 5.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. *Estilo de vida e hábitos de lazer dos trabalhadores das indústrias brasileiras: sumário executivo*. Brasília: SESI/DN, 2009. Disponível em: www.sesi.org.br. Acesso em 19 jan. 2010.

_____. *Estatísticas SESI 2006*. Brasília: SESI/DN, 2007. Disponível em: www.sesi.org.br. Acesso em 19 jan. 2010.

SHIROMA, E.O. *Da competitividade para a empregabilidade: razões para o deslocamento do discurso*. II Seminário de Educação Profissional. Curitiba, 1998. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/dacompetitividade1.pdf>. Acesso em 05 jan. 2010.

_____. *Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: a educação da força de trabalho no modelo japonês*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993.

SILVA, M.R. *Currículo e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMONSEN, M.H. O esforço educacional. In: SIMONSEN, M.H.; CAMPOS, R.O. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 151-174.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SODRÉ, N. W. *História da burguesia brasileira*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, M.I.S. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, P.R. *A revolução gerenciada: educação no Brasil 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

STEIN, E.F. *Práticas educativas e comprometimento dos trabalhadores*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2007. 114f.

TAVOLARO, Sérgio B.F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n. 59, out. 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. Um exército de justiceiros. In: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. V.3: A Força dos Trabalhadores. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Relatório de atividades 2008. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/QuemSomos.aspx>. Acesso em 19 jan. 2010.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. Ética e capitalismo. *Presença Ética*. Recife, v. 02, 2002. p. 13-25,

WEBER, M. Ação social e relação social. In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 139-144.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

Sites consultados

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. www.mte.gov.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. www.cni.org.br

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. www.dieese.org.br

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u356583.shtml>

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. www.senai.br

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. www.sesi.org.br

SCIENTIFIC LIBRARY ONLINE. www.scielo.br

TODOS PELA EDUCAÇÃO. www.todospelaeducacao.org.br